

DIAGNÓSTICO PRELIMINAR
SETOR DE COMÉRCIO INTERNACIONAL

Documento interno, sujeito
a revisão e aprovação.
Não poderá ser divulgado
ou citado sem autorização
do EPEA.

Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada - EPEA
Ministério do Planejamento e Coordenação Geral.

SETOR DE COMÉRCIO INTERNACIONAL

611026
178

DIAGNÓSTICO PRELIMINAR

Documento interno, sujeito
a revisão e aprovação
Não poderá ser divulgado
ou citado sem autorização
do EPEA.

Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada — E P E A
Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica. -

Novembro de 1966. -

Í N D I C E

PARTE I - INTRODUÇÃO

PARTE II - COMÉRCIO EXTERIOR

SEÇÃO A - INTRODUÇÃO

SEÇÃO B - EXPORTAÇÕES

CAPÍTULO 1 - PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA
NO COMÉRCIO MUNDIAL

CAPÍTULO 2 - CAPACIDADE DE IMPORTAR

CAPÍTULO 3 - POLÍTICA CAMBIAL DAS EXPOR
TAÇÕES

CAPÍTULO 4 - ANÁLISE DOS PRINCIPAIS PRO
DUTOS EXPORTADOS

SEÇÃO C - IMPORTAÇÕES

CAPÍTULO 1 - PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA
NO COMÉRCIO MUNDIAL

CAPÍTULO 2 - POLÍTICA CAMBIAL DAS IMPOR
TAÇÕES

CAPÍTULO 3 - VARIAÇÕES DE PREÇOS E IM-
PORTAÇÕES

SEÇÃO D - PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NA ALALC

PARTE III - SERVIÇOS

PARTE IV - MOVIMENTOS DE CAPITAL

SEÇÃO A - INTRODUÇÃO

SEÇÃO B - CAPITAIS ESTRANGEIROS

CAPÍTULO 1 - TIPOS

CAPÍTULO 2 - VANTAGENS E DESVANTAGENS

SEÇÃO C - IMIGRAÇÕES DE CAPITAIS NO BRASIL

CAPÍTULO 1 - DETERMINANTES E FLUXO LÍ-
QUIDO

CAPÍTULO 2 - FINANCIAMENTOS COMPENSATÓ-
RIOS

CAPÍTULO 3 - TIPOS E REPERCUSSÕES DA EN
TRADA LÍQUIDA DE CAPITAIS
AUTÔNOMOS

CAPÍTULO 4 - CAPITAL ESTRANGEIRO E DIVI
DA EXTERNA

CAPÍTULO 5 - CAPITAL ESTRANGEIRO E DE-
SENVOLVIMENTO ECONÓMICO

CAPÍTULO 6 - CONCLUSÕES

SUMÁRIO DAS CONCLUSÕES

PARTE II - COMÉRCIO EXTERIOR

SEÇÃO A - INTRODUÇÃO

1. O valor em dólares das exportações cresceu 3%, enquanto que as importações cresceram 9,5% (média simples de 1947-51 até 1960-64).
2. A participação das exportações no produto interno bruto caiu de 11% para 6%, tanto em cruzeiros corrente como em termos reais.
3. A participação das importações no produto interno bruto caiu de 11% para 9% em cruzeiros corrente e elevou-se de 5,7% para 6,7% em termos reais.

SEÇÃO B - EXPORTAÇÕES

CAPÍTULO 1 - PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NO COMÉRCIO MUNDIAL

1. A participação das exportações brasileiras dentro da exportação mundial, nos anos 1947-1964, caiu em 56%, sendo que nas exportações da América Latina caiu em 26% e na dos países sub-desenvolvidos em 39%.
2. No mesmo período, a exportação brasileira para o Mercado Comum Europeu - MCE - elevou-se em 85%; para o Conselho de Assistência Econômica Mútua - COMECON - em 80%; para a Área Latino-Americana de Livre Comércio - ALALC - reduziu-se em 50%.
3. Ainda no mesmo período, os Estados Unidos diminuíram suas compras em 18%; o Reino Unido, em 52%; porém a Suécia elevou-as em 41,6% e o Japão e a URSS, que no início do período não comercia

vam com o Brasil, em 1962-64 estavam com uma cota média de 2,1% e 2,9%, respectivamente.

4. Nos anos 1955 a 1963, dentro do total, a exportação de bens duráveis de produção foi a que mais se elevou - 130% - (de 8,0% para 17,4%), principalmente os bens para indústria e comércio (de 7,7% para 15,9%). A de bens não duráveis para a indústria e comércio elevou-se em 53% (de 16% a 25,5%) e a de bens de consumo em 23,5% (de 5,1% para 6,4%).

CAPÍTULO 2 - CAPACIDADE DE IMPORTAR

1. A capacidade de importar gerada pelas exportações brasileiras no período .. 1946-63 elevou-se a uma taxa média anual de 1,9% CIF e 2,2% FOB.
2. A capacidade de importar per capita gerada pelas exportações brasileiras caiu. Porém, a elevação do poder de compra doméstico permitiu que o poder de compra total per capita crescesse cerca de 42% (média simples de 1947 - 49 até 1961-63).

CAPÍTULO 3 - POLÍTICA CAMBIAL DAS EXPORTAÇÕES

1. Distinguimos quatro fases na política cambial das exportações: período da taxa oficial (1946-52); período das taxas mistas (1953); sistema de bonificações (1953-59); e, finalmente, o sistema do mercado da taxa livre com restrições (1959-64).
2. Podemos distinguir nitidamente o intuito de três políticas: a) a primeira, relacionada à fase cambial da taxa oficial, tinha como intuito fazer uso

dos atrasados comerciais a nosso favor mantidos principalmente com os Estados Unidos, a fim de se aumentar a disponibilidade de bens na economia com pressões inflacionárias. Uma taxa supervalorizada para as exportações não estimulava este setor; b) a **segunda** está correlacionada com o desejo da intensificação da industrialização nacional, aliada ao fato da crise cambial provocada pela primeira política; a substituição das importações tinha os dois objetivos como metas, isto é, desenvolver o país industrialmente e fazer uso mais racional da constante receita da exportação. Para tal subvençionava-se a importação dos produtos essenciais ao desenvolvimento nacional subtraindo-se cruzeiros dos exportadores de produtos tradicionais; c) finalmente, a terceira política, iniciada em 1959 e mais enfatizada em 1961, tenta corrigir as distorções inseridas anteriormente, quando o agravamento do desequilíbrio do balanço de pagamentos só pôde ser contornado com o aumento das receitas da exportação. É a fase da taxa livre de câmbio com melhores remunerações para o exportador.

CAPÍTULO 4 - ANÁLISE DOS PRODUTOS EXPORTÁVEIS

1. Para a maioria dos produtos exportados a política de taxas de câmbio de 1947-63 foi geralmente suficiente para compensar possíveis efeitos restritivos nas exportações originadas da inflação no mercado interno.
2. As variações de taxa de câmbio não foram suficientemente rápidas para compensar substanciais queda de preços ex

ternos dos produtos brasileiros exportáveis. Frequentemente quando tais quedas ocorriam havia uma demora de 1, 2 ou mais anos antes que as taxas de câmbio fossem ajustadas convenientemente para restaurar os prévios incentivos à exportação através dos preços pagos aos produtores.

3. Análises de regressão usando séries temporais de 12 a 16 anos não revelaram significativa correlação entre mudanças nas diferenças de preços interno e externo e a percentagem de produto exportado.
4. Existem evidências em determinados períodos de influências de mudanças de preços sobre as taxas de participação nas exportações de alguns produtos.

SEÇÃO C - IMPORTAÇÕES

CAPÍTULO 1 - PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NO MERCADO MUNDIAL

1. A participação das importações brasileiras dentro das importações mundiais, nos anos de 1946 a 1964, apresentou, a partir de 1951, declínio de ... 48%; nas da América Latina, em todo o período, de 15%; e na dos países subdesenvolvidos, apesar de fortes oscilações havidas nos anos de 1950-54, os anos extremos se mantiveram relativamente constantes, ao redor de 5%.
2. O Mercado Comum Europeu (MCE) recuperou e ultrapassou sua posição de antigo fornecedor brasileiro, no último quinquênio (1960-1964), atingindo a cota de 19,1% do total; a Área Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) manteve uma participação fortemente oscilante, com acentuado aumento nos a-

nos 1963 e 1964, chegando a 13,5% em 1964; o Conselho de Assistência Econômica Mútua (COMECON) caiu em cerca de 50% (de 10% em 1952-56 a 4,5% em 1959-63).

3. Nos anos 1947-64, os Estados Unidos tiveram sua cota de fornecedor brasileiro reduzida em 40% (de 51,8% a 32,5%); a do Reino- Unido em 70% (de 9,5% a ... 3,4%); enquanto a da Suécia manteve-se constante ao redor de 3%. O Japão e a URSS, que, no início do período, não comerciavam com o Brasil, atingiram, em 1964, uma cota média de 4% e 2,2%, respectivamente.
4. Nos anos 1946-1963 a importação de bens de produção elevou-se em 16% (de 80% a 93%) e a de bens de consumo reduziu-se em 67% (de 19,5% a 6,4%).

CAPÍTULO 2 - POLÍTICA CAMBIAL DAS IMPORTAÇÕES

1. A taxa de câmbio média ponderada de importação elevou-se 5.077% e o custo-devida na Guanabara, de 6.280%, no período 1946-1964. Ao mesmo tempo, a taxa efetiva de câmbio de importação (exclui produtos beneficiados com taxas de câmbio especiais - trigo, petróleo e derivados, papel de imprensa, etc.) aumentou 8.848%, no mesmo período.
2. Em termos amplos, a principal consequência da política cambial foi uma acentuada proteção ao produto nacional, favorecendo a substituição de importações havidas.
3. O regime cambial pode, simplificadamente, ser reduzido a dois períodos: a) 1946-1952; período em que se importava a uma taxa fixa com controle quantita-

tivo; e b) 1953-1964: período em que se importava a taxas múltiplas, sendo que o controle era feito pelo valor da taxa de câmbio e pelas tarifas alfandegárias, passando de específicas a ad valorem.

CAPÍTULO 3 - VARIAÇÕES DE PREÇOS E IMPORTAÇÕES

1. A variação da taxa de câmbio efetiva para as importações foi suficiente, à exceção de 1964, para anular possíveis aumentos na demanda de importações originadas da inflação interna.
2. As políticas de taxas de câmbio não foram adequadas (1959-1963) para compensar pressões na demanda de importações originadas da inflação, nos seguintes produtos: químicos, alimentícios e têxteis.

SEÇÃO D - PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NA ALALC

1. Uma análise comparativa da tendência do comércio indica que a influência da ALALC tem sido no sentido de provocar deficit para o Brasil dentro desta região (1962-64).
2. A exportação da manufaturas brasileiras para a ALALC não tem aparentemente sido estimulada (1962-64), conforme os desejados objetivos da carta de Punta del Leste.

PARTE III - SERVIÇOS

=====

1. Os itens Transportes e Renda de Investimentos são os que mais acentuadamente contribuíram para o estado deficitário desta conta ao longo de todo o

período (1963-1964).

2. A conta Serviços, durante o período em apêço, apresentou uma redução de 15% em seu saldo líquido negativo (despesas menos receitas).
3. Todas as subcontas de Serviços apresentaram saldos líquidos negativos em todos os anos.
4. A percentagem da receita de exportações que seria gasta em serviços líquidos reduziu-se em 11%.
5. Houve acentuada mudança na composição da conta Serviços: a) "viagens internacionais" - apesar das constantes oscilações nos últimos três anos, teve seu saldo reduzido pela entrada de receitas maiores; b) "transportes" - entre 1954 (ano máximo) e 1964 caiu em quase 50%; c) "seguros" - elevou-se em 100% nos últimos dois anos (... 1963 e 64); d) "renda de investimentos" - a partir de 1956, elevou sua participação, sendo que em 1964 (47,1%) atingiu o dôbro da daquele ano; e) "transações governamentais" - elevou-se em 100% na segunda metade do período; f) "serviços diversos" - elevou-se três vezes até 1960, para em 1963/4 voltar ao nível de 1953/4, de 12,8%.

PARTE IV - MOVIMENTOS DE CAPITAL

SEÇÃO A - INTRODUÇÃO

O objetivo do estudo de Movimentos de Capital é a avaliação da importância da participação externa no desenvolvimento nacional, principalmente a observação da aplicação do capital estrangeiro.

SEÇÃO B - CAPITAIS ESTRANGEIROS

CAPÍTULO 1 - TIPOS

1. Os principais tipos de capitais estrangeiros apresentados no estudo são: investimentos, empréstimos, créditos e financiamentos. Quanto aos investimentos, apresentamos os diretos e os indiretos, enquanto que no segundo grupo de capitais se destacam hodiernamente os créditos dos fornecedores, os projetos específicos e os financiamentos compensatórios.
2. A partir da crise de 1929, os investimentos indiretos praticamente desapareceram, substituídos que foram, principalmente após a 2ª Guerra Mundial, pelos créditos dos fornecedores e empréstimos a projetos específicos.

CAPÍTULO 2 - VANTAGENS E DESVANTAGENS

1. Uma análise das vantagens e desvantagens dos tipos de capitais que afluíram para o Brasil mostra que as inibições causadas ao empresário nacional, bem como o dissipamento de parte da produção anterior pelos novos investimentos (devido à nova competição) são acusações que dificilmente encontrarão amparo na época atual, pois que mesmo o investimento direto tem como contrapartida uma forte formação de e feitos para trás e para a frente.
2. O crédito do fornecedor poderia constituir-se num tipo ideal de participação externa no desenvolvimento nacional, não fôsse a pressão exercida pelos fornecedores, devido à **escassez**

milhões, ou seja, cerca de 50% do total líquido para o período 1947-1964, que foi de US\$ 2.097 milhões.

3. A entrada de capitais no Brasil tem, contudo, atendido à regra de maximização do lucro do investidor estrangeiro, pois que, pelo menos na América Latina, o Brasil obteve a maior participação dos capitais que para ela afluíram, aliada ao fato de possuir a maior rentabilidade para os investimentos estrangeiros, à exceção da Venezuela e Peru, conseqüência de "terceiros" fenômenos.

CAPÍTULO 2 - FINANCIAMENTOS COMPENSATÓRIOS

O financiamento compensatório foi efetuado, a princípio, geralmente a curto prazo (inferior a um ano, segundo definição do FMI) e após 1954 a médio prazo (de um a cinco anos), o que provocou o acúmulo de pagamentos de amortizações e juros de dívidas contraídas num período relativamente curto, resultando na crise cambial de 1960-61.

CAPÍTULO 3 - TIPOS E REPERCUSSÕES DA ENTRADA LÍQUIDA DE CAPITAIS AUTÔNOMOS

1. O Brasil recebeu essencialmente dois tipos de capitais autônomos estrangeiros: investimentos diretos e financiamentos a projetos específicos, estes últimos englobando tanto os créditos dos fornecedores como os financiamentos de projetos específicos, segundo a linguagem da literatura especializada.

2. As aplicações foram na sua maioria no setor industrial, com mais ênfase na indústria de veículos, automóveis e autopeças, com a participação intensa de fontes credoras privadas. A análise superficial (devido à falta de dados) nos leva a acreditar que os novos tipos de movimentação aplicados naqueles setores tendem a provocar no sistema consideráveis "efeitos para trás e para a frente".

CAPÍTULO 4 - CAPITAL ESTRANGEIRO E DÍVIDA EXTERNA

1. A atual dívida externa é originada, praticamente, dos deficits observados em 1951 e 52, os quais obtiveram financiamentos a médio prazo, difíceis de serem cumpridos e obrigando a reescalonamentos seguidos.
2. Os financiamentos de projetos específicos também influíram enormemente no crescimento da dívida externa, o que levou o Banco Central (então SUMOC) a delimitar os prazos mínimos de pagamentos, devido à crise cambial no final da década de 1950.
3. O país sofreu uma redução de US\$.. 906.6 milhões em suas reservas líquidas, durante o período 1946-62, usadas para o atendimento da parte dos deficits do balanço de pagamentos que não conseguiu financiamento compensatório próprio.

CAPÍTULO 5

A participação dos investimentos estrangeiros na economia nacional foi mais eficiente na 2ª metade da década

da de 50, quando aquêles investimen-
tos se orientaram primordialmente pa-
ra os setores formadores por excelên-
cia de "efeitos para trás e para a
frente" (backward and forward
linkages).

CAPÍTULO 6

A participação estrangeira na econo-
mia brasileira passou, atualmente ,
a desempenhar com mais intensidade
o papel aditivo no crescimento da
renda, e com menos intensidade da
sua posição estratégica. Tal mudan-
ça requer uma reformulação na atra-
ção do capital alienígena, que per-
mita a seleção de tipos de investi-
mentos mais convenientes no desen-
volvimento nacional, o que pode ser
obtido dentro dos atuais "Acôrdos de
Garantia", bastando que o sistema
inclua mecanismos automáticos e se-
mi-automáticos necessários à flexi-
bilidade desejada.

P A R T E I

I N T R O D U Ç Ã O

=====

A análise do Comércio Internacional do Brasil tem três propósitos:

- 1) descrever o desenvolvimento do setor externo da economia brasileira durante o período 1947-1965;
- 2) analisar as forças que influenciaram aquele desenvolvimento, bem como as relações de causa e efeito do processo; e
- 3) Avaliar as influências no setor externo das políticas de desenvolvimento econômico brasileiro observadas naquele período.

O estudo é dividido em três partes principais: comércio exterior, serviços e movimentos de capitais. O comércio exterior é subdividido em grupos de produtos de exportação e importação. Também são analisadas as variações das exportações e importações daqueles grupos originadas de modificações de preços, a política governamental, etc. Por outro lado, serviços e movimentos de capitais são analisados em suas composições, variações oriundas de incentivos e influências no desenvolvimento econômico.

A metodologia da análise e o material empregado neste estudo foi selecionado de maneira a prover uma base da qual se poderia extrair projeções e possíveis tendências futuras no setor externo brasileiro. Em particular esperamos que o presente estudo servirá como base para formulação de sugestões de políticas de comércio exterior coerentes com objetivos de desenvolvimento da economia brasileira.

Entretanto, convém ressaltar as duas escolas básicas de pensamento com respeito ao comportamento do setor externo em promover o desenvolvimento econômico num País como o Brasil.

A mais tradicional daquelas escolas assegura-

ra que um País deveria focalizar sua atenção no aproveitamento de suas vantagens comparativas nos mercados internacionais. De acôrdo com esta idéia, a renda nacional é elevada pelo crescimento das receitas de exportações. Aquêlê crescimento de renda provoca um aumento na demanda de bens e **serviços**, muitos dos quais são supridos domesticamente, ocasionando novo crescimento da renda. através dêste processo o estímulo do desenvolvimento econômico é originado no setor externo e a seguir é transmitido para o setor interno da economia. Dentro de tal processo de crescimento a participação privada estrangeira se concentra diretamente nas indústrias de exportação, fornecendo capital, tecnologia e acesso aos mercados mais fechados. Frequentemente aquela participação estrangeira carrega para o País receptor processos mais adiantados de transporte, armazenagem, comercialização, etc. Os rendimentos auferidos pelo investido estrangeiro é suposto ser obtidos de incremento das receitas de exportações.

Tem sido argumentado, em oposição a esta escola de pensamento, que tal processo para estimular o desenvolvimento econômico torna um País dependente das forças do mercado internacional. Aquelas forças, segundo argumentos generalizados, frequentemente trazem desvantagens para o País, que tenta evoluir de uma posição exportadora inteiramente baseada em produtos primários. A deteriorização nos termos de troca, desfavoráveis elasticidade-renda de importação, políticas restritivas às importações nos Países importadores e diferenças nas distribuições de rentabilidade provenientes de tecnologias avançadas, são comumente citadas como forças que inevitavelmente tendem a enfraquecer a posição de trocas (e daí retardar as taxas de crescimento econômico) de Países exportadores de produtos primários em relação a Países industrializados.

É também argumentado que a ênfase nas exportações contribui para a formação da "economia dual" a orientação da produção para exportação inibe o surgimento do desenvolvimento econômico integrado nacionalmente.

Esta segunda escola de pensamento argumenta que, devido àqueles fatores adversos, um País tal como o Bra-

cesso de substituição das importações possa trazer alguma economia no dispêndio anterior em divisas estrangeiras, observa-se que, usualmente (particularmente nas etapas iniciais) o novo total das necessidades em divisas torna-se maior. Assim, faz-se necessário uma expansão das exportações.

Sem considerar qual o método de desenvolvimento - promoção das exportações ou substituição das importações - a ser adotado, a exportação é um fator importante no processo de crescimento de um País. Já que os produtos manufaturados dos Países em desenvolvimento não podem normalmente competir nos mercados mundiais (fato evidenciado pelo uso de barreiras à importação para proteger os mercados domésticos dos Países desenvolvidos), as atenções devem continuar voltadas para as importações tradicionais de produtos primários, etc.

A história recente da economia brasileira indica que a estratégia usada para o desenvolvimento foi a referente à segunda escola de pensamento - substituição das importações. Durante a segunda guerra mundial as importações de produtos manufaturados estiveram limitadas não somente pela falta de transportes marítimos mas também porque os Países industriais estavam concentrados na produção de guerra. Aquelas circunstâncias provocaram o crescimento do setor manufatureiro leve do País, absorvendo parte da crescente demanda por importações. As reservas internacionais brasileiras foram aumentadas substancialmente, devido ao crescimento das exportações e limitações nas importações. Os impostos às exportações foram elevados, a fim de anular pressões inflacionárias provenientes do aumento de reservas.

O aumento das importações, o crescimento dos deficits e as perdas de reservas no período imediatamente após a guerra, levaram as autoridades a implantar controles nas importações. Restrições quantitativas e mais tarde restrições monetárias foram empregadas para compensar essa situação, reforçada pelos efeitos da importação induzida pela crescente inflação interna.

Devido também ao aparecimento da competição pelas fontes de fornecimentos anteriores, as restrições às importações se tornaram necessárias para proteger as novas indús-

trias brasileiras. Assim, os deficits no balanço de pagamentos provocaram restrições às importações, e, uma vez estabelecida a substituição daquelas importações pelas indústrias locais, estas eram encorajadas e protegidas para atender à política de desenvolvimento.

O setor externo foi empregado na implementação daquela política. A importação de produtos que competiam com similares nacionais foi eliminada ou grandemente reduzida. A importação de matérias primas brasileiras necessárias à industrialização sofreu restrições, a fim de prover baixos preços às indústrias manufatureiras domésticas nos respectivos insumos. A importação de matérias primas essenciais ao processo recebeu um tratamento preferencial. Os investimentos estrangeiros na indústria manufatureira doméstica receberam fortes estímulos através das elevadas tarifas de importação, sendo aqueles estímulos reforçados posteriormente pela relativa liberação das restrições das remessas de lucro (1953), o que contribuiu substancialmente na formação de saldos líquidos na conta de capital autônomo.

Por outro lado, o setor externo não foi empregado para encorajar a industrialização, uma vez que a exportação de produtos manufaturados não recebeu tratamento preferencial. O grande esforço econômico estava concentrado em direção à economia interna, e como resultado a participação do setor externo no Produto Nacional Bruto caiu consideravelmente.

A substituição de importações, conforme seus proponentes frequentemente mantêm, reduz a dependência e sensibilidade da economia de um País em desenvolvimento às mudanças nas condições dos mercados internacionais. Contudo, como já foi observado anteriormente, os Países que estabelecem uma política industrialista frequentemente passam a ter uma dependência maior na exportação de produtos primários. É que o crescimento nas receitas em divisas estrangeiras de um País industrializado pode provocar efeitos mais severos do que nos Países não industrializados. Esta diferença na intensidade dos efeitos é resultante do fato de as importações nos Países industrializados serem parte integrante do processo industrial; por conseguinte, uma diminuição das importações pode

diminuir o valor da produção total em muitas vezes o valor daquela redução nas importações.

Assim, a industrialização poderia provocar uma forte dependência da economia brasileira nas forças externas, as quais seriam transmitidas pelo setor externo. A extensão da política governamental no sucesso em limitar tais influências será objeto de estudo também neste trabalho.

Desde a segunda guerra mundial o Brasil tem experimentado sérias dificuldades nos seus balanços de pagamentos - muita das quais foram temporariamente resolvidas através de financiamentos compensatórios. Usualmente tais financiamentos foram a curto prazo, o que ocasionou conseqüentes problemas nos pagamentos do débito externo.

A inflação tem sido uma característica importante de economia brasileira, após a segunda guerra mundial. A taxa de inflação brasileira influenciou e foi significantemente influenciada pelo setor externo.

Nos primeiros doze anos após a guerra, os impostos às importações eram específicos e constantes. Assim, à medida que os preços se elevavam, os impostos sobre as importações contribuíam cada vez menos na absorção do poder de compra doméstico.

A inflação interna motivava a importação devido às constâncias das taxas de câmbio e dos impostos sobre as importações. Ao mesmo tempo tais fatos desestimulavam a exportação. Conseqüentemente, as desvalorizações implantadas e afetavam a expansão dos deficits nas transações com o exterior, provocando, contudo, aumento dos preços das importações e estimulando o crescimento de preço no setor interno.

A política cafeeira do Brasil contribuiu para a inflação e conseqüentes dificuldades no balanço de pagamentos. Durante o período aqui estudado, enormes quantidades de café foram compradas dos produtores e estocadas pelo Governo. Pressões inflacionárias surgiam quando o crescimento da capacidade de compra dos produtores de café excedia a capacidade de:

- 1) suprimento de café para mercado doméstico;
- 2) importação de bens em serviços com divisas provenientes da exportação de café.

Além do mais, o apoio do Governo na manutenção do nível da produção cafeeira prejudicou o crescimento no suprimento de outros produtos que usaram os mesmos recursos. Se aqueles outros produtos que competissem com o café não fôsem estocados, as pressões inflacionárias teriam sido reduzidas através da absorção do poder de compra.

Devido à relativa limitação do mercado interno, o processo de substituição das importações - a força propulsora do recente desenvolvimento econômico brasileiro - pode estar se aproximando da necessária redução na taxa de crescimento. Além da limitação do tamanho do mercado, a proteção a muitas emprêses que manufaturam o mesmo tipo do produto não permite a redução nos custos (e, supostamente, preços), os quais estão associados a elevadas taxas de produção.

Pelo exposto, deduz-se que a próxima etapa no processo de desenvolvimento brasileiro deveria enfatizar na expansão dos mercados externos disponíveis para os produtos brasileiros - particularmente em manufaturas.

A Associação Latino-Americana de Livre Comércio apresenta possibilidades para aquela expansão. Entretanto, devido ao lento progresso das negociações daquele organismo e que tem resultado num lento crescimento das possibilidades de comércio, a ALALC pode não prover um rápido e efetivo mercado à indústria brasileira, suficiente para manter ou acelerar as taxas de desenvolvimento observadas no passado pela economia brasileira. É que pelo menos durante os primeiros anos da vigência do acôrdo a influência da ALALC no comércio brasileiro com a região resultou num deficit dêste País com os demais membros.

Faz-se necessário, portanto, procurar novos mercados internacionais. Caso as negociações políticas não possam expandir a disponibilidade efetiva de tais mercados, a política governamental deveria ser orientada no sentido de prover incentivos através do Inpro. A natureza de substituição

das importações no Brasil pode, entretanto, ter encorajado a ineficiência na produção, o que coloca a participação brasileira nos mercados mundiais de manufaturas em situação desfavorável. Assim, os incentivos dados pelo Governo através do preço, para estimular exportações, poderia atingir o objetivo, ao custo de se manter a ineficiência primitiva.

Um programa equilibrado se impõe, encorajando a competição entre os produtores, orientada para o mercado doméstico e ao mesmo tempo incentivando aqueles produtores a expandir suas exportações.

Espera-se que a análise do recente comportamento das exportações brasileiras, apresentada a seguir, incluindo as reações das exportações aos diferentes incentivos governamentais, possa indicar alguns dos ingredientes na formulação de políticas.

O notável desenvolvimento econômico brasileiro - atingindo em alguns anos da década de 50 um crescimento real de 7% do Produto Nacional Bruto - é um exemplo interessante do que pode ser obtido pela industrialização através da substituição das importações. Contudo, deveriam ser considerados métodos alternativos de desenvolvimento aplicados às circunstâncias, a fim de se determinar a eficiência comparativa do método escolhido. Por exemplo, contrastando com o Brasil, a Alemanha e o Japão apresentam notável desenvolvimento econômico durante o mesmo período, essencialmente com o suporte do setor externo.

Além do mais, deveríamos considerar até que ponto as elevadas taxas de crescimento econômico brasileiro foram conseguidas ao custo de posteriores recessões durante as quais as distorções provocadas no período de elevadas taxas pudessem ser reduzidas. Deve-se notar também que as elevadas (embora usualmente a curto prazo) taxas de crescimento podem ser obtidas pela alteração das políticas existentes e então ajustar-se à economia para fazer face às novas circunstâncias. Entretanto, uma vez atingidas às novas circunstâncias, a nova estrutura pode inibir o desenvolvimento econômico prolongado - o qual poderia ser mais facilmente atingido com a estrutura anterior.

Acreditamos que para expandir o desenvolvimento econômico brasileiro será preferível expandir as exportações do que não fazê-lo. Provavelmente existem várias combinações que considerem o comércio exterior e que poderiam contribuir com sucesso para se atingir uma desejada taxa de crescimento. O nosso problema será então determinar que combinação é a mais desejada para se atingir uma taxa de crescimento - ou pelo menos apresentar o campo de combinações possíveis e razoáveis, com respectivos custos e benefícios, que permitam às autoridades políticas chegar a uma decisão informada.

Quanto mais alta a desejada taxa de crescimento, mais sensível se torna a seleção do grau e natureza da participação do setor externo e menos provável se tornam as possibilidades da entrada de capitais, substituição das importações e redução dos preços externos das exportações serem suficientes para atender às necessidades adicionais em importações àquela taxa de crescimento. Parece, portanto, que as exportações devem ser expandidas para que o Brasil possa atingir uma elevada e substancial taxa de crescimento.

Durante o passado as exportações foram responsáveis por cerca de 90% do total das receitas em divisas estrangeiras. Para um futuro desenvolvimento econômico, as expectativas são de que as exportações terão um papel muito mais relevante. Por esta razão a maior parte deste estudo do setor externo da economia brasileira é orientada para exportações e comércio exterior.

A conclusão nos leva a sugerir que a expansão das exportações pode provocar um novo impulso na indústria brasileira, a qual tem servido como uma força propulsora de desenvolvimento econômico desde a segunda guerra - e que poderia continuar. Convém ressaltar que um programa de desenvolvimento baseado na expansão de exportação de produtos manufaturados seria compatível com as duas - supostamente divergentes - escolas de pensamento descritas anteriormente.

Não considerando o caminho ou combinação escolhidas para continuação do desenvolvimento econômico brasileiro, as condições deste trabalho poderiam servir para orientar a formulação de política no setor externo, atendendo melhor aos objetivos do desenvolvimento brasileiro.

PARTE II - COMÉRCIO EXTERIOR

A. INTRODUÇÃO

Desde a II Guerra Mundial a importância aparente das exportações brasileiras no total do produto nacional não tem sido relevante, além de mostrar uma tendência a decrescer. A Tabela II-A-1 nos mostra que as receitas das exportações medidas em cruzeiros correntes caíram de 11% (média de 1947/51) para aproximadamente 6% (1960-64) de produto nacional bruto.

Embora a importância aparente das importações, durante o período imediato à II Guerra Mundial, tenha se comportado mais ou menos idênticamente às das exportações (i. e. 11%) não houve um subsequente declínio na importância das importações quando comparada a das exportações. A Tabela II-A-2 nos mostra que durante o período de 1960-64 o valor das importações representou 9% do Produto Nacional Bruto.

Assim a partir da II Guerra Mundial a importância relativa das importações caiu 18%, enquanto a das exportações declinou mais de 45% em termos de cruzeiros correntes. Aquela tendência está apresentada no Gráfico II-A-1, onde observamos que as flutuações das importações foram mais consideráveis que as flutuações das exportações.

A introdução deste estudo contém uma breve descrição das diferentes teorias de desenvolvimento. Uma das teorias favoreceu a substituição das importações como instrumento para liberar a economia de possíveis influências desastrosas provocadas por bruscas variações nas receitas das exportações. Contudo, observamos no gráfico I-A-1 que as exportações brasileiras não flutuaram tanto quanto as importações - em relação às respectivas participações no Produto Nacional Bruto. Esses resultados parecem indicar que: 1) as forças externas que influenciavam as importações foram mais variáveis do que aquelas que influenciavam as exportações, sendo aquelas influências medidas em cruzeiros; 2) as importações brasileiras financiadas por receitas não proveni

entes das exportações eram altamente variáveis - em termos dos níveis de preços totais do país.

A Tabela II-4-3 mostra a participação das exportações e importações no produto nacional total - medidas em termos reais. Observa-se naquela tabela que a aparente importância relativa das importações caiu aproximadamente de 11% (média de 47-51) para 5,7% (60-64). Esta mudança e os níveis de exportação em termos reais são aproximadamente idênticos às mudanças e níveis de exportação em termos nominais (correntes).

Em termos reais e no mesmo período as importações elevaram-se de 5,7% (47-51) para 6,7% (60-64) do Produto Nacional Bruto. Esta mudança e os níveis de importação em termos reais apresentam uma constância em relação às importações em termos nominais.

A diferença entre os resultados das importações em termos reais e nominais significa que os preços dos produtos importados subiram relativamente menos do que o nível geral de preços no Brasil. Entretanto, os preços da exportação (em cruzeiros) acompanharam as variações dos preços totais.

O gráfico II-4-1 indica que, para os anos após 1950, a importância aparente das importações excedia a das exportações. Contudo, o gráfico II-2 mostra que de uma maneira geral esta diferença desaparece quando os dados foram convertidos em dados reais. Nesse segundo gráfico, observamos que a importância relativa das exportações em termos reais caiu bruscamente de 1947 para 1954 e declinou moderadamente até 1964, ou, por outro lado, as importações flutuaram consideravelmente no período de 47-64, não mostrando nenhuma tendência definitiva. Poder-se-ia inferir da análise que o comércio exterior têm tido uma relativa pequena influência no desenvolvimento recente da economia brasileira. Entretanto, tal conclusão seria errônea, embora a participação das exportações e importações brasileiras no Produto Nacional Bruto tenha sido consideravelmente inferior à observada em muitos países em desenvolvimento. O comércio exterior teve um aspecto necessário e importante no desenvolvimento da economia

brasileira. Como foi explicado na introdução, um decréscimo nas importações de um país em desenvolvimento pode provocar repercussões internas superiores ao valor do decréscimo inicial. Portanto as exportações devem ser mantidas em níveis necessários ao atendimento das necessidades das importações, já que elas representam a principal fonte das receitas em divisas estrangeiras.

A tabela II-A-4 e o gráfico II-A-3 mostram que, em termos de divisas estrangeiras, as exportações brasileiras excederam as importações em somente 5 dos 19 anos estudados (1946 a 64).

O 1º deficit do período após a Guerra foi em 1947, sendo financiado com créditos comerciais e saldo líquido das movimentações autônomas de capitais. A partir daí foram introduzidas restrições às importações e nos 3 anos seguintes (1948-1950) os valores das exportações totais excederam os das importações totais.

O crescimento da taxa de inflação brasileira e os temores da indústria quanto à Guerra da Coreia colocaram as importações em níveis superiores às exportações, no ano de 1951. Este desequilíbrio foi grandemente financiado com as reservas internacionais do país (ver tabela II-A-5), as quais caíram 19% (i.é. para US\$ 590.000.000). No ano seguinte o deficit foi o maior do período de pós guerra (i.é. US\$ 560.000.000) e enquanto as exportações declinaram 20%, as importações permaneceram praticamente inalteradas. Este desequilíbrio teve nos créditos comerciais a principal fonte de recursos para o respectivo financiamento.

As severas restrições causeram uma brusca queda das importações em 1953 (cerca de 38%), provocando um substancial saldo positivo reforçado pelo crescimento das exportações. Principalmente devido àquele saldo positivo, as reservas internacionais subiram em 14%. Entretanto, o aumento das reservas não foi suficiente para compensar o deficit em transações correntes ocorrido no ano seguinte, sendo este novamente financiado em grande parte pelas reservas internacionais, as quais também foram necessárias para pagamento da dívida pública externa.

Os dois anos subsequentes (55-56) experimentaram saldos positivos, ocasionando um moderado incremento (56) nas reservas internacionais.

Entretanto, os 7 anos seguintes (57-63) foram caracterizados novamente por saldos negativos nas transações correntes. Em meados de 57 as tarifas sobre as importações foram elevadas, com a finalidade de reduzir aqueles déficits. Embora as importações caíssem em relação aos níveis dos anos anteriores, as exportações caíram ainda mais, e assim dilatou-se o excesso das importações sobre as exportações.

Entre 57-63 as restrições foram insuficientes para anular o crescimento da pressão na demanda de importações. Parte daquele incremento de pressão foi originada do programa de industrialização (descrito na introdução) e parte foi induzido pela rápida elevação na taxa de inflação doméstica. De 60-63 o valor das importações permaneceu praticamente constante, enquanto o valor das exportações sofreu variações consideráveis, embora permanecendo sempre acima do valor das importações. Como resultado dos continuados déficits nas transações correntes durante aqueles 7 anos, as reservas internacionais caíram de US\$ 671.000.000 (em 1956) para somente US\$ 318.000.000 (em 1963).

COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL

TABELA - II-A-1

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS EXPORTAÇÕES SOBRE O P I B

Preços Correntes

Unidade: Cr\$ 1.000.000.000

A N O S	(1) P I B	(2) EXPORTAÇÕES F O B	%
1947	164,1	21,2	12,9
1948	186,5	21,7	11,6
1949	215,2	20,2	9,4
			9,8
			10,6
			7,5
	428,8	32,0	7,5
	555,2	43,0	7,7
	691,7	54,5	7,9
1956	884,4	59,5	6,7
1957	1.056,5	60,7	5,7
1958	1.310,0	63,8	4,9
1959	1.788,9	109,4	6,1
1960	2.385,6	147,1	6,2
1961 (*)	3.449,6	245,2	7,1
1962 (*)	5.419,3	307,1	5,7
1963 (*)	9.135,2	549,5	6,0
1964 (**)	18.247,3	1.177,5	6,4

FONTES: (1) - Reviste Brasileira de Economia - março/63
 (2) - Anuário Estatístico do Brasil - I B G E
 (*) - Estimativa Preliminar
 (**) - A economia brasileira e suas perspectivas - junho/65 - Edições A P E C - Rio de Janeiro.

COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL

TABELA - II-4-2

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS IMPORTAÇÕES SOBRE O P I B

Preços Correntes

Unidade: ~~Cr\$~~ 1.000.000.000

A N O S	(1) P I B	(2) IMPORTAÇÕES C I F	%
1947	164,1	22,8	13,9
1948	186,5	21,0	11,3
1949	215,2	20,6	9,6
1950	252,9	20,3	8,0
1951	305,6	37,2	12,2
1952	350,3	37,2	10,6
1953	428,8	25,2	5,9
1954	555,2	55,2	9,9
1955	691,7	60,2	8,7
1956	884,4	71,6	8,1
1957	1.056,5	86,5	8,2
1958	1.310,0	103,3	12,7
1959	1.788,9	161,3	9,0
1960	2.385,6	201,2	8,4
1961 (*)	3.449,6	299,4	8,7
1962 (*)	5.419,3	511,7	9,4
1963 (*)	9.135,2	782,2	11,7
1964 (**)	18.247,3	1.232,9	6,8

FONTES: (1) - Revista Brasileira de Economia - FGV -
março 1963.

(2) - Anuário Estatístico do Brasil - I B G E

(*) - Estimativa Preliminar

(**) - A economia brasileira e suas perspectivas
- junho/65 - Edições APEC - Rio de Janeiro

GRÁFICO II-A-1

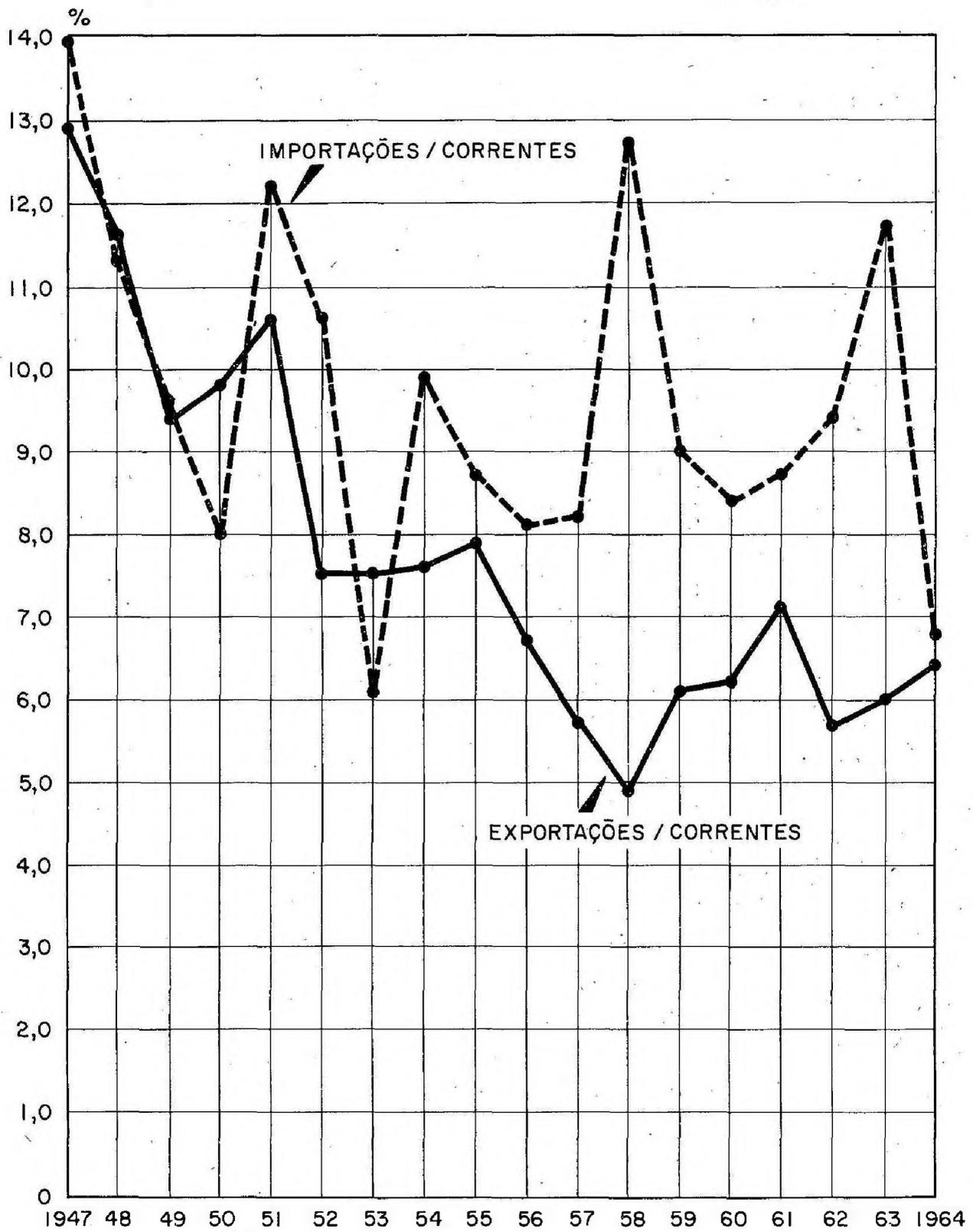
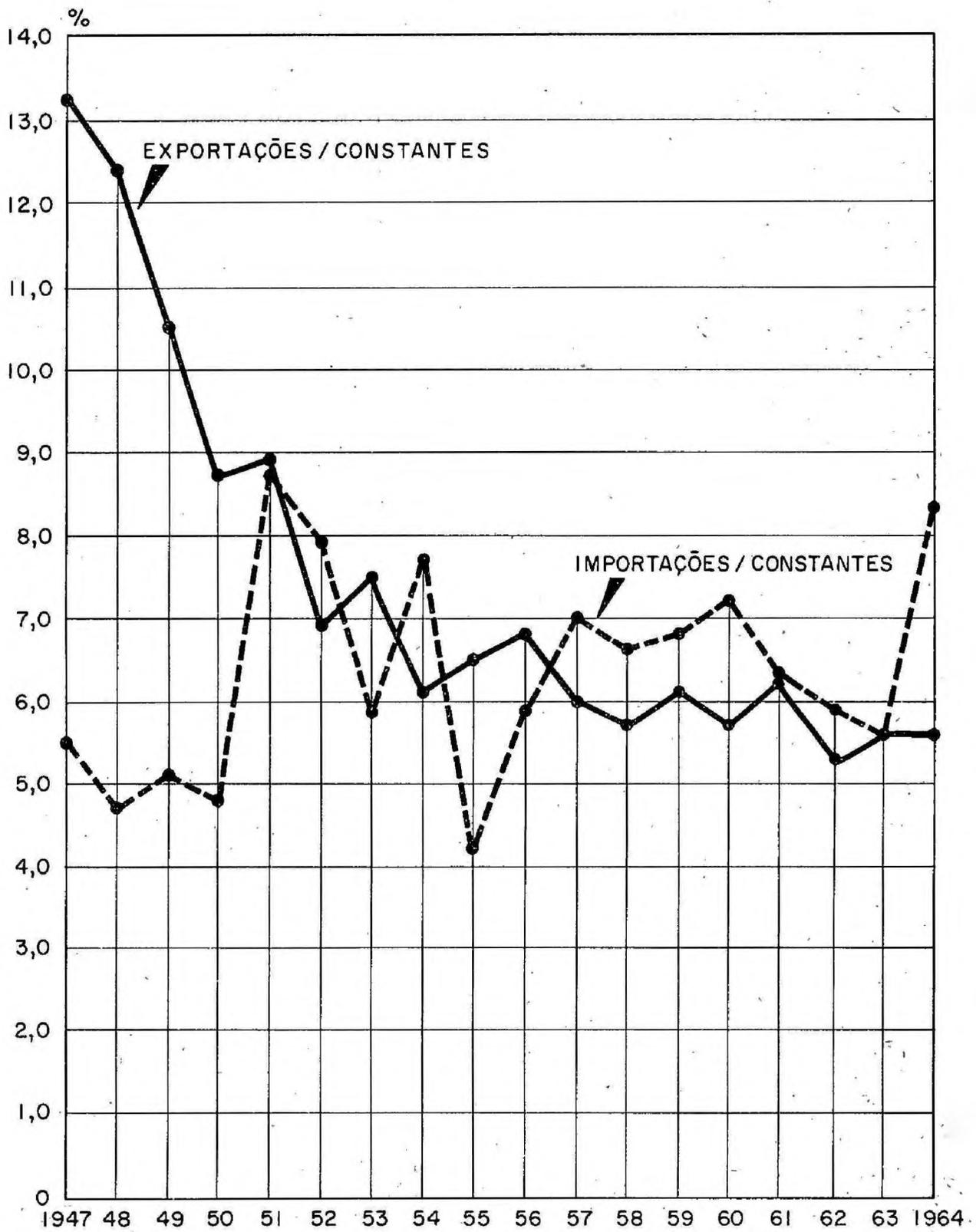


GRÁFICO II-A-2



COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL

TABELA - II-4-3

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES
SÔBRE O P I B

Preços constantes de 1953

em 1.000 000

A N O S	IMPORTAÇÕES	PERCENTAGEM SÔBRE O P I B	EXPORTAÇÕES	PERCENTAGEM SÔBRE O P I B
1947	17,1	5,5	40,7	13,2
1948	15,9	4,7	41,7	12,4
1949	18,2	5,1	37,4	10,5
1950	17,9	4,8	32,7	8,7
1951	34,1	8,7	34,9	8,9
1952	32,9	7,9	28,6	6,9
1953	25,2	5,9	32,0	7,5
1954	35,3	7,7	28,1	6,1
1955	29,4	4,2	32,0	6,5
1956	29,7	5,9	34,3	6,8
1957	37,4	7,0	32,4	6,0
1958	37,9	6,6	32,5	5,7
1959	41,6	6,8	37,8	6,1
1960	47,0	7,2	38,2	5,8
1961	44,3	6,3	43,9	6,2
1962	43,6	5,9	39,5	5,3
1963	45,1	6,0	41,9	5,6
1964	61,3	8,4	40,7	5,6

FONTE: Os dados correntes obtidos pelo Anuário Estatístico do Brasil - I B G E foram deflacionados pelos índices gerais de preços de exportação ($\neq 81$) e importação ($\neq 129$) obtidos nos Índices Econômicos Nacionais da Conjuntura Econômica - Fundação Getúlio Vargas - Rio de Janeiro.

COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL

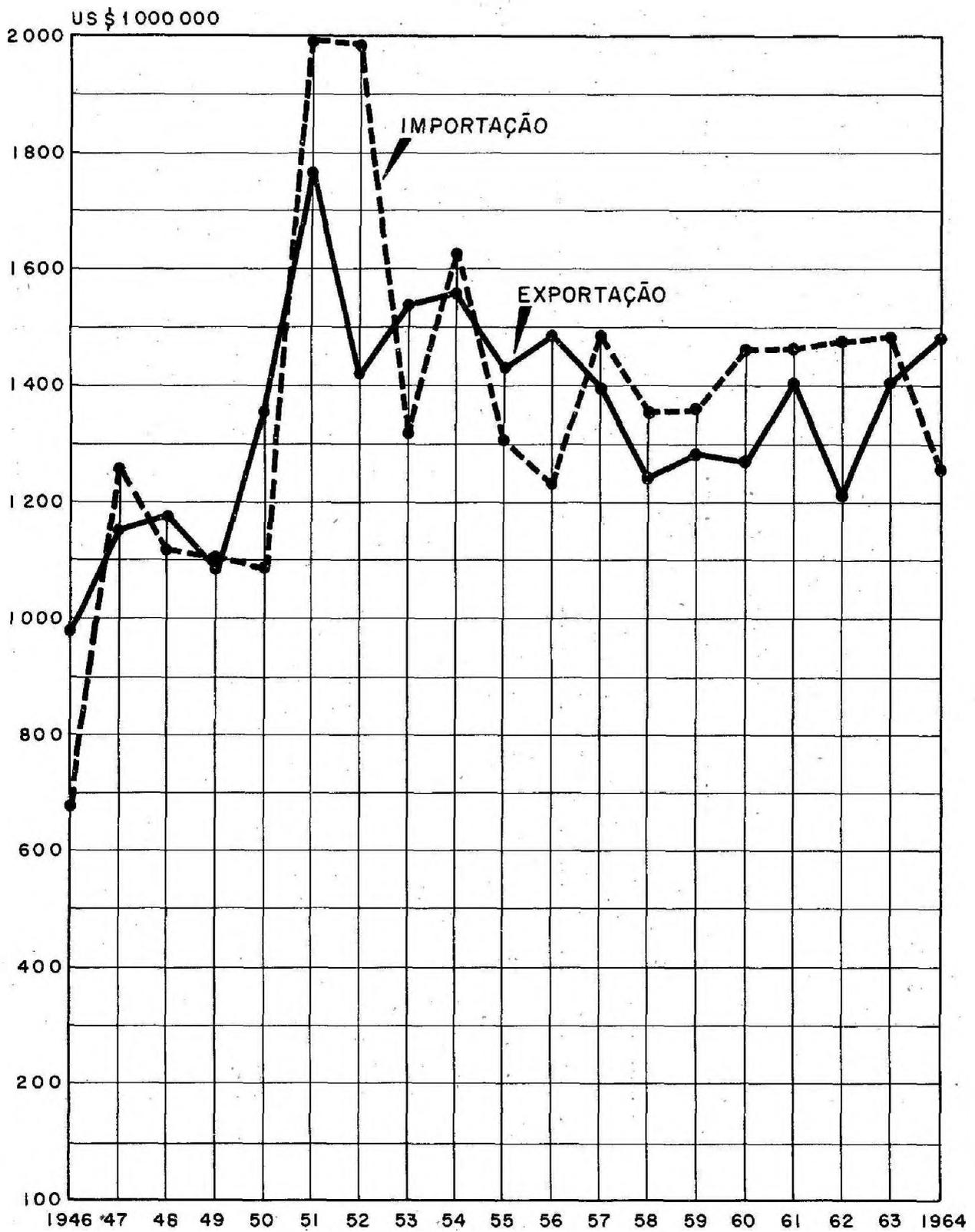
TABELA - II-A-4

EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO

PERÍODO	EXPORTAÇÃO				IMPORTAÇÃO			
	VALOR (FOB)		QUANTIDADE		VALOR (CIF)		QUANTIDADE	
	US\$ 1.000.000	ÍNDICE	TON. 1.000	ÍNDICE	US\$ 1.000.000	ÍNDICE	TON. 1.000	ÍNDICE
1946	985,4	64	3.663	77	673,3	51	5.061	43
1947	1.152,3	75	3.781	86	1.232,0	94	7.159	61
1948	1.180,6	77	4.658	106	1.120,4	85	6.804	58
1949	1.096,4	71	3.744	86	1.102,4	84	7.179	61
1950	1.355,4	88	3.819	87	1.084,6	82	8.968	76
1951	1.768,8	115	4.852	111	1.987,2	151	10.994	93
1952	1.418,4	92	4.091	93	1.986,0	151	11.395	97
1953	1.539,6	100	4.378	100	1.318,7	100	11.792	100
1954	1.561,8	101	4.289	98	1.633,5	124	13.346	113
1955	1.423,2	92	6.186	141	1.306,8	99	13.945	118
1956	1.482,0	96	5.751	131	1.233,9	94	13.948	118
1957	1.391,6	90	7.713	176	1.488,8	113	13.513	115
1958	1.243,0	81	8.297	190	1.352,9	103	14.203	120
1959	1.282,0	83	9.884	226	1.374,5	104	14.347	122
1960	1.268,8	82	10.608	242	1.462,1	111	15.610	132
1961	1.403,0	91	12.715	290	1.460,1	111	15.858	134
1962	1.214,2	78	12.361	282	1.475,0	112	16.786	142
1963	1.406,5	91	14.150	323	1.486,8	113	17.666	150
1964	1.429,8	93	14.587	333	1.263,4	96	18.174	154
	25.602,8				26.042,4			

FONTE: Serviço de Estatística Econômica Financeira - Ministério da Fazenda

GRÁFICO II - A - 3



COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL

TABELA - II-4-5

RESERVAS INTERNACIONAIS BRASILEIRAS

(total de ouro e moedas estrangeiras)

Milhões de Dólares

1928	58
1937	50
1938	59
1946	760
1947	785
1948	758
1949	719
1950	724
1951	590
1952	571
1953	650
1954	521
1955	508
1956	671
1957	509
1958	465
1959	366
1960	345
1961	470
1962	379
1963	318

FONTE: International Financial Statistics = F M I

B - EXPORTAÇÃO

1 - Participação Brasileira no Comércio Mundial

a. POR ÁREAS

Neste trabalho vamos considerar três áreas(1) nas quais possui o Brasil interesses: a mundial, a América Latina e a dos países subdesenvolvidos.

Analisando os dados de exportação da Tabela II-B-1-a anexa, temos a participação brasileira no valor das exportações mundiais, durante o período 1928-1963, apresentando 2 tendências distintas. A primeira, de 1928 a 1946, subiu (2) em 100%, havendo, porém, uma queda de 10% em 1938, em relação a 1928. O segundo período corresponde a 1946-1963, quando houve um acentuado declínio. Se tomarmos a média aritmética dos 3 anos de cada extremo, teremos: para 1946/48, 2,4% e para 1961-63, 1,05%. Observemos que a queda hevida nos coeficientes brasileiros foi de 56%.

Entretanto, para uma melhor análise torna-se necessário dividir o segundo período (1946-1963) em subperíodos, a fim de se estudar as diversas oscilações e suas causas específicas durante este período caracterizado pelas bruscas expansões e retrações das exportações brasileiras e mundiais. Podemos assim observar 3 períodos distintos na tendência da participação brasileira dentro das exportações mundiais: o 1º de 1946-49, o 2º de 1950-1952 e o 3º de 1953-1963.

Os anos de 1946-1949, por serem os de após-

(1) - Utilizemos o critério de nível de rendas "percapita" adotado pelo "International Financial Statistics" - Fundo Monetário Internacional, nº 4, abril de 1965, pag.34, na divisão em áreas geográficas e econômicas.

(2) - Até 1946, os dados apresentados referem-se aos anos de 1928 e 1938 e constituem apenas referências anteriores a segunda guerra mundial. Informações para outros anos não são apresentadas, pela absoluta falta de dados sobre todas as áreas mundiais.

guerra, caracterizaram-se pela transformação das economias de guerra em economias de paz. Assim, as exportações brasileiras, basicamente de produtos primários (matérias-primas e gêneros alimentícios), elevaram-se fortemente até 1946. À medida que as nações que estavam em guerra, e conseqüentemente importavam estes produtos, puderam reiniciar seus cultivos de produtos agrícolas e adaptar sua capacidade produtiva à produção de bens primários, começaram, não somente a desinteressar-se pela importação deste tipo de produto, como também voltaram a exportá-los, fazendo com que as vendas brasileiras se ressentissem. Também passaram a incentivar o cultivo de certos produtos agrícolas tropicais em suas colônias africanas (café, cacau, açúcar), produtos esses que passaram a gozar vantagens especiais no mercado europeu, através de seus países metropolitanos. Entretanto, na participação total temos o aumento do café (em 10%) e sisal (10%), porém não suficientes para compensar a queda em alguns produtos, como o algodão (56%), milho (92%), fumo (30%) e mamona (15%), na exportação brasileira.

A seguir teríamos os anos 1950-52, antecipado de uma pequena recuperação entre 1949 e 1950, apresentando novo declínio. A principal causa dessa rápida recuperação foi a Guerra da Coreia. O perigo de tal conflito tornar-se mundial fez com que os países procurassem abastecer-se, a fim de evitar a escassez hevida na 2ª Guerra Mundial. Com isso o Brasil teve incrementadas suas exportações de gêneros alimentícios em 10%, principalmente em cacau, fumo, sisal, madeiras e minérios de ferro. Entretanto, como o medo não se justificou, a ânsia de importações mundiais cedeu, obrigando as exportações a retrogirem a sua tendência negativa anterior, uma vez que não se fez necessária a formação de estoques de matérias-primas e gêneros alimentícios. Convém observar que nesse período a política cambial adotada em nada incentivada as exportações, antes pelo contrário: exportava-se a taxa de câmbio oficial (declarada ao F M I - 18,72), que permaneceu fixa durante todo o período, enquanto os preços internos subiam. Esse fato, contudo, não provocou uma queda na receita das exportações, devido à extraordinária elevação da cotação internacional do café, provocada pelo esgotamento dos estoques do Departamento Nacional do Café e reforçada pela exiguidade da colheita de 1949. Assim, enquanto a quantidade do

produto exportado caía, o valor subia em 113%, em virtude de a elevação dos preços atingir 137%. Enquanto as exportações do café aumentavam em 65%, as de outros produtos caíam em 20%.

O último período a considerar seria o compreendido entre 1953 e 1963, quando a tendência apresentou-se negativa, porém, com oscilações. Em relação aos 2 anos extremos, houve uma queda de 53%. Observa-se, contudo, uma reação positiva em 1963 em relação ao ano anterior.

A mais forte razão desta situação deve-se à política cambial adotada no período: as exportações eram feitas pelo mercado oficial (Lei 1.807, de 7.1.1953), tendo sido alterado o regime somente em março de 1961 (Instrução 204, da SUMOC), com o intuito de estimular as exportações. Durante esse período várias modificações foram introduzidas a fim de tornar a taxa cambial mais realista: bonificações reajustáveis e/ou parte da cambial de exportações poderia ser trocada no mercado livre, percentagem esta constantemente elevada, variando conforme o produto. Já em 1958, começou a política de permitir que alguns ^{produtos} fossem totalmente negociados no mercado livre. Em 1959, as únicas exceções permitidas eram para o café, cacau, manona e óleo cru mineral. Contudo, essas modificações e, mais tarde, a liberdade cambial, não foram suficientes para aumentar a participação brasileira (1).

Uma segunda e forte razão foi a queda dos preços, no mercado internacional, dos principais produtos de exportação: café, cacau, açúcar. 1954 foi o ano de preço mais elevado para o café. Tomando como base a média aritmética dos preços de 1953 e 1954 e dos de 1963 e 1964 (neste último ano ainda em estimativa), a variação havida na cotação do café foi de menos 45%. Adotando o mesmo raciocínio com o algodão, tivemos uma variação negativa de 24%; para o açúcar (não considerando 1963 e 1964, quando os preços dobraram) encontramos uma queda de 30%; no de hematita (até 1963), teríamos uma baixa de 34%. É interessante lembrar que a queda nos preços internacionais não foi causada pelo aumento da oferta brasileira, quando o país sofreu consideráveis perdas na sua receita total proveniente de exportações.

(1) Nos itens 3 e 4, respectivamente, deste capítulo consta estudo mais detalhado sobre a política cambial relativa às exportações como um todo e a cada produto em especial.

Outra ocorrência digna de nota contra o Brasil foi o constante aumento de países produtores de produtos primários, muitos deles em melhores condições de produção que o Brasil, o que ocasionava perda de mercado para produtos como o café, cacau, algodão e açúcar.

Deve-se ainda observar que no período o país tinha como objetivo sua industrialização, dando principal ênfase à substituição de importações. Por isso, é possível que não se tenha dedicado a atenção necessária à política de exportações a fim de se anular os efeitos negativos da inflação relativamente intensa no país. Foram proporcionadas vantagens às atividades industriais em detrimento das agrícolas e extrativas, que são essencialmente de exportação. Os produtos industriais foram orientados para o consumo interno e substituição de importação, sem condições para competir no mercado internacional.

Deve-se se notar que, enquanto as exportações mundiais, em valores, cresceram em 71%, as brasileiras caíram em 12% no período considerado, conforme o Gráfico II-B-1-a-1.

Uma análise idêntica à usada no estudo de participação brasileira nas exportações mundiais será repetida com relação às várias áreas, considerando os subperíodos e causas mais significativas.

Um exame na área da América Latina para o mesmo período (1946-63) mostra que as exportações brasileiras caíram em relação à da área (Gráfico II-B-1-a-1). Adotando a mesma metodologia utilizada anteriormente, teríamos as seguintes médias para os 3 anos de cada extremo do período: 1946/48 ... 20,5%, em 1961/63 - 15,4%, com um declínio de 26%. A tendência desfavorável observada deve-se principalmente à queda das exportações tradicionais de madeira, algodão, couros e ao estancamento do café e cacau. Houve um incremento nas vendas de manufaturas, insuficiente para contrabalançar a baixa daquelas.

Nesse período (1946-63) temos também 3 fases em que a participação decaiu após uma ligeira elevação: 1946-48, 1951-57 e 1957-61.

Na primeira fase (1946-48) (Gráfico II-B-1-a-2), o total das exportações latino-americanas elevou-se em 61% (valores absolutos), enquanto as brasileiras crescem apenas em 19%, ocasionando a queda de participação. O crescimento das exportações latino-americanas foi quase que exclusivamente devido ao aumento das exportações petrolíferas venezuelanas, trigo e carne da Argentina. Nessa época o Brasil começava a perder dentro da área a primazia na produção e exportação de produtos como café, açúcar, cacau, banana, algodão e couro.

No período seguinte (1951 a 1957) houve uma corrida de importações no mundo, devido à perspectiva de nova guerra mundial motivada pelo conflito na Coreia. O Brasil foi favorecido pela sua própria importância no comércio da zona (mais de 20% das exportações eram brasileiras). Passada a crise, as exportações latino-americanas tiveram seu ritmo de crescimento diminuído para 10%, enquanto as brasileiras caíram em 26%. A participação do Brasil na zona sofreu uma redução de 25%, ocasionada principalmente pelo interesse e intensificação dos demais países da área na produção de produtos tropicais que antes eram de cultivo predominantemente brasileiro.

No período seguinte (1957-60) a participação brasileira esteve estancada. Houve uma pequena elevação entre 1957-58, porém sem processo de continuidade. Esta situação se deve à constância do volume exportável pela área, devido à concorrência no mercado internacional, com a entrada de outros fornecedores, principalmente da África. Com os dados extraídos de publicação da CEPAL (1) e tomando como base as médias de 1948-51 e 1958-60, podemos ter uma idéia de como certos produtos exportados principalmente pelo Brasil foram gradativamente sendo trasladados para outros países da área. Em bananas a exportação brasileira teve uma variação negativa de 30%. Os demais países da área exportadores do produto, também tiveram sua participação reduzida, com a única exceção do Equador, cuja variação positiva foi de 200%. Não obstante, a área aumentou sua participação na exportação mundial em 7%.

(1) - "El desarrollo Económico de América Latina, en la post-guerra" - CEPAL - N.U. - Nova York, novembre 1963 - quadro 142 - pág. 148.

GRÁFICO II-B-1-a-1

**PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
NAS EXPORTAÇÕES TOTAIS**

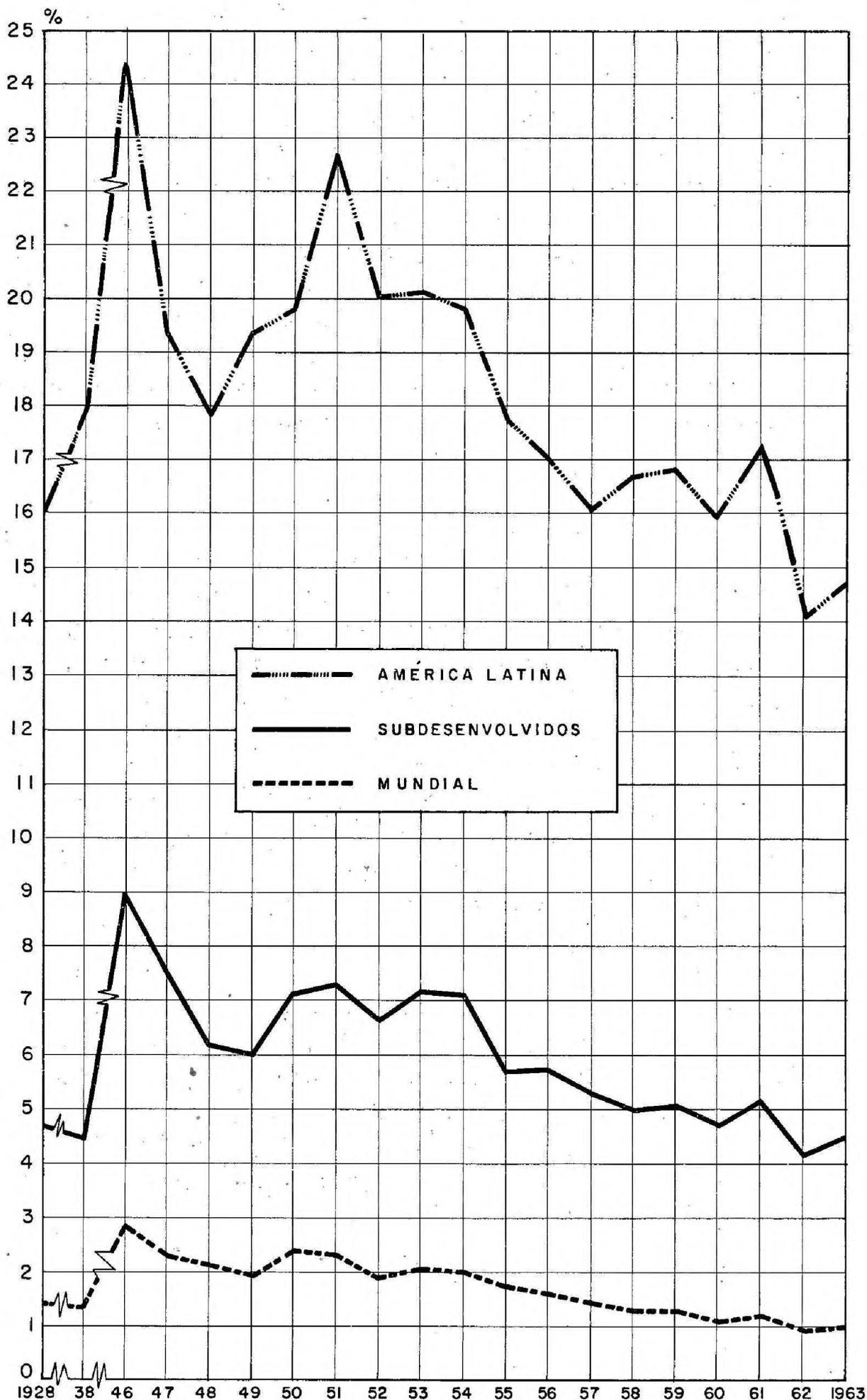
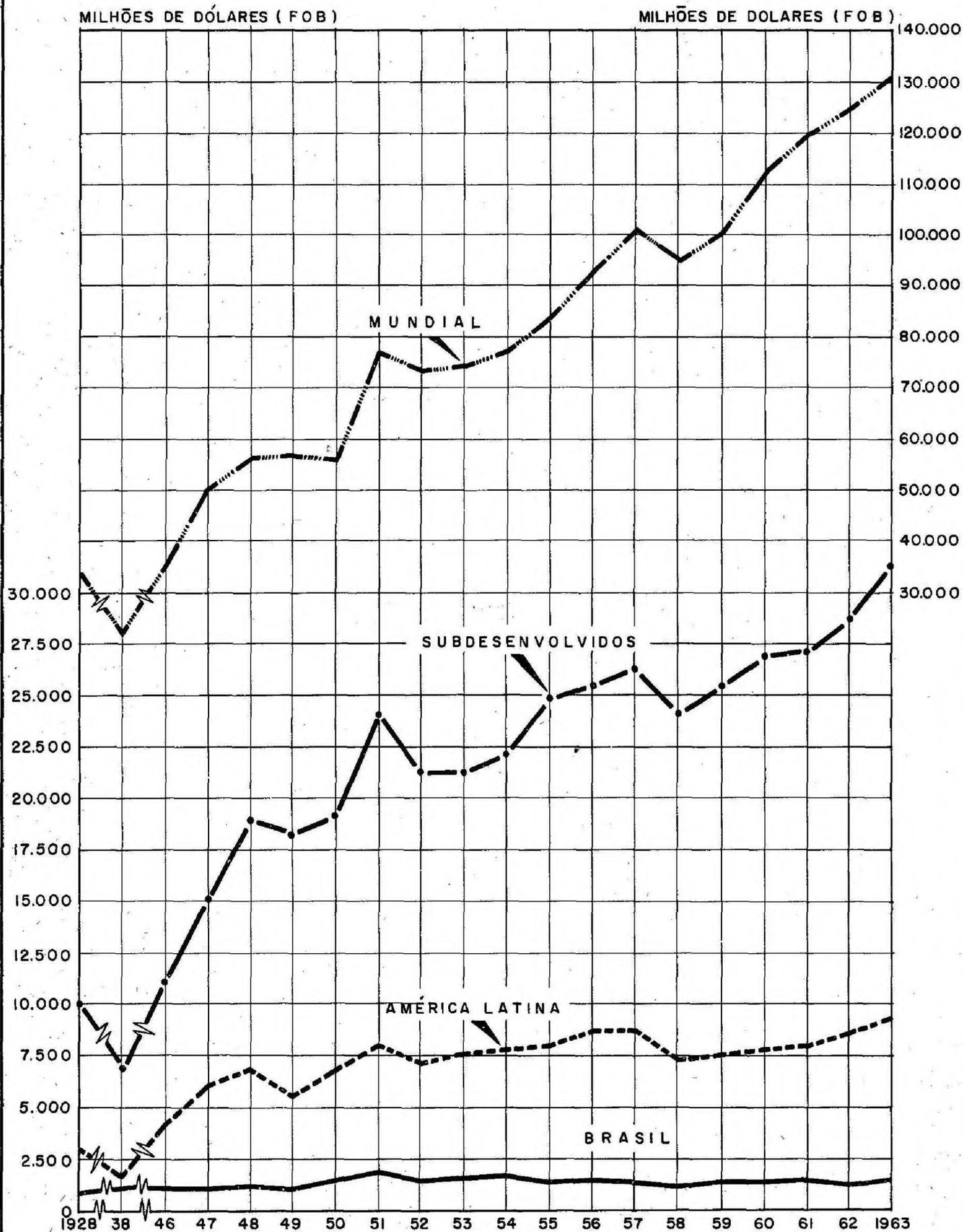


GRÁFICO II-B-1-a-2

EXPORTAÇÕES TOTAIS - POR ÁREAS



Quanto ao café, o país cedeu posição para a Colômbia, Costa Rica, Guatemala, México e República Dominicana. A queda brasileira na participação da área foi de 15% e o total da exportação americana para o mundo caiu em quase 20%. No cacau o Brasil perdeu cerca de 5% de sua participação, cedendo para Costa Rica e Equador, concomitantemente com a queda da exportação latino-americana para o mundo em 10%. No algodão a perda brasileira foi elevada (76%), principalmente para o México (50%) e para São Salvador, enquanto a área aumentava suas exportações mundiais em cerca de 15%. Também na exportação de mineral de ferro o Brasil perdeu em sua participação caindo cerca de 38%, subindo a posição relativa da Venezuela e do Peru.

É interessante observar que a diminuição havida na exportação brasileira desses produtos não se deve a causas inerentes à demanda mundial. É bem possível encontrarmos a deficiência na própria oferta interna, pois, enquanto o Brasil perdia mercado, os demais países ganhavam. Exemplo óbvio é o das bananas: as exportações centro-americanas deste produto sofreram forte redução pela doença que se alastrou nos cultivos de zona. O Equador aproveitou a diminuição das exportações da América Central e incrementou as suas em 200%; o Brasil não fez o mesmo, perdendo, inclusive, mercado, com uma variação negativa de 30%.

A partir de 1960 a participação latino-americana nas exportações mundiais decresceu de 6,7% (1960) para 6,1% (1964 (1)), originada particularmente da diminuição das exportações argentinas, brasileiras e uruguaias.

O incremento de participação brasileira deve-se primordialmente ao aumento dos preços médios de café (principalmente na primeira metade de 1963) e pela má colheita do produto devida a problemas climáticos.

Na área dos países subdesenvolvidos se observa que a participação brasileira apresenta as mesmas evoluções da tendência do conjunto de área na participação mundial, porém em proporções mais acentuadas.

(1) - Dado estimado pela CEPAL, publicado no "Estudio Económico de América Latina", 1964 - volume II - pag. 18.

O Brasil tem encontrado em alguns países desta área fortes concorrentes no mercado internacional, como produtores e exportadores daqueles produtos que antes eram oferecidos quase que exclusivamente por êle, a exemplo do café na Etiópia, Congo, Angola, Indonésia, África do Sul; cacau em Gana e Nigéria; fumo na África do Sul;⁴ e açúcar na Índia, China Continental, Filipinas. Muitos destes países são colônias de países europeus, os quais concedem vantagens especiais às importações daqueles produtos, vantagens estas que são transferidas a outros países, quando os mesmos fecham algum acôrdo ou entram em áreas de comércio. Com isso os produtos originários do Brasil (ou de países em condições semelhantes) não podem concorrer no mercado internacional, perdendo com o correr dos anos suas posições competitivas.

⁴ algodão no Sudão, República Árabe Unida, Síria; milho na África do Sul;

COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL

TABELA - II-B-1-a-1

PARTICIPACÃO PERCENTUAL DAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS
SÔBRE AS EXPORTAÇÕES TOTAIS DAS SEGUINTEZ ÁREAS - F O B

A N O	MUNDIAL	AMÉRICA LATINA	SUBDESENVOLVIDO
1928	1,4	16,0	4,7
1938	1,3	17,9	4,4
1946	2,8	24,3	8,9
1947	2,3	19,4	7,5
1948	2,1	17,9	6,2
1949	1,9	19,4	6
1950	2,4	19,8	7,1
1951	2,3	22,6	7,3
1952	1,9	20,0	6,6
1953	2,1	20,1	7,2
1954	2,0	19,8	7,1
1955	1,7	17,8	5,7
1956	1,6	17,1	5,8
1957	1,4	16,1	5,3
1958	1,3	16,7	5
1959	1,3	16,8	5,1
1960	1,1	16,0	4,7
1961	1,2	17,3	5,2
1962	0,97	14,1	4,2
1963	1,0	14,8	4,5

FONTE: International Financial Statistics - F M I

COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL

TABELA - II-B-1-a-2

EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS PARA AS PRINCIPAISÁREAS E PAÍSESF O B

VALOR EQUIV.: US\$ 1.000

4) TOTAL, MCE. e ALALC

ANOS	TOTAL	M.C.E.		ALALC	
		PARA A ÁREA	%	PARA A ÁREA	%
1947	21.179	-	-	2.771	13,1
1948	21.697	3.732	17,2	2.728	12,6
1949	20.153	2.761	13,7	2.066	10,3
1950	24.913	3.164	12,7	1.887	7,6
1951	32.514	3.316	10,2	2.586	8,0
1952	26.065	3.336	12,8	2.298	8,8
1953	1.539.120,1	341.288,9	22,2	108.792,9	7,1
1954	1.561.836,4	400.108,1	25,6	143.490,0	9,2
1955	1.423.245,5	263.102,5	18,5	145.198,1	10,2
1956	1.482.019,8	258.627,4	17,5	99.752,2	6,7
1957	1.391.606,8	214.147,3	15,4	139.822,0	10,0
1958	1.242.984,9	217.776,5	17,5	143.091,4	11,5
1959	1.281.968,5	253.254,9	19,8	74.904,1	5,8
1960	1.268.772,4	248.743,8	19,6	86.388,9	6,8
1961	1.402.970,0	313.390,3	22,3	95.207,7	6,8
1962	1.214.185,5	289.496,2	23,8	75.804,1	6,2
1963	1.406.479,7	393.606,1	28,0	76.045,8	5,4
1964	1.429.790,0	372.195,6	26,0	132.771,3	9,3

FONTE: Relatório do Banco do Brasil S/A - para os anos 1947 a 1952.

SEEF - Serviço de Estatística Econômico Financeira - MF dos anos 1953 a 1964. Os anos 1946 a 1952 estão em milhões de cruzeiros e de 1953 a 1964 em mil dólares.

Na versão final do diagnóstico os valores do período 1947/52 serão apresentados em dólares.

COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL

TABELA - II-B-1-a-2

EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS PARA AS PRINCIPAISÁREAS E PAÍSESF O B

VALOR EQUIV.: US\$ 1.000

B) E.U.A., REINO UNIDO, SUÉCIA

ANOS	E.U.A.		REINO UNIDO		SUÉCIA	
	PARCIAL PA RÁ O DESTINO	%	PARCIAL PA RÁ O DESTINO	%	PARCIAL PA RÁ O DESTINO	%
1947	8.214	38,8	1.652	7,8	511	2,4
1948	9.384	43,3	2.049	9,4	383	1,8
1949	10.117	50,2	1.713	8,5	580	2,9
1950	13.584	54,5	2.078	8,3	820	3,3
1951	15.936	49,0	3.144	9,7	869	2,7
1952	13.439	51,5	709	2,7	1.161	4,5
1953	745.261,8	48,4	70.664,0	4,6	54.203,4	3,5
1954	578.378,0	37,0	74.445,7	4,8	56.273,1	3,6
1955	601.525,7	42,3	60.377,3	4,2	48.560,7	3,4
1956	734.354,9	49,6	53.438,4	3,6	57.490,2	3,9
1957	659.141,4	47,4	66.134,8	4,8	45.725,3	3,3
1958	534.401,6	43,0	53.553,7	4,3	43.237,8	3,5
1959	592.140,8	46,2	72.527,7	5,7	37.403,6	2,9
1960	563.658,8	44,4	64.573,7	5,1	41.535,6	3,6
1961	562.773,4	40,1	61.873,2	4,4	43.703,8	3,1
1962	484.795,6	39,9	53.888,1	4,4	43.360,2	3,6
1963	530.918,8	37,7	55.436,1	3,9	42.953,0	3,1
1964	474.341,3	33,2	62.978,2	4,4	51.344,9	3,6

FONTE: Relatório do Banco do Brasil S/A - para os anos 1947 a 1952.

SEEF - Serviço de Estatística Econômica Financeira - MF dos anos 1953 a 1964. Os anos 1946 a 1952 estão em milhões de cruzeiros e de 1953 a 1964 em mil dólares. Na versão final do diagnóstico os valores do período 1947/52 serão apresentados em dólares.

COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL

TABELA - II-B-1-a-2

EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS PARA AS PRINCIPAISÁREAS E PAÍSESF O B

VALOR EQUIV.: US\$ 1.000 C) JAPÃO, U.R.S.S., DEMAIS PAÍSES

ANOS	JAPÃO		U.R.S.S.		DEMAIS PAÍSES	
	PARCIAL PA RÁ O DESTINO	%	PARCIAL PA RÁ O DESTINO	%	PARCIAL PA RÁ O DESTINO	%
1947	-	-	-	-	-	-
1948	16	-	-	-	3.405	16,1
1949	35	-	-	-	2.881	14,3
1950	199	0,8	-	-	3.181	12,8
1951	302	0,9	-	-	6.361	19,6
1952	349	1,3	-	-	4.773	18,3
1953	40.812,2	2,7	-	-	178.096,9	11,6
1954	68.314,9	4,4	-	-	240.826,6	15,4
1955	56.214,4	3,9	697,2	0,0	247.569,6	17,4
1956	37.172,4	2,5	-	-	241.185,2	16,3
1957	37.470,1	2,7	226,8	0,0	228.939,1	16,5
1958	24.508,6	2,0	-	-	226.415,3	18,2
1959	30.750,8	2,4	3.714,2	0,3	217.272,4	16,9
1960	30.763,2	2,4	13.346,5	1,1	219.761,9	17,3
1961	42.610,9	3,0	19.229,0	1,4	264.181,7	18,8
1962	29.071,1	2,4	39.007,1	3,2	198.763,1	16,4
1963	31.516,8	2,2	40.107,5	2,9	235.895,6	16,8
1964	27.832,3	1,9	37.146,1	2,6	271.180,3	19,0

FONTE: Relatório do Banco do Brasil S/A - para os anos 1947 a 1952.

SEEF - Serviço de Estatística Econômico Financeira - MF dos anos 1953 a 1964. Os anos 1946 a 1952 estão em milhões de cruzeiros e de 1953 a 1964 em mil dólares.

Na versão final do diagnóstico os valores do período 1947/52 serão apresentados em dólares.

Faremos em seguida uma breve análise do destino (por países, e grupos de países) das exportações brasileiras, no período 1947-64. Por grupo de países, entendemos unidades econômicas, como é o caso do Mercado Comum Europeu - MCE, da Área Latino-Americana de Livre Comércio - ALALC, e do Conselho de Assistência Econômica Mútua - COMECON. Estudaremos, ainda, os seguintes países isolados: Estados Unidos, Reino Unido, Suécia, Japão e URSS, conforme Tabela II-B-1-a-2.

Durante o período 1947-50, 13,5% das exportações brasileiras destinaram-se a países do Mercado Comum Europeu, enquanto no período de 1961-64 estas cifras cresceram para 25%. Todos os países dentro deste grupo, exceto a França, aumentaram suas cotas no total exportado pelo Brasil. A participação francesa declinou de 5,9%, em 1955, a 3,5% em 1964, e nestes mesmos anos, em valores, a cota desse país caiu de 91.6 a 50.2 milhões de dólares americanos.

O declínio nas compras da França de produtos brasileiros é em grande parte devido ao tratamento preferencial garantido pela França a suas antigas e atuais colônias, muitas das quais possuem uma composição de exportação muito similar à brasileira.

A elevação da cota dos outros países do grupo deve-se em grande parte à crescente prosperidade desses países, ou seja, à melhoria na sua capacidade de expandir suas compras do Brasil. Por exemplo, em 1950, a Alemanha absorveu somente 1,3% das exportações brasileiras, passando em 1964 para 9,3%.

Os países da ALALC não têm absorvido parte significativa das exportações brasileiras. De 1959 a 1963, a participação do grupo sobre o total apresentou-se ao redor de ... 6,2%, enquanto que, no quinquênio anterior (1954-58) a percentagem média de participação foi de 9,5%. Entretanto, em 1964, a participação da ALALC elevou-se, chegando a 9,3%, com um aumento de 72% sobre o ano anterior e 48% sobre a média dos quatro anos anteriores (1960 a 1963). Ao longo do período 1947-53 a participação caiu em quase 40%, considerando-se as cifras dos anos extremos.

O comércio brasileiro dentro da ALALC é feito

principalmente com os países limítrofes (1). Nos anos de ... 1960-63, cêrca de 86% das exportações brasileiras para a ALALC foram destinadas a êstes países, tendo a Argentina participado com 65% e o Chile com 12%. Tem-se observado um incremento bastante acentuado na participação do Chile e do México.

Recentemente os países do COMECON (1960-64) têm incrementado suas compras originadas do Brasil, participando com uma cota de 6% no total exportado pelo país, quando era apenas de 3,5% a participação nos anos de 1947-51. Entretanto, no período de 1953 a 1957 a participação foi consideravelmente mais elevada (cêrca de 10%) (2), declinando, entretanto, nos anos de 1958 e 1959. A recuperação deu-se apenas a partir de 1960.

Aquêle comportamento das exportações brasileiras para a área do COMECON deve-se principalmente ao interesse daqueles países, no início dos anos cinquenta, em incentivar suas relações com os países subdesenvolvidos, a fim de abastecer-se de produtos primários tais como café, cacau e hematita. Também o Brasil, por esta mesma época, interessou-se em manter relações com os países planificados, a fim de obter novos mercados para seus produtos de exportação.

Os Estados Unidos têm sido os maiores importadores dos produtos brasileiros. Após a 2ª Guerra Mundial, a participação dêsse país nas exportações brasileiras cresceu de 39% em 1947 para 54,4% em 1950. Sobretudo a partir de ... 1950 tornou-se visível o declínio da participação norte-americana, atingindo em 1964 apenas 33,2%.

Outros importadores significantes de produtos brasileiros - principalmente café - são o Reino Unido e a Suécia, os quais apresentaram durante os últimos dez anos uma participação média de 4,4% e 3,3% respectivamente. Entretanto, enquanto a tendência do primeiro é negativa, a do segundo tem sido positiva.

(1) - "Estudio Económico de América Latina" - 1965 - CEPAL - Nações Unidas - Santiago, Chile - Volume II - pag. 26.

(2) - Estudo Macro-Económico do Bloco Soviético - Serviço Técnico de Análise e Planejamento (STAP) - Ministério das Relações Exteriores - Rio de Janeiro - 1965.

A partir de 1953 a participação japonesa conseguiu atingir níveis superiores a 2%, oscilando ao redor de 2,5% até 1964 (a exceção de 4,4% em 1954 e 3,9% em 1955). Com a URSS as relações de venda do Brasil somente começaram a tomar algum impulso a partir de 1960, atingindo a percentagem de 1,1%, e apresentando nos anos seguintes uma animadora taxa de crescimento, como se pode verificar de 1961 a 1964, respectivamente, com 1,4%, 3,2%, 2,9% e 2,6%.

b. COMPOSIÇÃO DAS EXPORTAÇÕES

O estudo da composição das exportações brasileiras pode ser feito obedecendo a dois critérios. O primeiro critério obedece a classificação por grupos principais, segundo a Tabela II-B-1-b-1. De acordo com esta classificação, temos quatro grupos: matérias-primas, gêneros alimentícios, manufaturas e animais vivos (1). O grupo mais importante é o de gêneros alimentícios (devido ao café, cuja contribuição nos anos 1960 a 1964 foi de 53% do total das exportações brasileiras; essa participação vem caindo, e, em relação ao período.. 1949-54, sofreu um declínio de 10%. A participação do grupo no total das exportações tem oscilado no decorrer do período (1945-1964); as médias por quinquênio têm sido: 1945/49-..... 55,3%; 1950/54-76,0%; 1955/59-76%; 1960/64-64,9%. Esta oscilação torna-se mais acentuada se se comparam as médias anuais

Em seguida temos o grupo de matérias-primas, cujo principal produto é o minério de ferro - com cerca de 5% nas exportações totais dos últimos cinco anos - seguido do manganês, com participação de 2% no total do período considerado. As médias quinquenais das matérias-primas foram: 1945/49-36,5%; de 1950/54-23,0%; 1955/59-20,9%; e 1960/64-30,9%.

A seguir viria o grupo de manufaturas, cujo principal produto é o óleo de hortelã-pimenta, contribuindo com cerca de 0,25% para o total das exportações brasileiras no período de 1961-63. Este grupo já apresentou cifras mais elevadas de participação na exportação do país do que as atuais. En

(1) Devemos observar a Tabela II-B-1-b-2, que apresenta uma classificação por principais produtos.

COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL
TABELA - II-B-1-b-1
EXPORTAÇÕES (FOB) POR PRINCIPAIS GRUPOS

PERÍODO	TOTAL		MATÉRIAS-PRIMAS		GÊNEROS ALIMENTÍCIOS		MANUFATURAS		ANIMAIS VIVOS	
	US\$ 1.000.000	TOTAL	US\$ 1.000.000	PERCEN- TAGEM	US\$ 1.000.000	PERCEN- TAGEM	US\$ 1.000.000	PERCEN- TAGEM	US\$ 1.000.000	PERCEN- TAGEM
1945	655,5	100	241,2	36,8	292,0	44,6	122,2	18,6	0,1	0
1946	985,4	100	409,8	41,6	501,8	51,0	72,8	7,4	1,0	0
1947	1.152,3	100	446,9	38,8	614,1	53,3	91,1	7,9	0,2	0
1948	1.180,6	100	428,2	36,3	706,9	59,9	45,1	3,8	0,4	0
1949	1.096,4	100	315,7	28,8	745,2	68,0	35,3	3,2	0,2	0
1950	1.355,4	100	322,7	23,8	1.016,1	75,0	16,6	1,2	0,0	0
1951	1.768,8	100	523,3	29,6	1.225,2	69,3	20,3	1,1	0,0	0
1952	1.418,4	100	249,7	17,6	1.159,2	81,7	9,5	0,7	0,0	0
1953	1.539,6	100	291,6	18,9	1.237,2	80,4	10,8	0,7	0,0	0
1954	1.562,4	100	394,8	25,3	1.152,0	73,7	15,6	1,0	0,0	0
1955	1.423,2	100	342,5	24,1	1.056,3	74,2	24,4	1,7	0,0	0
1956	1.482,0	100	279,5	18,9	1.175,3	79,3	26,8	1,8	0,4	0
1957	1.391,6	100	321,9	23,1	1.043,4	75,0	26,1	1,9	0,2	0
1958	1.242,9	100	274,4	22,1	945,3	76,0	23,2	1,9	0,0	0
1959	1.282,0	100	209,9	16,4	966,8	75,4	104,8	8,2	0,5	0
1960	1.268,8	100	296,5	23,3	935,9	73,8	36,4	2,9	0,0	0
1961	1.403,0	100	417,8	29,8	934,7	66,6	50,3	3,6	0,2	0
1962	1.214,2	100	386,6	31,8	792,2	65,3	35,4	2,9	0,0	0
1963	1.406,5	100	397,4	28,3	968,1	68,8	41,0	2,9	0,0	0
1964	1.429,8	100	420,5	41,3	944,2	52,0	65,1	6,7	0,0	0

FONTE: Boletins da SUMOC

SEEF - Serviço de Estatística Econômica Financeira

COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL

TABELA - II-B-1-b-2

PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS PRINCIPAIS PRODUTOS (%)
VALOR

ANOS	TOTAL	Café em grão	Cacau Derivada (1) dos	Algodão em rama	Fumo	Minérios de Ferro(2)	Sisal	Açúcar de cana	Minérios de Manganês	Pinho (3)	Outros
1946	100,0	35,3	3,6	16,1	2,7	0,02	0,1	0,4	0,2	3,3	38,25
1947	100,0	36,6	4,9	14,5	1,7	0,07	0,4	1,0	0,1	3,3	37,18
1948	100,0	41,6	4,9	15,6	1,2	0,2	0,5	3,2	0,1	3,6	28,98
1949	100,0	57,61	5,33	9,96	1,39	0,51	0,58	0,38	0,24	2,90	21,10
1950	100,0	53,86	6,48	7,77	1,64	0,49	0,98	0,24	0,20	2,43	15,91
1951	100,0	59,82	4,40	11,76	1,08	0,73	1,33	0,20	0,15	2,85	17,68
1952	100,0	73,69	3,23	2,45	1,34	2,02	0,96	0,36	0,32	2,28	13,35
1953	100,0	70,69	5,65	6,61	1,07	1,48	0,25	1,46	0,36	2,51	9,92
1954	100,0	60,68	9,14	14,28	1,18	1,38	0,58	0,79	0,20	2,42	9,35
1955	100,0	59,30	6,99	9,23	1,30	2,11	0,79	3,30	0,38	4,10	12,50
1956	100,0	69,49	5,25	5,79	1,38	2,37	1,01	0,11	0,56	2,27	11,77
1957	100,0	60,76	6,42	3,18	1,26	3,46	0,80	3,30	2,69	4,61	13,52
1958	100,0	55,31	9,25	2,00	1,24	3,17	0,90	4,62	2,42	4,17	16,92
1959	100,0	57,18	6,63	2,77	1,21	3,41	1,37	3,34	2,36	2,98	18,75
1960	100,0	56,17	7,39	3,59	1,47	4,22	1,66	4,56	2,35	3,37	15,22
1961	100,0	50,64	4,33	7,82	1,92	4,28	1,65	4,67	2,27	3,40	19,02
1962	100,0	52,93	3,38	9,24	1,96	5,72	1,89	3,25	2,27	3,18	16,18
1963	100,0	53,20	3,61	8,12	1,72	5,04	2,39	5,15	1,75	2,66	16,36
1964	100,0	53,13	3,20	7,57	1,98	5,64	2,62	2,32	1,44	3,25	18,86

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Serviço de Estatística Econômica e Financeira (Ministério da Fazenda)

(1) - Cacau em amêndoas e manteiga de cacau

(2) - Principalmente hematita

(3) - Principalmente tábuas de pinho, simplesmente preparadas

trretanto, a média dos últimos 6 anos (1959-64) indica franca recuperação considerando-se os 9 anos anteriores (1950-58). Observamos que as médias dos 3 períodos estudados indicam 3 etapas com tendências distintas: a primeira (1945-49) com uma média de 8,0% (1945 participou em 18,6%); a segunda (1950-58) com 1,5%, e a terceira (1959-64) com 4,6%.

Finalmente, o grupo de animais vivos é praticamente nulo, como se pode ver na Tabela II-B-1-b-1.

No segundo critério a classificação obedece à utilização do produto (1), se no setor de bens de produção ou no de bens de consumo, conforme Tabela II-B-1-b-3. Podemos observar que mais de 90% do valor das exportações no período.. 1955-63 foi em bens de produção, sendo que nesta categoria pre valem os bens não duráveis (75%) para a produção de alimentos, bebidas e fumos (em declínio nos últimos 3 anos do período, 1961 a 1963, porém com uma média de 47%); os bens exportáveis para indústria e comércio elevaram-se em 30% no período. A exportação de bens de consumo elevou-se em 20% nestes anos, porém nos anos 1958 a 1959 quase triplicou. Observa-se que neste período aqueles produtos que sofreram alguma transformação tiveram suas exportações consideravelmente elevadas, apesar de ainda manterem níveis baixos em relação aos demais produtos exportáveis.

Na parte II-B-4 será feita a análise das exportações por produto incluindo maiores detalhes sobre o destino, condições de preços e políticas adotadas.

(1) Convém ressaltar que esta segunda classificação não é muito usual, devido a não indicar o grau de elaboração das exportações de países exportadores de materias-primas.

COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL

TABELA - II-B-1-b-3

EXPORTAÇÃO - F O B

% (PERCENTAGEM DO VALOR)

DISCRIMINAÇÃO	I-BENS DE PRODUÇÃO/A - DURÁVEIS								
	PERCENTAGEM								
	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963
TOTAL GERAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
I - BENS DE PRODUÇÃO	95,3	94,0	93,5	88,2	88,5	92,3	90,5	92,5	94,2
A - DURÁVEIS	7,9	8,1	15,3	14,5	11,8	17,2	17,4	18,5	15,4
1 - Equipamento e aparelhamento para a agricultura, a indústria e o comércio	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	1,1	1,2	0,9
a) Produtos brutos (animais vivos, exceto os destinados a alimentação)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
b) Produtos tendo sofrido uma transformação mais adiantada	0,2	0,2	0,1	0,2	0,1	0,2	1,1	1,2	0,9
2 - Outros produtos duráveis para a indústria e o comércio	7,6	7,9	15,1	14,3	11,6	17,0	16,2	17,3	14,5
a) Produtos brutos	3,2	4,5	8,6	8,5	7,6	11,1	10,7	12,2	10,1
b) Produtos tendo sofrido uma transformação simples	4,4	3,4	6,5	5,7	3,9	5,7	5,5	4,9	4,3
c) Produtos tendo sofrido uma transformação mais adiantada	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1

- continua -

continuação da Tabela II-B-1-b-3

I - BENS DE PRODUÇÃO/B - NÃO DURÁVEIS

DISCRIMINAÇÃO	PERCENTAGEM								
	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963
B - NÃO DURÁVEIS	87,4	85,9	78,3	73,7	76,7	75,1	73,2	74,0	78,7
1 - Para a produção de alimentos, bebidas e fumo	69,4	71,1	64,5	56,8	57,9	55,2	45,7	45,5	51,9
a) Produtos brutos	64,5	70,1	57,6	47,6	51,1	46,6	38,3	38,6	43,1
b) Produtos tendo sofrido uma transformação simples	4,9	1,1	6,9	9,2	6,8	8,6	7,4	6,9	8,7
2 - Para a agricultura	0,5	0,3	0,1	0,4	1,1	1,3	1,3	1,2	1,3
a) Produtos brutos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,1
b) Produtos tendo sofrido uma transformação simples	0,4	0,3	0,1	0,3	1,1	1,2	1,3	1,2	1,6
3 - Para a indústria e o comércio (exceto combustíveis e lubrificantes)	17,6	14,5	13,3	13,1	14,9	17,7	24,6	26,7	24,3
a) Produtos brutos	14,4	11,3	8,4	7,4	10,9	11,6	17,9	20,7	18,6
b) Produtos tendo sofrido uma transformação simples	2,2	2,5	4,1	4,5	3,1	4,1	4,7	4,2	3,7
c) Produtos tendo sofrido uma transformação mais adiantada	0,9	0,7	0,8	1,2	1,0	2,0	2,0	1,9	2,0
4 - Combustíveis, lubrificantes, produtos para iluminação e outros derivados do carvão e do petróleo	0,0	0,0	0,3	3,4	2,6	0,9	1,5	0,6	0,9
a) Produtos brutos	0,0	-	-	3,1	2,6	0,8	1,5	0,5	0,9
b) Produtos tendo sofrido uma transformação simples	0,0	0,0	0,3	0,3	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1

- continua -

continuação da Tabela II-B-1-b-3

II - BENS DE CONSUMO/III-PRODUTOS NÃO CLASSIFICADOS

DISCRIMINAÇÃO	PERCENTAGEM								
	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963
II - BENS DE CONSUMO	4,5	5,7	6,1	11,5	11,4	7,6	9,3	7,3	5,5
A - DURÁVEIS	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,1	0,1	0,3	0,3
1 - Produtos prontos para uso direto dos consumidores	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,1	0,1	0,3	0,3
c) Produtos tendo sofrido uma transformação mais adi- antada	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,1	0,1	0,3	0,3
B - NÃO DURÁVEIS	4,5	5,7	6,1	11,5	11,2	7,5	9,1	7,0	5,2
1 - Gêneros alimentícios, bebidas e fumo	4,4	5,6	6,0	11,4	11,1	7,3	9,0	6,8	5,1
a) Produtos brutos	3,6	3,5	4,3	5,8	4,1	5,0	4,7	4,0	3,1
b) Produtos tendo sofrido uma transformação simples	0,5	1,6	1,3	3,6	3,2	1,1	2,6	1,5	0,7
c) Produtos tendo sofrido uma transformação mais adi- antada	0,4	0,4	0,4	1,9	3,8	1,2	1,7	1,3	1,2
2 - Outros produtos não duráveis, produtos para uso dire- to dos consumidores	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2
c) Produtos tendo sofrido uma transformação mais adi- antada	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2
III- PRODUTOS NÃO CLASSIFICADOS	0,2	0,2	0,3	0,3	0,2	0,2	0,2	0,3	0,4
1 - Produtos não especificados, transações especiais e ou- tros produtos não especificados	0,2	0,2	0,3	0,3	0,2	0,2	0,2	0,3	0,4

FONTE: Revista do Conselho Nacional de Economia.

2 - CAPACIDADE DE IMPORTAR GERADAS PELAS EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS

A razão econômica para exportar é que assim fazendo um país pode adquirir bens, serviços, etc., no estrangeiro em troca de seus produtos. Aquelas importações no país são de maior valor do que qualquer resultado obtido de um uso alternativo das exportações ou de um emprêgo alternativo dos recursos usados para produzir as exportações.

A capacidade de adquirir importações geradas pelas exportações brasileiras será analisada abaixo, para o período 1946-63. O método usual de medir a capacidade de importar gerada pelas exportações (idêntico aos estudos da CEPAL) não foi considerado neste estudo devido à imprecisão dos dados disponíveis e também por razões metodológicas. Assim, outra metodologia para aquela quantificação foi introduzida - cuja mecânica está explicada a seguir com as respectivas observações.

A capacidade de importar gerada pelas exportações brasileiras será apresentada em termos reais, bruto, líquido e per capita. Os resultados da análise estão descritos de acordo com as tabelas II-B-2-a e II-B-2-b.

GERAL (Tabela II-B-2-a)

A coluna A da Tabela II-B-2-a relaciona, em dólares correntes, a receita das exportações do Brasil durante os anos que se seguiram à II Guerra Mundial.

A coluna B mostra, com base nos preços de ... 1953, o valor dessa receita, representado em termos do potencial de aquisições de importações. A coluna B revela, por exemplo, que as exportações brasileiras realizadas no ano de 1958 poderiam adquirir, em importações, 1.186 milhões de dólares - caso as mercadorias importadas pelo Brasil em 1958 ti

vessem conservado os seus preços de 1953 (1). Portanto, muito embora hajam as exportações brasileiras sofrido, entre os anos de 1953 e 1958, um decréscimo de 296 milhões de dólares (coluna A), tal decréscimo significou, na realidade, uma redução de 354 milhões de dólares (coluna B), em termos de poder aquisitivo (bruto) de importações.

O confronto entre as colunas A e B revela que, durante o período de 1946-1963 (2) o valor em US dólares, das exportações brasileiras sofreu um acréscimo anual médio de cerca de 2.6%. Nesse mesmo período, o índice do aumento do poder aquisitivo (bruto) de importações dessas mesmas exportações foi inferior, com uma média anual de 1,9%. A diferença entre esses dois índices é consequência da alta do preço unitário das importações brasileiras.

As despesas com seguro e frete, isto é, a diferença entre os valores CIF e FOB, constituem importante componente dentro do preço total das importações. Essas despesas que recaem sobre as importações brasileiras foram adaptadas de acordo com os correspondentes níveis de exportações (3), e, posteriormente, deduzidas do poder aquisitivo bruto de importações (coluna B) a fim de fornecer os números da coluna C -os quais demonstram o poder aquisitivo líquido (ou FOB) das exportações brasileiras. De 1946 a 1963, houve nas exportações brasileiras um aumento anual médio do seu poder aquisitivo líquido de importações correspondente a cerca de 2.2%, índice este superior ao correspondente índice do aumento do poder aquisitivo bruto de importações. Tal diferença demonstra que a incapacidade revelada pelos aumentos das exportações brasileiras (em termos de US dólares) em conseguir manter o seu poder aquisiti

(1) - Cada cifra da coluna B é o produto da cifra relativa ao mesmo ano na coluna A e o correspondente índice de preço. O índice de preço para cada ano foi determinado pelas alterações, desde 1953, nos preços de exportação dos países fornecedores do Brasil e os valores dessas alterações receberam pesos de acordo com a composição das importações brasileiras desses países para o ano em questão. Em alguns casos, onde não se dispunha dos preços de exportação foram utilizados índices de preços por atacado de cada país, adaptados de acordo com as variações da taxa de câmbio.

(2) - Alguns dos dados disponíveis sobre comércio exterior para o ano de 1964 são ainda baseadas em estimativas; 1963 é, portanto, o último ano empregado neste confronto.

(3) - Este ajustamento consistiu na multiplicação das despesas de seguro e frete pela relação de:

a) poder aquisitivo bruto de importação das exportações brasileiras (coluna B); e
b) importações para cada ano.

vo de importações não pode ser atribuída à alta das respectivas despesas com seguro e frete - mas sim à alta dos preços de exportação (FOB) das importações brasileiras. As cifras da coluna D demonstram mais uma vez essa tendência ao revelarem que, durante os anos em pauta (até 1963), ocorreu uma baixa geral na percentagem das despesas de frete e seguro sobre os gastos totais das importações.

Em outras palavras, desde o término da II Guerra Mundial vem o poder aquisitivo do Brasil em importações se elevando de uma maneira geral, mais ainda quando consideramos a aquisição de mercadorias importadas em seus mercados de origem, do que o pagamento do custo total dos produtos importados já com suas respectivas despesas de frete e seguro.

TABELA - II-B-2-a

CAPACIDADE DE IMPORTAR GERADA PELAS EXPORTAÇÕES

A N O	= A = Exportações *	Poder Aquisitivo de Im- portações que vem de Ex- portações		= D = Porcentagem de cargas, fretes e se- guros nos custos to- tais de importações
		=B= Bruto	=C= Líquido	
1946	.972	1,042	.876	16,0
1947	1,131	1,244	1,037	16,7
1948	1,180	1,392	1,120	19,5
1949	1,096	1,128	.966	14,4
1950	1,359	1,577	1,409	10,7
1951	1,771	1,709	1,454	14,9
1952	1,416	1,385	1,189	14,1
1953	1,540	1,540	1,302	15,4
1954	1,558	1,583	1,366	13,8
1955	1,419	1,447	1,216	15,9
1956	1,483	1,437	1,219	15,2
1957	1,392	1,337	1,155	13,7
1958	1,244	1,186	1,033	12,9
1959	1,282	1,294	1,140	11,9
1960	1,270	1,255	1,110	11,6
1961	1,405	1,356	1,200	11,5
1962	1,215	1,193	1,054	11,6
1963	1,406	1,384	1,205	13,0
1964 **	1,430	1,354	1,081	20,0

* = 1.000 dólares

** = estimativas

"PER CAPITA" (TABELA - II-B-2-b)

A coluna A da Tabela II-B-2-b demonstra, em base "per capita", que, a partir do término da II Guerra Mundial até o ano de 1951, houve uma elevação do poder aquisitivo líquido das exportações brasileiras. A partir de então, passou a declinar esse poder aquisitivo. Durante o primeiro período, isto é, 1946-1951, o poder de compra (líquido) de importações das exportações brasileiras (coluna B, Tabela I) excedeu o índice anual de expansão demográfica, ou seja, excedeu os 2.4% (4). No período que se seguiu, isto é, de 1952 a 1964, o poder aquisitivo líquido de importações das exportações brasileiras não se expandiu, enquanto que a taxa de crescimento populacional aumentava para 3.0%. (5)

O fato de não haverem as exportações brasileiras conseguido ao menos manter, em base "per capita", seu mesmo nível de poder de compra de importações não quer necessariamente significar que o poder aquisitivo "per capita" total do povo brasileiro estivesse em declínio. Ao contrário, como revela a coluna C desta Tabela II, o poder de compra dos brasileiros, relativamente à aquisição de serviços e produtos fabricados e disponíveis no País (6), vem, de uma maneira geral, se elevando desde o término da II Guerra Mundial.

As cifras da coluna B (primeiramente convertidas para cruzeiros conforme demonstra a coluna A) combinadas às respectivas cifras da coluna C resultam nas constantes da coluna D - e que representam o poder aquisitivo total "per capita" dos brasileiros (7) (8).

(4) - Serviço Nacional de Recenseamento, Brasil, Sinopse Preliminar do Censo Demográfico, 1962, pag. 7.

(5) - loc. cit.

(6) - Serviços e mercadorias disponíveis produzidos domesticamente significam, em valores constantes, o produto nacional líquido, deduzidas as exportações.

(7) - Os valores das exportações para o ano de 1953 (ano-base) foram convertidos para cruzeiros de acordo com a aparente taxa de câmbio de importações (ou melhor, o valor em cruzeiros das importações de 1953 dividido pelo valor em dólares das importações em 1953). O resultado dessa operação foi utilizado para converter os demais valores em dólares - por meio de um índice desses valores - para a moeda nacional do país.

(8) - O termo "poder aquisitivo total" significa o poder de compra proveniente tão-somente da produção brasileira (para os mercados interno e externo), excluindo, portanto, a influência direta de empréstimos, turismo, etc.

TABELA - II-B-2-b

A N O	Poder aquisitivo (líquido) de importações que vem de exportações - "per capita"		Poder aquisitivo doméstico "per capita"	Todo Poder aquisitivo "per capita" (B + C)
	A *	B **	C **	D **
1946	18,5	353		
1947	21,4	408	4,904	5,312
1948	22,6	431	5,316	5,747
1949	19,0	362	5,829	6,191
1950	27,1	517	6,180	6,697
1951	28,4	541	6,718	7,259
1952	21,8	416	6,427	6,843
1953	23,3	445	6,638	7,083
1954	23,9	456	6,869	7,325
1955	20,8	397	6,778	7,175
1956	20,4	389	6,743	7,132
1957	18,6	355	7,214	7,569
1958	16,5	315	7,687	8,002
1959	17,6	336	7,262	7,598
1960	15,7	300	6,760	7,060
1961	16,4	313	7,609	7,922
1962	14,0	267	8,583	8,850
1963	15,5	296	7,277	7,573
1964	13,5	257		

* = US\$ dólares - constantes

** = cruzeiros - constantes

A coluna D revela a rápida ascensão do poder aquisitivo total "per capita" ocorrida entre 1947 e 1951 - ocasião em que se elevaram tanto o poder aquisitivo "per capita" sobre importações proveniente das exportações quanto ao poder aquisitivo "per capita" sobre serviços e produtos de fabricação nacional. O declínio do poder aquisitivo de importações proveniente das exportações brasileiras parece ter sido, a partir de 1951, mais do que compensado pelo aumento do poder aquisitivo "per capita" de serviços e mercadorias de produção nacional(9)

Durante os anos em aprêço, o Brasil tem-se dedicado intensamente ao desenvolvimento da produção nacional como substituição da importação. Quanto à extensão do êxito obtido por tal política, pode-se argumentar que o declínio do poder de compra "per capita" das exportações vem sendo satisfatoriamente compensado pelo crescimento da produtividade brasileira. Em verdade, pode-se mesmo sustentar que tal declínio era necessário a fim de provocar a mobilização dos recursos para a produção de substituições de importações.

Não se pode ignorar que os serviços e produtos nacionais vêm sendo substitutos completos para o potencial de importações do país. Muitos artigos necessários ao desenvolvimento econômico do Brasil não podem ser fornecidos localmente, sendo assim o país obrigado a continuar dependendo de sua capacidade de importar. Portanto, a aparente compensação pela insuficiência demonstrada pelas exportações brasileiras através de uma expansão da produção do mercado interno brasileiro pode ser ilusória com relação ao total poder aquisitivo a longo prazo disponível aos brasileiros.

(9) - Os valores da coluna B podem não retratar, de maneira rigorosa, os valores no Brasil, das mercadorias importadas. O custo total em cruzeiros (conforme retratado pelas condições do mercado interno) para adquirir uma unidade de importação era consideravelmente mais elevado do que o preço em moeda estrangeira multiplicado pela taxa de câmbio apropriada. A esse custo somavam-se taxas de importação, depósitos prévios, etc. Isto significa que os valores em cruzeiros constantes da coluna B seriam, em verdade, maiores, enquanto que os da coluna C seriam relativamente menores para importações reais, muito embora o poder aquisitivo total (conforme coluna D) permanecessem inalterados.

Além disso, nada demonstra que os recursos do Brasil hajam sido tão restritos a ponto de impedirem uma maior expansão das exportações do país, juntamente com a respectiva substituição de importações. Os motivos existentes por detrás do processo de desenvolvimento das exportações brasileiras de após a II Guerra Mundial terão que ser obtidos através de uma análise mais detalhada.

Apresentamos a seguir uma análise, desse tipo, elaborada de acordo com os produtos principais.

3. POLÍTICA CAMBIAL DE EXPORTAÇÃO

O sistema cambial brasileiro no pós-guerra, relativo às exportações, pode ser dividido de um modo geral em quatro fases:

- a) período de taxa de câmbio oficial com monopólio do Banco do Brasil (1946-1952);
- b) período de taxas mistas (médias ponderadas das taxas do mercado oficial e do livre) (7/1/53 a 9/10/53);
- c) período de vigência do sistema de bonificações (9/10/53 a 29/12/59);
- d) mercado de taxa livre com liquidação de parte das cambiais em letras emitidas pelo Banco do Brasil; (a partir de 30/12/59).

A primeira fase (1946-1952) caracterizou-se pela manutenção de uma taxa de câmbio fixa. Ao mesmo tempo, os preços internos cresciam ininterruptamente, em consequência do processo inflacionário que já pressionava a economia do país, naquele período.

Acentuou-se, então, a tendência de contrair ou manter constante a taxa de expansão das exportações. Os produtos exportáveis mais prejudicados foram os chamados gravosos; aqueles cujo custo interno era superior ao seu preço externo. O algodão, pinho e cacau foram os principais produtos gravosos que tiveram suas vendas ao exterior diminuídas, aumentando seus estoques no país, com o conseqüente deterioramento da Balança Comercial.

A necessidade de enfrentar o problema levou a uma reformulação do sistema cambial, consubstanciada na Lei 1.807, de janeiro de 1953, dando origem à segunda fase. Essa lei criou o mercado de taxa livre, e permitiu a transferência parcial ou total dos produtos gravosos para este mercado, a critério da SUMOC (1). A negociação de parte das cambiais de exportação de alguns produtos no mercado de taxa livre, permitida pela SUMOC através das Instruções 48, 53 e 58, provocou

(1) Superintendência da Moeda e Crédito-Banco do Brasil S/A

a elevação da taxa efetiva de câmbio de exportação.

Entretanto, os resultados alcançados ficaram longe daqueles que se esperava, porque os exportadores dos produtos que tinham sido menos favorecidos pela discriminação cambial retinham seus estoques, ao mesmo tempo que exerciam forte pressão sobre o Governo para elevar suas taxas efetivas ao nível da taxa mais alta ou, então, os importadores estrangeiros deixavam de comprar esperando elevações nas taxas efetivas e, com isso, conseguir preços mais baixos em suas moedas.

A terceira fase começou com a Instrução 70, de 9/10/53, da SUMOC, que instituiu o sistema de bonificações para os produtos de exportação, recebendo o café Cr\$ 5,00 por dólar ou seu equivalente em outra moeda e os demais Cr\$ 10,00, além do seu equivalente à taxa do mercado oficial.

Em janeiro de 1955 (Instrução 112) os produtos de exportação foram divididos em 4 categorias, de acordo com a necessidade de maior ou menor bonificação, tendo em vista as possibilidades de colocação no mercado externo e eliminação de estoques dos "gravosos". Essas bonificações representavam uma tentativa de atenuar os efeitos da sobrevalorização externa do cruzeiro, que continuava constituindo um obstáculo ao incremento e diversificação de nossas vendas ao exterior. Os reflexos da inflação sobre os preços internos permaneciam acentuados, intensificando sua elevação em níveis superiores à dos preços externos.

Durante o período de vigência do sistema, as bonificações foram aumentadas diversas vezes, assim como inúmeros produtos reclassificados em categorias mais elevadas ou mais baixas. A adoção dessas medidas tinha por finalidade, além de estimular as exportações daqueles produtos já tradicionais, incentivar a diversificação da pauta de exportação do país. Na realidade, quando se falava em estímulo e diversificação de exportações, o que se procurava fazer era evitar que houvesse queda de nossas vendas ao exterior, pois não havia uma política traçada com a finalidade de incrementar as exportações. Para tanto, procurava-se através destas

bonificações (que podiam ser entendidas como um subsídio aos exportadores) se não igualar o preço interno ao preço externo do produto, pelo menos suavizar as diferenças existentes entre os preços, que tendiam a crescer cada vez mais. Estando os preços internos em contínuo crescimento, e os externos, em cruzeiros, mais ou menos constantes, uma vez que eram ponderados por uma quantia fixa - taxa de câmbio oficial, a defasagem tendia a elevar-se constantemente. As bonificações deveriam, se não suprimi-la, pelo menos atenuá-la. Entretanto, o atraso com que as mesmas eram reajustadas anulava ou reduzia substancialmente os possíveis benefícios que poderiam advir dessa providência.

A primeira modificação de vulto ocorrida no sistema data de outubro de 1958 (Instrução 167), quando foram transferidos para o mercado de taxa livre quase todos os produtos anteriormente integrantes da 4ª categoria, ou seja, aqueles que recebiam bonificação mais elevada. Com isso, procurava-se conceder um estímulo cambial adequado às vendas ao exterior de produtos nacionais que nunca tivessem figurado em nossa pauta de exportação; daqueles que apareciam nas estatísticas com valores meramente simbólicos; e dos que já tinham participado significativamente do total de nossas exportações mas que estavam reduzidos a valores pequenos. Ao mesmo tempo, nossos produtos manufaturados estavam em condições mais favoráveis de conquistar novos mercados.

No decorrer de 1959 o número de categorias de bonificações foi reduzido inicialmente para 3 (Instrução 174) e posteriormente para 2 (Instrução 185); paralelamente continuou a transferência de produtos para o mercado de taxa livre conforme a necessidade de garantir condições competitivas nos mercados internacionais dos mesmos.

A quarta fase começou com a Instrução 192, de 30 de dezembro de 1959, que transferiu para o mercado de taxa livre todos os nossos produtos de exportação, excetuando-se o café em grão, cacau em amêndoas (1ª categoria), derivados de cacau, mamona em bagos, óleo cru mineral e seus derivados (2ª categoria), para os quais continuou em vigor o regime de bonificações. A liquidação da compra de cambiais no mercado de

taxa livre seria feita à base de uma parcela fixa de Cr\$ 130/US\$, paga em dinheiro, enquanto o valor correspondente à diferença entre aquela parcela e a taxa do respectivo contrato de câmbio seria resgatado em letras, emitidas pelo Banco do Brasil, tendente a juros de 6% a.a. no prazo de 6 meses. Embora a referida Instrução tenha representado um grande estímulo às exportações, tal incentivo poderia ter sido maior, caso não houvesse a cláusula do resgate de parte das cambiais em letras do Banco do Brasil.

A Instrução 204, de 13/3/61, que tantas modificações introduziu no sistema cambial com relação às importações, no que se refere às exportações apenas determinou que a parcela resgatável em letras do Banco do Brasil seria fixada em Cr\$ 100/US\$, enquanto a diferença entre este valor e a taxa do contrato de câmbio seria paga em moeda corrente. Ainda em 1961, através das Instruções 205, 206 e 217, completou-se a unificação cambial. A Instrução nº 206, de 22-5-61, diminuiu para Cr\$ 80 por dólar a importância paga aos exportadores em letras do Banco do Brasil, ao mesmo tempo que determinou a redução mensal de Cr\$ 20 por dólar na referida quantia, a partir de 1º-7-61; assim, em novembro de 1961, ficou totalmente eliminada a cláusula do pagamento em letras. Pelas Instruções 205 (12-5-61) e 217 (4-10-61), as cambiais resultantes da exportação de café e cacau, especialmente, passaram a ser negociadas à taxa de mercado livre, embora sujeitas a quotas de contribuição correspondentes a US\$ 22,00 por saca de 60 kg (café) e 15% do valor da cambial (cacau).

A observação do comportamento dos índices de custo de vida (2) e da taxa efetiva de câmbio

(2) Índice do custo de vida na Guanabara - "Conjuntura Econômica", da Fundação Getúlio Vargas - Rio de Janeiro

para exportações (3), no período 1946-52, deixa claro que, em quanto a taxa de câmbio se mantinha constante, os preços internos sofriam contínua elevação (ver Gráfico II-B-3).

O aumento do índice de taxa efetiva de câmbio apresentou-se, de modo geral, mais acentuado que o do índice de custo de vida a partir de 1953 (ver Tabela II-B-3), ano em que foi primeiramente permitida a negociação de parte das cambiais de vários produtos no mercado de taxa livre e surgiu, posteriormente, o regime de bonificações. Embora pareça que as taxas efetivas de câmbio para exportação estavam acompanhando e até superando a perda do valor interno do cruzeiro, tal fato não acontecia. Essas taxas sofriam desvalorizações anuais através de aumento das bonificações, no período 1953-59, que as fazia sobrepujar o aumento do custo de vida do ano anterior, devido às pressões exercidas pelos exportadores. Entretanto, aquelas desvalorizações cambiais eram logo anuladas, pois, enquanto os preços internos aumentavam continuamente, havia um intervalo de tempo considerável entre os reajustamentos das bonificações durante o ano. Ressalte-se que em 1954 e 1956, além desse fato, deve ser levada em consideração a insuficiência dos reajustamentos nas bonificações em relação ao aumento dos preços internos, resultando daí uma elevação mais

(3) - A taxa efetiva de câmbio de exportação utilizada é uma média ponderada das taxas efetivas dos principais produtos de exportação (exclusive café), usando como peso a participação percentual de cada um deles no valor total das exportações (em dólares); deixou-se de lado o café porque este produto esteve sempre sujeito a uma política cambial especial. As taxas efetivas de câmbio para cada produto foram obtidas do seguinte modo: enquanto esteve em vigor o regime de bonificações, a taxa efetiva foi igual a taxa de câmbio oficial acrescida da bonificação correspondente à categoria em que o produto estivesse classificado; como geralmente os produtos mudaram de categoria durante o ano, a taxa efetiva de câmbio anual ficava ponderada pelo número de meses que o produto permanecia em cada categoria. A medida que as exportações de cada produto passavam a ser realizadas no mercado de taxa livre, a taxa efetiva correspondia a taxa do mercado livre menos um deságio resultante de parcela das cambiais que era paga em letras do Banco do Brasil. Todavia, pela Instrução nº 206, de 22.5.61, essa parcela foi reduzida gradativamente, até ser extinta em novembro de 1961; conseqüentemente, a partir de 1962 a taxa efetiva corresponde simplesmente a do mercado livre.

Na série de índices de taxa efetiva de câmbio tomou-se como base o ano de 1953, por questão de homogeneidade, com as demais séries integrantes do presente trabalho, a pesar dos inconvenientes que podem resultar, devido às modificações ocorridas no sistema cambial nesse ano.

COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL

TABELA - II-B-3

ÍNDICES DE CUSTO DE VIDA E DE
TAXA EFETIVA DE CÂMBIO DE EXPORTAÇÃO

BASE: 1953 = 100

ANOS	Índice do custo de vida (1)	Variação anual %	Taxa Efetiva de câmbio de exporta- ção Cr\$ / US\$ (2)	Índice de Taxa Efeti- va de cam- bio de ex- portação	Variação anual %
1946	46	-	18,38	82	-
1947	56	22	18,38	82	-
1948	58	4	18,38	82	-
1949	61	5	18,38	82	-
1950	67	10	18,38	82	-
1951	75	12	18,38	82	-
1952	87	16	18,38	82	-
1953	100	15	22,48	100	22
1954	122	22	27,02	120	20
1955	151	24	41,34	184	53
1956	182	21	44,93	200	9
1957	212	16	52,96	236	18
1958	243	15	65,38	291	23
1959	338	39	114,15	508	75
1960	437	29	159,75	711	40
1961	583	33	245,48	1,092	54
1962	882	52	370,02	1,646	51
1963	1,507	70	553,26	2,461	50
1964	2.889	92	1.210,00	5.382	119

(1) - Custo de Vida na Guanabara; "Conjuntura Econômica" - Fundação Getúlio Vargas

(2) - Taxa efetiva de câmbio de exportação é uma média ponderada das taxas de câmbio efetivas dos principais produtos de exportação (exclusive café), tendo como peso a respectiva participação de cada um deles no valor total das exportações em dólares.

acentuada. no índice de custo de vida que no de taxa efetiva de câmbio.

A transferência de quase todos os produtos de exportação em dezembro de 1959 para o mercado de taxa livre, por conseguinte, não mantendo constante a taxa de câmbio, permitiu que os índices de taxa efetiva tivessem um aumento muito mais acentuado do que os índices de custo de vida nos anos 1960 e 1961. Isto porque a crise cambial de 1960 e 1961 requereu vultuosas compras de divisas no mercado livre pelo Banco do Brasil. Em 1962 e 1963, quando tôdas as operações cambiais já estavam sendo realizadas à taxa do mercado livre, os índices de taxa efetiva de câmbio elevaram-se em ritmo inferior ao do custo de vida. Tal situação ocorreu porque o reesalonamento de dívidas com os países europeus possibilitou a redução das dívidas vencíveis naqueles 2 anos, aliviando assim a posição cambial do país e dando oportunidade ao Banco do Brasil de manter as taxas de mercado livre inalteradas por vários meses, como compensação pela elevação da taxa de câmbio que o referido banco provocara em 1961.

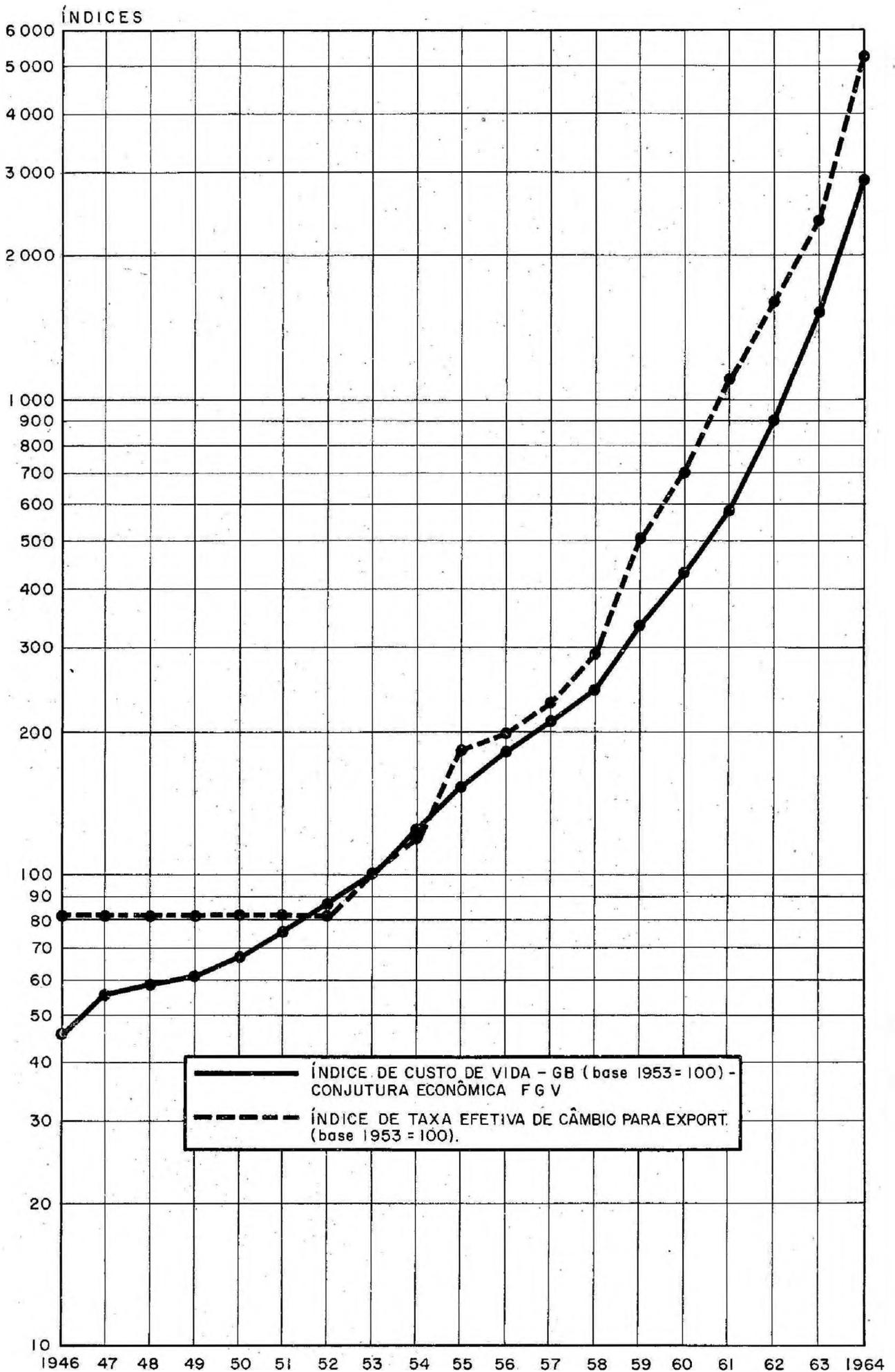
Por outro lado, tendo a economia brasileira alto grau de dependência por determinados produtos importados, o aumento da taxa de câmbio para importação elevava os preços, em cruzeiros, desses produtos, originando-se daí nova pressão sobre os preços internos, o que numa segunda etapa iria causar novo aumento da taxa de câmbio. Assim, formar-se-ia um círculo vicioso entre taxa de câmbio e custo de vida, quando não seria possível distinguir o que era causa ou efeito de seus respectivos aumentos.

Entretanto, outras forças atuam no comportamento da taxa de câmbio, o que torna perfeitamente justificável seu procedimento diverso daquele apresentado pelo custo de vida ao longo do período em estudo.

No caso do Brasil, pode-se dizer que um aumento da taxa de câmbio efetiva para exportação iria trazer, como consequência, uma elevação das exportações do país, o que, por sua vez, tenderia a elevar os meios internos de pagamentos. Isto ocorreria se a intensificação da capacidade exter-

GRÁFICO II-B-3

ÍNDICES DE CUSTO DE VIDA E DE TAXA EFETIVA DE CÂMBIO DE EXPORTAÇÃO



na de compras do país não gerasse um aumento na oferta interna de bens e serviços a fim de anular a diminuição verificada na oferta global, pelo incremento das exportações, ocasionando uma pressão ascendente sobre os preços internos.

4. ANÁLISE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS

a. INTRODUÇÃO

Esta seção do trabalho apresentará uma descrição e análise, por produto, das principais exportações brasileiras. A análise tenta determinar o efeito das políticas governamentais no comportamento das exportações e suas reações aos estímulos através de preços.

Conviria ressaltar de início que a expansão das exportações poderia não compensar os custos de tal operação. Por exemplo: o crescimento da taxa de exportação poderia provocar distorções domésticas (ineficiente alocação de recursos, inflação, etc) e perda de receitas em divisas estrangeiras (quando: 1 - a elasticidade de preços da demanda por importações no resto do mundo por produtos exportáveis do país é menor do que a unidade; 2 - em retaliação, produtos competidores são jogados com mais intensidade no mercado, com a intenção de se promover apenas uma menor receita potencial para o país que inicia a expansão das exportações, etc). Entretanto, torna-se necessário observar se as políticas do governo têm sido consistentes com os estímulos (ou, pelo menos, a manutenção do nível prévio) às exportações brasileiras - para se determinar como aquelas políticas foram aplicadas e quais as reações, nos respectivos mercados dos diferentes produtos, às mudanças naquelas políticas.

Em cada produto apresentado nesta seção o preço interno brasileiro é comparado com o preço de exportação durante os anos de 1946 até 1963 ou 1964.

O preço interno brasileiro considerado foi o correspondente ao preço unitário por atacado nos mercados onde o produto se destinou ao uso doméstico.

O preço de exportação usado nesta seção será chamado de "preço externo ajustado" e corresponde a:

- 1) preço médio unitário em moeda estrangeira (i.é., o valor das exportações - dentro de

um mesmo ano ou durante o período da safra - dividido pela quantidade importada durante o mesmo período);

- 2) convertido para cruzeiros usando-se a taxa de câmbio efetiva.

A taxa de câmbio efetiva corresponde ao total de cruzeiros que o exportador recebe por cada dólar de bens exportados. Tal taxa de câmbio foi determinada para cada produto e para cada ano, sendo igual à média da taxa de câmbio efetiva para o produto durante o ano.

Para se calcular a taxa de câmbio efetiva, a taxa nominal de câmbio foi modificada pela adição de benefícios (ex.: bonificações) e subtrações de custos. Por ex.: um tipo de custo considerado foi a demora em transferir o total de cruzeiros (provenientes da conversão cambial para o exportador). Usaram-se taxas de juros de mercado para se computar o custo daquela demora no pagamento.

Durante os anos aqui analisados, os ganhos em divisas provenientes de certas exportações poderiam ser usados para importar bens relativamente escassos, cujos preços em cruzeiros eram elevados. Sob tais circunstâncias, as taxas efetivas de câmbio disponíveis para converter divisas estrangeiras recebidas das exportações não determinam o valor atual em cruzeiros daquelas receitas das exportações. Nos períodos em que prevaleceu aquela situação, os "preços externos ajustados" estão portanto subestimados. A extensão daquela subestimação dependeria do valor em cruzeiros dos bens importados e o custo do tempo entre a exportação e a venda das importações respectivas. Indicações do valor em cruzeiros das receitas de exportação destinadas para a importação somente foram obtidas em casos limitados, i.é., quando era conhecida a venda do direito a importar.

Para alguns produtos brasileiros não existem dados suficientes que permitam a comparação dos preços internos e externos em cruzeiros. Em tais casos (e quando possível) usamos números índices. Quando não existia uma série de preços internos para certos produtos, a exemplo de bauxita,

manganês, etc, usamos índices de preços de grupos de produtos associados.

Comparações de preços internos e externos numa série de anos podem mostrar a diferença de preços, em cruzeiros, entre o mercado doméstico e o internacional. Então, comparando-se a percentagem da produção brasileira total que foi importada com as diferenças de preços, podemos obter uma indicação da reação das mudanças na exportação oriundas de diferenças de preços. A fim de se efetuar comparações futuras, as mudanças nos preços aos produtores também foi incluída.

Com aquela informação, esperamos que as reações das exportações possam ser medidas quantitativamente e em termos de divisas estrangeiras, o que permitiria uma indicação da oferta de exportação de cada produto estudado.

Aquela oferta de exportação poderia ser usada (com vista a um estudo posterior) para calcular o estímulo mínimo necessário para obter-se um determinado crescimento nas receitas em divisas estrangeiras provenientes da importação (supondo-se que as condições do mercado mundial são conhecidas).

Para o tipo de análise empregada neste estudo, os efeitos de muitos fatores que influenciam as exportações brasileiras não são perceptíveis através das modificações de preços. Portanto, para se determinar as reações das exportações às modificações de preços, deveremos eliminar os efeitos desses fatores na exportação, como, por exemplo, restrições quantitativas, relações especiais no mercado internacional, etc. Entretanto, este estudo considerará aqueles fatores quando houver informações disponíveis. Infelizmente não existem informações precisas para outros tipos de fatores, a exemplo de mudanças de qualidade, contrabando, faturamento irregular e compilação errônea de dados estatísticos, etc.

Os exemplos que se seguem bastam para mostrar a natureza dos problemas envolvidos: durante os anos do período

do estudado, agências governamentais (COFAP e SUNAB) (1) foram encarregadas de regular os preços internos ao consumidor de produtos (geralmente agrícolas) produzidos no país. Um dos métodos para se contornar aqueles problemas seria obter dos órgãos encarregados do controle da exportação, i.é., CEXIM e CACEX (2), limitação nas exportações daqueles produtos (3). Decretos de limitações eram publicados como medidas oficiais, dos quais os relevantes estarão incluídos neste estudo. Entretanto, levamos em consideração que restrições às exportações também existiam através da demora (ou mesmo recusa) em emitir as licenças de exportação, etc. Não existem dados com relação a este 2º método informal de restrição, o qual pode ser tão significativo quanto como o 1º método formal.

Os valores das exportações brasileiras ilegais não são considerados nas estatísticas oficiais do comércio exterior, nem tampouco existem estimativas razoáveis de tais exportações, que pudessem ser incluídas nesta análise. As exportações ilegais têm sido geralmente de duas formas: contrabando e subfaturamento.

(1) - COFAP - Comissão Nacional de Abastecimento e Preços
SUNAB - Superintendência Nacional de Abastecimento

(2) - CEXIM - Carteira de Exportações e Importações
CACEX - Carteira de Comércio Exterior

(3) - Para se testar os resultados positivos desse tipo de política, poderemos medir o valor adicional de bens e serviços que poderiam ter sido importados, no Brasil, daquele total potencial de exportação que foi limitado pelo Governo. Então, poderemos comparar o valor interno dessas importações potenciais com o valor interno do potencial exportado que sofreu restrições. A exigência do controle quantitativo para limitar exportações implica aceitar que o valor interno da parte que deixou de ser exportada era menos do que o valor da capacidade de importação correspondente aquela parte não exportada, aos preços existentes de mercado. Mas os preços (e aparentes valores monetários) foram influenciados pela política cambial do Governo, etc. Assim, o Governo deveria ter preferido pelo menos um mecanismo parcial de ajustamento independente do sistema de preços, que obtivesse um resultado melhor do que o esperado de uma avaliação em termos dos preços existentes (ou o resultado que teria sido esperado caso tivesse havido alterações de preços) para atingir o objetivo desejado - presumivelmente refletido nas mudanças de valores relativos daí resultantes.

Acredita-se que grande quantidade de café tem sido contrabandeado do Brasil para o Paraguai, Guianas Francesa e Inglesa. Os pneus fabricados no Brasil são contrabandeados através dos rios (levados simplesmente pela correnteza) para os países vizinhos, evitando-se impostos, etc. Além disso, é largamente aceito que o subfaturamento tem sido elevado, i.é., significante percentagem do valor real das exportações não tem sido declarada nos documentos necessários para se obter licença de exportação, de onde se coletam os dados estatísticos do setor externo.

Disso resulta que mudança nas técnicas estatísticas e nas classificações podem ter causado variações nos dados estatísticos, sem contudo ter havido variações reais nas exportações.

Os exemplos anteriores servem para apresentar alguns obstáculos que evitariam o isolamento dos efeitos das variações de preços conhecidos no comportamento das exportações brasileiras. Portanto, a análise seguinte pode, no máximo, mostrar tendências gerais entre os preços e exportações, indicando se a política governamental foi consistente com a possibilidade de encorajar exportações.

Tentamos também eliminar a existência de relações entre mudanças nas diferenças de preços interno e externo e variações nas percentagens da produção exportada (4) através de análises de resultados, não considerando, todavia, as influências provenientes de restrições quantitativas, etc. Entretanto, nenhuma relação positiva consistente resultou dessa forma de análise.

Os resultados daí obtidos foram deflacionados e comparados com mudanças nas percentagens da produção exportada. Contudo, a influência das mudanças

(4) - Para se determinar a mudança na diferença de preços aplicou-se a seguinte fórmula:

$(E_t - E_{t-1}) - (I_t - I_{t-1})$ mudança coletiva de preços, onde:

E_t = preço externo ajustado no ano dado

E_{t-1} = preço externo ajustado no ano precedente

I_t = preço interno no ano dado

I_{t-1} = preço interno no ano precedente

de preços nos níveis relativos de exportação, foi notada quando se analisou períodos mais curtos do que em análises de regressão, e assim mesmo somente para alguns produtos.

O problema que mais afetou as importações brasileiras foi a inflação interna, que geralmente se elevou mais rapidamente do que os níveis de preços das exportações e/ou dos países competidores. Portanto, ajustamentos compensativos nas taxas de câmbio efetivas tornaram-se necessários a fim de que se mantivessem os incentivos às exportações. Em outras palavras - *coeteris peribus* - o exportador deveria ter recebido mais cruzeiros por cada dólar proveniente das exportações, a fim de:

- 1) cobrir os custos crescentes, em cruzeiros, da produção;
- 2) atender à crescente demanda interna (em termos monetários).

Da análise acima infere-se que para muito dos produtos exportados as políticas de taxas de câmbio de 1947/1963 foram geralmente suficientes para compensar os efeitos limitativos da inflação nas exportações. Contudo, houve exceções importantes.

Os movimentos das respectivas taxas efetivas de câmbio eram freqüentemente consistentes com a política restritiva às exportações de alguns produtos, a fim de reduzir os preços internos. Isso significou que para tais produtos (por exemplo: milho) a taxa de câmbio efetiva teve constantemente uma elevação menor do que seria necessário para compensar a inflação, o que retardaria o respectivo incentivo à exportação.

As taxas de câmbio não eram normalmente ajustadas especificamente para compensar os efeitos limitativos das exportações ocasionadas pelas quedas autônomas nos preços externos. Isso significou que, quando o valor em dólares da exportação brasileira caía, a taxa de câmbio não era elevada com o intuito específico de manter o nível quantitativo exportado para preservar os ganhos em cruzeiros do exportador. Eventual recuperação (em termos de cruzeiros recebidos) das quedas de preços externos geralmente ocorreram num período de 1 a 3 anos, quando então as taxas de câmbio eram elevadas devido principalmente às pressões inflacionárias internas, provocando aumento nos preços externos.

II-B-4-a

A C Ú C A R - (açúcar de cana)

A participação do açúcar na exportação brasileira, apesar de sua tendência nitidamente crescente durante o período 1946-1963, apresentou altas e baixas relevantes.

Para melhor compreensão podemos dividi-la em períodos: o primeiro, de 1946 a 1952, apresentou uma participação média de 0,83%, sobressaindo-se os anos de 1947 e 1948, pela anormal elevação verificada - 1,0% e 3,2%, respectivamente. Um segundo período, entre 1953 e 1956, de grandes oscilações, com média de 1,41%; a seguir teríamos um período mais longo (1957 a 1964), cuja contribuição parece firmar-se em ritmo ascendente, com uma média de 4,41%.

A produção brasileira, dentro da mundial, tem mantido uma participação relativamente constante. A ligeira queda havida entre os anos 1949 e 1956, deve-se ao mais rápido crescimento da mundial que a brasileira, pois esta última nunca decresceu. Se dividirmos em 3 períodos, teremos os seguintes coeficientes médios de participação: 13% em 1946/50; 13% entre 1951 e 1956 e 14,5% de 1957 a 1963.

A produção brasileira de açúcar destina-se basicamente ao mercado interno. Até 1956, somente em 2 anos (.. 1948 e 1955) uma parte significativa da produção foi exportada - 26,6%, sendo que particularmente nesse ano verificou-se a menor parcela da produção exportada no período em estudo. A partir de 1957 (maior percentagem de produção exportada - 33,6%) observou-se uma elevação bastante acentuada, em relação aos anos anteriores, na percentagem da produção destinada ao mercado externo.

A participação do país na exportação mundial do produto tem sido muito reduzida. Nos anos 1946-1952 não alcançou 0,8%, elevando-se, a partir de então, até atingir 1,8% em 1953-1956; já no período 1958/1963 ascendeu a 4,0%, devido ao problema cubano.

COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL

TABELA - II-B-4-a

ACÚCAR - (cristal e demerara)

ANOS	=A= PRODUÇÃO (sacas 60 kg)	=B= EXPORTAÇÃO (sacas 60 kg)	=C= PERCENTAGEM DA PRODUÇÃO EXPORTADA %	=D= PREÇOS INTERNOS Cr\$/kg	=E= PREÇO EXTERNO AJUSTADO Cr\$/kg	=F= TAXA DE CÂMBIO EFETIVA COMPRA Cr\$/US\$	=G= DIFERENÇA EN- TRE EXPORTAÇÕES DISPONÍVEIS E EFETIVAS (sacas de 60 kg) *
1947	18.352.539	1.025.933	5,6	2,2	3,6	18,38	- 139:170
1948	22.622.512	6.020.950	26,6	2,1	1,9	18,38	1.545:849
1949	23.578.876	645.000	2,7	2,2	2,0	18,38	1.143:803
1950	21.139.500	393.000	1,9	2,6	2,6	18,38	423:243
1951	24.817.491	322.983	1,3	2,6	3,4	18,38	3.273:031
1952	26.595.636	3.377.000	12,7	3,0	2,1	18,38	- 1.113:690
1953	30.802.209	3.533.116	11,5	3,3	1,9	21,71	- 27:501
1954	33.375.565	1.975.650	5,9	3,7	2,4	30,98	3.455:861
1955	35.567.988	9.554.260	26,9	5,5	4,0	48,82	1.049:019
1956	35.463.770	311.100	0,9	6,0	4,8	56,29	+ 8.585:450
1957	37.580.069	12.636.366	33,6	7,7	7,1	65,99	4.575:215
1958	44.377.638	12.636.366	28,5	7,1	6,2	81,42	4.569:316
1959	53.858.690	10.267.900	19,1	9,0	9,6	138,40	5.949:889
1960	50.864.091	12.817.350	25,2	12,0	13,2	176,14	- 49:027
1961	54.349.757	13.054.866	24,0	16,6	21,5	257,08	- 2.046:598
1962	56.433.565	7.420.416	13,1	23,5	33,3	375,00	9.021.281
1963	51.079.365	8.723.100	17,1	43,3	77,0	557,00	

* FONTE - Divisão de Estudos e Planejamento - Instituto do Açúcar e do Alcool

FONTES - I A A

IBGE - Anuário Estatístico do Brasil

SUMOC - Instruções

O preço de exportação (1) do produto vem decaindo desde 1948 até 1962, em cerca de 27%. Convém observar que em 1963 o preço mais que duplicou em relação aos 2 anos anteriores, passando de 3 para 8,50 centavos de dólar por libra; em 1964 caiu a 5,87 centavos de dólar.

Em relação à política cambial adotada nos anos em estudo, pode-se dizer que o açúcar foi bastante beneficiado através de sua classificação na categoria mais elevada de bonificações (Instrução da SUMOC nº 112, de 17.1.55), e, posteriormente, com a transferência da negociação de suas cambiais para o mercado livre.

Os preços externo e interno do açúcar apresentaram um comportamento paralelo de 1947 a 1963. O interno excedeu ao externo durante 10 dos 17 anos neste período, indicando que a política cambial, freqüentemente, não foi um estímulo monetário suficiente para expandir as exportações do açúcar. Foi somente depois de 1959 que a política governamental teve sucesso, por um determinado período, na tentativa de manter o preço externo superior ao interno.

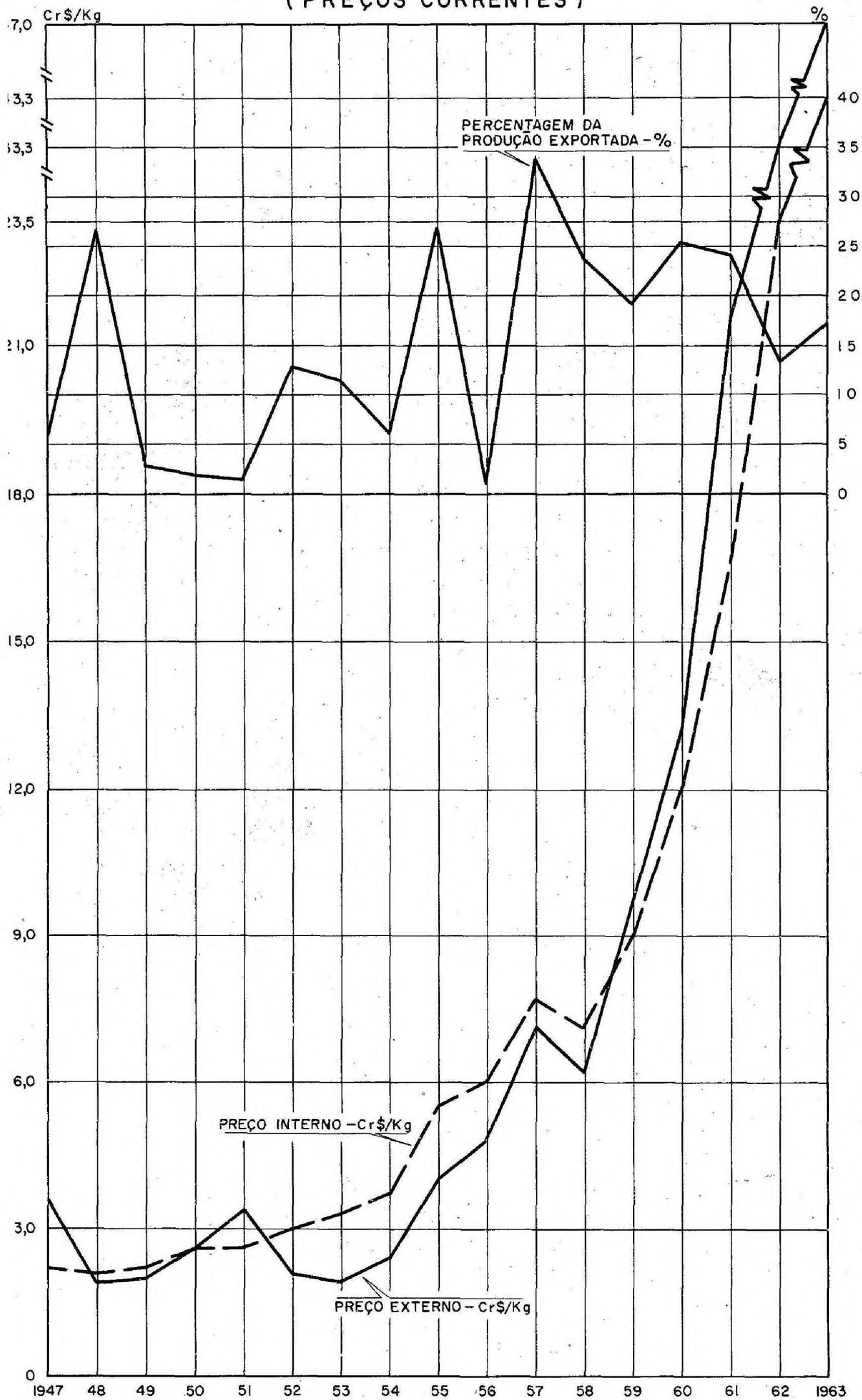
A percentagem da produção total exportada variou fortemente durante o período, sem uma aparente relação com as variações entre o preço interno e externo, como se vê no Gráfico II-B-4-a. Estas variações resultaram, em parte, das cotas asseguradas por alguns países importadores. Os preços externos aqui citados, são os preços médios ponderados das atuais exportações brasileiras. Devido ao preço relativamente elevado do açúcar nos mercados preferenciais (para os quais há distribuição de cotas), o preço obtido pelas exportações adicionais no mercado livre foi freqüentemente inferior ao utilizado como preço externo neste estudo.

Desde a 2ª Guerra Mundial a exportação do açúcar tem sido restrita às cotas fixadas pelo Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). Segundo o sistema usado, uma quantidade de açúcar igual ao consumo interno dos anos precedentes mais uma quota de 10 a 15% destina-se ao consumo doméstico

(1) - "Estudio Económico de América Latina", 1964, volume II, CEPAL, pág. 145 - Santiago - Chile

AÇÚCAR (DEMERARA E CRISTAL)

(PREÇOS CORRENTES)



de cada ano. Após a liberação deste montante para o mercado interno, o restante da produção e os estoques existentes podem ser exportados.

As diferenças estimadas entre as exportações permitidas pelo IAA e as efetivas aparecem na coluna G do Quadro II-B-4-a. No conjunto destas diferenças as mais conservadoras medidas foram empregadas, de modo que, se os resultados são errôneos, elas subestimariam a atual quantidade de açúcar disponível para exportação.

No período em estudo (1947-1963), durante onze anos as exportações efetivas foram consideravelmente inferiores às cotas disponíveis; ou as autoridades estavam restringindo em demasia para forçar a aplicação do sistema, ou outras forças estiveram limitando as exportações. Uma possível força seria a relação entre preços interno e externo. É provável que o preço disponível para as exportações marginais (descritas acima) tenha sido freqüentemente insuficiente para encorajar a exportação do açúcar disponível.

Como resultado, tem-se o constante crescimento dos estoques de açúcar, a despeito do aumento de 37% no consumo per capita (entre 1949 e 1964). No início da safra 1949/50 os estoques de açúcar atingiram 2,5 milhões de sacas, enquanto no começo da safra 1965/66 os estoques alcançaram .. 12,7 milhões de sacas.

ALGODÃO - II-B-4-b

O segundo produto de importância na exportação brasileira é o algodão, o qual, durante os últimos 16 anos, participou com 7% nas receitas totais brasileiras provenientes da exportação. Essa participação tem sido bastante variável, oscilando desde um máximo de 14,3% (em 1954) até um mínimo de 2% (em 1958).

A participação quantitativa brasileira nas exportações mundiais permaneceu em torno da média 6,3%, para os anos de 1934-38, elevando-se imediatamente, depois da 2ª guerra mundial a 14,2% (1946-49) declinando então (exceto em 1954) para cerca de 2,2% (1957-60). Durante os últimos anos (1961-63) a cota brasileira cresceu para 6,1%.

Os principais compradores do algodão brasileiro são: Japão - 19%; Alemanha Ocidental - 19%; França - 8%; Hong-Kong - 7%; Reino Unido - 9%; e Países Baixos - .. 7% (*).

Notável incremento nas compras de algodão brasileiro foi observado por parte da Rússia, passando de uma ínfima participação em 1960 para 20,2% em 1963.

Entre 1947 e 1962, o preço ao produtor, o preço interno por atacado e o preço de exportação, em cruzeiros, moveram-se no mesmo sentido. O preço de exportação permaneceu levemente acima do preço interno, o qual, por sua vez, manteve o mesmo comportamento referente ao preço ao produtor. A taxa de câmbio efetiva (isto é, a taxa de câmbio mais qualquer subsídio de exportação por dólar de algodão exportado) estava sendo mantida em conformidade com a política que visava a manter uma participação constante das exportações dentro da produção brasileira de algodão.

Entretanto, durante esse período, a percentagem da produção total exportada caiu de 82,3%, em 1947, para somente 5,5%, em 1952. Este comportamento não foi consistente

(*) Estas percentagens são baseadas na média de anos do período: 1959-63.

te com as relações dos preços precedentes e resultou do controle quantitativo imposto pelo Governo às exportações de algodão.

As safras anuais eram antecipadamente subtraídas de uma quantidade, a fim de satisfazer às necessidades do mercado interno, equivalente ao consumo interno do ano anterior mais 7%. O excedente era, então, dividido em estoques de reserva (que poderiam ser exportados) e algodão disponível para exportação. Assim, o mecanismo de preços operava somente dentro de áreas limitadas. Apenas aquela parte da produção de algodão destinada à exportação era influenciada pela relação entre os preços descrita acima.

Pela reforma cambial de 19.1.55 (Instrução.. 112, da SUMOC) o algodão foi classificado na 2ª categoria de exportação, tendo alguns meses mais tarde - 3.5.55 (Instrução 115) - passado à terceira. Em 1956 (Instrução 131) caiu para a 2ª categoria devido a problemas de abastecimento interno. Atenuada a crise em 1958, foi novamente transferido para a categoria mais elevada de bonificação - Instrução 157 - passando, finalmente, ao mercado livre pela Instrução 180, de 22.4.59. Entretanto, mantém-se uma cota de contribuição obrigatória e alguns repasses do Banco do Brasil S/A.

A descrição abaixo é baseada em uma defasagem de um ano entre as variações nos preços de exportação e produção. Em 1953, o preço de exportação em cruzeiros cresceu, enquanto o preço interno por atacado caiu quase ao nível do preço ao produtor. A proporção da exportação no total produzido elevou-se a 78%. Nos anos seguintes, o preço interno por atacado cresceu ao nível do preço de exportação, quando, então, a proporção das exportações sobre a produção caiu a 41%.

Entre 1955-57, o preço interno por atacado e o preço ao produtor excederam o preço de exportação. Claramente a taxa de câmbio efetiva não era condizente com uma política de proporcionar incentivo suficiente à exportação. A participação da exportação na produção caiu de 17,3% a 10,6%.

COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL

TABELA - II-B-4-b

ALGODÃO EM PLUMA

ANOS	=A= PRODUÇÃO (ton)	=B= EXPORTAÇÃO (ton)	=C= PERCENTAGEM DA PRODUÇÃO EXPORTADA (%)	=D= PREÇOS DO PRO DUTOR (VALOR MÉDIO DA PRO DUÇÃO (Cr\$/kg)	=E= PREÇOS INTER NOS (MERCADO DE SÃO PAULO TIPO 5) (Cr\$/kg)	=F= PREÇO EXTERNO AJUSTADO * (Cr\$/kg)	=G= TAXA EFETIVA DE CÂMBIO (Cr\$/kg)
1947	346.715	285.473	82,3	9,4	10,6	10,78	18,38
1948	319.584	258.703	80,9	10,9	12,5	13,08	18,38
1949	395.969	139.759	35,3	12,1	13,3	14,36	18,38
1950	393.000	128.845	32,8	16,0	16,7	15,03	18,38
1951	348.791	143.412	41,1	23,2	25,7	26,65	18,38
1952	515.426	28.130	5,5	17,9	19,7	22,75	18,38
1953	374.913	139.515	37,2	16,9	17,0	16,05	22,00
1954	395.229	309.486	78,3	14,1	24,1	15,87	22,01
1955	428.474	175.706	41,0	28,1	30,5	29,22	39,08
1956	423.943	142.931	33,7	29,1	34,0	25,16	41,85
1957	383.279	66.180	17,3	31,1	38,7	27,93	41,82
1958	381.000	40.197	10,6	14,9	50,0	37,67	61,14
1959	465.000	77.584	16,7	19,2	66,1	66,56	145,30
1960	483.000	95.398	19,8	26,7	92,3	87,26	182,60
1961	536.000	205.676	11,2	37,0	133,6	139,99	262,50
1962	609.000	215.915	11,3	54,2	183,8	191,72	369,04
1963	640.000	221.800	11,3	75,1	280,7	293,12	569,05

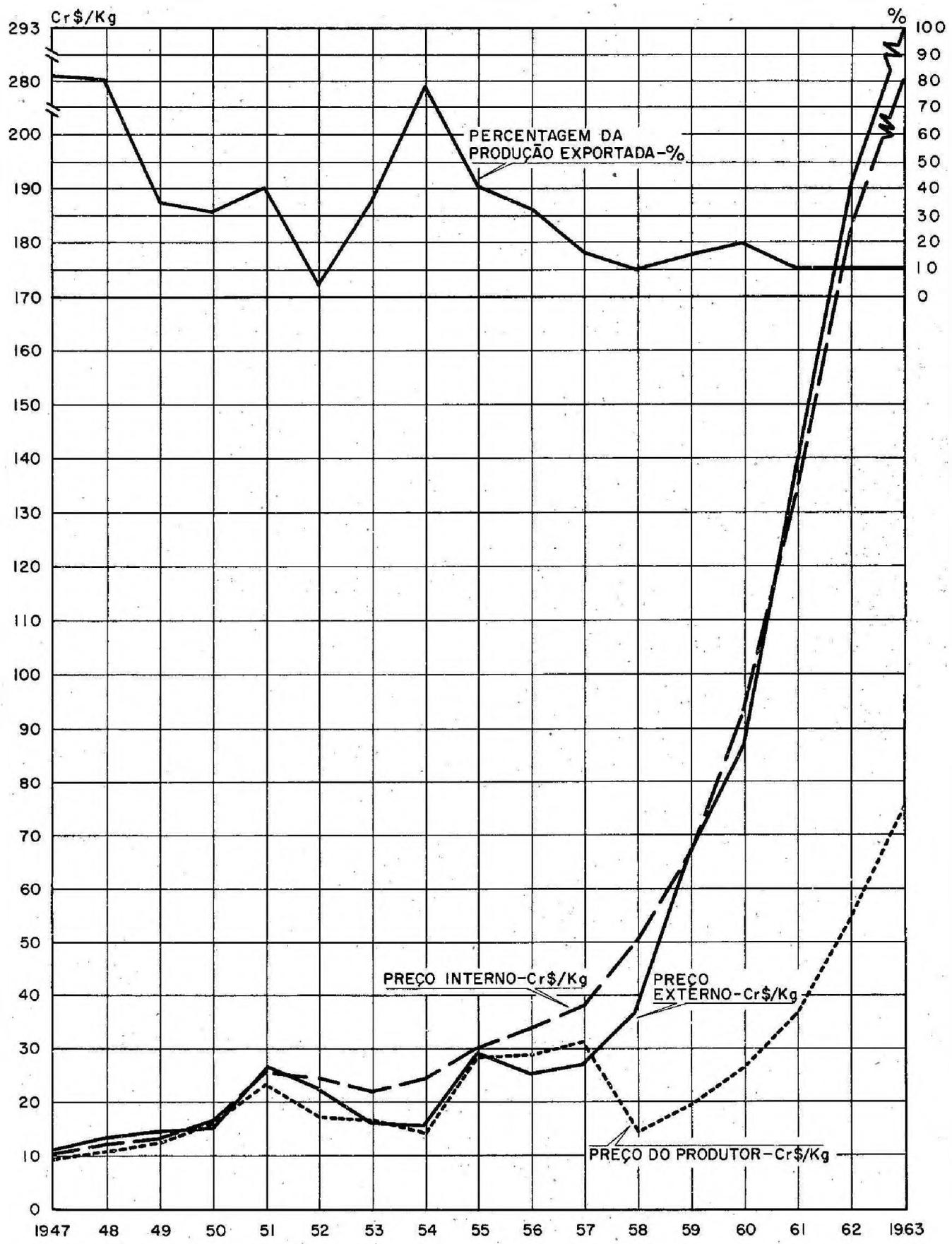
* o preço externo ajustado foi obtido através de multiplicação da taxa efetiva de câmbio e o valor médio da exportação (em dólar).

FONTES: Anuário Estatístico do Brasil - IBGE
Trade Yearbook - F. A. O
Instruções - SUMOC

GRÁFICO II - B-4-b

ALGODÃO EM PLUMA

(PREÇOS CORRENTES)



Em 1958, o preço de exportação ultrapassou o preço ao produtor, porém ambos permaneceram abaixo do preço por atacado. A percentagem de produção exportada cresceu para 16,7%. No ano seguinte, o preço de exportação elevou-se quase se igualando ao preço por atacado e a percentagem de produção exportada também se elevou, alcançando 19,8%. Em 1960, o preço de exportação cresceu relativamente menos que o preço por atacado e a participação da exportação na produção caiu a 11,7%. Esta relação foi mantida nos anos seguintes, enquanto os preços de exportação e por atacado permaneceram quase nivelados.

A descrição acima mostra que a política de preços do Governo em relação à exportação de algodão não foi consistente na manutenção do mesmo potencial exportável, que esteve disponível nos anos imediatamente após a Segunda Grande Guerra. Além do mais, está claro que esta política de preços raramente proporcionou estímulos suficientes para expandir as exportações de algodão em grande escala.

A política de preços de exportação para algodão pode ter sido justificada pela atenção dispensada pelo Governo ao problema da limitação do crescimento dos preços internos do produto, através da destinação de uma parte da produção como oferta mínima para satisfazer às necessidades do mercado interno.

BANANAS - II-B-4-c

A participação da banana na exportação brasileira tem sido das mais baixas, principalmente se observadas as condições favoráveis do país como produtor da fruta. Esta participação, nos anos 1952 a 1958, atingiu os níveis mais elevados nos últimos 20 anos, ou seja, de 0,97%. Nos anos anteriores (1946 a 1951) e posteriores (1959 a 1964) a contribuição média foi de 0,5%.

Durante esse período a produção brasileira aumentou 116 vezes, acompanhado, paralelamente, pela produção mundial, podendo a participação do país permanecer ao redor de trinta por cento.

Na percentagem exportada da produção nacional nota-se uma tendência nitidamente decrescente (acentuada em 1963, com 3,4%), como se observa pelas seguintes médias: ... 1947/52 - 6%, 1953/58 - 5%; e 1959/63 - 4%.

Também a participação da exportação brasileira de banana na exportação mundial apresenta uma evolução oscilante; 1954 foi o ano máximo - 8,1%, podendo ser considerado como exceção por estar acima da média de todo o período. Nos últimos anos, 1959 a 1963, desceu a 5,8%, tendo, nos demais anos (1946 a 1958), oscilado em torno de 7%.

Os principais compradores do produto brasileiro nos últimos 5 anos (1960 a 1964) foram: Argentina - 70,5%; Uruguai - 27,0%; e Reino Unido - 2,1%.

Entre os anos 1948-51 e 1958-60, a exportação brasileira dentro da exportação latino-americana caiu de 13,2% a 10,3%. Todos os demais países da zona (excetuando-se o Equador), apresentaram as mesmas condições, principalmente os da América Central (Honduras e Costa Rica) devido à peste que assolou os bananais daquela região e tufões.

O grande beneficiado de tal situação foi o Equador, que, aproveitando-se da conjuntura favorável, mais que

COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL

TABELA - II-B-4-c

B A N A N A

ANOS	=A= PRODUÇÃO (1.000 ton)	=B= EXPORTAÇÃO (1.000 ton)	=C= PERCENTAGEM DA PRODUÇÃO EXPORTADA (%)	=D= PREÇO DO PRODUTOR (Cr\$/kg)	=E= PREÇO INTERNO (Cr\$/kg)	=F= PREÇO EXTERNO AJUSTADO (Cr\$/kg) (1)	=G= TAXA EFETIVA DE CÂMBIO (Cr\$/US\$)
1947	2.549	128	5,0	0,2	1,7	0,6	18,38
1948	2.746	163	5,9	0,3	1,6	0,6	18,38
1949	2.854	168	5,9	0,3	1,7	0,7	18,38
1950	3.257	152	4,7	0,3	1,8	1,1	18,38
1951	3.393	190	5,6	0,4	1,8	1,2	18,38
1952	3.703	214	5,8	0,4	2,0	1,2	18,38
1953	3.701	179	4,8	0,5	2,5	1,4	27,10
1954	3.964	239	6,0	0,6	3,2	1,5	30,98
1955	4.086	211	5,2	0,7	4,1	1,8	36,38
1956	4.481	188	4,2	0,9	5,1	2,9	44,20
1957	4.665	219	4,7	1,0	6,4	3,3	54,12
1958	4.595	271	5,9	1,2	7,3	3,4	84,50
1959	4.885	213	4,4	1,6	8,8	3,2	157,60
1960	5.148	242	4,7	2,1	11,3	3,3	176,14
1961	5.127	246	4,8	2,8	18,0	4,0	257,08
1962	5.429	217	4,0	5,0	32,1	5,6	375,00
1963	6.013	206	3,4	8,7	51,2	7,9	557,00
1964		225		18,1			1.210,00

FONTES: "Production Yearbook" - F.A.O (colunas A e B)
Anuário Estatístico do Brasil - IBGE (coluna D)
Instruções - SUMOC (coluna G)

Observação: foi utilizada a relação: 1 cacho = 20 kg no cálculo dos preços do produtor e preços externos.

(1) - O preço externo ajustado foi obtido multiplicando-se o valor médio de exportação em dólares pela taxa efetiva de câmbio.

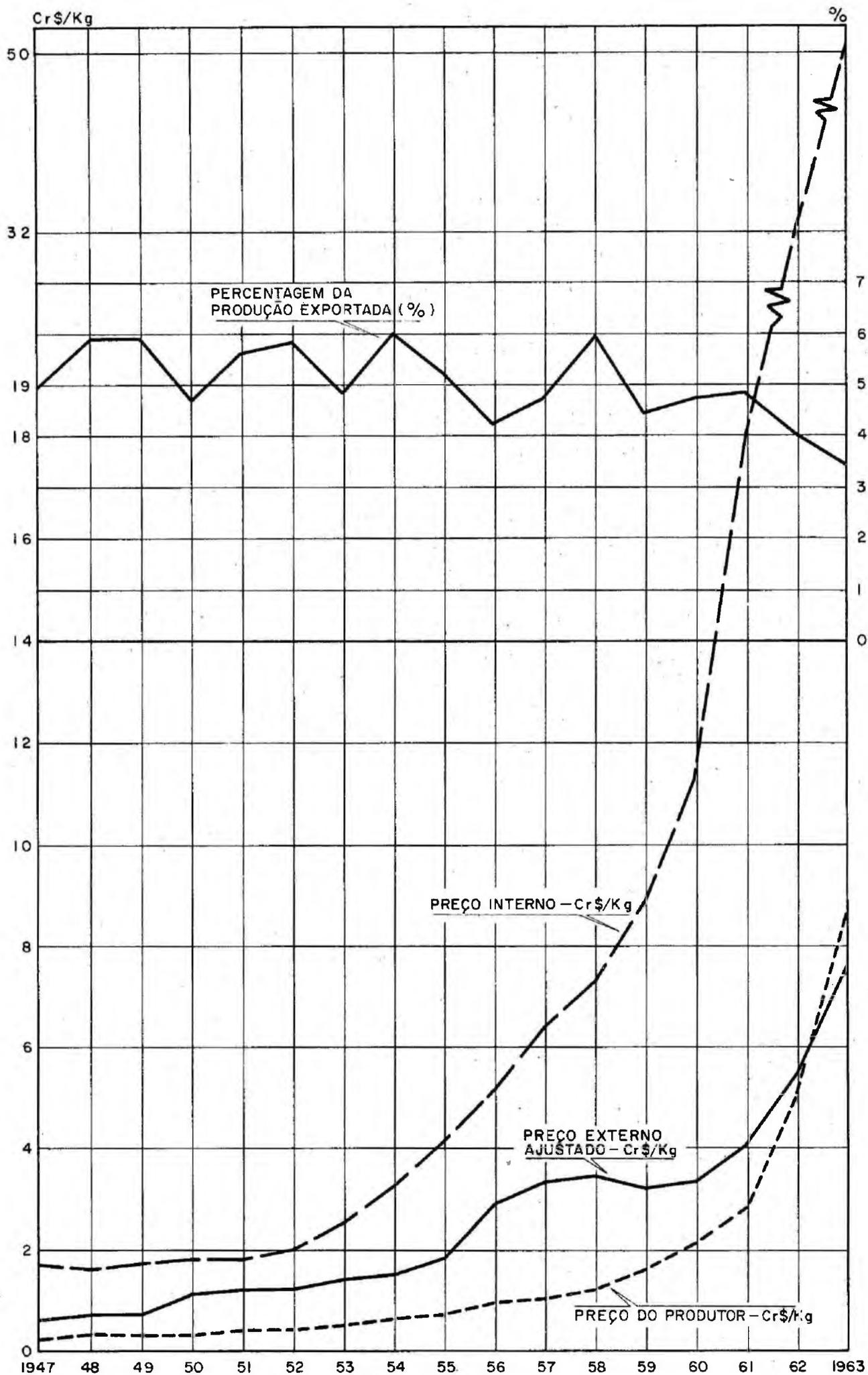
duplicou sua exportação, conforme as seguintes cifras: 13,5% a 36,2%, respectivamente.

A política cambial adotada relativamente a banana não foi suficiente para estimular sua exportação; os incentivos dados não conseguiram, pelo menos, igualar o preço externo, em cruzeiros, ao interno (ver colunas E e F). Durante o ano de 1950 permitiu-se sua exportação vinculada a uma série de importações. Ao ser instituído o sistema de bonificações (1953), a banana recebeu a mais elevada. Em 1955, com a classificação dos produtos exportáveis por categorias, a banana foi colocada na segunda categoria, passando um ano depois para a terceira; mais tarde, em 1958, foi elevada à quarta categoria.

Restrições quantitativas à exportação do produto somente foram feitas em 1947, por 30 dias (março). De 1952 a 1963 não somente os preços internos excederam os preços externos, como também, aqueles, em geral, cresceram mais rapidamente que estes. Essa situação desestimulou as exportações. As variações na percentagem da produção de banana exportada e nos preços relativos não mantiveram um comportamento tal que permitisse supor uma relação casual entre estas duas variáveis.

B A N A N A

(PREÇOS CORRENTES)



CACAU - II-B-4-d

A participação do cacau (1) na exportação brasileira oscilou consideravelmente no período 1946-1963. Nos últimos 2 anos voltou às menores cifras do período, com um coeficiente de participação de 3,5%. Se a dividirmos em grupos de 5 anos teremos as seguintes cifras referentes à contribuição do produto para a exportação total: 5% no período 1946/50; 5,9% entre 1951 e 1955; 7% de 1956 a 1960 e 3,8% no triênio 1961/63.

A produção brasileira de cacau já atingiu cifras superiores às atuais, porém, apesar da queda, ainda se mantém acima da média dos subperíodos anteriores. A produção média no período 1949/53 foi de 131.600 ton., aumentando para 162.000 ton. entre 1954 e 1958 e diminuindo para 156.000 ton. entre 1959 e 1963. No período anterior à 2ª Guerra (1934-38) a média produzida foi de 125.000 ton. Desta produção, a média exportada em todo o período está ao redor de 15%, sendo que nos últimos anos baixou a 7%.

A exportação do país no início do período considerado ocupava uma posição bem mais destacada, em relação à exportação mundial, daquela que se encontra atualmente. A participação média do Brasil no total mundial vem declinando sucessivamente, como se pode observar nos dados abaixo: 17,9% de 1946 a 1951; 15,6% em 1953/58 e 9,3% entre 1959 e 1963. O ano de 1952 foi anormalmente baixo - 8,8%.

Os principais compradores do produto brasileiro dentro da exportação total são Estados Unidos, 30%; Países-Baixos, 15%; Reino Unido, 20%; Alemanha Ocidental (em declínio) 7%.

Não tem sido este produto dos mais beneficiados pela política cambial do país. Quando houve a reforma cambial foi ele classificado na segunda categoria de exportação; mais tarde com a reclassificação dos produtos exportáveis em apenas 2 categorias, foi posto na 1ª categoria: em

(1) - Cacau em amêndoas e manteiga de cacau.

COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL

TABELA - II-B-4-d

C A C A U

PERÍODOS	=A= PRODUÇÃO (1.000 ton.)	=B= Participa ção brasi leira na produção mundial (%)	=C= EXPORTAÇÃO (1.000 ton.)	=D= Participa ção do Bra sil na ex portação mundial (%)	=E= Percanta gem da produção exportada (%)	=F= Preços do produtor, (valor mé dio da pro dução) (Cr\$/kg)	=G= Preços in ternos * cacau superior (Cr\$/kg)	=H= Preço ex terno ajus tado ** (Cr\$/kg)	=I= Taxa de cambio efetiva (Cr\$/US\$)
1947	119	18,3	99,0	17,1	83,2	6,6	142,2	10,6	18,38
1948	97	12,6	71,7	12,1	73,9	6,5	145,6	14,9	18,38
1949	133	17,1	132,2	17,6	99,4	4,6	67,2	7,3	18,38
1950	153	19,6	132,0	17,1	86,3	6,7	136,1	11,0	18,38
1951	121	17,3	96,1	13,4	79,4	8,2	159,6	13,3	18,38
1952	114	15,2	58,2	8,8	51,1	7,9	163,0	13,1	18,38
1953	137	18,6	108,7	14,4	79,3	12,5	170,9	15,0	21,71
1954	163	20,4	121,0	16,8	74,2	23,1	412,3	34,7	30,98
1955	158	19,0	121,9	16,9	77,2	20,8	332,0	29,4	39,38
1956	161	17,8	125,8	16,4	78,1	15,5	251,1	22,2	41,53
1957	165	21,7	109,7	13,7	65,9	21,3	265,2	26,7	42,10
1958	164	21,3	103,4	15,7	63,0	27,9	402,2	36,8	42,78
1959	178	19,3	79,6	10,2	44,7	40,1	534,6	57,1	76,50
1960	163	16,0	125,5	13,6	77,0	49,0	449,9	45,7	83,00
1961	156	13,0	104,2	10,2	66,8	64,1	980,0	54,7	124,09
1962	140	12,0	55,3	5,3	39,5	91,1	1.152,4	139,6	318,75
1963	143	12,0	68,7	7,1	48,0	146,6	2.247,8	239,1	468,81

* - Os preços internos do cacau correspondem à cotação do cacau superior, razão pela qual são bem mais elevados do que os preços do produtor e externos que correspondem ao cacau em amêndoas.

** - Os preços externos ajustados foram obtidos através da multiplicação da taxa efetiva de câmbio pelo valor médio da exportação em dólar.

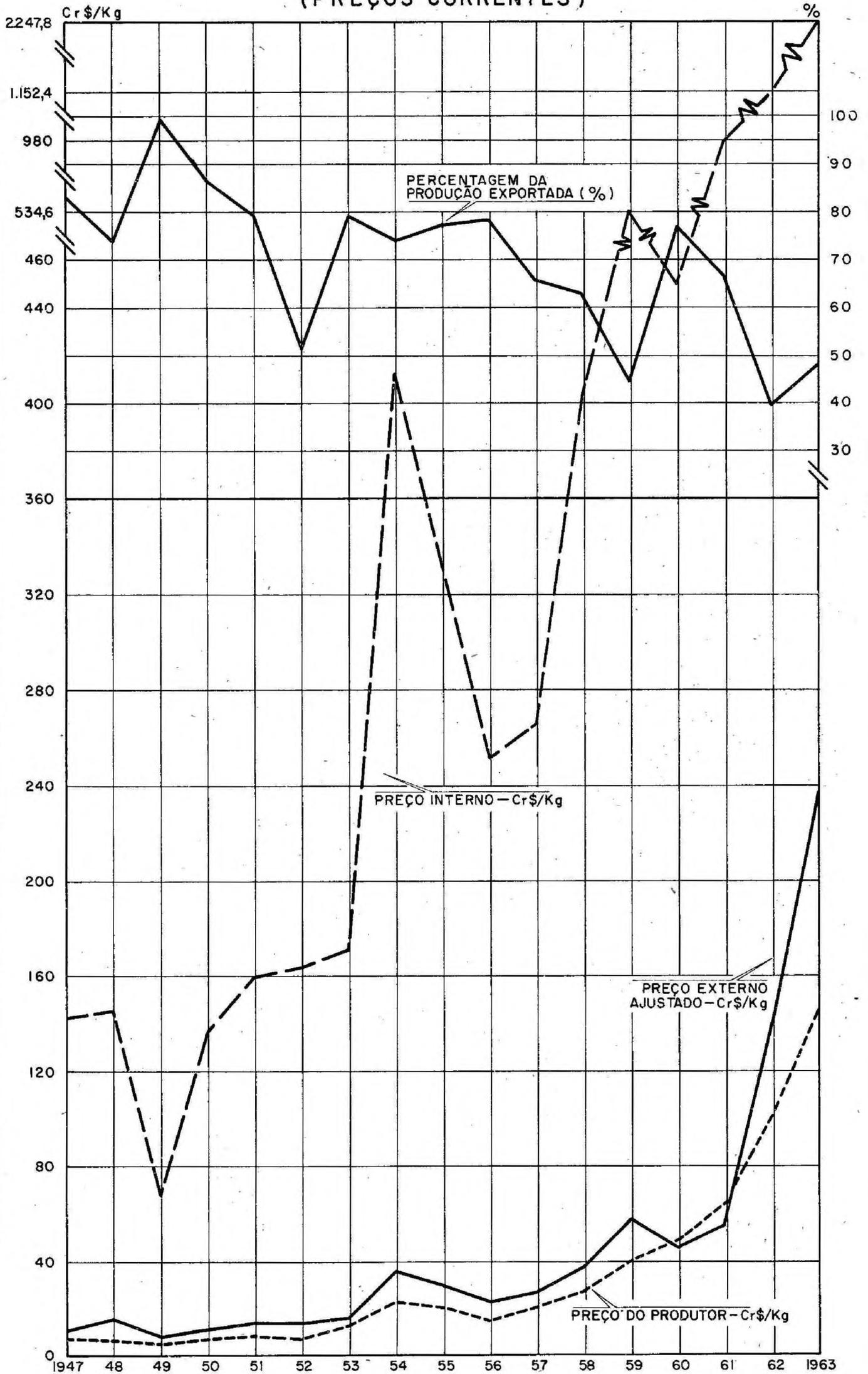
FONTES: IBGE - Anuário Estatístico do Brasil

SUMOC- Instruções

F A O- "Trade Yearbook"/ F A O- Anuário da Produção

C A C A U

(PREÇOS CORRENTES)



4/10/61 - pela Instrução 217, da SUMOC - passou ao mercado livre com obrigatoriedade do pagamento de uma cota de contribuição e repasse ao Banco do Brasil S/A de uma certa percentagem, do valor da cambial negociada nos demais bancos autorizados.

As cotações disponíveis relativas aos preços de cacau no Brasil referem-se ao produto já refinado e consideravelmente elaborado, além daquele estágio em que o cacau é comumente exportado. A não homogeneidade dos graus de processamento é responsável pela diferença no mercado entre os preços internos e externos, como mostra o Quadro II-B-4-d.

O Gráfico II-B-4-d ilustra a tendência destes preços quando são convertidos em números índices, usando 1953 como ano base. Supondo que o custo de maior elaboração do cacau (que é representado pelos preços internos) permanece constante, relativo aos preços de exportação do cacau em bruto, a comparação dos preços indica a influência da política cambial do governo no estímulo à exportação de cacau.

O estudo do gráfico acima mostra não haver consistência na relação entre os movimentos dos preços relativos e as percentagens da produção exportada. A taxa de câmbio efetiva, freqüentemente, cresceu mais lentamente que o preço interno. Entretanto, por exemplo, em relação a situação de 1953, a política cambial adotada para os anos seguintes não incentivou a expansão das exportações.

As restrições quantitativas foram impostas depois de fevereiro de 1961.

CAFÉ - II-B-4-e

Desde a 2ª Guerra Mundial, o café tem sido a principal fonte de receita das exportações brasileiras, representando cerca de 52% do total - 1947/51; 60% - 1954/59; e 53% - 1960/64. De 1947 a 1964 a participação brasileira no total da produção e exportação mundiais caiu de pouco mais de 50% a cerca de 35% (ver Quadro II-B-4-e-1).

Os principais compradores do café brasileiro (entre 1960-64) foram: Estados Unidos (50%), Itália (4,7%), Alemanha Ocidental (4,6%) e Países-Baixos (4,5%).

O Quadro II-B-4-e-2 mostra a disponibilidade do produto nos últimos oito anos. O consumo interno do café está ligado ao crescimento da população - 27% (1958-64) e ao aumento do consumo per capita - 42% (1958-64). Mudanças em seus preços reais no mercado, aparentemente, pouco efeito têm tido sobre a taxa de consumo interno.

As exportações do café brasileiro têm sido de terminadas por cotas - ou independentemente da atuação brasileira (através do Instituto Brasileiro do Café), ou através do Brasil em conjunto com os demais países produtores.

Independentemente dos esforços feitos pelo Brasil no sentido de aumentar suas receitas com a exportação de café, os resultados obtidos não têm sido dos mais significativos. Quando o país, unilateralmente, restringiu suas exportações, outros exportadores cujo plantio cafeeiro estava em crescimento, foram encorajados a expandir suas produções e exportações, resultando em um declínio da cota brasileira no mercado mundial e, a longo prazo, também, da receita potencial originada das exportações do produto.

Os acordos internacionais do café mostraram-se efetivos apenas quando os países importadores esforçaram-se para aprovar seus termos. As cotas dos exportadores menores que o Brasil constantemente têm encontrado oportunidade de quebrar os acordos formados unicamente pelos grandes exportadores.

Os preços de sustentação da produção de café brasileiro não têm estado de acôrdo com as suas cotas de exportação e as necessidades de consumo.

Êsses preços, apesar do relativo contrôle da produção, estimularam-na além das necessidades, segundo as condições de mercado. O saldo - isto é, a produção não consumida - é representado pelos estoques de café, o qual, durante os últimos oito anos, cresceu até alcançar a colheita 1964/65, quando os estoques atingiram duas vezes e meia o volume da exportação e do consumo interno para o mesmo período.

Indubitavelmente, a possibilidade de bruscas mudanças anuais na produção de café devido às variações climáticas e aos plantios irregulares, torna difícil a previsão acurada da produção. Poderia ser aceitável, entretanto, a acumulação de estoques de café que não ultrapassassem a média anual de exportações. Entretanto, o estoque de 1964/65 (igual a 4 vezes a exportação), somente se justificaria se sua presença - e assim a ameaça de provocar um "duping" no mercado mundial - assegurasse para o Brasil lucros crescentes dentro dos acôrdos do mercado internacional. Por outro lado, tal volume de estoque de café representa o desperdício de recursos e pressão inflacionária, pois o dinheiro em circulação é expandido sem a justa compensação em mercadorias e serviços disponíveis no mercado.

A política cambial brasileira não tem favorecido o café na mesma proporção que aos demais produtos. Pelo contrário, êste é o produto que mais taxas e encargos possui (repasses, cotas de contribuição) e cujas bonificações foram as mais baixas. Até a Instrução 70 (9/10/53), o café tinha suas cambiais negociadas à taxa oficial. A partir desta Instrução, foi concedido ao produto a bonificação de Cr\$ 5 por dólar, enquanto os demais recebiam Cr\$ 10 por dólar. Durante o período de classificação dos produtos exportáveis por categorias (1955 a 1959), manteve-se sempre na primeira. Passando, depois, para o mercado livre, o café ficou sujeito ao pagamento de cotas de contribuição.

O mercado internacional do café, dividido na

zona de convênio (o maior) e na livre (cujos países não fazem parte do acôrdo), faz com que as exportações dos países produtores fique em grande parte condicionada a sua cota-convênio.

O excedente da produção (menos consumo, exportação e estoque obrigatório) deve ser adquirido pelas autoridades governamentais a fim de manter o preço interno e, às vezes, o preço externo do produto.

A política cambial que nos últimos anos tem sido adotada para o café (principal fonte de divisas do país) pode ser resumida, sem grande simplificação, como aquela que visa a uma fonte de recursos para o Governo. Esses recursos são utilizados não apenas para manter o preço externo do café (pela compra dos "excedentes") e, também de outros produtos, como ainda na tentativa de estimular e diversificar a pauta de exportação brasileira.

Devido aos contrôles quantitativos e de preços sobre a produção e exportação, somente pequenas vantagens puderam ser obtidas ao se tentar relacionar preços e variações nas exportações de café, como foi feito, também, para outros produtos constantes dêste estudo. Essas mudanças são ilustradas no Gráfico II-B-4-e. É interessante observar as significativas divergências entre os preços internos e externos.

Aparentemente, verificou-se considerável volume de exportações ilegais (contrabandos) do café, o que não somente priva o Brasil das receitas provenientes de impostos respectivos, como, também, pode enfraquecer a influência brasileira no mercado mundial de café. Estimativas não muito dignas de confiança, das dimensões dêste mercado ilícito, são disponíveis.

COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL

TABELA - II-B-4-e-1

CAFÉ EM GRÃO

A N O S	=A= PRODUÇÃO SAFRAS DE 1947/48 a 1963/64 (1.000 sa cas de 60kg)	=B= EXPORTAÇÃO SAFRAS DE 1947/48 a 1963/64 (1.000 sa cas de 60kg)	=C= PERCENTA- GEM DA PRODUÇÃO QUE FOI EXPORTADA (%)	=D= PARTICIPA ÇÃO DO BRASIL NA PRODU- ÇÃO MUN- DIAL (%)	=E= PARTICIPA ÇÃO DO BRASIL NA EXPORTAÇÃO MUNDIAL (%)	=F= PREÇO DO PRODUTOR (Cr\$/kg)	=G= PREÇO INTERNO (varejo) (Cr\$/kg)	=H= PREÇO EXTERNO * (Cr\$/kg)	=I= TAXA DE CÂMBIO EFETIVA - COMPRA (Cr\$/US\$)
1947	13.572	16.562	122,0	51,3	51,2	5,80	9,88	8,78	
1948	16.952	19.331	114,0	51,7	54,3	6,20	10,12	8,58	
1949	16.303	16.007	98,2	54,3	56,7	7,90	13,48	10,00	
1950	16.754	15.491	92,5	55,6	50,7	14,82	23,71	17,87	
1951	15.021	16.669	111,0	55,8	51,6	15,34	30,70	37,68	
1952	16.100	14.706	91,3	51,2	49,2	16,90	31,92	20,24	
1953	15.148	12.401	81,9	48,3	45,0	19,31	36,48	23,25	20,04
1954	14.512	12.794	88,2	38,3	37,7	28,73	56,53	37,87	27,41
1955	22.064	17.063	77,3	37,6	40,7	30,33	52,55	36,97	36,38
1956	12.535	14.261	113,8	45,2	43,7	31,17	56,15	37,39	36,74
1957	21.628	13.207	61,1	31,3	39,6	33,35	62,63	36,06	38,81
1958	26.807	17.229	64,3	41,8	35,4	28,63	64,96	32,81	44,93
1959	43.816	17.218	39,3	46,7	41,5	14,72	41,83	28,81	68,00
1960	29.848	16.115	54,0	55,7	39,0	18,57	42,46	58,81	83,00
1961	35.860	16.117	44,9	45,1	38,9	23,19	56,00	77,41	114,34
1962	28.666	18.488	64,5	49,2	35,4	36,11	56,00	103,24	161,96 **
1963	23.153	17.022	73,5	43,2	40,1	55,06	90,02	74,15	
1964				35,1	32,0				

FONTES: Anuário Estatístico do Café - IBC (Colunas A e B)
 "Production Yearbook" - FAO (Colunas D e E)
 Anuário Estatístico do Brasil - IBGE (Colunas F e H)
 Fundação Getúlio Vargas (Coluna G)
 Instruções - SUMOC (Coluna I)

* - Utilizando a taxa de câmbio para exportação, do S E E F.

** - Não foi considerada a quota de contribuição de US\$ 26,00, ou seu equivalente em outras moedas, fixa-

da pela Instrução da SUMOC nº 230, de 6.9.62, para exportação de café da safra de 1961/62.

COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL

TABELA - II-B-4-e-2

CAFÉ - SITUAÇÃO ESTATÍSTICA

(milhões de sacas de 60 kg)

I T E M S	1957/58	1958/59	1959/60	1960/61	1961/62	1962/63	1963/64	1964/65
1. Estoque inicial (1)	7,4	14,1	24,1	44,2	39,0	52,1	48,2	50,7
2. Produção registrada	21,2	27,1	43,8	29,8	35,9	28,7	23,2	18,1
A - DISPONIBILIDADE	28,6	41,2	67,9	44,0	74,9	80,8	71,4	68,8
1. Exportação	13,6	14,9	17,9	16,1	17,4	16,9	18,9	12,4
2. Consumo nos portos	0,5	0,4	0,6	0,6				
3. Comércio de cabotagem	0,4	0,4	1,0	1,0				
4. Café industrializado	0,0	0,2	0,4	0,8				
5. Consumo interno (2)	-	1,2	3,8	4,8	6,2	6,6	7,1	7,7
B - DISTRIBUIÇÃO	14,5	17,1	23,7	23,3	23,6	23,5	26,0	20,1
C - ESTOQUE FINAL	14,1	24,1	44,2					
Est. dispon. nos portos					4,9	3,0	4,4	2,2
Café em trânsito					-	1,8	5,3	1,6

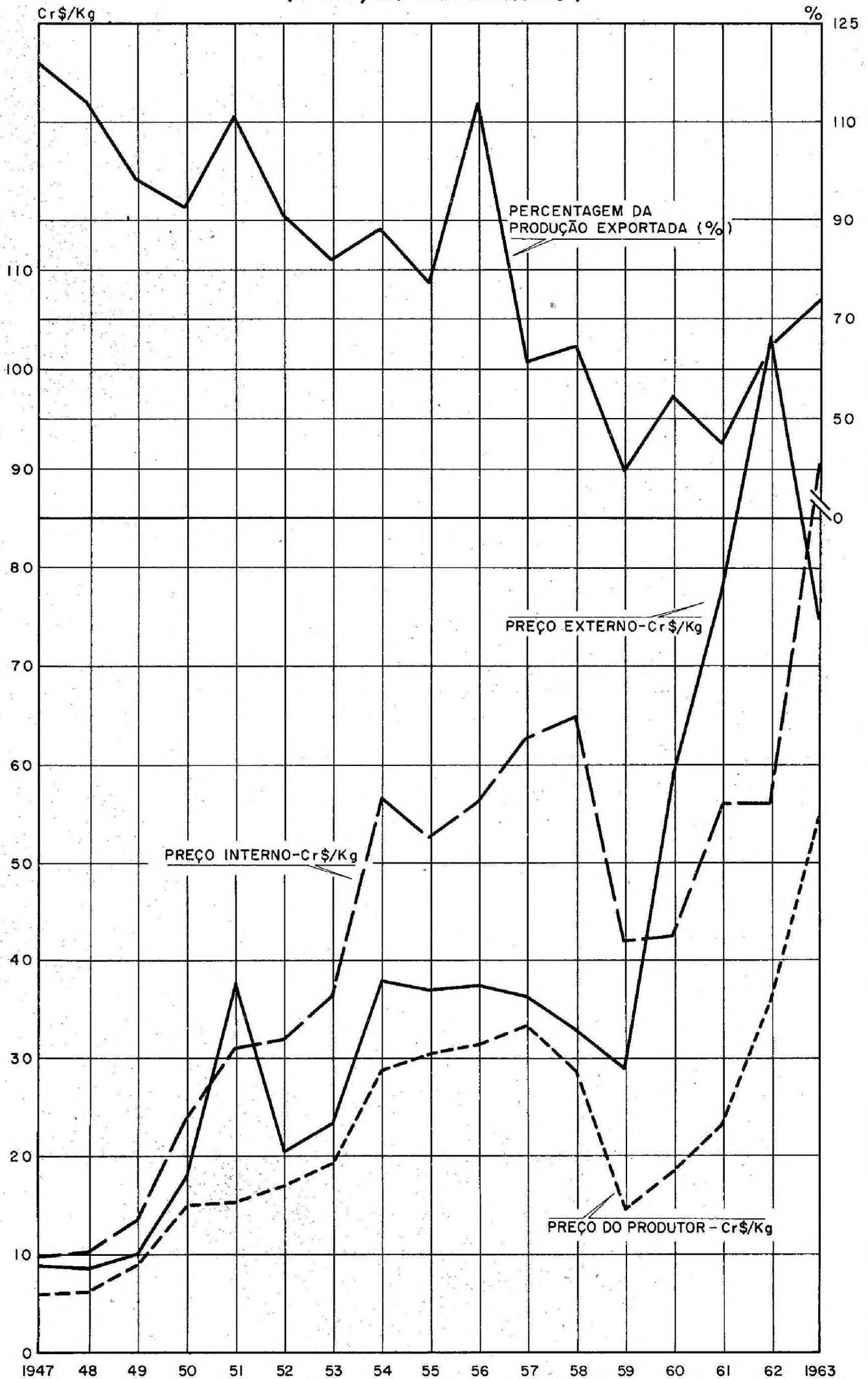
FONTE: Ministério do Planejamento - EPEA (Agricultura)

(1): Apenas estoques nas mãos do Governo a partir de 61/62

(2): O consumo interno na safra 57/58 não era abastecido pela produção registrada: na safra 58/59 o foi apenas em 6 meses e a partir da safra 61/62 engloba os itens 2, 3 e 4.

C A F É

(PREÇOS CORRENTES)



CASTANHA-DO-PARÁ - II-B-4-f

A contribuição da castanha-do-pará à receita de exportação do Brasil permaneceu baixa no período 1946-1964 (com uma pequena melhora nos anos 1960-1962), como podemos ver pelas médias seguintes: de 1946 a 1950 - 4%; de 1951 a 1955 - 4,4%; de 1956 a 1960 - 0,5%; e de 1961 a 1964 - 0,9%.

A produção brasileira sofreu uma queda de 47% nos anos 1947 a 1963 (tendo 1952 como ano de menor produção do período, com uma produção de 18.000 ton). Houve uma pequena recuperação nos anos 1960 a 1963, tendo como produção média 45.000 ton (ver coluna A da Tabela II-B-4-f).

A exportação física brasileira neste período (1957 a 1963) elevou-se em 33%. Com as cifras da coluna B da tabela acima, temos as seguintes médias periódicas: 1946 a 1950 - 17.500 ton; de 1951 a 1955 - 21.600 ton; de 1956 a 1960 - 26.600 ton; e de 1961 a 1963 - 28.000 ton.

É de observar o crescimento da percentagem da produção exportada entre 1948 a 1950 (coluna C da tabela.. II-B-4-f). Verificou-se mais em função da queda da produção do que do aumento da exportação.

Os países que mais compram o produto são: Estados Unidos, que absorveram 47,2% da exportação brasileira no período 1959/1963; o Reino Unido, com uma cota de 36,4%, e Alemanha Ocidental, com uma cota de 10%.

O preço externo do produto sempre foi consideravelmente inferior ao seu preço interno, como se pode verificar pelo Gráfico II-B-4-f. Podemos dizer, então, que a política cambial adotada foi insuficiente para anular tal diferença. Apesar desta situação, as exportações brasileiras de castanha puderam aumentar constantemente. É possível que haja um certo monopólio na oferta interna do produto de modo que possa tornar efetiva a discriminação dos preços entre os dois mercados: interno e externo. Mantendo o preço no mercado interno mais elevado, devido à capacidade de controle que tem

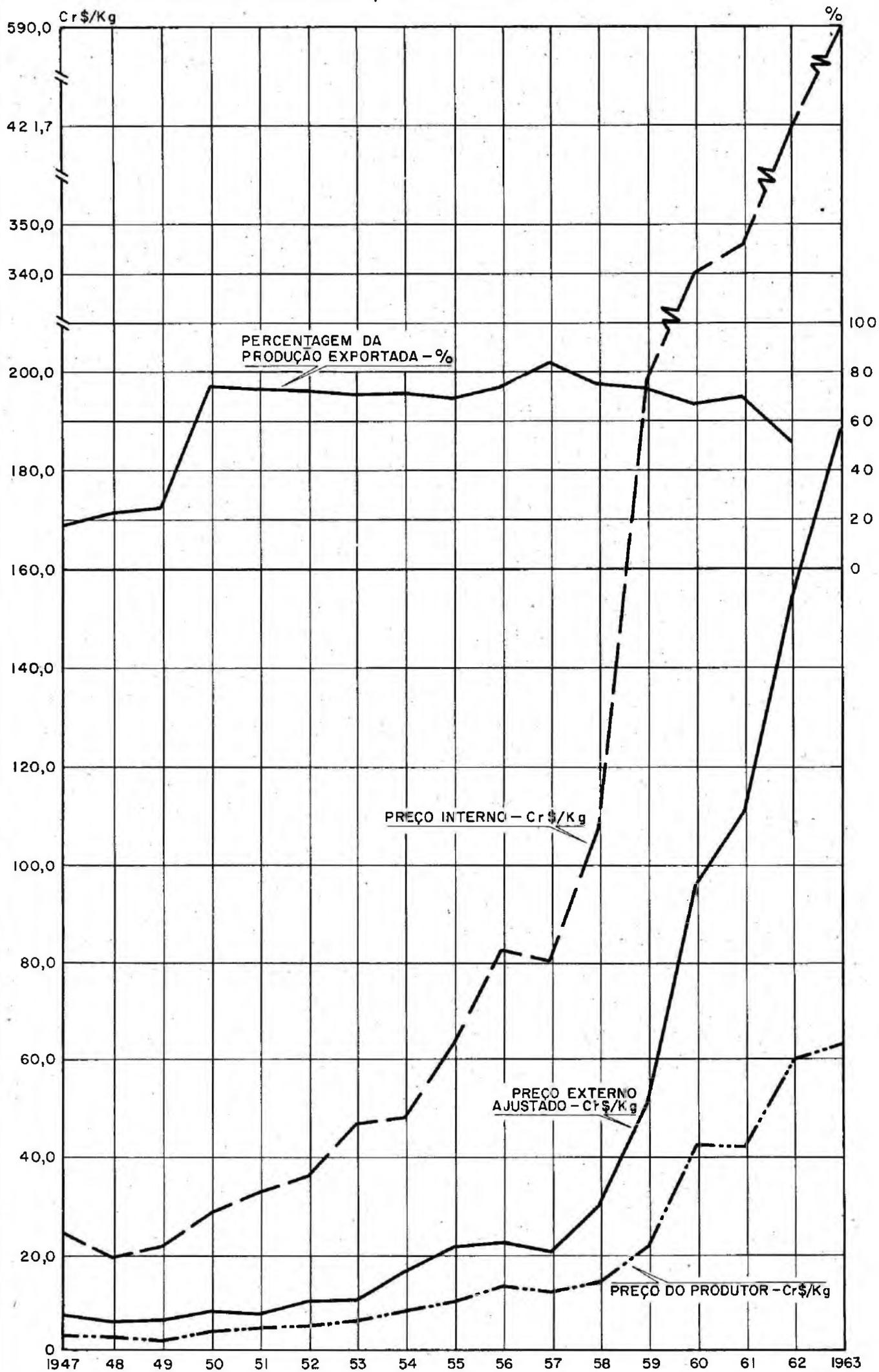
sôbre êle, o produtor nacional pode vender a castanha mais barata no mercado internacional. Sendo êste mercado bem mais amplo, o produtor brasileiro tem que se sujeitar ao preço existente, caso queira exportar seu produto.

A partir de 1953, a política cambial começou a sofrer uma série de modificações no sentido de tornar o preço externo dos produtos exportáveis mais realista e dêste modo incentivar suas vendas ao exterior. Assim, pelas instruções da SUMOC que a seguir citaremos, é possível observar o andamento de tais medidas relativamente à castanha-do-pará. A Instrução nº 48, de 24.2.53, permitiu que 30% das cambiais resultantes da exportação de castanha-do-pará pudessem ser negociadas no mercado de taxa livre; ainda em 1953 - Instrução nº 70, de 9.10.53 - foi instituído o sistema de bonificações pelo qual os produtos exportados receberiam, além da taxa oficial, Cr\$ 10 por cada dólar resultante da venda do produto no exterior; mais tarde, com a criação de 4 categorias de bonificação (Instrução nº 112, de 17.1.55) a castanha foi classificada na 2ª categoria, sendo elevada depois à 4ª, pela Instrução nº 117 (22.6.55). Todavia, em 17.5.56 (Instrução nº 131) a castanha foi rebaixada de categoria (embora tenha aumentado o valor da bonificação), voltando à categoria mais elevada em 10.6.58 (Instrução nº 157); permaneceu até 15.7.59 (Instrução nº 186), quando passou a ter suas cambiais negociadas no mercado livre.

De 1951 a 1962 houve uma relação positiva (exceto em 1956) entre as variações: 1) das diferenças entre os preços interno e externo e 2) da percentagem da produção exportada. Entretanto, as divergências do mercado entre os mencionados graus de variações tornam desnecessário supor uma relação causal.

CASTANHA DO PARÁ

(PREÇOS CORRENTES)



COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL

TABELA - II-B-4-f

CASTANHA-DO-PARÁ

PERÍODOS	=A= PRODUÇÃO (1.000 ton)	=B= EXPORTAÇÃO (1.000 ton)	=C= PERCENTAGEM DA PRODUÇÃO EXPORTADA (%)	=D= PREÇOS DO PRODUTOR (Cr\$ /kg)	=E= PREÇOS INTERNOS (VAREJO) (Cr\$ / kg)	=F= PREÇO EXTERNO AJUSTADO * (Cr\$ /kg)	=G= TAXA DE CÂMBIO EFETIVA (Cr\$/US\$)
1947	107	19	17,8	3,8	24,4	7,5	18,38
1948	62	14	22,6	3,2	19,8	6,2	18,38
1949	87	21	24,1	2,8	22,0	6,3	18,38
1950	23	17	73,9	4,4	28,8	8,6	18,38
1951	34	25	73,5	5,1	32,6	7,6	18,38
1952	18	13	72,2	5,5	36,0	10,4	18,38
1953	31	22	71,0	6,5	46,9	10,8	21,71
1954	32	23	71,9	8,8	48,0	16,8	30,98
1955	36	25	69,4	10,2	63,1	21,9	42,60
1956	42	31	73,8	13,5	82,4	22,7	51,23
1957	37	31	83,8	12,4	80,0	20,7	54,12
1958	39	29	74,4	14,2	107,3	30,0	73,01
1959	22	16	72,7	21,9	197,9	51,0	100,00
1960	39	26	66,7	42,2	340,0	95,3	176,14
1961	52	36	69,2	42,0	345,8	110,8	257,08
1962	45	23	51,1	59,7	421,7	161,2	375,00
1963	-	25	-	63,0	590,0	196,7	557,00

* - Obtido através da multiplicação da taxa de câmbio efetiva pelo valor médio das exportações em dólares.

FONTES: IBGE - Anuário Estatístico do Brasil
SUMOC - Instruções

ERVA-MATE - II-B-4-g

A participação da erva-mate no total da exportação brasileira pode ser dividida em 2 fases: a primeira compreendendo os anos 1946-1953, cuja percentagem média era de 0,7%; e, uma segunda compreendendo 1954-1964, que se caracterizava por uma ascensão na contribuição até o ano de 1958, quando atingiu 1,6% do total exportado pelo país. Este ano caracterizou-se como uma nítida exceção, pois a participação da erva-mate subiu devido a queda ocorrida no valor total da exportação brasileira. A partir de 1959 a contribuição situou-se ao redor da média do período, que era de 1,1%.

Devido à diversidade da nomenclatura internacional para o produto, não é possível computar a participação brasileira na exportação e produção mundiais.

A produção brasileira tem crescido constantemente, sendo que neste período (1947-63) elevou-se em 86%, apresentando como média dos últimos 5 anos (1959-63) - 101.000 ton.

A exportação brasileira tem oscilado levemente, porém, mantendo uma tendência positiva. Não obstante, os dois últimos anos (1963 e 1962) a cota caiu para 48.000 ton. Se não considerarmos estes anos, durante o período em estudo (1947-61) as exportações elevaram-se em 14%, com uma média de 57.000 ton. para os anos de 1956-1960.

Os principais países importadores da erva-mate brasileira no período 1960 a 1964, foram: Uruguai com 43,3%; Chile com 25,8% e a Argentina com 27,3%.

No contexto da política cambial vigente a partir de 1953, a erva-mate foi sempre bastante beneficiada. Com a reforma cambial instituída pela Instrução 112 de 17/1/55, o mate ficou classificado na 4ª categoria, recebendo a mais elevada bonificação concedida a um produto de exportação. Permaneceu recebendo esta espécie de estímulo até 30/12/59, quando pela Instrução 192 passou a ser exportado à taxa do mercado livre.

O preço externo da erva-mate esteve abaixo do interno até 1959; a partir deste ano, entretanto, o preço externo permaneceu sempre acima do preço vigente no mercado interno.

Esta tendência dos preços relativos deveria ter estimulado as exportações. Entretanto, pelo Gráfico II-B-4-g, vê-se que o oposto ocorreu, i.é., a percentagem exportada do total produzido declinou. Tal ocorrência sugere que outras influências estiveram limitando as exportações em grau tão considerável, que ultrapassaram o possível estímulo proveniente das diferenças dos preços. As restrições quantitativas, aparentemente, não foram empregadas para reduzir as exportações de erva-mate.

COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL

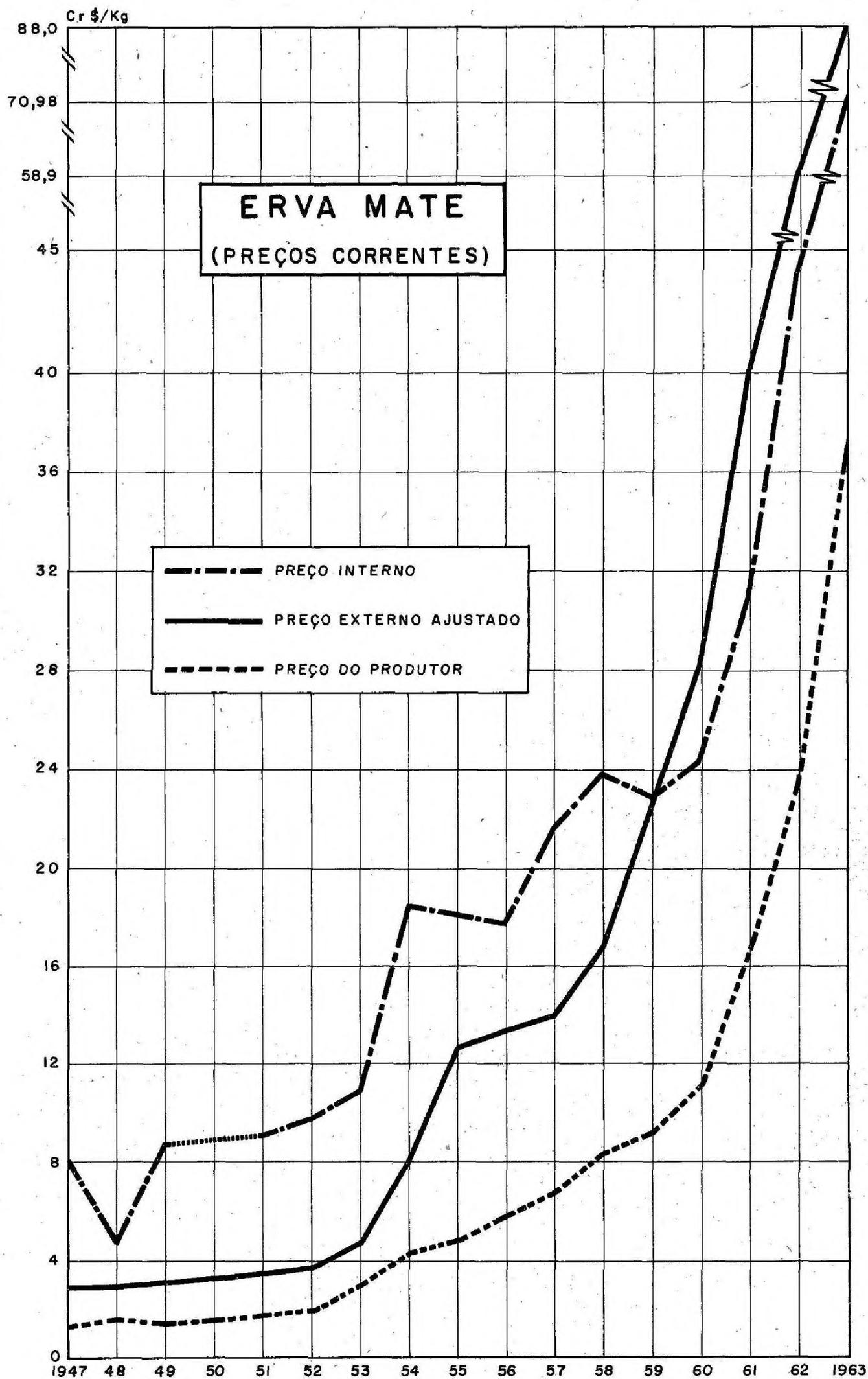
TABELA - II-B-4-g

ERVA-MATE

PERÍODOS	=A= PRODUÇÃO (1.000 ton.)	=B= EXPORTAÇÃO (1.000 ton.)	=C= PERCENTAGEM DA PRODUÇÃO EXPORTADA (%)	=D= PREÇO AO PRODUTOR (Cr\$/kg)	=E= PREÇO * INTERNO (Cr\$/kg)	=F= PREÇO ** EXTERNO AJUSTADO (Cr\$/kg)	=G= TAXA DE CÂMBIO EFETIVA COMPRA (Cr\$/US\$)
1947	73	55	75,3	1,30	8,10	2,9	18,38
1948	66	47	71,2	1,60	4,70	2,9	18,38
1949	73	47	64,4	1,42	8,60	3,1	18,38
1950	60	46	75,7	1,53	-	3,2	18,38
1951	65	50	76,9	1,70	9,10	3,4	18,38
1952	60	46	76,7	1,93	9,70	3,7	18,38
1953	57	35	61,4	2,90	10,80	4,7	21,71
1954	66	50	75,8	4,23	18,40	8,0	20,98
1955	67	52	77,6	4,70	18,00	12,6	48,82
1956	71	58	81,7	5,71	17,70	13,3	51,23
1957	81	55	67,9	7,64	21,60	13,9	54,12
1958	95	57	60,0	8,29	23,70	16,8	63,07
1959	103	55	53,4	9,11	22,84	22,5	100,00
1960	111	56	50,5	11,05	24,31	28,2	176,14
1961	132	61	46,2	16,51	31,01	40,0	257,08
1962	136	48	35,3	23,24	44,35	58,9	375,00
1963	125	48	38,4	36,47	70,98	88,0	557,00

FONTES: IBGE - Anuário Estatístico do Brasil
 F A O- Production Yearbook
 SUMOC- Instruções
 F A O- Trade Yearbook

* - Cotação no mercado de São Paulo
 ** - Valor médio da exportação (em US\$) multiplicado pela taxa efetiva de câmbio



FUMO (EM FÓLHA) - II-B-4-h

O fumo em fôlha não chegou a contribuir com 2% das receitas de exportações no período 1946/64, apesar da melhoria observada no período 1961-1964, cuja média alcançou 1,9%. No quinqüênio 1956-1960 a média foi de 1,3%, atingindo nos 5 anos anteriores (1951-1955), 1,15%. No período 1946-1950 esteve superior, sendo de 1,7%.

A exportação brasileira é oscilante; no período de guerra atingiu sua cifra física máxima (52.900 ton. em 1946), reduzindo-se a seguir consideravelmente (mínimo de ... 23.900 ton. em 1953) e voltou a subir nos últimos 3 anos (... 1961-1963), quando alcançou em média 45.000 ton. Sua participação na exportação mundial apresentou comportamento semelhante, atingindo um máximo no mesmo ano (1946 - 9%) e mínimos no período 1953/1957, com médias de 3,9% e 3,7%, nos respectivos extremos. No período 1961-1963 a média voltou a atingir percentagens das mais elevadas - 5,5%. As médias que estavam relativamente elevadas no pós-guerra baixaram e atualmente voltam a subir como se pode ver: 1946-1950 com 6,5%; 1951-1955 com 4,5%, e 1956-1960 com 4%.

A produção brasileira tem tido a mesma tendência observada na exportação; após um período de quedas sucessivas, a produção nacional atinge a um mínimo de 106.000 ton. em 1952, para depois iniciar uma recuperação paulatina apresentando como ano máximo 1963. O mesmo se observa na participação brasileira sobre o total da produção mundial; em 1946 participávamos com 3,7%, caindo em 1952 para 3,3% e subindo em 1963 até 5,3%.

Nos últimos 5 anos os principais importadores do fumo brasileiro foram Espanha - 19%; Alemanha Ocidental - 14%; Dinamarca com 8%; e Uruguai - 5%.

O primeiro subsídio concedido ao fumo foi dado em 24 de fevereiro de 1953 pela Instrução 48 da SUMOC, quando foi permitido que 30% do valor das cambiais de exportação fôsse negociado a taxa livre. Criado o sistema de bonifica-

ções, o fumo em fôlha recebeu Cr\$ 10 por dólar, como os demais produtos de exportação. Em 1955, com a separação dos produtos exportáveis em 4 categorias (Instrução 112), o fumo foi colocado na 2ª categoria. Enquanto vigorou tal sistema, o produto subiu de categoria recebendo conseqüentemente bonificações mais elevadas. Mais tarde, pela Instrução 192 de 30 de dezembro de 1959, o produto passou a ser negociado no mercado livre. Este subsídio dado em forma de bonificações e a posterior transferência para o mercado livre permitiram ao preço externo, a partir de 1955, ficar próximo e até superar o preço interno.

Pelo Gráfico II-B-4-h, vê-se que, somente após 1954 o preço externo foi aparentemente elevado para incentivar as exportações, ou pelo menos, manter constante a exportação de fumo do Brasil.

As flutuações nas percentagens da produção exportada entre 1947 e 1953, decorreram em grande parte das mudanças na aplicação das cambiais resultantes das exportações de fumo. A maior parte desta aplicação consistia normalmente em importações de mercadorias restritas. Não foi somente o tipo de mercadoria que freqüentemente variou, mas também, a percentagem dos ganhos totais de exportação que poderia ser usado para tais importações. Os preços de exportação mostraram, para estes anos, não refletirem corretamente o verdadeiro valor das receitas de exportação correlata, isto é, em termos de seu valor potencial para importação.

Após 1953, houve uma tendência geral da percentagem da produção exportada, seguir o comportamento da relação existente entre os preços de exportação e importação, o que ocorreu até 1961. Naquele ano, o relativo impulso nas exportações deve ter sido proveniente, em parte, da eliminação pela política governamental da retenção da receita cambial por um período de 120 dias (Instrução 204 da SUMOC).

Então, em 1962 todas divisas estrangeiras provenientes da exportação de fumo deviam ser repassadas ao Banco do Brasil, e assim os atuais valores em cruzeiros de tais ganhos, provavelmente, foram reduzidos para a taxa efetiva de câmbio (assinalada no gráfico citado). Esta mudança na política parece explicar o relativo declínio nas exportações de ... 1961 a 1963.

COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL

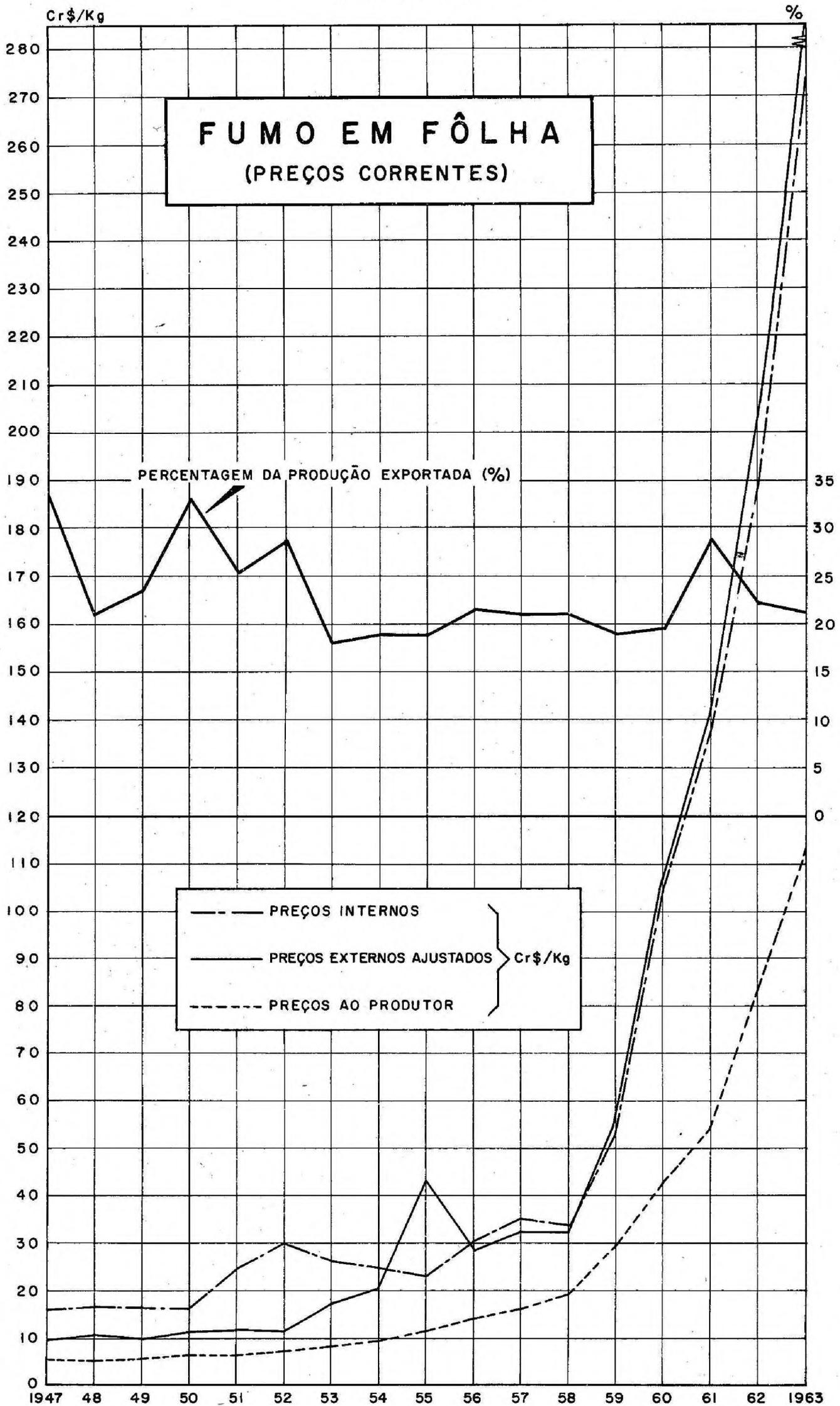
TABELA - II-B-4-h

FUMO (EM FÓLHA)

A N O	=A= PRODUÇÃO (1.000 ton.)	=B= PARTICIPA- ÇÃO BRASI- LEIRA NA PRODUÇÃO MUNDIAL (%)	=C= EXPORTAÇÃO (1.000 ton.)	=D= PARTICIPA- ÇÃO BRASI- LEIRA NA EX- PORTAÇÃO MUNDIAL (%)	=E= PERCENTAGEM DA PRODU- ÇÃO EXPOR- TADA	=F= PREÇOS DO PRODUTOR (Cr\$/kg)	=G= PREÇOS INTERNOS (Cr\$/kg)	=H= PREÇO EXTERNO AJUSTADO (Cr\$/kg)	=I= TAXA DE CÂMBIO EFETIVA- COMPRA (Cr\$/US\$)
1947	111	3,5	37,6	7,4	33,9	5,54	16,0	9,6	18,38
1948	118	3,7	24,9	5,1	21,1	5,23	16,5	10,6	18,38
1949	115	3,8	27,2	4,8	23,7	5,50	16,5	9,9	18,38
1950	108	3,5	35,8	6,4	33,1	6,47	16,5	11,2	18,38
1951	118	3,6	29,8	4,8	25,3	6,48	24,8	11,8	18,38
1952	106	3,3	30,4	5,5	28,7	7,38	30,0	11,5	18,38
1953	132	3,9	23,9	3,9	18,1	8,17	26,9	17,4	21,38
1954	147	4,2	28,1	4,4	19,1	9,77	25,0	20,3	30,98
1955	148	4,4	18,2	4,0	19,1	11,75	23,6	43,2	36,38
1956	144	4,1	31,3	4,2	21,7	14,24	30,3	28,9	44,19
1957	140	4,1	29,4	3,7	21,0	16,44	35,6	32,6	54,12
1958	144	4,0	30,4	4,0	21,1	19,49	34,0	32,3	63,66
1959	151	4,3	28,8	4,0	19,1	29,61	53,1	54,5	100,00
1960	161	4,4	31,6	4,1	19,6	42,43	104,8	104,7	176,14
1961	168	4,6	48,8	5,9	29,0	54,38	138,1	142,0	257,08
1962	187	5,2	41,8	5,0	22,4	83,54	190,5	215,5	375,00
1963	207	5,3	44,3	5,5	21,4	113,16	276,2	305,9	557,00

FONTES: Anuário Estatístico do Brasil - IBGE
 Instruções - SUMOC
 Trade Yearbook - F A O
 Production Yearbook - F A O

GRÁFICO II-B-4-h



LARANJAS - II-B-4-i

A contribuição da laranja à receita brasileira proveniente de exportações no período 1946-1964 é, na série de produtos agrícolas, uma das mais baixas. No primeiro quinquênio, a sua média sobre o total exportável foi de 0,6%; no segundo (1951-1955) de 0,4%, sendo que no seguinte (1956-1960) subiu novamente a 0,6%, para cair a 0,4% em 1961/1964.

Na participação brasileira sobre o total produzido mundialmente podemos distinguir 3 períodos: o primeiro de 1946 a 1951, com média de 11,3%; o segundo de 1952 a .. 1956 com 9,4%; e, o terceiro de 1957 a 1962 com 10,3%. Deve-se analisar 1963 como um ano a parte, pois foi consideravelmente superior aos demais - 17,7%. A deficiência da participação brasileira no total mundial está na produção brasileira que, neste período (1946-1962), apenas aumentou em 58% (considerando a média dos 3 anos extremos) enquanto, a mundial elevou-se em 81%. Como já foi dito acima, 1963 foi um ano anormal, (em relação aos anos anteriores) pois a produção mundial caiu em cerca de 5%, e a brasileira aumentou em 65% sobre a média dos 3 anos anteriores, daí a elevação na percentagem.

No tocante as exportações brasileiras dentro das exportações mundiais de laranja, também se pode observar os mesmos ciclos que vimos em relação à produção, porém, com oscilações mais fortes. A participação no período pré-guerra (1934/1938) foi de 7,6%. Nos seis primeiros anos após a 2ª Guerra Mundial (1946/1951) a média caiu para 5,6%, passando de 9,0% em 1946 a 2,5% em 1951. No quadriênio 1952/1955 acentuou-se a tendência decrescente, reduzindo-se a participação brasileira na exportação mundial a 1,4%. Entretanto, no período seguinte (1956/1962), houve uma evidente recuperação atingindo a média de 3,3%. Também aqui o ano de 1963 conseguiu apresentar uma média bastante superior ao normal (5,8%), isto principalmente devido a queda havida nas exportações mundiais (19%) enquanto as brasileiras elevaram-se em 40%.

Atualmente o principal comprador do produto brasileiro é a Grã-Bretanha, mantendo no período 1959 - 1963 uma média de 28,4% sobre o total exportado. Nos anos 1953 -

1956 a sua cota foi bastante irregular, com uma oscilação anual de cerca de 50%, sendo a média do período 22%; nos anos 1957 e 1958 caiu 1,4% em relação ao período anterior. Em segundo lugar temos a Holanda, cujas compras em maior vulto iniciaram-se em 1954, intensificando-se em 1958, e tendo apresentado como média do último período (1958-1963) 29% sobre o total vendido. A Alemanha Ocidental em 1962 e 1963 incrementou consideravelmente suas compras no país, duplicando-as em relação e média dos 5 anos anteriores (1957 a 1961 - 8,5%). Todavia, já em 1963 houve uma redução de 40%, em relação ao ano anterior, das exportações brasileiras àquela nação. No passado, nos anos de 1953-1956, a Argentina foi o maior importador do produto, comprando cerca de 54% do total. A França é um importador cuja cota sobre o total tem decrescido sensivelmente, embora sejam quase iguais as médias dos quinquênios, o que decorre das fortes oscilações verificadas ao longo do período. Contudo a participação francesa nos anos de 1961 e 1962 (12,1%) reduziu-se a metade em relação ao ano anterior (1960), porém novamente em 1963 este país voltou a comprar mais laranja brasileira - 17,5% do total.

O interessante a observar neste produto é que o preço externo quase sempre foi inferior ao interno a varejo. (excetuando-se os anos de 1948 a 1955), porém superior ao preço ao produtor. Convém notar que até a Instrução 48 da SUMOC (24.2.53) as exportações eram feitas à taxa oficial. Por meio desta Instrução o Governo procurou estimular as exportações do produto permitindo a negociação de 30% do valor das cambiais no mercado livre. Mais tarde, com a reforma cambial havida (Instrução 70 da SUMOC, de 9.10.53), que criou o sistema de bonificações, a laranja passou a receber a bonificação de Cr\$ 10 (dez cruzeiros) por dólar vendido à taxa oficial, concedida a qualquer produto de exportação (excetuado o café). Com a ampliação do referido sistema (Instrução 112 da SUMOC de 17.1.56), a laranja foi classificada na 4ª categoria, recebendo assim a bonificação mais elevada. Contudo, em maio deste mesmo ano a laranja passou a terceira categoria, quando as bonificações foram elevadas pela Instrução 131. Somente em 10/6/58 (Instrução 158 da SUMOC) houve nova alteração no tratamento cambial dado a laranja. Nesta oportunidade o produto foi duplamente beneficiado. Em primeiro lugar com sua trans-

ferência para a 4ª categoria; em segundo, com o aumento do valor das bonificações. Ainda em 1958 (Instrução 167 da SUMOC, 4/10/58) as cambiais provenientes da exportação de laranja passaram a ser negociadas no mercado livre.

Segundo o Gráfico II-B-4-e, a taxa de câmbio efetiva, somente em dois anos, foi capaz de manter o preço de exportação (aparente) da laranja acima do preço interno. Ademais, nesses dois anos (1948 e 1955), os preços externos (em cruzeiros) excederam os preços internos em quantias tão pequenas que seria inadequado considerar que surgiu um fator capaz de estabelecer um forte incentivo inicial às exportações.

O principal estímulo às exportações em 1949 e 1950 foi a oportunidade de utilização total ou parcial da receita cambial resultante da exportação de laranja para importar determinadas mercadorias especificadas, tais como: chassis de jeep, brinquedos mecânicos, peças de aparelhos televisores, máquinas de lavar, etc. O valor efetivo (em cruzeiros) do dólar recebido nesta época pela exportação de laranja foi, portanto a quantia de cruzeiros líquidos obtidos pelo uso daquele dólar para importar aquelas mercadorias. Este valor real não está refletido nos correspondentes preços externos indicados no gráfico.

Este sistema de estimular as exportações de laranja foi eliminado em setembro de 1950. Entre aquela data e 1953, a exportação do produto declinou (em termos absolutos e em relação à produção). Em 1953, a taxa de câmbio efetiva da exportação de laranja elevou-se e conseqüentemente a exportação do produto cresceu até 1955, quando o preço externo em termos de cruzeiros começou a cair.

De 1957 a 1961 houve uma correlação negativa entre as mudanças nos preços relativos e as percentagens da produção brasileira exportada. Até o presente momento não se encontrou uma explicação para esse fenômeno.

Para os demais anos (1962-1964), as taxas relativas de exportação parecem ser consistentes com os resultados esperados das mudanças ocorridas nos preços relativos.

Durante a maioria do período de após a Segunda Guerra Mundial, a política governamental parece haver sido inadequada para incentivar as exportações de laranja. Quando estas exportações foram incentivadas, em 1949 e 1950, o método empregado foi ineficiente.

COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL

TABELA - II-B-4-i

LARANJA

PERÍODOS	=A= PRODUÇÃO (1.000 ton)	=B= PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NA PRODUÇÃO MUNDIAL (%)	=C= EXPORTAÇÃO (1.000 ton)	=D= PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NA EXPORTAÇÃO MUNDIAL (%)	=E= PERCENTAGEM DA PRODUÇÃO EXPORTADA (%)	=F= PREÇOS DO PRODUTOR (Cr\$/kg)	=G= PREÇOS INTERNOS (Cr\$/kg)	=H= PREÇO * EXTERNO AJUSTADO (Cr\$/kg)	=I= TAXA DE CÂMBIO EFETIVA- (Cr\$/US\$)
1947	1.093	11,8	60	5,0	5,5	0,42	2,38	1,7	18,38
1948	1.261	12,1	100	7,4	7,9	0,46	1,45	1,7	18,38
1949	1.230	11,8	71	4,9	5,8	0,49	2,45	1,7	18,38
1950	1.238	10,6	87	5,4	7,0	0,52	2,45	2,3	18,38
1951	1.273	10,3	48	2,5	3,8	0,59	4,38	2,5	18,38
1952	1.259	9,7	26	1,3	2,1	0,70	4,02	2,8	18,38
1953	1.272	9,4	25	1,1	2,0	0,80	4,87	2,5	21,71
1954	1.314	9,4	32	1,4	2,4	1,08	6,93	4,8	30,98
1955	1.339	9,2	46	1,8	3,4	1,47	5,92	6,1	48,82
1956	1.377	9,6	43	2,1	3,1	1,91	4,54	4,0	48,19
1957	1.492	10,3	46	2,0	3,1	2,19	6,17	4,4	54,12
1958	1.538	10,5	73	3,1	4,8	2,66	12,48	5,5	84,50
1959	1.646	10,2	112	4,2	6,8	3,28	14,05	9,6	157,60
1960	1.721	10,3	113	3,9	6,6	3,60	14,46	9,5	176,14
1961	1.818	10,7	113	4,1	6,2	4,60	20,56	13,7	257,08
1962	1.905	10,2	105	3,4	5,5	6,91	30,12	16,8	375,00
1963	2.941	17,7	144	5,8	4,9	11,55	42,43	23,9	557,00

* - Foi obtido através da multiplicação da taxa de câmbio efetiva pelo valor médio das exportações em dólares.

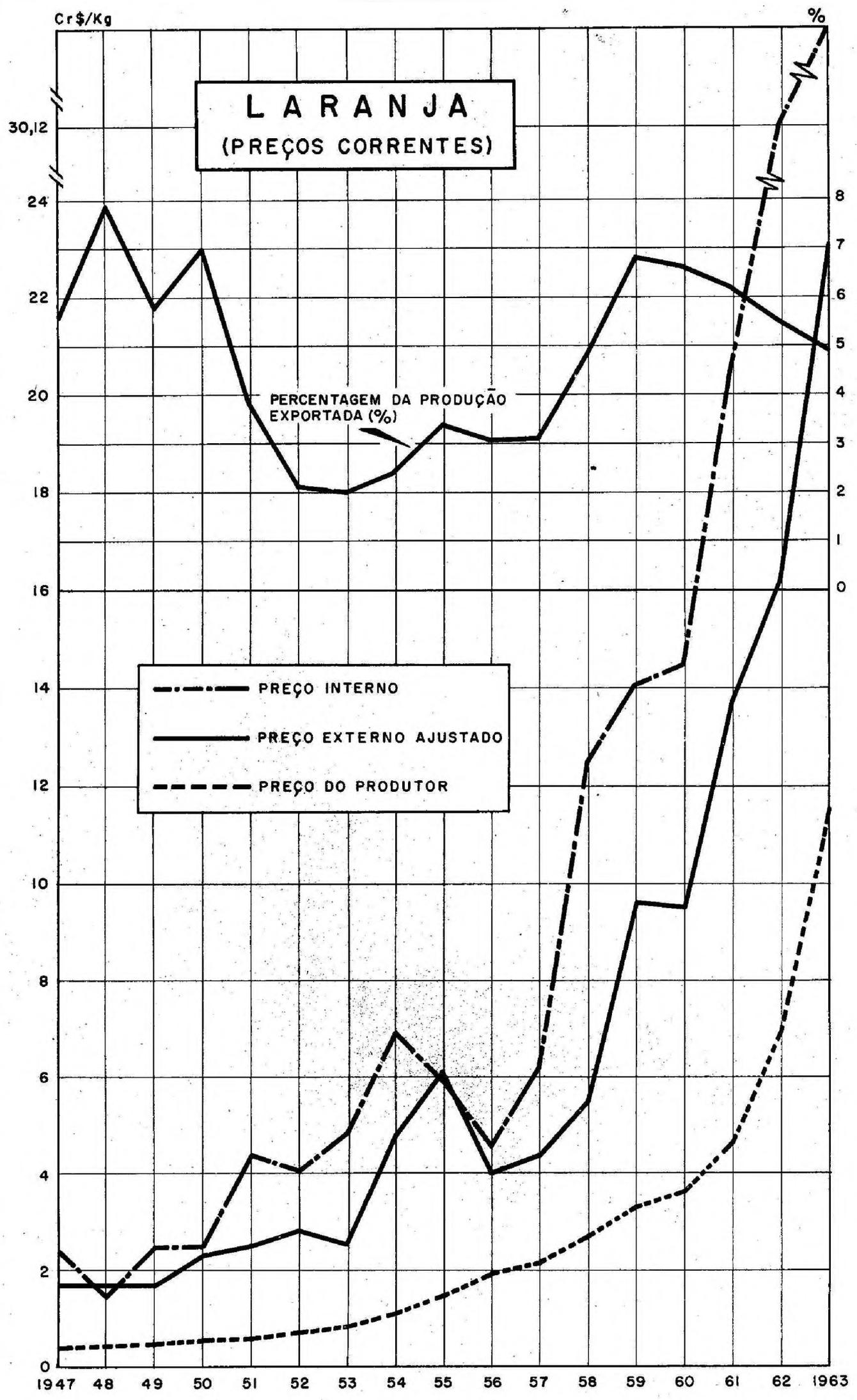
FONTES: Anuário Estatístico do Brasil - IBGE

Instruções - SUMOC

Trade Yearbook - F A O

Production Yearbook - F A O

GRÁFICO II-B-4-i



MAMONA - Óleo - II-B-4-j

O ano de 1947 foi o de maior contribuição .. (2,9%) do óleo de mamona na formação da receita da exportação brasileira. Nos anos seguintes, caiu a 2,0% e 1,3% . Somente a partir de 1957 começou a melhorar a situação do produto na exportação brasileira, mantendo, então, uma média de 2%. Nos anos anteriores a 1957 (1946-1956), a média foi de 0,5%. Quantitativamente, o ano máximo foi o de 1961, e devido ao fato de estarem os preços em elevação, passou este produto a partir dessa época, a ser o principal no grupo de "outros produtos". É evidente sua recuperação.

Com a exportação do óleo de mamona obtém o país seu maior coeficiente de participação na exportação mundial de um produto a partir de 1957. Enquanto a deste vem de caindo com o correr dos anos, a do óleo vem subindo: de 0,9% na pré-guerra (1934-1938), passou a 39,9% (1946-1950), caindo ligeiramente para 34,7% (1951-1955), voltando a subir a 44,7% (1956-1960) e 62,3% (1961-1963).

Na exportação total do Brasil as principais vendas são feitas (no período de 1959-1963) aos Estados Unidos - 59,9%; França - 25,3%; e Países Baixos - 5%.

Esse derivado de mamona tem recebido estímulo à exportação através da política cambial regulada pela SUNOC. Quando pela Instrução 48 de 24/2/53 resolveu este organismo incentivar e diversificar a exportação de certos produtos permitindo que uma percentagem de suas cambiais fossem negociadas no mercado livre, ao óleo de mamona foi concedido 30%. Com a reforma cambial de 17/1/55 (Instrução 112 da SUNOC), este derivado foi incluído na 4ª categoria. Entretanto, mais tarde em 29/6/59 com a Instrução 185, a venda deste óleo não foi considerada de alta relevância ou necessidade, passando a 2ª categoria; ainda neste mesmo ano (30 de dezembro), pela Instrução 192, passou a ser negociado totalmente pelo mercado livre.

Pelo Gráfico II-B-4-j, observa-se que, por vários pares de anos, entre 1953 a 1961, a exportação de óleo

de mamona variou positiva e fortemente quando o preço externo apresentava um aumento em relação ao preço interno.

Por exemplo, de 1954 a 1955 a percentagem de produção exportada elevou-se quando o preço externo cresceu mais rapidamente que o interno.

O aumento havido, em 1960, no preço externo resultou, primeiramente, da proibição (a partir da segunda metade de 1959) da exportação da semente de mamona. Em outras palavras, parte considerável da demanda da semente transferiu-se ao óleo, ocasionando então, a elevação do preço do produto. Como consequência, a produção expandiu-se consideravelmente em 1961. A participação brasileira na exportação mundial do óleo de mamona elevou-se a 72,8% no período. O aumento havido na taxa de câmbio efetiva naquele mesmo ano, permitiu que aquele impulso inicial verificado no preço externo (em cruzeiros), se transformasse em elevações anuais, sempre em nível superior as observadas no preço interno.

Entretanto, nos dois anos seguintes, o preço externo (em termos de moeda estrangeira) declinou, e, o preço interno, (em moeda nacional) devido a taxa cambial, não cresceu suficientemente para compensar o crescimento do preço interno. Nestes dois anos citados, baseando-se no nível de ... 1961, a cota brasileira no mercado mundial de exportação caiu, como seria de se esperar. A vantagem inicial adquirida pela mudança forçada da demanda não foi mantida, pelo inadequado ajustamento da taxa de câmbio efetiva,

A real eficácia da política de promoção da exportação do óleo de mamona deveria ser medida em termos do total exportado de mamona. Significa, que, se houvesse sido realmente eficaz, a exportação do óleo deveria ter aumentado, mas, em quantidade suficiente, que compensasse a queda havida na exportação da semente. A reação da exportação de óleo em 1961, justifica, a política adotada em termos de divisa estrangeira. Justificativa nos mesmos termos não se encontra nos outros anos (1960, 1962, 1963). Durante 1962 e 1963, houve (pelos dados disponíveis) uma mudança da demanda mundial do óleo para a semente, na medida que outros países exportadores supriam esta parte do mercado abandonada pelo Brasil, quando a proibição de exportação desse produto começou.

COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL

TABELA - II-B-4-j

MAMONA - Óleo

A N O	=A=	=B=	=C=	=D=	=E=	=F=	=G=	=H=	=I=
	PRODUÇÃO (ton.)	EXPORTAÇÃO (ton.)	PERCENTAGEM DA PRODUÇÃO EXPORTADA (%)	PREÇOS DO PRODUTOR (Cr\$/kg)	PREÇOS DO PRODUTOR 1953 = 100	PREÇOS INTERNOS 1953 = 100	PREÇO EXTERNO AJUSTADO (Cr\$/kg)	PREÇOS EXTERNOS AJUSTADOS 1953 = 100	TAXA DE CÂMBIO EFETIVA (Cr\$/US\$)
1947	10.388	6.266	60,3	9,8	118,1	62	10,4	119,5	18,38
1948	13.666	5.212	38,1	6,9	83,1	61	7,7	88,5	18,38
1949	22.191	10.614	47,8	4,9	59,0	63	4,9	56,3	18,38
1950	38.455	24.593	64,0	6,6	79,5	66	5,1	58,6	18,38
1951	39.390	29.571	75,1	10,1	121,7	84	8,5	97,7	18,38
1952	31.521	19.958	63,3	9,3	101,2	35	8,8	101,1	18,38
1953	41.253	26.749	64,8	8,3	100	100	8,7	100	25,08
1954	42.114	15.676	37,2	8,4	101,2	143	7,1	81,6	30,98
1955	41.914	24.816	59,2	10,7	128,9	155	9,8	112,6	48,82
1956	39.621	20.092	50,7	17,5	210,8	190	14,2	163,2	56,29
1957	64.403	48.114	74,7	19,6	236,1	215	24,0	275,9	65,99
1958	81.186	55.318	68,1	19,9	239,8	263	21,1	242,5	81,42
1959	76.297	47.719	62,5	25,0	301,2	368	20,0	229,9	100,00
1960	54.381	41.856	77,0	43,8	527,7	473	40,9	470,1	176,14
1961	105.097	90.835	86,4	58,9	709,6	671	66,3	762,1	257,08
1962	79.336	60.786	76,6	88,9	1.071,1	943	95,4	1.096,5	375,00
1963	91.216	77.351	84,8	139,7	1.605,7	1.695	133,5	1.534,5	557,00

FONTES: IBGE - Anuário Estatístico do Brasil
 SUMOC- Instruções
 F G V- Conjuntura Econômica

MAMONA - Semente - II-B-4-1

Esse produto foi exportado até 1959, quando por motivo de abastecimento interno e visando estimular seu beneficiamento no país, teve as suas vendas ao exterior proibidas.

A exportação brasileira da semente de mamona oscilou consideravelmente entre 1946 e 1959, sendo que os anos mais elevados foram os de 1954-1958, com uma média ao redor de 4.000 dólares. A sua participação na exportação total foi da ordem de 0,003%.

A participação da exportação do país no total mundial nos anos de após-guerra (1946-1949) era de 75%, para nos nove anos seguintes cair ao redor de 30%, demonstrando sua tendência nitidamente decrescente.

O Brasil é um dos maiores produtores mundiais de mamona. Nos anos de 1961-1963, para os quais temos as cifras mundiais, a participação do país na produção mundial foi de 38,6%; para estes mesmos anos a média produzida foi de .. 220.000 ton.

Os principais compradores sempre foram os Estados Unidos - 59%; Alemanha Ocidental - 25,3%; e, a França - 9,8%, considerando os anos de 1953-1959.

O estímulo concedido à exportação do produto começou em 9/10/53 com a Instrução 70 da SUMOC, quando foi iniciada a política de conceder bonificações por cada dólar (ou seu equivalente) resultante de exportação. Mais tarde através da Instrução 112 em 17/1/55, a semente foi classificada na 3ª categoria, passando ao mercado livre em 10/1/59 pela Instrução 174.

Durante os anos de 1947 a 1958 a exportação da semente de mamona esteve sujeita à restrições quantitativas e a partir de então tais exportações estiveram proibidas. Das informações existentes não se pode obter nenhuma relação precisa entre as variações nos preços e as das percentagens da produção exportada.

COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL

TABELA - II-B-4-1

MAMONA - (Semente) *

PERÍODOS	=A= PRODUÇÃO (1.000 ton)	=B= EXPORTAÇÃO (1.000 ton.)	=C= PERCENTAGEM DA PRODUÇÃO EXPORTADA (%)	=D= PREÇOS AO PRODUTOR (Cr\$/kg)	=E= PREÇOS INTERNOS (MERCADO DA BAHIA) (Cr\$/kg)	=F= PREÇO EXTERNO AJUSTADO** (Cr\$/kg)	=G= TAXA DE CÂMBIO (Cr\$/US\$)
1947	183	169	92,3	2,1	3,2	0,4	18,38
1948	231	164	70,1	1,5	2,1	0,3	18,38
1949	201	132	65,7	1,2	1,5	0,2	18,38
1950	184	84	45,7	1,9	2,6	0,2	18,38
1951	177	50	28,2	2,8	4,6	0,4	18,38
1952	158	36	22,8	2,6	3,1	0,4	18,38
1953	161	21	13,0	2,2	2,6	2,8	21,94
1954	170	59	34,7	2,2	2,4	3,0	30,41
1955	164	61	37,2	2,8	3,4	3,9	41,87
1956	161	24	14,9	4,7	6,4	5,9	50,28
1957	200	32	16,0	5,2	7,6	8,3	54,43
1958	173	25	14,0	5,6	6,3	6,4	62,36
1959	181	10	5,5	6,8	9,5	6,4	73,52
1960	225	-	-	10,4	16,3	-	-
1961	234	0,3	0,13	15,2	21,6	10,0	277,80
1962	207	-	-	26,4	34,3	-	-
1963	225	-	-	37,6	52,0	-	-

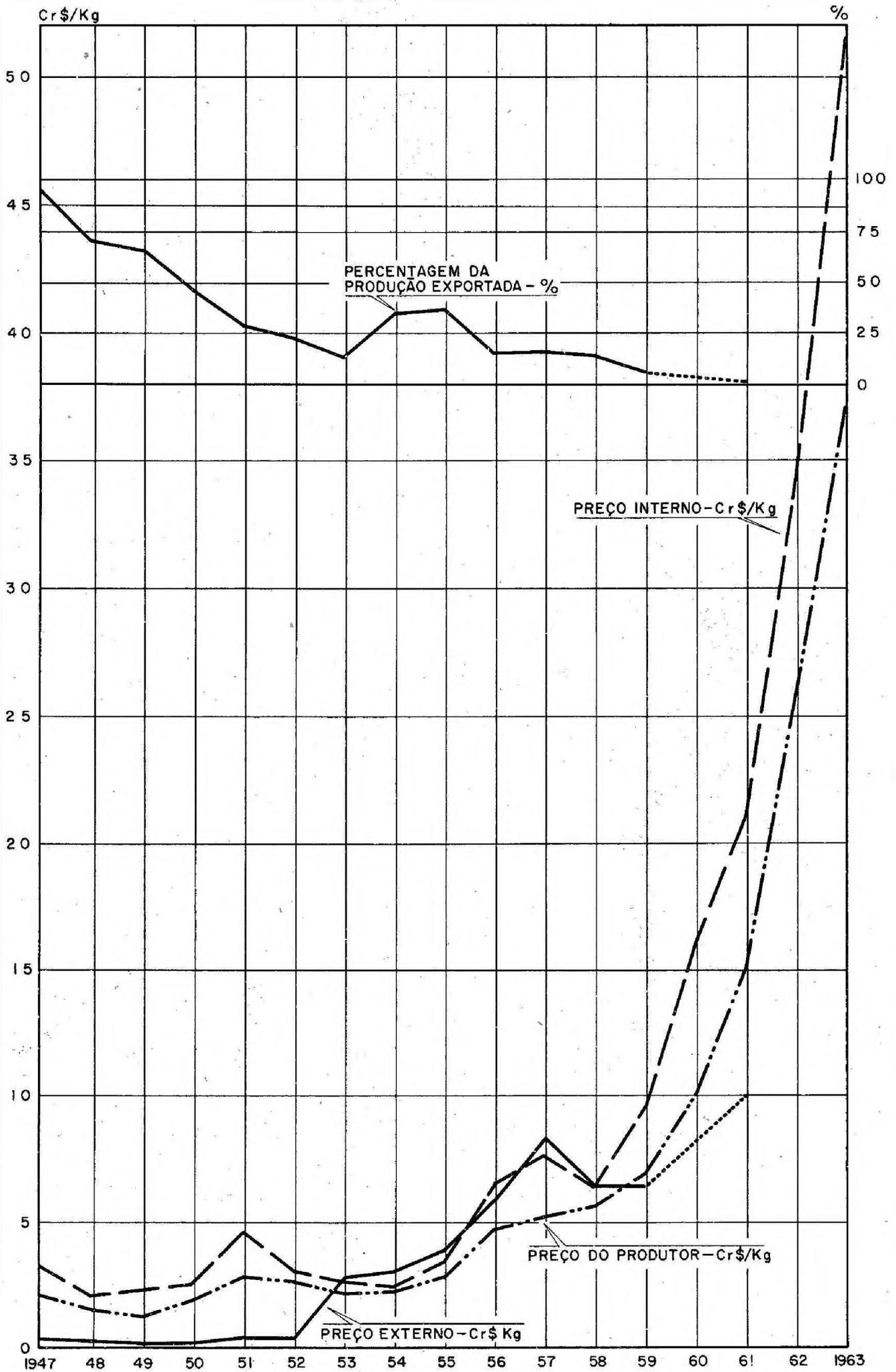
* - Foi proibida a exportação da mamona em semente em 1959.

** - O preço externo ajustado é igual ao valor medio da exportação (em US\$) multiplicado pela taxa efetiva de câmbio.

FONTES: IBGE - Anuario Estatístico do Brasil
 SUMOC- Instruções
 F A O- Trade Yearbook
 F A O- Anuario da Produção

MAMONA - SEMENTE

(PREÇOS CORRENTES)



M I L H O - II-B-4-m

A exportação brasileira de milho tem sido as saz irregular, porém, mantendo sempre baixa sua participação, tanto na exportação mundial quanto na produção brasileira, como se pode ver pela Tabela II-B-4-m. Em relação à receita total de exportação do país, a contribuição do milho foi, do mesmo modo, muito irregular, apresentando alguma relevância nos seguintes anos: 1946 - 1%; 1947 - 1,1%; 1948 - 0,9%; 1951 - 1,1% e 1963 - 2,1%. Pode-se observar que 1963 foi o ano de maior significado em todo o período, tomando maior importância se considerarmos que de 1956 a 1959 as exportações estiveram proibidas; em 1962 não houve vendas ao exterior. Nos demais anos do período de 1946-1963, a participação do milho na receita de exportação foi consideravelmente inferior aos anos acima citados.

A proibição de exportação do milho, no período 1956-1959 e em outras épocas, decorreu da política de exportação adotada pelas autoridades governamentais. Somente se vendia ao exterior o excedente da produção, depois de satisfeito o mercado interno, havendo uma série de órgãos cuja função era determinar a conveniência ou não de exportações de gêneros alimentícios em geral (1).

Até 1962, o ano de 1951 foi aquele cuja exportação brasileira de milho - 295.248 ton. - apresentou seu recorde. Fator de possível grande influência foi o decréscimo havido na exportação argentina. Devemos levar, ainda, em consideração os avisos 207 e 211 da CEXIM, de 16-11 e 7-12 de 1950, pelos quais, era permitida a exportação do produto vinculada à importação de produtos licenciáveis (automóveis, geladeiras, máquinas de lavar roupas, relógios, rendas e whisky). Já nesta época o milho havia-se tornado um produto gravoso, sendo sua exportação somente viável nestas condições. Em 1963, todavia, a exportação de milho ultrapassou largamente o ano de 1951, atingindo a 700.000 toneladas.

(1) - COFAP - Comissão Federal de Abastecimento e Preços
COCAB - Conselho Coordenador do Abastecimento.

A produção brasileira de milho dentro da produção mundial manteve, no período em estudo, uma percentagem média de 4,5%; houve baixas e altas, porém de pouca monta (ver tabela II-B-4-m).

A reforma da política cambial através da Instrução 112, de 17.1.55, da SUMOC, classificou o produto na 4ª categoria, favorecendo-o com a mais alta bonificação concedida. Sem embargo, não permaneceu o milho nesta categoria; e, se pode ver pelo gráfico anexo, que quando sua bonificação foi reduzida (passa a 3ª categoria em 17.5.56 pela Instrução 131) a dispersão entre o preço interno e externo aumentou. Esta diferença diminuiu em 1959 quando o produto foi beneficiado com a venda de suas cambiais de exportação no mercado livre (Instrução 167 de 4 de outubro de 1958).

Em 1963 a exportação brasileira destinou-se principalmente à Itália - 83,2%; Japão - 5,0%; Alemanha Ocidental e Países Baixos - 2%. Em 1951 os principais compradores do milho brasileiro foram: Suíça em 32%; Grã-Bretanha - 19%; França - 15%; União Belga-Luxemburgo - 14% e a Alemanha Ocidental com 14%.

O gráfico II-B-4-m mostra as relações em preços e percentagens da produção exportada de 1947 a 1963. Observa-se que, após 1950, somente por um ano a taxa de câmbio foi suficiente para estimular a exportação.

A taxa de câmbio efetiva aparente não pôde exercer influência decisiva na exportação de milho, porque as restrições quantitativas foram o fator predominante. Estas restrições foram adotadas com os objetivos de assegurar um suprimento interno adequado - que, se obtivesse sucesso, refletir-se-ia em preços internos relativamente baixos. Entretanto, o resultado não foi satisfatório, pois, os preços internos do produto (por atacado) aumentaram 20,8 vezes de 1947-48 a 1961-62, enquanto, para o mesmo período, o índice de custo de vida aumentou 14,4 vezes.

Aparentemente, apesar da política cambial do governo visar um suprimento interno adequado não encorajando a produção para exportação, não alcançou o resultado desejado - de acordo com o relativo aumento dos preços internos..

No período 1947-48 a 1961-62 a produção brasileira de milho aumentou em 67,6%, enquanto a população do Brasil em 51,3%. Pode-se supor que a política do governo em limitar as exportações não foi responsável pelo desestímulo da produção doméstica, a ponto de causar o aumento do preço interno.

Em 1951, verificou-se um rápido aumento nas exportações originadas do aviso especial nº 207 da CEXIM em 16.11.50, criando as exportações vinculadas. As divisas assim obtidas poderiam ser empregadas na importação de automóveis, relógios e "whiskey" (Aviso 211, CEXIM, 7.12.50). A taxa de câmbio real efetiva tornou-se mais elevada do que aquela indicada no gráfico II-B-4-m - dependendo dos preços desses produtos importados no mercado brasileiro. Tal fato coincidiu com (e deve ter sido induzido por) uma grande redução das exportações de milho da Argentina.

Não obstante, essa expansão observada na exportação foi efêmera, porque foi seguida de um decreto (aviso 217, CEXIM, 13.2.51) proibindo novos acordos ligados a exportação do produto. Este estímulo durou somente 3 meses, cujos resultados se fazem notar nos dados de exportação de 1951. Posteriormente, até 1963, estas exportações estiveram quase sempre proibidas.

COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL

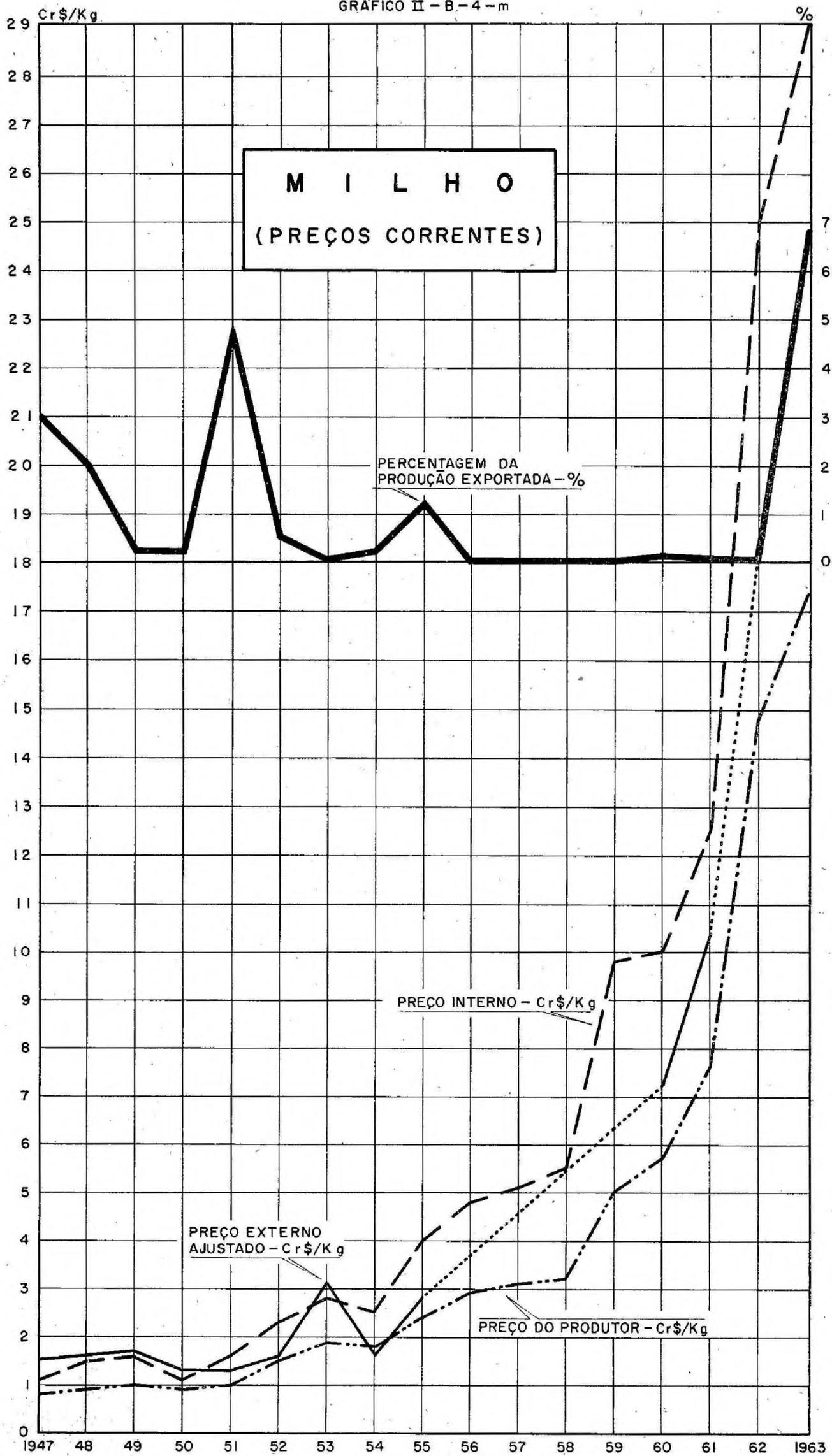
TABELA - II-B-4-m

MILHO

PERÍODOS	=A= PRODUÇÃO (1.000 ton.)	=B= PARTICIPA- ÇÃO DO BRA- SIL NA PRO- DUÇÃO MUNDIAL (%)	=C= EXPORTAÇÃO (1.000 ton.)	=D= PARTICIPA- ÇÃO DO BRA- SIL NA EX- PORTAÇÃO MUNDIAL (%)	=E= PERCENTAGEM DA PRODUÇÃO EXPORTADA (%)	=F= PREÇO DO PRODUTOR Cr\$/kg	=G= PREÇO INTERNO Cr\$/kg	=H= PREÇO EXTERNO AJUSTADO Cr\$/kg	=I= TAXA DE CÂMBIO EFETIVA - COMPRA Cr\$/US\$
1947	5.503	4,9	166	2,7	3,0	0,8	1,1	1,5	18,58
1948	5.607	3,8	111	2,7	2,0	0,9	1,5	1,6	18,38
1949	5.449	3,9	12	0,2	0,2	1,0	1,6	1,7	18,38
1950	6.024	4,7	12	0,3	0,2	0,9	1,2	1,3	18,38
1951	6.218	4,8	295	6,6	4,7	1,0	1,6	1,3	18,38
1952	5.907	4,3	28	0,6	0,5	1,5	2,3	1,6	18,38
1953	5.984	4,1	0 *	-	0	1,2	2,8	3,1	21,71
1954	6.789	4,9	12	0,2	0,2	1,8	2,5	1,6	30,98
1955	6.690	4,3	80	1,6	1,2	2,4	4,0	2,8	48,82
1956	6.999	4,4	0 *	0	0	2,9	4,8	-	51,23
1957	7.763	4,7	0 *	0	0	3,1	5,1	-	54,12
1958	7.370	4,1	0 *	0	0	3,2	5,5	-	84,50
1959	7.787	3,9	0 *	0	0	5,0	9,8	-	157,60
1960	8.672	4,0	10	0,1	0,1	5,7	10,0	7,2	176,14
1961	9.036	4,2	4	0,03	0,04	7,6	12,5	10,4	257,08
1962	9.587	4,5	0 *	0	0	14,8	25,0	-	375,00
1963	10.418	4,8	700	3,5	6,7	17,3	29,0	23,4	557,00

* - Quantidades desprezíveis

FONTES: SUMOC - Instruções
 IAGE - Anuário do Brasil
 F A O - Anuário de Produção
 F A O - Trade Yearbook



PINHO II-B-4-n

(A análise refere-se principalmente a tábuas de pinho simplesmente preparadas)

A participação deste produto na exportação brasileira foi de 3,3% no período 1946/1949, caindo a 2,5% em 1950/1954, para recuperar-se nos anos seguintes e atingir a média de 3,5% de 1955 a 1963.

A percentagem da produção destinada ao mercado externo apresenta uma tendência declinante em altos e baixos, passando de 63,7% em 1948 (maior percentagem de produção exportada no período 1947/1963), a 29,6% em 1963. (Ver coluna c da Tabela II-B-4-n).

A exportação do pinho em valores oscila intensamente, quase que de ano em ano, com quedas e altas acentuadas, mantendo por quinquênios as seguintes médias (em milhões de dólares); 35,4 no período 1946-50; 43,5 de 1951-55; 41,2 nos anos 1956-60 e 46,1 de 1961-63.

No quinquênio 1959/1963 o pinho brasileiro vendido no mercado externo destinou-se, principalmente, aos seguintes países: Argentina - 49%; Reino Unido - 22% e Alemanha Ocidental - 9,2%.

Até 1953 o produto era exportado à taxa oficial de câmbio, sem nenhum benefício especial. A primeira medida cambial visando incentivar a exportação do pinho surgiu em 24.2.53, pela Instrução 48 da SUMOC, que permitiu a negociação de 30% de suas cambiais no mercado livre. Com a reforma cambial resultante da Instrução 70 (9.10.53), as cambiais voltaram a ser negociadas em sua totalidade no mercado oficial, porém recebendo uma bonificação de Cr\$10 por dólar. Ao serem criadas 4 categorias de bonificações, o pinho foi classificado na segunda. Enquanto esteve em vigor o sistema de bonificações, a taxa efetiva para exportação do produto foi várias vezes reajustada, através de sua transferên-

cia para categoria mais elevada, ou pelo aumento do valor de tôdas as bonificações. O pinho passou a ter suas cambiais negociadas no mercado livre a 30.12.59, pela Instrução 192 da SUMOC. De 20 de setembro de 1949 até 13 de fevereiro de 1951, as exportações de pinho estiveram vinculadas à importação de geladeiras, automóveis, trigo, relógios e outros produtos.

Pelos dados disponíveis para este trabalho - vemos que os preços internos do pinho refletem as despesas com uma elaboração inexistente no caso do produto exportado. Essa é em grande parte a razão dos preços internos do pinho excederem os preços externos.

Não nos parece haver qualquer relação significativa entre as alterações de preços e as percentagens da produção exportada.

COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL

TABELA - II-B-4-n

PINHO SERRADO

ANOS	-a- PRODUÇÃO m ³	-b- EXPORTAÇÃO m ³ *	-c- % PERCENTAGEM DA PRODUÇÃO QUE FOI EXPORTADA	-d- PREÇOS INTERNOS ** Cr\$/kg	PREÇOS EXTERNOS AJUSTADOS Cr\$/kg	-f- TAXA EFETIVA DE CÂMBIO Cr\$/US\$
1947	1.561.323	806.582	53,7	8,64	1,5	18,38
1948	1.506.939	959.696	63,7	6,82	1,4	18,38
1949	1.874.392	639.312	34,1	7,20	1,4	18,38
1950	2.319.420	838.887	36,2	8,72	1,2	18,38
1951	3.135.171	1.103.383	35,2	11,01	1,4	18,38
1952	3.210.238	655.047	20,4	10,27	1,5	18,38
1953	3.034.685	906.420	29,9	10,46	1,7	25,08
1954	3.187.452	814.162	25,5	13,73	2,4	30,98
1955	3.393.331	1.137.133	33,5	11,28	3,9	45,60
1956	2.866.219	655.858	22,9	14,22	4,2	48,19
1957	2.694.839	1.384.030	51,4	15,85	4,2	54,12
1958	2.879.000	1.139.037	39,6	23,32	4,9	63,07
1959	2.669.852	815.602	30,5	27,29	7,9	100,00
1960	2.206.426	943.407	42,8	32,81	13,4	176,14
1961	3.203.395	1.113.323	34,8	50,50	18,4	257,08
1962	3.267.552	806.098	24,7	73,03	28,5	375,00
1963	2.656.170	785.262	29,6	152,89	41,9	557,00

FONTES: IBGE - Anuário Estatístico do Brasil
 SUDOC - Instruções
 Instituto Nacional do Pinho
 Anuário Brasileiro de Economia Florestal
 F A O - Trade Yearbook

* - Os dados de exportação foram convertidos de tonelada para m³ através da relação 1,7 m³/ton. Essa relação foi calculada dividindo-se os dados de exportação em m³ pelo mesmo dado em toneladas.

** - Preços internos foram convertidos em Cr\$/kg utilizando-se a relação 1 pe = 2,718 kg.



BAUXITA - II-B-4-p

A produção brasileira de bauxita representa a penas 0,5% da produção mundial (média do período 1959-1962) . De 1947 a 1951, a produção média do país foi de 15.000 toneladas. Durante o período em estudo, a produção elevou-se, sem grandes alterações, até alcançar a média de 135.000 toneladas, no quinquênio 1959-1963 (Coluna A - Tabela II-B-4-p).

De 1959 a 1963, a participação da bauxita no total das exportações brasileiras foi de 0,01%. Durante os dezessete anos em questão (1947/1963) a quantidade exportada vem decaindo acentuadamente.

A exportação brasileira de bauxita em 1947 foi de 700 toneladas, elevando-se bastante nos quatro anos seguintes (1948 a 1951) e apresentando uma média de 10.500 toneladas. Entretanto, no período 1952/1954 houve uma queda violenta na exportação nacional, ficando a média anual em torno de 270 toneladas.

O ano de 1956 destacou-se bastante, apresentando a maior exportação de bauxita durante todo o período em apêço: 16.800 toneladas. Aparentemente não há explicação para êsse grande aumento na exportação do produto, a não ser a ocorrência de condições favoráveis no mercado argentino.

Nos anos que se seguiram, entretanto, o volume exportado tornou novamente a declinar, tendo apresentado uma média anual de 2.500 toneladas.

A percentagem da produção exportada guardou a centuada relação com o volume exportado (Coluna C da Tabela II-B-4p) até o ano de 1959, quando a produção se elevou consideravelmente e a exportação decaiu. A partir de 1959, a percentagem da produção exportada vem caindo continuamente, sendo de 1,7% a média do período 1959/1963. De 1960 a 1964, nos suas exportações foram para apenas 2 países: Argentina que absorveu cerca de 56,8% e Uruguai, 43,2%.

Apesar da Instrução 112 (17 de janeiro de ... 1955), classificar a bauxita na 4ª categoria, concedendo as-

sim, a mais elevada bonificação à exportação do produto, o preço externo em cruzeiros não reagiu favoravelmente a êste estímulo. Tal fato é consequência da forte queda verificada na cotação do produto no mercado mundial em 1955-56.

A política cambial veio a favorecer verdadeiramente a exportação de bauxita depois de 4 de outubro de ... 1958, quando - através da Instrução 167 - o produto passou a ser exportado no mercado de taxa livre. Observa-se na coluna G da mesma tabela um grande aumento no seu preço externo, somente a partir de 1959.

Os acentuados aumentos verificados na produção e na percentagem da produção exportada em 1948, resultaram, parcialmente, do relaxamento da restrição quantitativa à exportação de bauxita (Lei 262, de 23 de fevereiro de 1948). A partir dêste ano, a quantidade exportável passou a ser, então, o excedente da produção não absorvida pelo mercado interno, isto é, a produção total menos o consumo do ano anterior acrescido de 7%.

Segundo a Tabela II-B-4-p, a taxa de câmbio efetiva para a bauxita, desde 1953, quase sempre aumentou mais rapidamente do que o preço interno do produto. Entretanto, com algumas quedas agudas nos preços de exportação em termos de divisas, o aumento do preço externo, em termos de cruzeiros, por vezes, vem depois da elevação do preço interno, principalmente nos anos de 1955, 1956, 1958 e 1961.

Daí concluirmos que aparentemente a política cambial demonstrou ser apenas parcialmente eficiente no que tange a manter as relações de preços que levariam ao estímulo das exportações de bauxita.

COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL

TABELA - II-B-4-p

BAUXITA

ANOS	=A= PRODUÇÃO (1.000 ton)	=B= EXPORTAÇÃO (1.000 ton)	=C= PERCENTAGEM DA PRODUÇÃO EXPORTADA (%)	=D= PREÇO DO PRODUTOR (Cr\$/kg)	=E= PREÇO DO PRODUTOR 1953 = 100	=F= PREÇO INTERNO 1953 = 100	=G= PREÇO EXTERNO AJUSTADO* (Cr\$/kg)	=H= PREÇO EXTERNO AJUSTADO 1953 = 100	=I= TAXA CAMBIO EFETIVA (Cr\$/US\$)
	1947	7	0,7	10,0	0,04	30,8	46	0,6	66,6
1948	15	12,0	80,0	0,20	153,8	48	0,7	77,8	18,38
1949	16	10,1	63,1	0,10	76,9	54	0,7	77,8	18,38
1950	19	11,0	57,9	0,12	92,3	57	0,7	77,8	18,38
1951	19	8,8	46,3	0,20	153,8	67	0,7	77,8	18,38
1952	14	0,1	7,1	0,11	84,6	68	0,9	100,0	18,38
1953	19	0,6	3,2	0,13	100,0	100	0,9	100,0	21,71
1954	28	0,1	0,4	0,22	169,2	125	1,5	166,7	30,98
1955	45	3,3	7,3	0,20	153,8	144	1,1	122,2	48,82
1956	70	16,8	24,0	0,23	176,9	183	1,1	122,2	56,29
1957	64	3,2	5,0	0,29	223,1	193	2,0	222,2	65,99
1958	70	3,5	5,0	0,27	207,7	278	2,4	266,7	92,91
1959	97	2,8	2,9	0,19	146,2	399	6,6	733,3	157,60
1960	121	2,1	1,7	0,29	223,1	423	9,5	1.055,6	174,14
1961	98	1,7	1,7	0,35	269,3	548	8,0	888,9	257,08
1962	191	2,0	1,0	0,57	438,5	850	12,7	1.411,0	375,00
1963	170	2,3	1,3	1,00	769,2	1.654	19,8	2.200,0	557,00

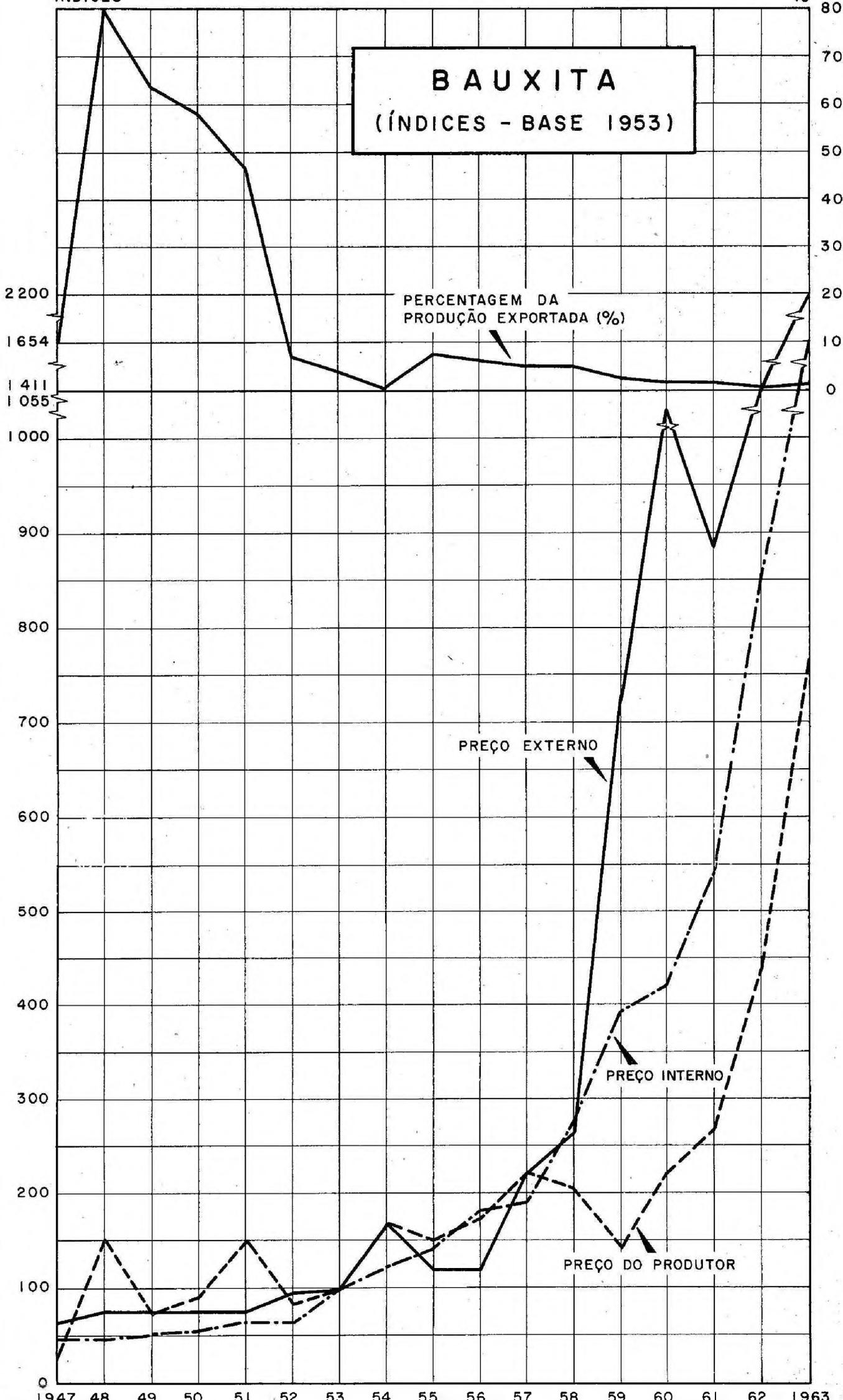
* - Preço externo ajustado - obtido através da multiplicação do valor médio da exportação, em dólares pela taxa efetiva de câmbio.

FONTES: Conjuntura Econômica - F.G.V.
 IBGE - Anuário Estatístico do Brasil
 SEEF - Comércio Exterior
 SUMOC - Instruções

ÍNDICES

%

BAUXITA
 (ÍNDICES - BASE 1953)



HEMATITA - II-B-4-q

A participação da hematita no valor total das exportações do país, tem sido, nos últimos anos, de 6,2% (média do período 1960-1964).

Como podemos observar na coluna A da tabela II-B-4-q a produção durante todo o período analisado demonstra uma tendência nitidamente crescente, apresentando apenas uma queda não muito violenta no ano de 1954. A produção média que no quinquênio 1947-1951 era de 1.693.000 toneladas de hematita alcançou nos últimos anos 10.094.000 toneladas (média dos anos 1959 a 63), elevando-se em 49,0%.

A percentagem da produção exportada nos anos 1947 a 1951 era de 39,9%. O aumento da exportação (76%), ocorrendo em ritmo mais acelerado que o da produção, provocou uma elevação acentuada na percentagem da produção exportada, que passou a 60,7% nos anos de 1959 a 1963.

Os principais compradores de hematita no período 1960-1964, foram: Alemanha Ocidental - 30,6%; Estados Unidos - 17,3%; Reino Unido - 9,2%; Tchecoslováquia - 7,3% e Itália 7,0% (a percentagem importada por êsse país aumentou muito nesse período: de 1,1% em 1960 para 10,6% em 1964).

Em 1947 a exportação de hematita sofria restrições quantitativas. De acôrdo com essas restrições o mercado interno tinha assegurada, para cada ano, a quantidade do ano anterior acrescida de 7%. Portanto somente quando o aumento da produção ultrapassou os 7% previstos para suprir o mercado interno, foi legalmente possível o aumento da percentagem da produção exportada.

A hematita era exportada ao câmbio oficial, até que foi incluída na 2ª categoria (recebendo bonificações), através da Instrução 112 de 17 de janeiro de 1955.

Os acôrdos internacionais a longo prazo de hematita provavelmente evitaram que variações na percentagem da

produção exportada acompanhassem as oscilações de preços a curto prazo.

Depois de 1953, os preços externos em termos de divisas sofreram quedas em quase todos os anos. Durante esse período (1953-1963) a taxa de câmbio efetiva para a exportação de hematita geralmente cresceu com maior rapidez do que os preços internos do produto.

No Gráfico II-B-4-q verificamos que o valor do preço externo, em cruzeiros, para cada ano, exceto em 1955, 1956, 1959 e 1963, cresceu mais rapidamente que o correspondente preço externo, tomando como base 1953.

Para estes 4 anos os preços externos aumentaram, assim como os preços internos, porém, com uma defasagem devido às quedas violentas ocorridas na cotação da hematita no mercado externo, não suficientemente compensadas pelos ajustamentos na taxa de câmbio. Assim, salvo pela demora na reação a tão súbitos e acentuados declínios do preço externo, a política cambial parece ter sido consistente no sentido de manter relações de preços favoráveis para exportar hematita, em relação às condições existentes em 1953.

COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL

TABELA - II-B-4-q

HEMATITA

A N O S	=A=	=B=	=C=	=D=	=E=	=F=	=G=	=H=	=I=
	PRODUÇÃO (1.000 ton)	EXPORTAÇÃO (1.000 ton)	PERCENTAGEM DA PRODUÇÃO EXPORTADA (%)	PREÇO AO PRODUTOR (Valor me- dio da pro- dução) (Cr\$/kg)	PREÇO DO PRODUTOR 1953 = 100	PREÇO INTERNO* 1953 = 100	PREÇO EXTERNO AJUSTADO ** (Cr\$/kg)	PREÇO EXTERNO AJUSTADO 1953 = 100	TAXA EFETIVA DE CÂMBIO (Cr\$/US\$)
1947	611	197	32,2	0,04	25,0	46	0,07	22	18,38
1948	1.572	531	33,8	0,05	31,3	48	0,10	31	18,38
1949	1.888	656	34,7	0,05	31,3	54	0,15	47	18,38
1950	1.987	890	44,8	0,03	18,8	57	0,14	44	18,38
1951	2.407	1.310	54,4	0,04	25,0	67	0,18	56	18,38
1952	3.162	1.516	47,9	0,03	18,8	68	0,28	88	18,38
1953	3.617	1.526	42,2	0,16	100,0	100	0,32	100	21,71
1954	3.071	1.678	54,6	0,24	150,0	125	0,40	125	30,98
1955	3.382	2.565	75,8	0,09	56,3	144	0,43	134	36,38
1956	4.075	2.745	67,4	0,10	62,5	183	0,57	178	44,20
1957	4.977	3.537	71,1	0,11	68,8	193	0,74	231	54,12
1958	5.185	2.823	54,4	0,12	75,0	278	1,13	353	81,42
1959	8.908	3.958	44,4	0,15	93,8	399	1,09	341	100,00
1960	9.345	5.160	55,2	0,16	100,0	423	1,79	559	174,14
1961	10.220	6.237	61,0	0,24	150,0	548	2,47	772	257,08
1962	10.778	7.528	69,8	0,30	187,5	850	3,37	1.053	375,00
1963	11.219	8.207	73,2	0,90	562,5	1.654	5,00	1.542	557,00

* - Índices de preços por atacado de metais e produtos metalúrgicos - Conjuntura Econômica - FGV

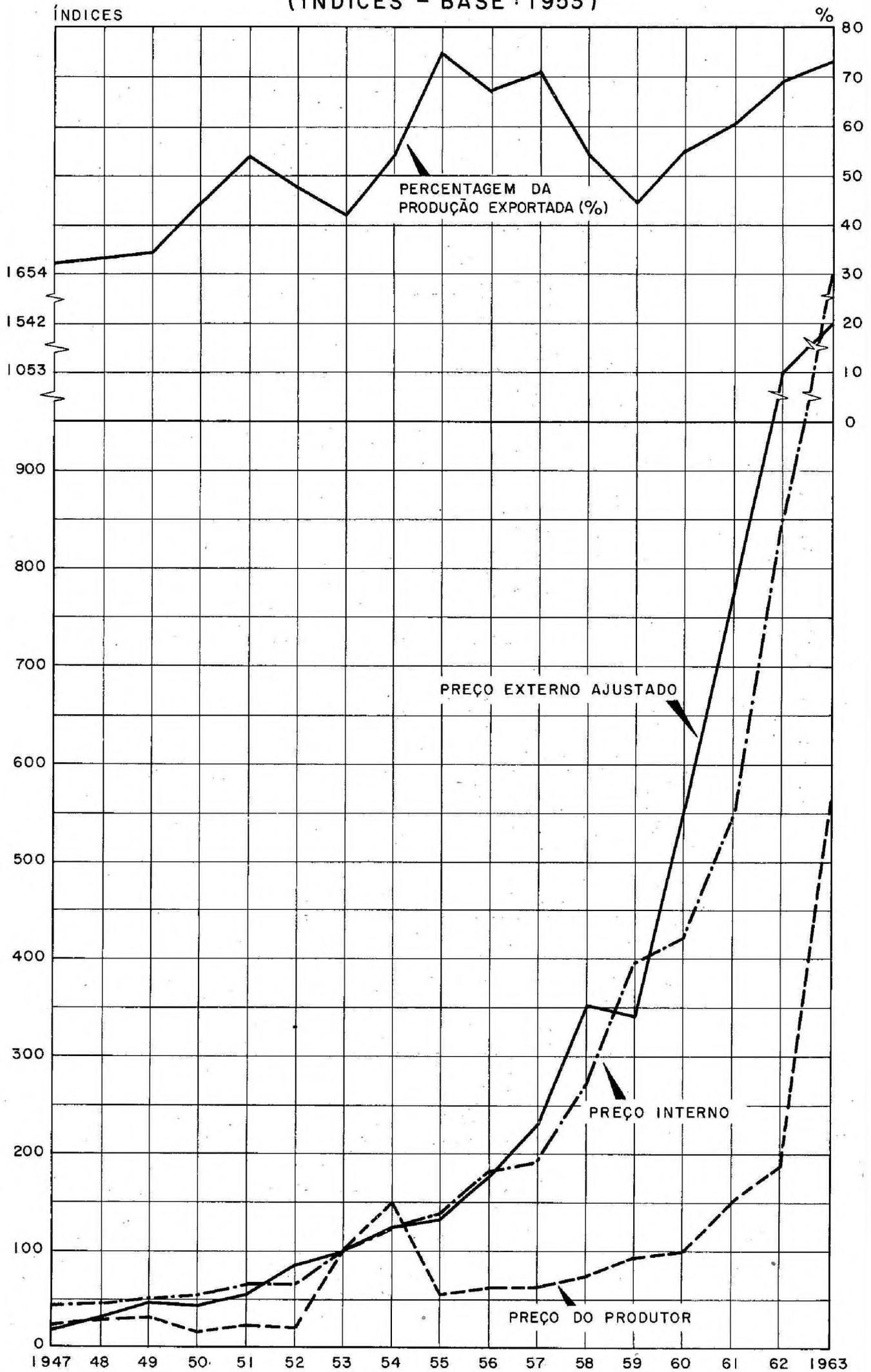
** - O preço externo ajustado foi calculado através da multiplicação do valor médio da exportação em US\$ pela taxa efetiva de câmbio.

FONTES: Anuario Estatístico do Brasil-IBGE; Conjuntura Econômica-FGV; Instruções-SUMOC; Comércio Exterior do Brasil - SEEF

GRÁFICO II - B-4-q

HEMATITA

(ÍNDICES - BASE: 1953)



MANGANÊS - II-B-4-r

O Brasil produziu uma média de 1.020.265 toneladas no período 1958-1962, correspondente a 8,3% da produção mundial (1). A produção média no início do período analisado era de 192.674 toneladas (média de 1947-1951). De 1947 a 1953 a produção oscilou bastante, atingindo um mínimo de 163.000 toneladas em 1954; a partir de 1955 a produção cresceu anualmente, exceto em 1958 e 1960 (ver coluna A da Tabela II-B-4-r).

A exportação média que, no período 1947-1951, era de 140.296 toneladas, aumentou para 849.931 toneladas nos últimos anos (1959-1963). A exportação, durante os anos em estudo, mostra uma tendência crescente, porém, com algumas oscilações anuais. Entretanto, estas oscilações não chegaram a afetar período mais longos, como se pode ver pela coluna B da Tabela II-B-4-r.

A produção brasileira é quase toda destinada a exportação, como se vê pelos dados da coluna C na tabela anexa. Apresentou uma percentagem média de 73,8%, no período 1947-1951, aumentando para 78,5% nos últimos anos (1959-1963). Esse aumento porém não foi constante, sofrendo várias oscilações no período. Deve-se ressaltar, ainda, a queda da percentagem nos anos de 1962 e 1963 (ver Gráfico II-B-4-r), antecedida de um período (1955-61) de relativa constância nas percentagens (exceção 1958 em que caiu quase 20% sobre o ano anterior).

A exportação do manganês correspondia, no início do período (1947-1951), a 0,2% do valor total das exportações brasileiras. No quinquênio 1959-1963 a participação do produto subiu para 2,2%. O valor da exportação do manganês no ano de 1963 foi de US\$ 265.000.

Os principais compradores do manganês brasileiro são (média do período 1960-64): Estados Unidos com 87%; Reino Unido, 6,1% (não importou o produto do Brasil nos anos de 1962 e 63); França, 4%; Alemanha Ocidental, 3,6% (exceto 1961 e 1962). No ano de 1962, os EUA absorve

ram 96,6% da exportação de manganês do país.

A política cambial adotada com o manganês não foi das mais favoráveis. Quando os produtos foram classificados por categoria (Instrução 112 da SUMOC, de 17/1/55) a fim de receber bonificações, o manganês foi classificado na segunda categoria; um ano após (17/5/56 pela Instrução 131) foi e levado à terceira categoria. Mais tarde, quando reclassificaram os produtos em três categorias, passou a receber a bonificação mais elevada (Instrução 174, de 10/1/1959), o mesmo acontecendo com a Instrução de 29 de junho de 1959, quando passou à segunda categoria. Em 30 de dezembro de 1959, pela Instrução 192, suas cambiais de exportação passaram a ser negociadas no mercado livre, sendo que uma percentagem era liquidada em moeda e o restante em títulos do Tesouro a seis meses e rendendo juros de 6% ao ano. Esta percentagem e prazo foram sucessivamente sendo reduzidos a partir de então, até tornarem-se nulos.

Como no caso de outras exportações, foram impostas, em 1948, restrições quantitativas às exportações de manganês. A quantidade exportável tornou-se o excedente da produção não absorvida pelo mercado interno, isto é, a exportação de cada ano correspondia a: produção total menos o consumo do ano anterior, acrescido de 7%.

Conforme demonstra o Gráfico II-B-4-r a taxa geral de crescimento do preço externo do produto, a partir de 1953, excedeu o preço interno. Temos a tendência geral de preços mostrando que a política governamental monetária foi consistente com o crescimento da exportação, em relação com a situação que existiu em 1953.

Não parece haver qualquer relação consistente entre as variações dos índices de preços e as percentagens de produção exportada nos anos considerados na análise. Tal relação mostra-se positiva em apenas 50% dos anos que se seguiram a 1953.

COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL

TABELA - II-B-4-r

MANGANÊS

PERÍODOS	=A= PRODUÇÃO (L.000 ton)	=B= EXPORTAÇÃO (L.000 ton)	=C= PERCENTA- GEM DA PRODUÇÃO EXPORTADA (%)	=D= PERCENTA- GEM DA PRODUÇÃO EXPORTADA 1953= 100	=E= PREÇOS DO PRODUTOR (VALOR ME DIO DA PRODUÇÃO) (Cr\$/kg)	=F= PREÇO DO PRODUTOR 1953 =100	=G= PREÇOS* INTERNOS 1953 =100	=H= PREÇO EXTERNO AJUSTADO (Cr\$/kg)	=I= PREÇO EXTERNO AJUSTADO 1953 =100	=J= TAXA DE CÂMBIO EFETIVA (Cr\$/US\$)	=K= TAXA DE CÂMBIO EFETIVA 1953 =100
1947	169	142	84,0	116,8	0,10	66,7	46	0,2	28,6	18,38	86,3
1948	164	141	86,0	119,6	0,13	86,7	48	0,2	28,6	18,38	86,2
1949	231	150	64,9	90,3	0,10	66,7	54	0,3	42,9	18,38	86,2
1950	196	148	75,5	105,0	0,13	86,7	57	0,3	42,9	18,38	86,2
1951	204	120	58,8	81,8	0,14	93,3	67	0,4	57,1	18,38	86,2
1952	249	161	64,7	90,0	0,16	106,7	68	0,5	71,4	18,38	86,2
1953	231	166	71,9	100,0	0,15	100,0	100	0,7	100,0	21,71	100,0
1954	163	94	57,7	80,3	0,21	140,0	125	1,0	142,9	30,98	142,7
1955	213	177	83,1	115,6	0,21	140,0	144	1,1	157,1	36,38	167,6
1956	311	260	83,6	116,3	0,28	186,7	183	1,4	200,0	44,20	203,6
1957	918	798	86,9	120,9	0,42	280,0	193	2,5	357,1	54,12	249,3
1958	882	664	75,3	104,7	0,30	200,0	278	2,9	414,3	63,07	290,5
1959	1.033	914	88,5	123,1	0,53	353,3	399	5,2	742,9	157,60	725,9
1960	999	866	86,7	120,6	0,52	346,7	423	6,0	857,1	174,14	802,1
1961	1.016	869	85,5	118,9	2,70	1.800,0	548	9,5	1.357,1	257,08	1.184,2
1962	1.171	760	64,9	90,3	3,00	3.000,0	850	13,6	1.942,8	375,00	1.727,3
1963	1.254	841	67,1	93,3	6,68	4.453,3	1.654	16,3	2.328,6	557,00	2.565,6

* - Preço interno - Índices de preço por atacado de metais e produtos metalúrgicos (Conjuntura Econômica - FGV)

OUTRAS FONTES: SUMOC - Instruções

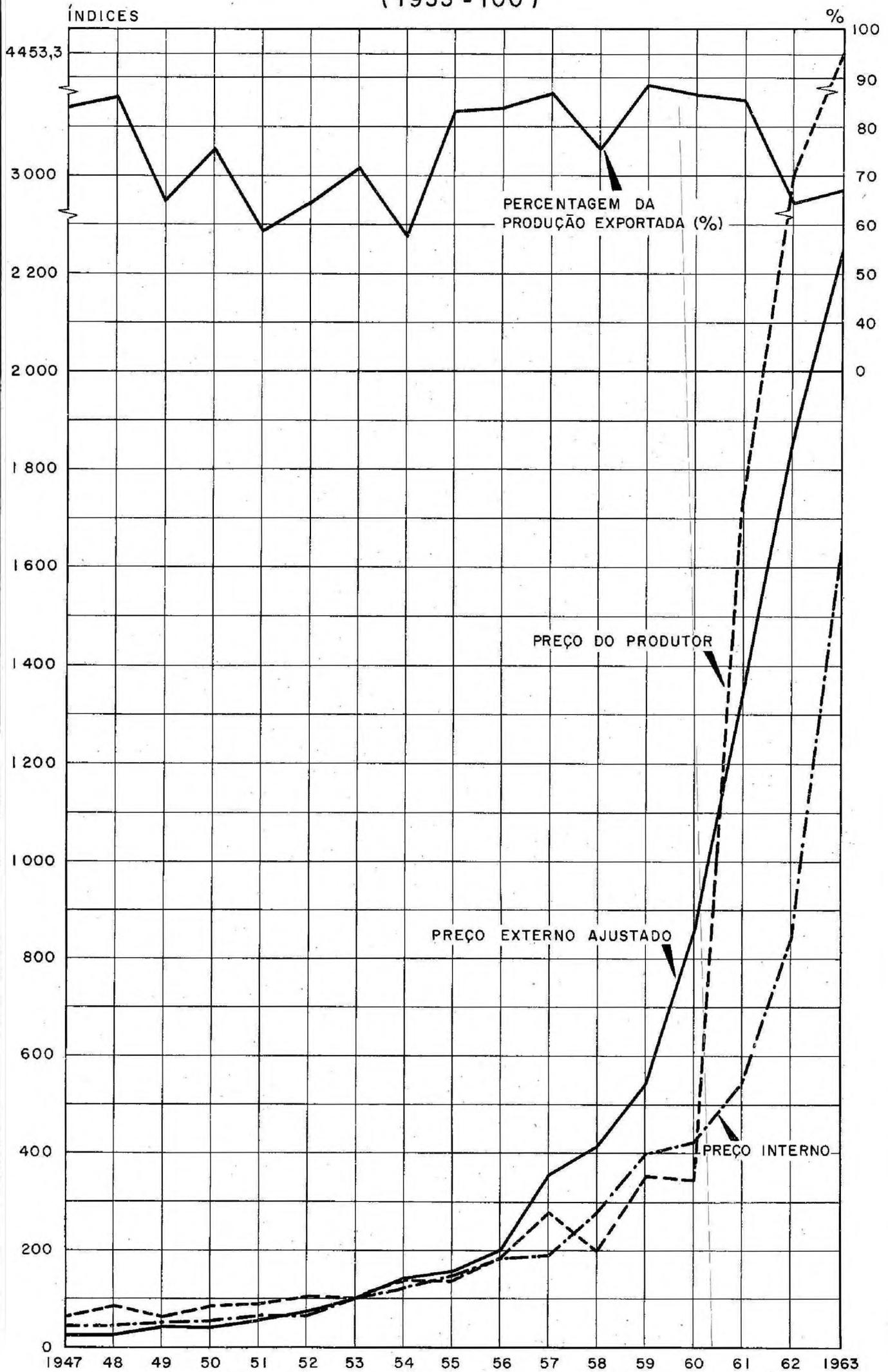
SEEF - Comércio Exterior

IBGE - Anuario Estatístico do Brasil

GRÁFICO II-B-4-r

MANGANÊS

(1953 = 100)



ÓLEO DE HORTELÃ PIMENTA - II-B-4-s

É um dos produtos mais importantes da indústria química farmacêutica, que o Brasil exporta. Sua produção, que no período de 1947-1949, era, em média, de 101 toneladas, apresentou uma irregular taxa de crescimento. Em 1960-1962 sua produção média atingiu 1 025 toneladas, caindo em 1963 para 599 toneladas (ver coluna A da Tabela II-B-4-s.

A exportação do óleo de hortelã-pimenta representa 0,25% do total das exportações brasileiras (média do período 1961-1963). Essa percentagem que no início do período analisado (1948-1949) era de 0,04%, vem crescendo a uma taxa quase que constante.

A percentagem da produção que foi exportada variou de 53,8% (no período 1948-1951) para 65,1% (no período 1959-1962). Interessante observar que em certas épocas esta percentagem foi superior a 100% devido a acumulação de estoques como nos anos de 1952, 1955, 1958 e 1963 (ver gráfico II-B-4-s).

Os principais países compradores do óleo de hortelã-pimenta brasileiro são (período 1961-1964): Reino Unido 22,3%, França 21% e Estados Unidos 21,0%. Nos anos de 1963-1964 a percentagem média das importações da Alemanha Ocidental foi de 22,5% quando em 1962 era de apenas 0,2%.

A política cambial aplicada ao produto foi a seguinte: até 9/10/53 (instrução 70 da SUMOC), quando foi instituído o sistema de bonificações, exportava-se à taxa oficial. A instrução 112 (17 de janeiro de 1955) classificou o produto na 4ª categoria, concedendo-lhe assim a bonificação mais elevada e, deste modo aumentando a taxa de câmbio efetiva e também o preço externo. De 1956 a 1958 houve uma queda no preço

COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL

TABELA II - B - 4 - s

Óleo de hortelã-pimenta

ANO	<u>A</u> PRODUÇÃO TONS.	<u>B</u> EXPORTAÇÃO TONS.	<u>C</u> PERCENTA- GEM DA PRO- DUÇÃO EXPORTADA %	<u>D</u> PREÇO DO PRODUTOR (VALOR MÉ- DIO PRODU- ÇÃO) @ \$ KG	<u>E</u> PREÇO DO PRODUTOR ÍNDICES BASE=1953	<u>F</u> PREÇO INTERNO ÍNDICES DA CONJUNTURA ECONÔMICA BASE=1953	<u>G</u> TAXA DE CÂMBIO EFE- TIVA - @ \$ US\$	<u>H</u> PREÇO EXTERNO AJUSTADO @ \$ KG	<u>I</u> PREÇO EXTERNO AJUSTADO @ \$ KG BASE = 1953
1947	125	176,4	114,1	74	18,38		
1948	106	83	78,3	228,2	147,6	75	18,38	139,9	151
1949	74	50	67,6	238,2	154,1	79	18,38	190,0	205
1950	76	10	13,2	276,9	179,1	87	18,38	213,2	231
1951	143	80	55,9	291,2	188,4	96	18,38	139,7	151
1952	116	136	117,2	76,4	49,4	98	18,38	105,8	114
1953	237	153	64,6	154,6	100,0	100	21,71	92,5	100
1954	202	168	83,2	232,5	150,4	121	30,98	145,5	157
1955	88	117	134,0	510,1	329,9	149	48,82	343,4	371
1956	235	145	61,7	327,2	211,6	192	56,29	357,9	387
1957	214	122	57,0	299,5	193,7	236	65,99	322,9	349
1958	285	429	150,5	319,1	206,4	254	81,42	185,3	211
1959	387	336	86,8	610,3	394,8	380	100,00	226,3	245
1960	569	359	63,1	1 172,4	758,3	530	176,14	515,7	558
1961	1 009	554	54,9	1 411,2	912,8	700	257,08	1 099,5	1 189
1962	1 498	832	55,5	1 002,0	648,1	942	375,00	1 168,9	1 264
1963	599	1 377	229,8	1 338,0	865,5	1 665	557,00	985,9	1 066

FONTES: IBGE - Anuário Estatístico do Brasil
 SEEF - Comércio Exterior
 FGV - Conjuntura Econômica
 SUMOC - Instruções.

externo, como consequência da insuficiência das taxas efetivas. Com a instrução 192 de 30 de dezembro de 1959, o óleo de hortelã-pimenta foi transferido para o mercado de taxa livre. Observa-se que a partir de 1960 até 1963 os preços externos, em termos de cruzeiros, têm sido bem mais elevados do que quando vigorava o sistema de bonificações.

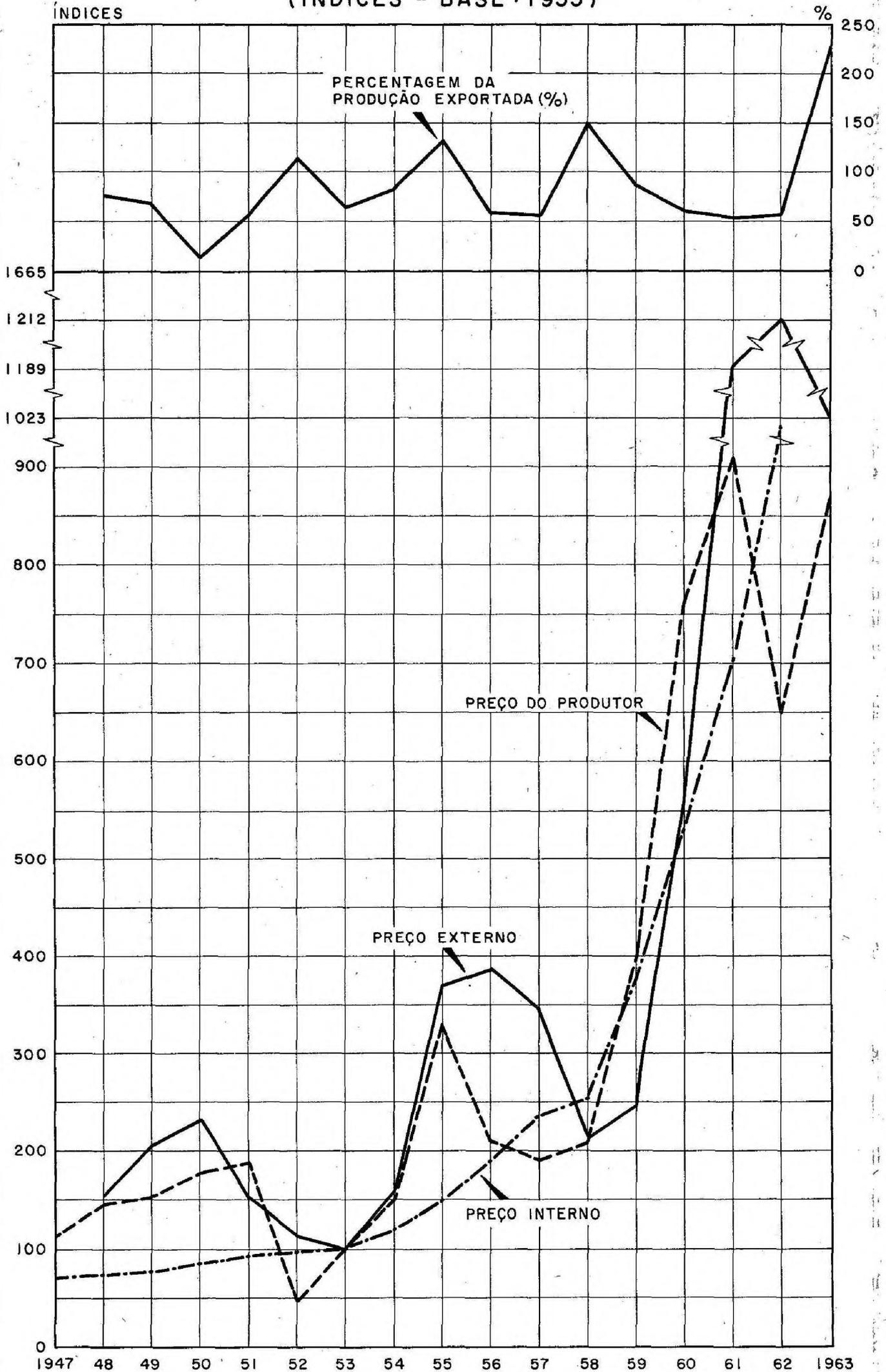
Os preços do produto são dados em números índices (de cruzeiros correntes) com base em 1953 e suas variações podem ser acompanhadas no gráfico anexo. Os preços do produtor são valores médios da produção enquanto os preços externos são valores médios de exportação, em dólares, multiplicados pela taxa de câmbio efetiva. Os preços internos utilizados foram os índices dos preços por atacado dos produtos químico-farmacêuticos. No período 1948-1958 os preços do produtor e os preços externos, em termos absolutos, deslocaram-se no mesmo sentido (exceto em 1951, 1953, 1956, 1958 e 1962), os preços externos se mantiveram abaixo dos preços do produtor, com exceção dos anos 1952, 1956, 1957 e 1962 quando as posições se inverteram (ver colunas D e H da Tabela II-B-4-s).

Os preços ao produtor baseiam-se em informações incompletas, incluindo elaboração daquela parte do produto destinado ao mercado doméstico. Assim a comparação daqueles dois preços é relativa.

Do gráfico II-B-4-s pode ser observado que o aumento das taxas de crescimento dos preços de exportação excederam às dos preços internos para o óleo de hortelã-pimenta, nos períodos 1953-56 e 1959-61. Para esses períodos, todavia, a política cambial parece ter sido consistente no encorajamento das exportações deste produto - relativamente aos primeiros anos de estudo. Entretanto, para outros períodos, i.é., 1957-58 e 1962-63, a taxa de câmbio não cresceu suficientemente para evitar quedas agudas no preço externo do produto (em cruzeiros).

ÓLEO DE HORTELÃ - PIMENTA

(ÍNDICES - BASE: 1953)



Parece não haver relações consistentes entre os aumentos relativos do preço externo (superior ao preço interno) e a percentagem da produção exportada.

MENTOL - II-B-4-t

Produto de origem agrícola é extraído da menta através de um processo do qual se obtém outros subprodutos como a hortelã. O mentol é utilizado na indústria química-farmacêutica e é o mais importante produto manufaturado de exportação do Brasil. Mesmo assim, o valor total de sua exportação nos três últimos anos (1961-1963) tem variado em torno de 0,65% do total das exportações brasileiras nesse período. A participação do mentol no total das exportações no início do período analisado (1947), era de 0,4%. Logo se seguiu um período (1948-1957) em que a percentagem caiu muito, com exceção do ano de 1951 em que se nota um aumento na exportação. A partir de 1957 a participação recomeçou a crescer até alcançar o limite máximo de 0,7% em 1963.

Os principais importadores do mentol brasileiro nos anos de 1961 a 1964 foram: Estados Unidos (66%); Reino Unido (9,2%); Hong Kong (7,4%) e Alemanha Ocidental (2,8%). Foi notável o aumento da importação do mentol brasileiro por Hong Kong, pois de 1,0% em 1961 passou a 16% em 1964. Em termos percentuais a importação dos Estados Unidos diminuiu bastante mas a demanda por mentol não caiu. Em 1961 os Estados Unidos compraram 80,7% da nossa exportação para, em 1964, cair até 60,6%.

Os preços do mentol são dados em índices, sendo que o índice dos preços internos corresponde ao preço por atacado do conjunto de produtos químico-farmacêuticos. Suas variações podem ser acompanhadas pelo gráfico anexo.

De 1953 a 1962 o preço externo (em termos de cruzeiros) aumentou mais rapidamente do que o interno. A partir de 1953 verificam-se duas interrupções neste movimento ascendente: 1955 - 57 e 1962/63. Essas pausas resultaram de quedas violentas do preço externo do mentol, que não foram suficientemente compensadas pelos aumentos na taxa de câmbio.

A Política cambial aplicada ao produto apresentou a evolução que se segue. Até 1953 o mentol era exportado à taxa oficial; com a instrução 48 de 19 de fevereiro de 1953, 15% do valor das cambiais obtidas com a exportação do mentol puderam ser negociadas no mercado livre. Em 1955, já vigorando o sistema de bonificação, o mentol foi classificado na quarta categoria (a que recebia maior bonificação) a instrução 112 de 17 de janeiro - elevando assim, seu preço externo, em cruzeiros. Em 17 de maio de 1956, através da instrução 131, o mentol foi incluído na 3ª categoria, voltando em 1958 a 4ª categoria (instrução 157 de 10 de junho), o que provocou outro aumento relevante no preço externo. Em 10 de janeiro de 1959, a instrução 174 incluiu-o na 3ª categoria, passando à segunda pela instrução 185 (29 de junho) que reduziu para duas as categorias de bonificação. O mentol foi transferido para o mercado de taxa livre através da instrução 192 de 30 de dezembro de 1959.

Em resumo, podemos deduzir do quadro anexo que a política cambial governamental foi geralmente suficiente para manter os aumentos do preço externo (em cruzeiros) em conformidade com o nível do seu preço interno - em relação a situação em 1953. Porém, quando tal equilíbrio não ocorria, era devido às quedas imprevistas no preço externo do mentol e não por causa de falhas no ajustamento às pressões inflacionárias internas.

COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL

TABELA II - B - 4 - t

Mentol (*)

ANO	A EXPOR- TAÇÃO TONS.	B PREÇOS INTERNOS 1953=100 (+-)	C PREÇO EXTERNO AJUSTADO G\$/Kg	D PREÇO EXTERNO AJUSTADO 1953=100	E TAXA CÂMBIO EFETIVA G\$/US\$
1947	310	61	288,1	129	18,38
1948	136	68	305,0	137	18,38
1949	226	66	309,7	139	18,38
1950	78	66	405,5	182	18,38
1951	257	81	409,2	183	18,38
1952	225	88	234,2	105	18,38
1953	146	-100-	223,4	100	22,97
1954	172	135	352,8	158	30,98
1955	165	165	678,5	304	48,82
1956	231	206	597,7	268	51,23
1957	287	208	612,5	274	54,12
1958	430	273	690,0	309	73,77
1959	371	399	915,4	410	100,00
1960	345	533	2 035,1	911	176,14
1961	623	714	3 487,3	1 561	257,08
1962	926	1 128	3 289,5	1 472	375,00
1963	1 353	2 365	3 254,5	1 457	557,00
1964		5 359			

(*) Mentol cristalizado segundo os dados do SEEF

(+-) Preços internos - índices de preço por atacado dos produtos químicos e farmacêuticos (conjuntura econômica - FGV).

Outras fontes: 1) SEEF (Comércio Exterior)

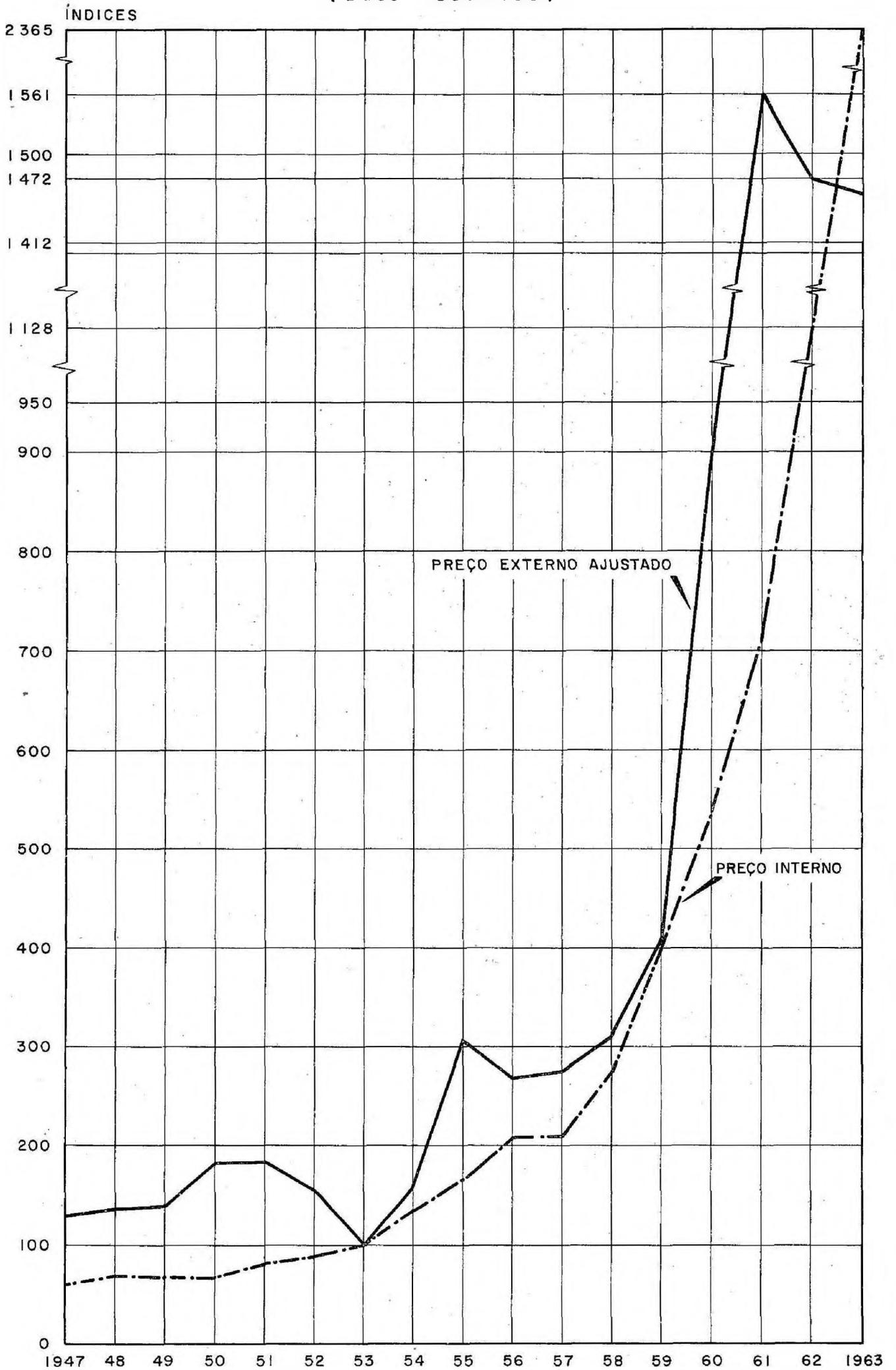
2) SUMOC - Instruções

3) IBGE (anuário estatístico do Brasil).

GRÁFICO II - B - 4 - t

M E N T O L

(base : 1953 = 100)



TÊXTEIS - Tecidos Comuns de Algodão II-B-4-u

A industrialização de têxteis no Brasil teve início em 1814 quando foi estabelecida uma tarifa aduaneira suficiente para proteger essa indústria. O Brasil chegou a ser o segundo maior produtor mundial de têxteis em 1941 com 1,6 bilhões de metros (1).

A exportação brasileira de tecidos tomou vulto durante a 2ª guerra mundial decaindo nos anos seguintes. Como os preços dos tecidos brasileiros eram muito elevados em relação aos dos concorrentes (25% a mais dos norte-americanos) não foi possível manter o mesmo nível de vendas após o término do conflito mundial e, pela recuperação do parque econômico europeu o Brasil perdeu seus mercados neste período.

Em 1951, a fim de atender o consumo interno, as exportações foram praticamente suspensas, somente se recuperando e apresentando dados com alguma expressão a partir de 1957.

Atualmente a exportação de têxteis alcança 0,4% do valor total das exportações brasileiras (período 1959 - 1963).

Tecidos Comuns de Algodão

Os principais tecidos que o país exporta são tecidos crus (não alvejados); alvejados (não lavrados); com mescla e estampados.

A exportação dos tecidos comuns de algodão representa 53% dos têxteis exportados (período 1961 - 1964). A quantidade exportada tem aumentado muito; nos anos 1953 e 1955 era em média de 4 toneladas (sendo nula em 1954), para nos anos de 1963 e 1964 alcançar uma média de 2 075 toneladas. Essa tendência crescente do período 1953 - 1963 foi quebrada com a queda havida no ano de 1959 (coluna A da Tabela II-B-4-u), recuperando-se completamente só em 1963.

(1) - Desenvolvimento e conjuntura - Edição Especial para o Desenvolvimento do Nordeste - 1959 - Paschoal Marchette.

TABELA II - B - 4 - u

COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL

Tecidos comuns de algodão

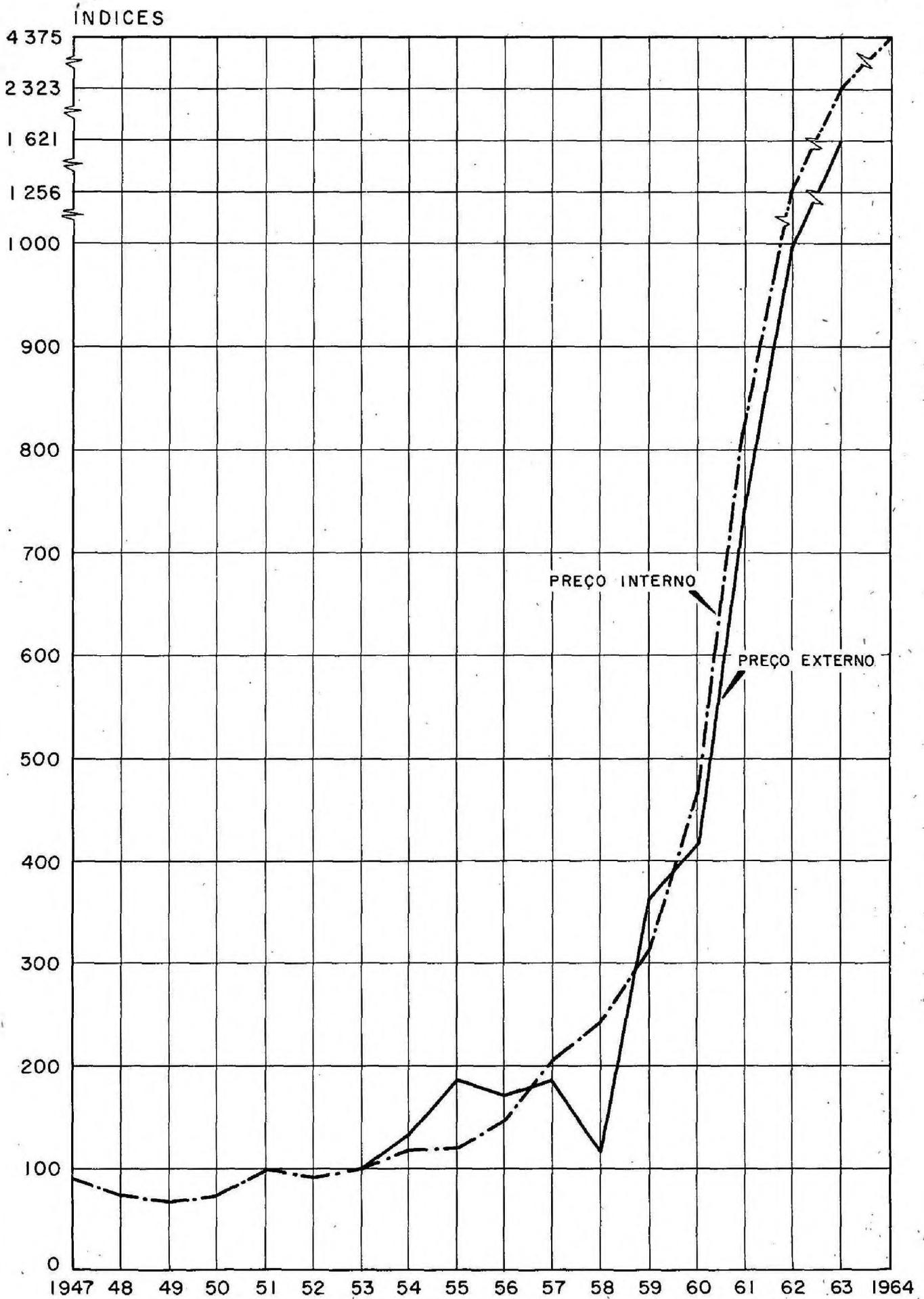
PERÍODO	<u>A</u> EXPORTAÇÃO TONS.	<u>B</u> PREÇOS INTERNOS C\$/METRO (1)	<u>C</u> PREÇOS INTERNOS ÍNDICES 1953=100	<u>D</u> PREÇOS EXTERNOS AJUSTADOS C\$/KG	<u>E</u> PREÇOS EXTERNOS AJUSTADOS (2) 1953=100	<u>F</u> TAXA CÂMBIO EFETIVA=COMPRA C\$/US\$
1947		10,27	86,4			18,38
1948		8,43	71,0			18,38
1949		8,02	67,5			18,38
1950		8,90	74,9			18,38
1951		11,45	96,4			18,38
1952		11,27	94,9			18,38
1953	4	11,88	100,0	13,5	100,0	25,08
1954	0,01	14,00	117,8	17,8	131,8	30,98
1955	8	14,26	120,0	25,5	188,8	48,82
1956	52	17,65	148,6	23,4	173,3	56,29
1957	289	24,50	206,2	25,2	186,6	65,99
1958	790	28,69	241,5	15,7	116,2	92,91
1959	391	37,36	314,5	49,1	363,7	157,60
1960	1.445	55,63	468,3	56,4	417,7	174,14
1961	450	97,08	817,2	100,4	743,7	257,08
1962	432	149,25	1.256,3	140,4	1.040,0	375,00
1963	1.420	276,00	2.323,2	228,1	1.689,0	557,00
1964	2.731	519,75	4.375,0	-	--	-

(1) Preços no mercado interno do algodão alvejado.

(2) O preço externo ajustado é o produto da taxa efetiva de câmbio pelo valor médio da exportação em US\$.

TECIDOS COMUNS DE ALGODÃO

(ÍNDICES - BASE 1953)



Os principais países compradores dos tecidos de algodão brasileiros são:

I) Tecidos crus não alvejados (média dos anos 1960, 61, 63 e 64 pois em 1962 não houve exportação desse produto): Reino Unido - 62,6% (importou somente nos anos 1963 e 1964); Estados Unidos 58,1% (absorveu toda a exportação do produto em 1961); União Sul Africana - 9,6% (importou somente nos anos 1960, 63 e 64).

II) Tecidos alvejados não lavrados (média dos anos 1960 - 1964): Paraguai - 57,1%; União Sul Africana - 18,0%; Bolívia 11,3% (não importou em 1961); - Trinidad - 5,2% (não importou nos anos 1960 e 1962).

Os preços internos (¢/mts.) do tecido comum de algodão que representam o preço por atacado (ver coluna B da tabela II-B-4-u), sofreram quedas nos anos de 1948 e 1949 mas em 1950 começaram a se recuperar até que em 52 apresentam outra baixa. Desde 1953 até o fim do período analisado (1964) eles têm se elevado constantemente.

Os preços externos (¢/Kg) representam o valor médio da exportação multiplicados pela taxa efetiva de câmbio (coluna D da tabela II-B-4-u). No período 1953 - 1963 os preços externos demonstraram uma tendência crescente, com exceção dos anos 1956 e 1958.

A comparação entre os preços pode ser feita através de números índices (com base em 1953) e acompanhada pelo gráfico II-B-4-u. No período 1953 - 1958 enquanto os preços internos cresciam a uma taxa bastante estável, os preços externos aumentavam a uma taxa muito maior até 1955, quando sofreram quedas violentas. Somente, em 1959 começaram a se recuperar. No período 1959/1962 ambos se elevaram sendo a taxa de crescimento dos preços internos superior a dos preços externos.

Fato interessante a observar e bastante relacionado com

as oscilações dos preços acima citados é que, os aumentos (diminuições) dos preços externos, a ~~mundo~~ implicaram em baixas (altas) nas quantidades exportadas. Pode-se explicar esta relação em função da demanda externa dos tecidos de algodão brasileiros. Havendo aumento na oferta deste produto, nossos mercados externos somente são capazes de absorvê-los a preços inferiores.

Já em 1960, duas possíveis situações podem ter ocorrido: 1) aumento na demanda externa do produto; 2) aumento da taxa de câmbio efetiva, induzindo a um aumento na demanda do produto, em termos de cruzeiros. Até 24 de fevereiro de 1953 os tecidos de algodão eram exportados à taxa oficial; a partir dessa data, com a instrução 48 começou a vigorar a venda, no mercado livre, de 30% das cambiais obtidas na exportação. Com isso o preço externo se elevou muito no ano seguinte à instrução.

Em 17 de janeiro de 1955 a instrução 112 classificou o produto na 4ª categoria, recebendo as bonificações mais elevadas, permitindo que o preço externo, em termos de cruzeiros, continuasse a aumentar. O produto permaneceu nessa mesma categoria até 1958 mas nos últimos dois anos (1957 e 1958) as bonificações já não eram mais suficientes para atender às necessidades do produto.

Com a instrução 167 de 4 de outubro de 1958 o tecido de algodão passou para o mercado de taxa livre. Em 1959 o produto sofreu 3 alterações: com a instrução 174 de 10 de janeiro foi classificado na 3ª categoria e em 29 de junho na 2ª., quando passou a receber as bonificações mais elevadas. Com a instrução 192 de 30 de dezembro, o tecido comum de algodão passou a ser negociado no mercado livre. Pelo gráfico citado acima, nota-se que a partir de 1959, com a política cambial adotada, os preços externos puderam se levar novamente.

C. IMPORTAÇÕES

1. Participação Brasileira no Comércio Mundial

Passamos agora a analisar a participação das importações brasileiras nas importações mundiais, seguindo o mesmo critério adotado para as exportações mundiais. Conforme a Tabela II-C-1-a e Gráfico II-C-1-a, distinguimos dois períodos: o primeiro, de fortes oscilações, compreendendo os anos 1946 a 1951 e, um segundo, em suave tendência negativa, abarcando os anos 1952 a 1963 (ressalta-se o ano 1954 como de exceção, pela inversão em sua tendência). A classificação destes dois períodos, e sub-períodos específicos será feita tendo em vista causas atuantes sobre as importações mundiais e brasileiras, e, por sua vez, as possíveis relações existentes entre as duas que possam alterar a percentagem destas sobre aquelas. Assim a tendência observada é uma consequência do entrosamento de todas estas forças que atuam simultaneamente.

Até 1946, somente possuímos dados para 1928, 1938 e 1946 (1); que serão utilizados apenas como pontos de referência, comparando os três anos.

Após a recessão dos anos trinta (1931 e 1932) as importações, em valores, voltaram a incrementar-se. Com aproximação da segunda guerra mundial (1937 e 1938) atingiram a níveis que somente em 1941 e após a 1943 conseguiria ultrapassar. Assim temos que entre os anos de

(1) - Não foi possível obter dados para todos os países, os únicos anos com informação completa neste período (1928/1946) são os 3 citados.

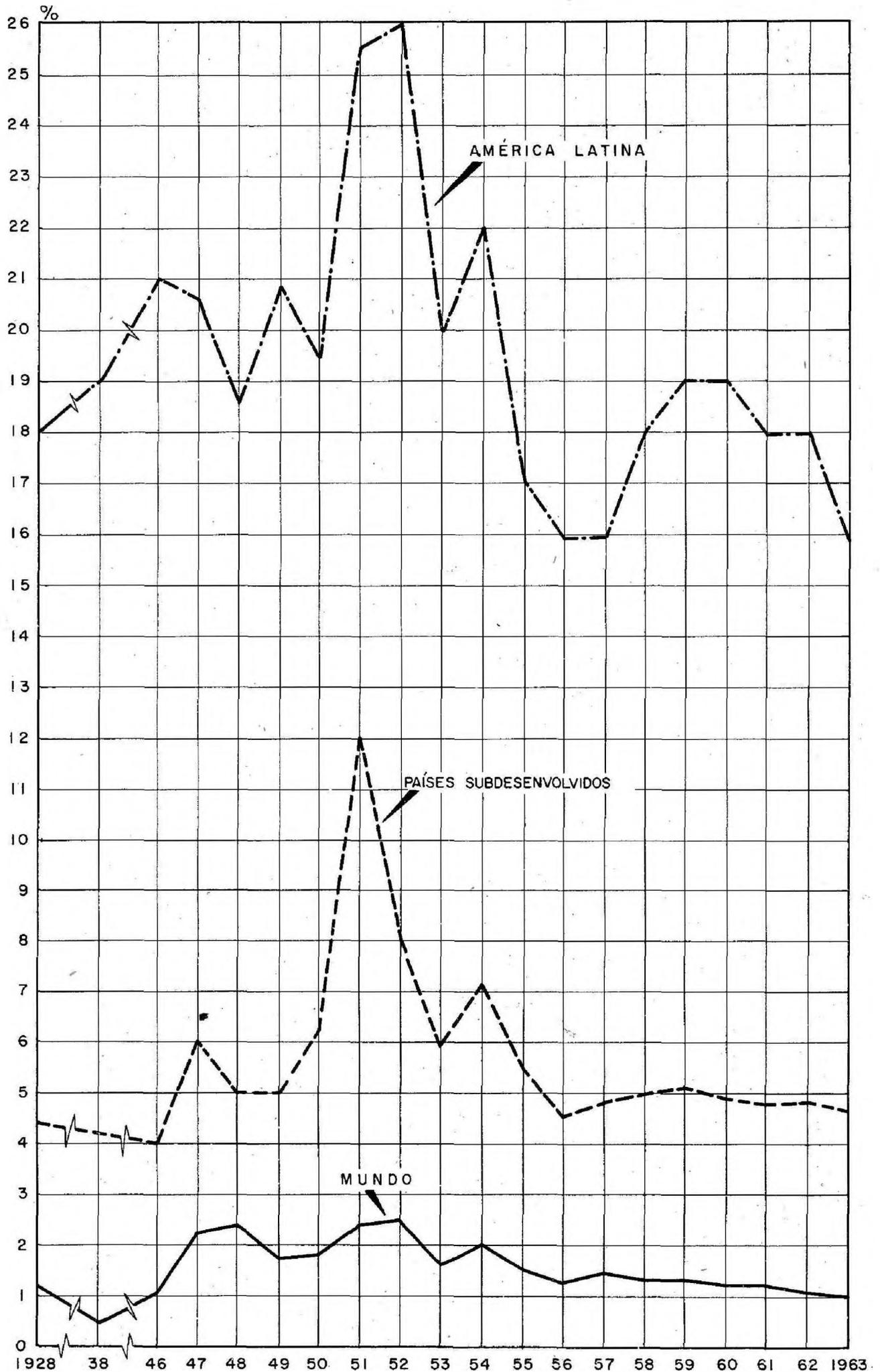
1928 a 1938, as importações brasileiras caíram em 59%, tornando 1938 o ano mínimo em todo o período. Esta queda deve-se à perda da capacidade de importação do país pela diminuição havida nos preços dos produtos brasileiros de exportação.

De 1938 a 1946 a participação da importação brasileira no total mundial duplicou-se. Nos primeiros anos da segunda guerra mundial (1938-1943) as compras externas brasileiras tiveram uma caída em valores absolutos mas voltaram a subir em 1944, intensificando-se a partir de 1946. A elevação nos coeficientes de participação devem-se a pequenas taxas de incremento das importações mundiais neste período, devido a própria conjuntura econômica da época. As importações brasileiras ressentiram-se com mais intensidade devido à sua composição - principalmente bens de produção. Como os países exportadores (os industrializados) estavam em guerra, suas vendas ao exterior foram reduzidas, e entre elas as destinadas ao Brasil.

Entre os anos 1946-1948 a participação brasileira mais que duplicou-se. Deve-se a importantes circunstâncias: a) durante os anos de guerra as importações estiveram comprimidas e as exportações expandiram-se, b) a utilização do saldo favorável acumulado nos anos anteriores a fim de satisfazer aquela demanda reprimida por bem importado, c) neste período não havia nenhum tipo de controle às importações, d) a capacidade de compra da maioria dos demais países havia sofrido uma redução, devido ao período de recuperação que suas economias atravessaram.

Uma terceira etapa seria aquela dos anos 1948-1950 em que as importações caíram. Por volta de 1948 os saldos externos favoráveis esgotavam-se, começando a aparecer os primeiros atrasados comerciais. Sentiu-se, então, a necessidade de controlar as importações. Adotou-se o sistema do controle quantitativo através das "licenças para im

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS NAS IMPORTAÇÕES MUNDIAIS DA AMÉRICA LATINA E DOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS



portação" concedidas pela CEXIM - Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil S/A. Em valores absolutos as compras externas brasileiras não caíram nestes anos, mantiveram-se constantes (Gráfico II-C-1-b); houve uma elevação maior nas importações mundiais. Dentro da composição das compras, os grupos que mais se ressentiram foram os de gêneros alimentícios (caíram em 9%) e o de manufaturas (em 5%).

A tendência apresentada na participação brasileira nos anos 1950 a 1952 possui inclinação positiva (Gráfico II-C-1-a). A elevação havida foi de quase 40%. Nestes anos houve um aumento de quase 20% nas importações mundiais, enquanto que as brasileiras cresceram em mais de 80%. O auge das importações brasileiras atingido em 1951, deve-se ainda ao perigo iminente em que se encontrava o mundo de uma terceira guerra mundial motivada pelo conflito na Coreia. A fim de evitar-se a escassez de abastecimento interno, o Brasil em 1951 e 1952 aumentou suas importações de 90% em relação ao ano anterior (1950) principalmente em matérias-primas e manufaturas. Os níveis obtidos nestes dois anos, foram os máximos em todo o período em estudo.

A situação do balanço de pagamento do Brasil teve agravada consideravelmente sua posição (que já se vinha debilitando com gasto indiscriminado das reservas acumuladas durante a guerra) nos dois anos citados (1951 e 1952).

A posição líquida da conta de capitais autônomos foi negativa no período de 1948-1950; porém nestes dois anos citados (1951 e 1952), tornou-se positiva. Esta entrada de capitais autônomos serviu para compensar parte do deficit da Balança Comercial que foram, respectivamente 468 e 707 milhões de cruzeiros. Nestes dois anos o Balanço de Pagamento também apresentou deficits, sendo o saldo negativo do segundo ano bastante superior ao primeiro conforme os dados a seguir, respectivamente

te: 291 e 615 milhões de cruzeiros. Esta situação indicou a necessidade de uma reforma no regime cambial existente. Somente o controle quantitativo das importações não resultou favorável, com o agravante de provocar fortes distorções nos preços dos produtos importados (2). Pela Lei 1807 de janeiro de 1953, instituiu-se o mercado livre, permitindo que algumas importações fossem feitas à taxa deste mercado. Contudo, os resultados não foram suficientes, exigindo novas reformas cujos resultados fossem mais positivos e em concordância com a política de industrialização (principalmente substituição de importações) que o país desejava incentivar. Assim em 9/10/53 pela instrução 70 da SUMOC, modificou-se o regime de importação. Passou-se a importar à taxa oficial, através da apresentação da licença prévia de importação. Estas licenças eram obtidas em leilões públicos pelo pagamento de uma sobretaxa, denominada ágio. Para efeito de sua obtenção (das licenças prévias de importação) as mercadorias foram divididas em cinco categorias segundo seu grau de essencialidade ao desenvolvimento do país e possibilidades de produção no mercado interno.

Estas circunstâncias reunidas fizeram com que as importações caíssem em 1953, e depois se mantivessem a níveis relativamente constantes, a uma baixa taxa de crescimento.

Agora podemos compreender porque temos um segundo período de 1952-1963, com tendência negativa, apresentando uma queda de 48%, segundo as seguintes médias dos anos 1952 a 1953 - 2,1% e 1962 a 1963 - 1,0% (Tabela II-C-1-a.)

(2) - Havia todo um sistema especial a fim de se obter as licenças de importações que acarretavam ônus extras e não oficiais.

GRÁFICO II-C-1-b

VALOR DAS IMPORTAÇÕES POR ÁREAS

MILHÕES DE US\$ DÓLARES CORRENTES - CIF

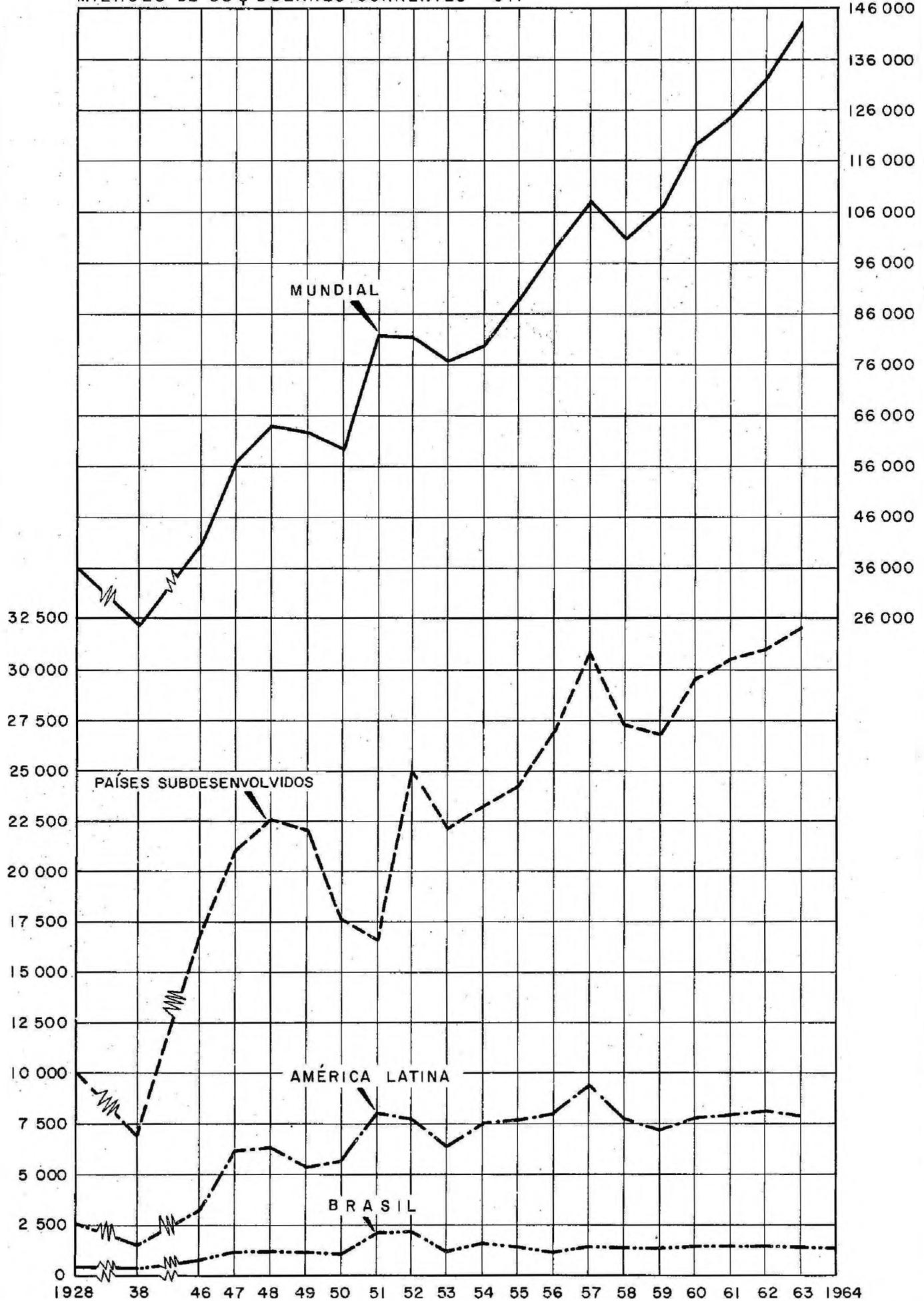


TABELA II - C - 1 - a

COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL

PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL DAS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS NAS
IMPORTAÇÕES TOTAIS DAS SEGUINTEZ ÁREAS -CIF-

PERÍODO	MUNDIAL	AMÉRICA LATINA	SUBDESEN- VOLVIDO
1928	1,2	18,0	4,4
1938	0,5	19,0	4,2
1946	1,1	21,0	4,0
1947	2,2	20,6	6,0
1948	2,4	18,6	5,0
1949	1,8	20,8	5,0
1950	1,8	19,5	6,2
1951	2,4	25,7	12,0
1952	2,5	26,1	8,0
1953	1,7	20	6,0
1954	2,0	22	7,1
1955	1,5	17	5,4
1956	1,3	16	4,6
1957	1,4	16	4,8
1958	1,3	18	5,0
1959	1,3	19	5,1
1960	1,2	19	4,9
1961	1,2	18	4,8
1962	1,1	18	4,8
1963	1,0	16	4,6

Neste mesmo período outras reformas ocorreram que alteraram profundamente os preços dos produtos importados e conseqüentemente sua própria composição e estrutura. Uma delas a reforma tributária de 14/8/57 pela Lei 3 244. Os impostos que antes eram específicos e fixos, devido ao processo inflacionário tornaram-se insuficientes, perdendo sua força monetária para restringir as importações, passaram a ser ad-valorem. Aquêles produtos cuja importação não era desejada, cujos similares se pretendiam proteger, incorriam em elevadas tarifas; algumas a níveis superiores a 100% do valor do artigo. Outras mercadorias, consideradas essenciais gozavam de certas vantagens na taxa de câmbio e nas tarifas.

Outra reforma verificou-se em março de 1961 pela Instrução 204 da SUHOC, quando as importações passaram a ser feitas ao mercado livre (antes se fazia à taxa de câmbio oficial). Com o correr do tempo uma série de encargos foram sendo acrescentados, com o objetivo de não somente criar dificuldades como também encarecer o produto importado. A finalidade ainda era a de proteger o artigo nacional, cujas condições de produção não permitiam concorrer com o similar estrangeiro.

Outro aspecto a considerar está no crescimento das importações brasileiras e mundiais, em valores absolutos neste período, (Gráfico II-C-1-b). Trabalhando com as médias aritméticas dos dois anos dos extremos do período, temos que enquanto as primeiras caíram em 6%, as últimas elevaram-se em 74%.

O fato mais importante a respeito das importações brasileiras neste período (1952-1963) está na modificação de sua composição, como é possível constatar pelos dados da Tabela II-C-1-d anexa: a importação de bem de produção elevou-se em 6%, enquanto a de bem de consumo caiu em 45% e, a de produtos não classificados, em 70%. No primeiro gru

po os combustíveis e lubrificantes foram os que se elevaram em maior proporção - 35,5%, (principalmente o petróleo cru - em 124%; enquanto que os combustíveis líquidos diminuíram em 60%); o grupo de matérias-primas manteve-se relativamente constante, enquanto o de bem de capital caiu em quase 20%.

Considerando o aspecto origem das importações brasileiras temos as seguintes variações: as da zona do Mercado Comum Europeu - MCE mantiveram constante a percentagem; as da ALALC - Área Latino-Americana de Livre Comércio, aumentaram em 70% e as do COMECON - Conselho de Assistência Econômica Mútua (1), caíram em 6%; as dos Estados Unidos caíram ao redor de 20%, e as do Reino Unido diminuíram em mais de 60%, enquanto as do Japão elevaram-se em 74%, (ver Tabela II-C-1-b).

A participação da importação brasileira no total das áreas, caracteriza-se por sua forte oscilação. Em parte esta situação deve-se a variação das importações totais, em valores absolutos. Todas elas possuem tendências positivas, porém caracteriza-se por um crescimento em degraus (Gráfico II-C-1-b).

Tomando a área da América Latina, vimos que apesar das importações do Brasil e as da área, em valores, apresentaram tendências muito semelhantes (ver Gráfico II-C-1-b), através do tempo, o coeficiente da participação do país no total do continente oscilou consideravelmente. Isto porque, em valores, o total das importações da área variou mais intensamente que as brasileiras, mantendo-se, estas, relativa cons

(1) - Estudo Macro-Econômico do Bloco Soviético Serviço Técnico de Análise e Planejamento (STAP). Ministério das Relações Exteriores - Rio de Janeiro - 1965.

tância. Nota-se que durante o período em estudo (1928-1963) a participação do país apresentou 3 etapas distintas: a primeira de 1946 a 1950; a segunda, dos anos 1951 e 1952, e, uma terceira dos anos 1953 a 1963. Entre os anos 1928 a 1946, como apenas temos informações para 3 anos (1928, 1938 e 1946), simplesmente podemos dizer que a participação brasileira aumentou em quase 20%, atingindo em 1946 21% do total das importações latino-americanas. Na primeira etapa considerando apenas os dois anos seguintes (1947 e 1948) a importação brasileira manteve-se constante e o total cresceu, fazendo com que o coeficiente caísse. Em 1949 o total importado brasileiro caiu em menor proporção que o da área, elevando o coeficiente; o inverso acontece em 1950. As oscilações desta etapa foram anuais. Convém lembrar que a partir de 1948 as importações venezuelanas começaram a adquirir importância; em parte devido ao incremento em seu poder de compra derivado de suas exportações petrolíferas e, também, pela intensificação das inversões estrangeiras neste país, principalmente no ramo petrolífero. Na segunda etapa, que se refere aos anos 1951 e 1952, foi quando a participação brasileira atingiu os níveis mais elevados do período; temos as importações brasileiras, em valores, (Gráfico II-C-1-b) elevando-se em 92% enquanto as da área apenas em 48% sobre a média dos dois anos anteriores (1949 e 1950). Este aumento foi mais acentuado nos países: México, Argentina, Uruguai e Venezuela. Na 3ª etapa, 1953-1963, sabemos que as importações brasileiras, em valores, caíram; enquanto isso as da América elevaram-se, principalmente as do México, Chile, Peru e Venezuela. 1956 e 1957 apresentam-se como os anos de participações mínimas para o Brasil (mais tarde em 1963 há o mesmo nível), após uma queda que vinha ocorrendo desde 1952. Nos anos seguintes os coeficientes tornaram-se a elevar, devido a baixa nas importações de certos países como Argentina e Colômbia principalmente. Interessante considerar que neste período, (1947-1963) apesar da acentuada elevação na participação brasileira sobre o total nos anos 1951 e 1952, houve uma queda nos coeficientes de 11% ao longo da

MS		VARIAÇÃO ANUAL DO TOTAL
	%	
	19,0	
	18,8	
	20,8	
	20,2	
	21,4	
8	26,7	-
3	28,3	+ 23,9
9	33,8	- 20,0
4	37,4	- 5,6
9	31,1	+ 20,7
5	29,8	- 9,1
2	30,9	+ 1,6
4	32,6	+ 6,4
2	31,6	- 0,1
1	28,1	+ 1,0
8	25,9	+ 0,8
6	25,0	- 26,9

lores do período

tendência (Gráfico II-C-1-a). Em valores absolutos, a importação brasileira cresceu em 250% e os totais da área em 300%.

Tomando dados para o período 1948-49 e 1962 (1), vimos que a composição das importações totais da área e do Brasil apresentaram as seguintes modificações percentuais no período:

DISCRIMINAÇÃO	BRASIL	AMÉRICA - LATINA
Bens de Consumo	- 50%	- 20%
Combustíveis	+ 30%	- 7%
Matérias-primas	+ 40%	+ 15%
Bem de capital	- 20%	- 4%
Vários	+ 100%	—

Em parte devido a não simetria nos coeficientes de importações por subgrupos, pode-se explicar o porque das oscilações dos coeficientes da participação brasileira na importação latino-americana.

A participação do Brasil dentro do grupo dos países subdesenvolvidos obedece a uma tendência muito semelhante as da América-Latina. Há uma constância, com pequena elevação, até o ano 1950, em 1951 um incremento acentuado, para novamente voltar ao nível anterior, como se pode ver pelo Gráfico II-C-1-a. Se tomarmos as médias dos anos 1946

(1) - El Desarrollo Económico de América-Latina en la post-guerra - Comisión Económica para América Latina - N.U. Nova York, noviembre 1963, pg 20 - quadro 15.

Estudio Económico de América Latina, 1964 idem-volumen II, pg 64 - quadro IV - 20.

a 1949 e 1960 a 1963, temos as seguintes médias, respectivamente 5% e de 4,8% e vemos que houve uma queda mínima de 4%. Pelo Gráfico II-C-1-b vemos que as importações totais da área mantiveram uma tendência positiva, em saltos, com um crescimento de 40%; as brasileiras tiveram um crescimento ligeiramente superior de 41%, porém, mais uniforme.

A seguir faremos uma breve análise da origem das importações brasileiras, por países e grupos de países, durante o período de 1947-64. Por grupo de países, entendemos unidades econômicas, como o Mercado Comum Europeu - MCE, a Área Latina Americana de Livre Comércio - ALALC, o Conselho de Assistência Econômica Mútua - COMECON. Estudaremos ainda, os seguintes países isolados: Estados Unidos, Reino Unido, Suécia, Japão e URSS, conforme pode-se seguir pela Tabela II-C-1-b.

A cota das importações brasileiras originadas do MCE após um período de declínio apresenta recuperação nos últimos anos, segundo as médias quinquenais, relativas as percentagens originadas desta área sobre o total, nos anos 1950 a 1954, a média foi de 18,8%, nos anos 1955 a 1959, de 17,4% e nos anos 1960 a 1964 de 19,1%. Destas compras a Alemanha forneceu ao Brasil ao redor de 50%, durante o último quinquênio. Esta participação vem crescendo ao longo do período, em prejuízo das cotas da França e dos Países Baixos que apresentam uma tendência negativa ao longo do período. Considerando o grupo de anos 1950 a 1954 e 1960 a 1964, a participação da França passou de 5,3% a 4,3% e a dos Países Baixos passou de 2% a 1,5%, a Bélgica e Luxemburgo desde 1956 absorvem cerca de 1,3% do total, enquanto a Itália manteve uma participação média, oscilando em torno dos 2%. Esta recomposição dos países fornecedores brasileiros deve-se em grande parte a recuperação de suas capacidades produtivas e a normalização dos condutos do comércio internacional no após a II Guerra Mundial. As importações brasileiras voltaram a alimentarem-se de forma crescente nas suas fontes tradicionais, tendendo à

composição existente antes do conflito mundial.

O comércio junto a zona da ALALC oscila consideravelmente, havendo períodos de fortes variações anuais, que chegam a anular o valor das médias periódicas. Estas oscilações são reflexos das verificadas nas importações da Argentina, que com exceção dos últimos 3 anos (1962 a 1964) absorve cerca de 80% das importações destinadas a área. O Chile no período 1962-1964 absorveu no primeiro ano, 1,1% do total, e nos dois últimos anos (1963 e 1964), cerca de 2,1%. O Uruguai nos anos 1954 e 1956 participava com 2,2% do total, entretanto, a partir de então, sua cota varia ao redor de 0,5%. As importações dos demais países não têm maior significação, sendo praticamente nulas, com exceção do Peru que a partir de 1963 participa com 1%. As compras do México estão sendo incentivadas, porém, ainda permanecem baixas as percentagens.

O grupo do COMECON já absorveu conta maior que a atual, das importações brasileiras. Nos anos 1952 a 1956 a percentagem média foi de 10%. Nos anos 1957 e 1958 caiu a 2,3%, para em seguida elevar-se a 4,5% do total. A Tchecoslováquia, Polônia e Rússia são os países cujas compras estão sendo intensificadas. A Rússia somente a partir de 1959 reiniciou suas relações com o Brasil. Nos 3 últimos anos (1962 a 1964) sua participação média no total das importações brasileiras é de 2,3%. A Tchecoslováquia mantém uma participação sobre o total da ordem de 1,3% enquanto a Polônia não atinge a casa dos 1%. A Alemanha Oriental, nos anos 1951 a 1956, manteve uma percentagem média de 1%. Deve-se notar que a intensificação do comércio brasileiro com este grupo deve-se principalmente, a intensão deliberada das duas partes de ampliar sua possível zona de influência, a fim de obter novos mercados para seus produtos de exportação e, por outro lado, conseguir mercado mais acessível para importar certas mercadorias. Quanto aos países não agrupados os Estados Unidos, são os mais importantes, sua participação no to-

tal comprado no exterior pelo Brasil, indica duas tendências: de 1947 a 1956, passou de 61,3% a 28,7%, passando por um mínimo em 1955, com 23,6%. Cabe lembrar que a cifra de 1947 foi 20% superior a percentagem de 1948 e 80% em relação a média dos demais anos do período em estudo. Entre os anos de 1957 a 1964 a absorção norte-americana no total das importações brasileiras, variou dentro dos limites de 30,7% a 36,8%. Esta tendência declinante talvez tivesse sido mais intensa, ainda, não fôsse a ação compensadora de alguns elementos: PL 480, "tie in loans" (EXIMBANK), a entrada de bens de capital sem cobertura cambial e como parte dos investimentos diretos estrangeiros (instrução 113 da SUMCC). Esses fatores talvez expliquem, também, a recuperação parcial da cota norte-americana a partir de 1955, a despeito da elevação do nível médio dos preços de suas exportações (10% entre 1955 e 1963/64).

A tendência no caso da Grã-Bretanha tem sido no sentido de uma queda persistente de sua participação relativa no valor das importações brasileiras ao longo dos anos 1947 a 1953, passando de 6,8% a 3,7%. A partir de 1956 a cota deste país manteve-se ao redor dos 3,2%.

A Suécia ao longo do período completo em estudo (1947 a 1964), elevou sua participação; nos anos 1949 a 1959 manteve-se a uma taxa média de 3,5%. Nos demais anos, as cifras oscilaram em torno de pouco mais de 2%.

Somente a partir de 1950 que as vendas japonesas ao Brasil começaram a ter alguma significação, incrementando-se a partir de 1954. Houve intensas oscilações nestas taxas; nos últimos quatro anos (1961 a 1964) a média foi de 4,1%.

O estudo da composição da importação brasileira pode ser feito obedecendo a dois critérios. O primeiro, por principais gru-

pos de mercadorias, segundo a Tabela II-C-1-c. De acôrdo com esta classificação temos quatro grupos: matérias-primas, gêneros alimentícios, manufaturas, animais vivos. O grupo de maior participação relativa, no valor total das importações brasileiras é o de manufaturas que passou de 53,4% no período 1945 a 1949 a 60,2% no período 1960 a 1964.

A seguir teríamos o grupo de matérias-primas, que passou de 23,9% nos anos de 1945 a 1949, a 23,3%, no período de 1960 a 1964. O principal produto dêste grupo é o petróleo que contribuiu com 74% nos últimos 5 anos (1960 a 1964).

O grupo de gêneros alimentícios apresentou um declínio de cerca de 30%, ao longo do período, como podemos ver pelas seguintes médias quinquenais: 22,3% (1945 a 1949) a 16,6% (1960 a 1964). O principal produto é o trigo que participou com 67,5%, a seguir viria o bacalhau com 7%, o azeite - 7,2%, cevada - 1,3%, nos anos 1960 a 1964.

O grupo de animais vivos é praticamente nulo, pois a média das participações do período não atinge 0,6%.

O segundo critério seria obedecendo a utilização do produto, em bens de produção e de consumo, conforme a Tabela II-C-1-d, referente ao período de 1946 a 1963. Com referência nestes dados observa-se que ao longo do período, a importação de bens de produção elevou-se em 12%, passando de 82% (1946 a 1950); a 92% (1959 a 1963). Os bens duráveis participam com mais de 43% do total importado; esta categoria mantém-se dentro de uma relativa constância, com raras oscilações mais intensas. Os bens não duráveis, elevaram em cerca de 30% no total de suas compras no exterior, nos últimos anos (1959-60) a participação sobre o total importado é de 45,5%.

RUPOS

ENTICIOS	MANUFATURAS		ANIMAIS VIVOS	
	Perce tagens	US\$ 1 000 000	Perce tagens	US\$ 1 000 000
24,6	231,5	51,6	3,7	0,8
19,2	401,4	59,6	2,9	0,4
31,8	441,1	35,8	2,4	0,3
18,6	661,8	59,1	1,9	0,1
17,5	669,9	60,8	2,4	0,2
17,1	612,9	56,5	9,3	0,9
12,4	1 188,0	59,8	7,2	0,3
12,9	1 192,8	60,1	6,0	0,3
21,5	712,1	54,0	4,7	0,4
15,2	1 094,2	57,0	3,6	0,2
18,9	699,2	53,5	3,9	0,3
15,5	669,8	54,3	2,4	0,2
12,8	934,4	62,8	2,0	0,1
12,1	839,8	62,1	0,7	0
13,1	861,8	62,7	0,4	0
13,6	911,0	63,3	0,8	0
13,6	924,4	63,3	1,6	0,1
16,2	908,1	61,6	1,9	0,1
16,9	898,3	60,4	5,0	0,3
22,8	655,5	51,7	0,0	0,0

- a
BRASIL
F
ABILIDADE, UTILIZAÇÃO E GRAU DE ELABORAÇÃO DAS MERCADORIAS
DURÁVEIS

1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963
100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
89,1	90,1	90,0	89,5	91,0	92,5	93,2	93,9	93,5	92,8
47,4	42,2	41,7	48,4	45,7	45,5	48,2	46,3	47,4	45,2
32,9	29,8	28,7	28,8	27,6	27,8	27,5	32,5	35,8	31,0
0,2	0,3	0,2	0,1	0,1	0,0	0,0	0,1	0,1	0,3
32,7	29,5	28,6	28,7	27,6	27,8	27,5	32,4	35,7	30,7
14,5	12,4	13,0	19,5	18,0	17,7	20,7	13,8	11,6	14,2
0,4	0,5	0,8	0,6	0,4	0,7	0,7	0,6	0,6	0,8
12,6	12,9	10,2	9,5	7,9	11,2	11,3	8,9	7,4	10,2
1,5	2,3	2,0	9,4	9,7	5,8	8,7	4,3	3,5	3,2

54	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963
1,8	47,9	48,3	41,2	45,4	47,0	44,9	47,6	46,0	47,6
8,0	8,4	6,5	7,7	8,7	9,8	8,3	11,4	12,4	13,0
5,0	6,6	5,0	6,6	7,5	8,7	7,5	10,8	11,7	12,3
2,0	1,8	1,6	1,1	1,2	1,0	0,8	0,7	0,7	0,8
1,6	2,0	2,2	2,2	2,3	1,7	2,3	1,9	2,5	2,8
0,6	0,7	0,7	0,5	0,5	0,4	0,5	0,4	0,5	0,6
0,9	1,4	1,5	1,7	1,8	1,3	1,8	1,5	2,0	2,1
3,1	17,1	20,4	14,6	16,4	18,0	18,8	15,5	13,8	14,7
1,8	2,4	2,3	1,4	1,6	3,3	3,7	2,2	1,7	2,0
4,5	3,5	3,7	3,5	3,1	2,4	2,3	1,8	1,3	1,2
1,7	11,3	14,3	9,7	11,6	12,3	12,8	11,5	10,7	11,5
1,4	17,4	16,2	15,1	16,1	15,3	13,1	16,3	14,3	14,1
0,8	7,9	8,9	8,2	8,8	8,7	7,4	11,3	12,4	12,2
0,6	9,5	7,3	6,9	7,3	6,6	5,7	5,0	1,9	2,0
1,6	2,2	2,3	1,1	1,1	1,2	1,1	1,2	1,4	1,4
1,6	2,2	2,3	1,1	1,1	1,2	1,1	1,2	1,4	1,4
1,1	0,7	0,7	0,5	0,8	0,9	1,3	1,2	1,5	1,5
1,1	0,7	0,7	0,5	0,8	0,9	1,3	1,2	1,5	1,5

954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963
10,5	9,8	9,9	10,3	8,9	7,4	6,8	6,0	6,4	7,0
2,9	1,3	1,5	2,4	3,7	2,5	1,4	1,0	0,7	1,0
2,9	1,3	1,5	2,4	3,7	2,5	1,4	1,0	0,7	1,0
2,9	1,3	1,5	2,4	3,7	2,5	1,4	1,0	0,7	1,0
7,6	8,6	8,4	7,9	5,2	4,9	5,4	5,0	5,7	6,0
5,1	5,5	5,1	5,7	3,2	3,4	4,3	3,6	4,0	4,6
3,1	3,9	3,5	3,1	2,0	2,3	2,9	2,4	2,9	3,1
0,5	0,2	0,5	0,5	0,1	0,1	0,0	0,1	0,3	0,7
1,5	1,3	1,1	2,1	1,1	1,0	1,4	1,0	0,9	0,8
0,9	1,6	1,7	1,0	0,7	0,5	0,2	0,4	0,2	0,0
0,9	1,6	1,7	1,0	0,7	0,5	0,2	0,4	0,2	0,0
1,6	1,5	1,6	1,2	1,3	1,0	0,9	0,9	1,5	1,5
1,6	1,5	1,6	1,2	1,3	1,0	0,9	0,9	1,5	1,5
0,4	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1
0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
0,2	0,1	0,1	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1

A importação de bens de consumo sofreu uma redução de cerca de 54% ao longo dos anos em estudo. A queda maior deu-se com os bens duráveis, passando de 8% sobre o total (1946-50) a 1,5%, (1959-1960). Os bens não duráveis reduziram-se apenas em 45%, passando de 9,5% (1946-50) a 5,5% (1950-60).

A categoria de produtos não classificados apresenta cifras nulas a partir de 1955; nos anos anteriores não logrou atingir a 1% do total importado.

2. Política Cambial de Importação

O sistema cambial do país, quanto às importações, caracterizou-se pela existência de 3 períodos distintos:

- a) período de taxa oficial com todas as operações cambiais realizadas pelo Banco do Brasil (1946-1952)
- b) período de taxas múltiplas e variáveis (1953-1961)
- c) período de taxa livre e taxas especiais para determinadas importações (a partir de março de 1961).

Na 1ª fase (1946-52), as importações eram feitas à taxa oficial de câmbio, com monopólio das operações cambiais a cargo do Banco do Brasil, e sujeitas ao regime de licença prévia concedida pela CEXIM (Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil), principalmente a partir de fevereiro de 1948 quando tal exigência foi reforçada através de reformulação do Decreto-lei 9 344 de 10-6-46, que o criou.

Essa reformulação permitiu que o controle quantitativo da importação já existente fôsse bastante ampliado, tornando-se assim

um instrumento de que dispunha o govêrno para corrigir o desequilíbrio no balanço de pagamentos. A manutenção de uma taxa de câmbio relativamente rígida, durante êste período, enquanto os preços internos cresciam continuamente, foi uma consequência da política governamental que visava favorecer as importações de bens de produção, reforçada pelas facilidades na concessão de licenças prévias para êsses produtos. O preço das divisas estrangeiras ficava, assim, cada vez mais baixo para os importadores em relação aos preços internos. Pode-se dizer que êsses importadores recebiam um subsídio (representado pela diferença entre a taxa de câmbio que vigoraria no mercado e a taxa oficial), facilitando, dêsse modo, o reequipamento da indústria nacional.

A 2ª fase começou com a lei nº 1307, de 7 de janeiro de 1953 que separou a venda de câmbio em 2 mercados: o primeiro, o oficial, pelo qual eram feitas as importações essenciais, as transações financeiras do govêrno e, dependendo da situação cambial, as remessas de rendimentos dos investimentos feitos em serviços de utilidade pública e de capitais correspondentes a empréstimos considerados de interêsse nacional. O segundo, o mercado de taxa livre, no qual seriam realizadas as demais importações (ainda com contrôle quantitativo) e as restantes transferências de fundos para o exterior.

Em junho do mesmo ano, entretanto, as importações que estavam sendo feitas à taxa do mercado livre voltaram ao mercado oficial, ficando dêsse modo as restrições às importações principalmente em função do contrôle quantitativo.

O sistema cambial que passou a vigorar com a Instrução nº 70 da SUMOC (*) (9-10-53) conservou no mercado oficial as importações

(*) - SUMOC - Superintendência da Moeda e do Crédito.

TAXA EFETIVA	PERÍODOS	TAXA EFETIVA
18,72	1951 - Média Anual	18,72
18,72	Janeiro	18,72
18,72	Fevereiro	18,72
18,72	Março	18,72
18,72	Abril	18,72
18,72	Maio	18,72
18,72	Junho	18,72
18,72	Julho	18,72
18,72	Agosto	18,72
18,72	Setembro	18,72
18,72	Outubro	18,72
18,72	Novembro	18,72
18,72	Dezembro	18,72
18,72	1952 - Média Anual	18,72
18,72	Janeiro	18,72
18,72	Fevereiro	18,72
18,72	Março	18,72
18,72	Abril	18,72
18,72	Maio	18,72
18,72	Junho	18,72
18,72	Julho	18,72
18,72	Agosto	18,72
18,72	Setembro	18,72
18,72	Outubro	18,72
18,72	Novembro	18,72
18,72	Dezembro	18,72
18,72	1953 - Janeiro/Setembro (1)	18,73
18,72	Janeiro	18,72 (-)
18,72	Fevereiro	18,72 (40,16)
18,72	Março	18,72 (42,13)
18,72	Abril	18,72 (45,14)
18,72	Maio	18,72 (44,44)
18,72	Junho	18,72 (47,73)
	Julho	18,72
	Agosto	18,75
	Setembro	18,76

nte maneira: a) Mercado oficial - importação essenciais, transações de utilidade pública e de capitais correspondentes a empréstimos e transferências de fundos para o exterior (Valores entre parenteses)

de mercadorias, acrescidas, porém, de uma sobretaxa variável denominada ágio. Os produtos importados foram classificados em 5 categorias, de acôrdo com o grau de essencialidade e as possibilidades de produção interna de substitutos. (Ver tabela II-C-2-a - parte 2).

A aquisição de câmbio por parte dos importadores implicaria na obtenção de uma promessa de venda de câmbio em leilão^(**) nas bôlsas de valores, pagando um ágio de acôrdo com a categoria em que o produto estivesse enquadrado. A distribuição das disponibilidades de divisas, para efeito de leilão, passou a ser feita segundo um critério administrativo que vinculava o montante de divisas destinado a cada classe ao grau de essencialidade das mercadorias nela incluída.

Havia, entretanto, certas importações - como trigo, material de consumo de imprensa e importações de Entidades Públicas - que não eram reguladas pelo esquema acima descrito, sendo feitas ao "câmbio de custo (1)". Além disso, o papel de imprensa recebia um tratamento especial, pois sua importação era efetivada à taxa do mercado oficial e estava isenta do pagamento de qualquer sobretaxa.

Afora os leilões normais, eram realizados, periódicamente, leilões especiais que se destinavam a importações de frutas, artigos de Natal, produtos utilizados na agricultura (fertilizantes, adubos e implementos agrícolas de um modo geral), petróleo e seus derivados (sempre estiveram sujeitos a um regime especial), excetuada a gasolina.

(**) - Os leilões eram realizados separadamente para as importações pagas em dólares americanos e em moedas de países com os quais o Brasil mantinha acôrdos comerciais.

(1) - Câmbio de custo-taxa oficial + média das bonificações pagas aos exportadores, em dado período.

2)

SIL

- 161 -

IMPORTAÇÃODA SUMOC DE 9/10/53

C\$/US\$

AS					GLOBAL	
4a			5a			
Taxa efetiva	Ágio médio ponderado	Taxa efetiva	Ágio médio ponderado	Taxa efetiva	Ágio médio ponderado	Taxa efetiva
38,77	26,00	44,82	38,00	56,82	18,00	36,82
45,82	40,00	58,82	75,00	93,82	24,50	43,32
47,32	24,00	42,82	75,00	93,83	23,50	42,32
57,81	49,48	68,30	92,02	110,84	32,85	51,67
56,15	39,07	57,89	76,86	95,98	28,97	47,79
62,48	43,91	62,73	85,81	104,63	35,86	54,68
56,95	48,64	67,46	81,89	100,71	32,70	51,52
49,86	40,47	59,29	74,73	93,55	25,91	44,73
47,93	38,76	57,58	78,78	97,60	24,54	43,36
49,20	41,75	60,57	84,83	103,65	25,34	44,16
57,66	49,79	68,61	96,05	114,87	32,74	51,56
64,31	59,32	78,14	112,67	131,49	38,68	57,50
64,30	60,24	79,06	117,50	136,32	38,87	57,69
74,35	70,14	88,96	123,88	142,70	45,44	64,26
77,70	71,84	90,66	124,32	143,14	49,91	68,63
68,72	59,38	78,20	119,28	138,10	42,09	60,91

AS					GLOBAL	
4a		5a				
Taxa efetiva	Ágio médio ponderado	Taxa efetiva	Ágio médio ponderado	Taxa efetiva	Ágio médio ponderado	Taxa efetiva
82,42	67,50	86,32	152,83	171,65	54,55	73,37
65,25	52,02	70,84	115,89	134,71	40,18	59,00
68,38	52,65	71,47	123,24	142,06	41,07	59,89
77,31	63,69	82,51	143,32	162,14	49,04	67,86
83,45	67,33	86,15	157,18	176,00	56,34	75,16
85,51	68,66	87,48	152,90	171,72	56,03	74,85
82,74	70,17	88,99	146,49	165,31	55,19	74,01
85,54	72,55	91,37	150,10	168,92	58,42	77,24
91,70	74,99	93,81	169,26	188,08	62,53	81,35
83,54	79,30	98,12	162,83	181,65	58,87	77,69
86,47	75,14	93,96	167,72	186,54	58,08	76,90
99,23	79,00	97,82	198,81	215,63	63,29	82,11
94,56	81,41	100,23	206,37	225,19	60,49	79,31
103,15	96,74	115,56	203,54	222,36	67,27	88,09
103,71	86,88	105,80	212,08	230,90	64,65	83,47
113,04	88,10	106,92	209,33	228,15	74,08	92,90
107,96	87,10	105,92	198,30	217,12	72,28	91,10
10,70	93,90	112,72	104,57	123,39	78,59	97,41
11,99	108,88	127,70	188,70	207,52	81,82	100,64
07,58	115,23	134,05	197,68	216,50	79,67	98,49
02,50	114,80	133,62	227,00	245,82	71,98	90,80
08,56	112,64	131,46	184,27	203,09	66,73	85,55
07,91	91,39	110,21	194,17	212,99	63,68	82,50
6,46	88,18	107,00	227,06	245,88	61,18	80,00
7,08	90,56	109,38	234,81	253,63	58,20	77,02
3,28	87,92	106,74	234,23	253,05	56,88	75,70

IAS					GLOBAL	
a	4a		5a			
Taxa efetiva	Ágio médio ponderado	Taxa efetiva	Ágio médio ponderado	Taxa efetiva	Ágio médio ponderado	Taxa efetiva
100,60	119,21	138,03	280,25	299,07	63,18	82,00
87,92	88,36	107,18	220,08	238,90	54,23	73,05
103,74	125,39	114,21	282,41	301,23	63,28	82,10
101,27	117,05	135,87	295,60	314,42	63,95	88,77
100,35	114,77	133,59	295,74	314,56	64,53	83,35
100,98	149,05	167,87	301,34	320,16	63,19	82,01
102,00	129,27	148,09	304,47	323,29	63,34	82,16
104,08	133,39	152,21	295,55	314,37	65,35	84,17
112,09	149,17	167,99	289,61	308,43	73,45	92,27

nde encontram-se sob a forma de gráfico.

ôdas as moedas).

o Banco do Brasil. A partir de Janeiro de 1953 (Lei 1807), parte foi
tembro às operações de importações voltaram a ser realizadas totalmen

O sistema em questão representou não só um decisivo passo rumo ao aprimoramento do controle das importações, como também, permitiu que o governo aumentasse sua receita proveniente da venda de divisas. De um regime onde as restrições às importações eram feitas somente através dos controles quantitativos, evoluiu-se, para um critério que fazia dos ágios seu instrumento de controle mais importante.

Por outro lado, sendo os ágios, dentro de certos limites, determinados pelas forças de oferta e procura, resultava que as taxas efetivas aproximavam-se bastante das taxas que representavam o valor real do cruzeiro em relação às moedas estrangeiras, diminuindo assim a sobrevalorização cambial que até então imperara.

O sistema instituído pela Instrução 70, ainda que tenha apresentado sensíveis melhoras em relação ao anterior, deu origem a graves problemas para as importações brasileiras. A classificação dos produtos em 5 categorias para efeito dos leilões normais, a constância de leilões especiais para determinados artigos, a importação de certos produtos ao "câmbio de custo" e, até mesmo, a taxa oficial (papel de imprensa), tornaram sua execução extremamente complexa e difícil. Os subsídios concedidos pelo governo para a importação de certos produtos (trigo, papel de imprensa, por exemplo) estimulavam bastante a aquisição no exterior desses artigos ao mesmo tempo que atuavam como obstáculo a expansão da produção nacional.

Um outro problema que surgiu durante a vigência do sistema foi relativamente à proteção à indústria nacional. Com tarifa aduaneira específica em vigor, a defesa das indústrias internas contra a concorrência estrangeira estava pois somente a cargo dos ágios.

Entretanto, as importações já apresentavam elevado grau de complexidade tornando a classificação vigente insuficiente e exigindo sua ampliação, o que era totalmente impraticável. Os inconvenientes gerados pela multiplicidade de taxas; pelas dificuldades de classificação das mercadorias nas diversas categorias; pela falta de uma tarifa aduaneira atuante foram fatores que levaram as modificações consolidadas na lei 3 244 ou lei da tarifa.

A lei 3 244, de 14-8-57 além de reformar completamente a tarifa aduaneira inseriu algumas inovações no sistema cambial no sentido de sua simplificação. A principal alteração introduzida por esta lei na tributação aduaneira foi a transformação da tarifa específica em tarifa ad-valorem, com alíquota podendo chegar a 150% do valor da mercadoria importada.

Tal medida permitiu que a função seletiva de importações, até então no âmbito cambial através do sistema de ágios, passasse também à esfera fiscal, possibilitando assim a redução do número de categoria para duas: geral e especial. (Ver Tabela II-C-2-a - parte 3).

Na categoria geral, ficaram as matérias-primas essenciais, os equipamentos e outros bens de produção, e aqueles bens de consumo genérico cuja produção nacional fôsse insuficiente para suprir o mercado interno. Na categoria especial ficaram os bens de consumo restrito e os de qualquer espécie que a indústria nacional estivesse em condições de satisfazer a demanda interna.

PARTE 3)

DO BRASIL

PARA IMPORTAÇÃO

DE 14/8/57 - LEI DA TARIFA

- 166 -

¢\$/US\$

S		GLOBAL	
Especial			
Ágio médio ponderado	Taxa efetiva	Ágio médio ponderado	Taxa efetiva
160,85	179,67	64,06	82,88
118,44	137,26	67,67	86,49
134,63	153,45	65,92	84,74
183,28	202,10	59,07	77,89
201,11	219,93	65,81	84,63
281,54	300,36	135,77	154,59
206,45	225,27	79,96	98,78
236,73	225,55	100,76	119,58
260,92	279,74	110,75	129,57
282,14	300,96	134,60	153,42
259,36	278,18	120,88	139,70
263,11	281,93	142,49	161,31
281,74	300,56	128,90	147,72
299,02	317,84	137,33	156,15
336,12	354,94	162,38	181,20
346,18	365,00	175,66	194,48
315,76	334,58	169,87	188,69
290,93	309,75	165,73	184,55

Especial		GLOBAL	
médio ponderado	Taxa efetiva	Ágio médio ponderado	Taxa efetiva
347,06	365,88	185,68	204,50
340,68	359,50	181,96	200,78
351,22	370,04	228,89	247,71
355,00	373,82	262,63	281,45
327,60	346,42	199,23	218,05
317,37	336,19	161,55	180,37
320,75	339,57	153,58	172,40
302,90	321,72	156,69	175,51
311,74	330,56	152,41	171,23
344,76	363,58	157,94	176,76
398,68	417,50	199,62	218,44
395,59	414,41	189,41	208,23
398,42	417,24	184,22	203,04
508,45	527,37	207,83	226,75
427,22	446,14	188,25	207,17
472,47	491,39	188,67	207,59
527,68	546,60	217,23	236,15
506,57	525,49	221,14	240,06
481,95	500,87	218,62	237,54
444,15	463,07	212,31	231,23
454,08	473,00	209,23	228,15
450,60	469,52	208,90	227,82
531,78	550,70	206,71	225,63
573,58	592,50	206,97	225,89
607,15	626,07	209,18	228,10
624,17	643,09	206,79	225,71
619,84	638,76	191,45	210,37
622,56	641,48	206,47	225,39
578,13	597,05	181,46	200,38
658,83	677,75	186,43	205,35

das as moedas).

Permaneceram em vigor não somente a licitação específica para determinados artigos (2), como também as facilidades cambiais para o trigo, o petróleo e seus derivados, e demais produtos importados a taxa não inferiores ao "câmbio de custo", conforme previa o parágrafo 1º do artigo 50 da citada lei.

A lei 3 244 determinou que o papel de imprensa, até então importado à taxa oficial, sofresse reajustamentos semestrais até atingir o "câmbio de custo". Estipulava ainda que as importações de produtos sem similar nacional efetuadas pelo governo, autarquias, entidades paraestatais, sociedades de economia mista e concessionárias de serviços públicos tivessem uma taxa de câmbio correspondente à taxa oficial mais um ágio nunca inferior à média ponderada das licitações de cada produto em sua respectiva categoria.

A 3ª fase começou em 1961, quando o sistema cambial sofreu substancial reforma, introduzida pela Instrução nº 204 da SUMOC (13-3-61). As operações de câmbio para importação de mercadorias passaram a ser realizadas no mercado de taxa livre, suprimindo-se, assim, as licitações de divisas. Ao mesmo tempo, a Instrução 204 estabeleceu que os importadores recolhessem ao Banco do Brasil, em moeda nacional, uma quantia correspondente a 100% do valor do respectivo contrato, contra a entrega de letras emitidas pelo referido banco a juros de 6% ao ano e 150 dias de prazo. (Ver Tabela II-C-2-a- parte 4).

(2) - Só seria permitida licitação específica para importação de determinadas mercadorias, nos seguintes casos:

- a) quando se tratassem de mercadorias de categoria especial;
- b) quando indispensável à execução de convênios bilaterais de comércio.

CÃO

DE 13/3/61

Cr\$/US\$

TAXA DE MERCADO LIVRE	DESÁGIO DAS LETRAS DO BANCO DO BRASIL (DEPÓSITO COMPULSÓRIO - (1))	BONECO	TAXA EFETIVA
389,83	93,74	11,92	495,50
318,00	84,81	-	402,81
318,00	78,75	-	396,75
318,00	72,69	-	390,69
318,00	66,64	-	384,64
359,00	68,39	-	427,39
365,00	69,53	15,00	449,53
367,00	69,91	15,00	451,91
415,00	71,16	-	486,16
475,00	72,39	18,00	565,39
475,00	72,39	19,00	566,39
475,00	161,54	17,00	653,54
475,00	236,74	59,00	770,74

a ser de letras do Tesouro série B.

PERÍODO	TAXA DE MERCADO LIVRE	DESÁGIO DAS LETRAS DO BANCO DO BRASIL (DEPÓSITO COMPULSÓRIO)	ENCARGO FINANCEIRO	BONECO	TAXA EFETIVA
Média Anual	1 284,08	175,47	182,19	46,08	1 688,05
Janeiro	620,00	149,30	-	264,00	1 033,30
Fevereiro	1 090,00	282,96	-	289,00	1 661,94
Março	1 200,00	232,68	-	-	1 432,68
Abril	1 200,00	198,98	-	-	1 398,96
Maio	1 200,00	142,68	-	-	1 342,68
Junho	1 200,00	191,52	-	-	1 391,52
Julho	1 200,00	225,36	-	-	1 425,36
Agosto	1 234,00	89,14	246,80	-	1 569,94
Setembro	1 589,00	182,57	476,70	-	2 248,27
Outubro	1 610,00	149,73	483,00	-	2 242,73
Novembro	1 610,00	151,98	483,00	-	2 247,98
Dezembro	1 656,00	108,71	496,80	-	2 261,51

o contra a emissão de letras do Banco do Brasil.

As importações de trigo, petróleo e demais itens do artigo 50, parágrafo 1º, da lei 3 244, assim como as remessas financeiras do Governo, continuaram recebendo tratamento preferencial, embora com uma taxa especial de câmbio - \$ 200,00 - que correspondia ao dobro da que vigorara até então.

Todavia, as importações de mercadorias integrantes da categoria especial, além de terem que satisfazer as condições gerais acima apresentadas, só seriam permitidas mediante a prévia aquisição pelos importadores, em público pregão das bolsas de valores de "promessas de licenças" mediante pagamento de ágio.

Ainda no decorrer de 1961 ocorreram algumas alterações, tais como, a passagem para o mercado de taxa livre das mercadorias incluídas no parágrafo 1º do artigo 50 da lei 3 244, que, contudo, ficaram isentas do depósito compulsório que estavam sujeitas as demais mercadorias importadas (Instrução 208, de 27-6-61). Os acontecimentos políticos ocorridos nos meses de agosto e setembro trouxeram perturbações ao mercado cambial, daí resultando a elevação do depósito para 150% do valor do contrato (Instrução 218, de 9-10-61).

A partir de 1962, surgiu um elemento estranho no mercado cambial - o chamado "boneco", fruto da inflexibilidade que vinha caracterizando as taxas de câmbio há algum tempo. O "boneco" consistia num "sobreprego" cobrado pelos ofertantes (3) de divisas aos compradores, numa tentativa de defesa em face ao desajuste entre as taxas de câmbio e a contínua desvalorização monetária interna, aliada a relativa escassez de divisas que afetava o país há algum tempo.

(3) - Proprietários das cambiais de exportação.

b) em Letras do Tesouro (série B) no ato da efetuação do depósito ou em relação àqueles depósitos que tenham sido feitos depois de 30 de setembro de 1962. As Letras do Tesouro seriam ao portador, com prazo de 1 ano e rendendo juros de 8% ao ano.

5 - Instrução 239, de 22-4-63.

- Reduziu para 60% do valor do contrato de câmbio o montante do depósito desde que o depositante aceite a devolução desse recolhimento, no prazo de 30 dias em títulos do Tesouro da série B, mantendo, em caso contrário, esse recolhimento em 80% e estendendo a 240 dias o prazo de sua devolução.

6 - Instrução 254, de 11-10-63.

- Elevou para 100% do valor do contrato de câmbio para importação de mercadorias e transferências financeiras e recolhimento compulsório, o qual será efetuado contra a entrega, no prazo de 30 dias, de letras do Banco do Brasil a 180 dias e sem perder juros.

7 - Instrução 275, de 3-8-64.

- Reduziu o montante do depósito para 60% do valor do contrato de câmbio para importação de mercadorias, mantendo a devolução em letras do Banco do Brasil no fim de 30 dias, sem juros e a 180 dias de prazo. Criou ainda um encargo financeiro de 20% sobre o valor do contrato de câmbio.

8 - Instrução 277, de 9-9-64.

- Determinou que o depósito seria reduzido para 50% do valor do contrato de câmbio a partir de 1-10-64.

9 - Instrução 280, de 22-9-64.

- Elevou o encargo financeiro para 30% do valor do contrato de câmbio.

O confronto do índice de custo de vida ⁽⁴⁾ com o de taxa de câmbio média ponderada de importação ⁽⁵⁾ no período 1946/1964 revela um aumento de 6 280% nos preços internos enquanto a taxa de câmbio média ponderada crescia em 5 077%. Essa situação torna-se mais clara pela comparação de cada um dos 2 índices no ano inicial da série (1946) com o ano base (1953); enquanto o índice de custo de vida duplica de 1946 até 1953, o índice de taxa de câmbio média ponderada permanece praticamente constante no mesmo espaço de tempo, porque a referida taxa de câmbio apresentou oscilações muito pequenas entre 1946 e 1953. Desse modo a variação no índice de custo de vida entre 1946 e 1964 teria que ser maior que a variação no índice de taxa de câmbio, desde que o aumento desse último, de 1953 até 1964, fôsse insuficiente para compensar sua quase imobilidade na fase inicial do período em análise. (Ver Tabela II-C-2-b).

No gráfico II-C-2-b pode-se observar nitidamente as 2 fases distintas no comportamento do índice de taxa de câmbio média pon-

(4) - Índice de custo de vida na Guanabara: Conjuntura Econômica - FGV.

(5) - Taxa de câmbio média ponderada é igual ao valor total das importações em cruzeiro dividido pelo valor em dólar.

COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL

TABELA II - C - 2 - b

ÍNDICES DE CUSTO DE VIDA E TAXA DE CÂMBIO

MÉDIA PONDERADA DE IMPORTAÇÃO

BASE: 1953=100

ANOS	ÍNDICE DE CUSTO DE VIDA GB (1)	VARIAÇÃO ANUAL %	TAXA DE CÂMBIO MÉDIA PONDERADA @\$/US\$1. (2)	ÍNDICE DE TAXA DE CÂMBIO MÉDIA PONDERADA	VARIAÇÃO ANUAL %
1946	46	-	19,30	101	-
1947	56	22	18,70	98	-
1948	58	4	18,70	98	-
1949	61	5	18,70	98	-
1950	67	10	18,70	98	-
1951	75	12	18,70	98	-
1952	87	16	18,70	98	-
1953	100	15	19,10	100	2
1954	122	22	33,80	177	77
1955	151	24	46,10	241	36
1956	182	21	58,00	303	26
1957	212	16	58,10	304	-
1958	243	15	76,30	399	31
1959	338	39	117,40	615	54
1960	437	29	137,60	720	17
1961	583	33	205,10	1 074	49
1962	884	52	346,90	1 816	69
1963	1 507	70	530,10	2 775	53
1964	2 889	92	979,57	5 128	85

(1) Índice de Custo de Vida - GB: Conjuntura Económica - FGV.

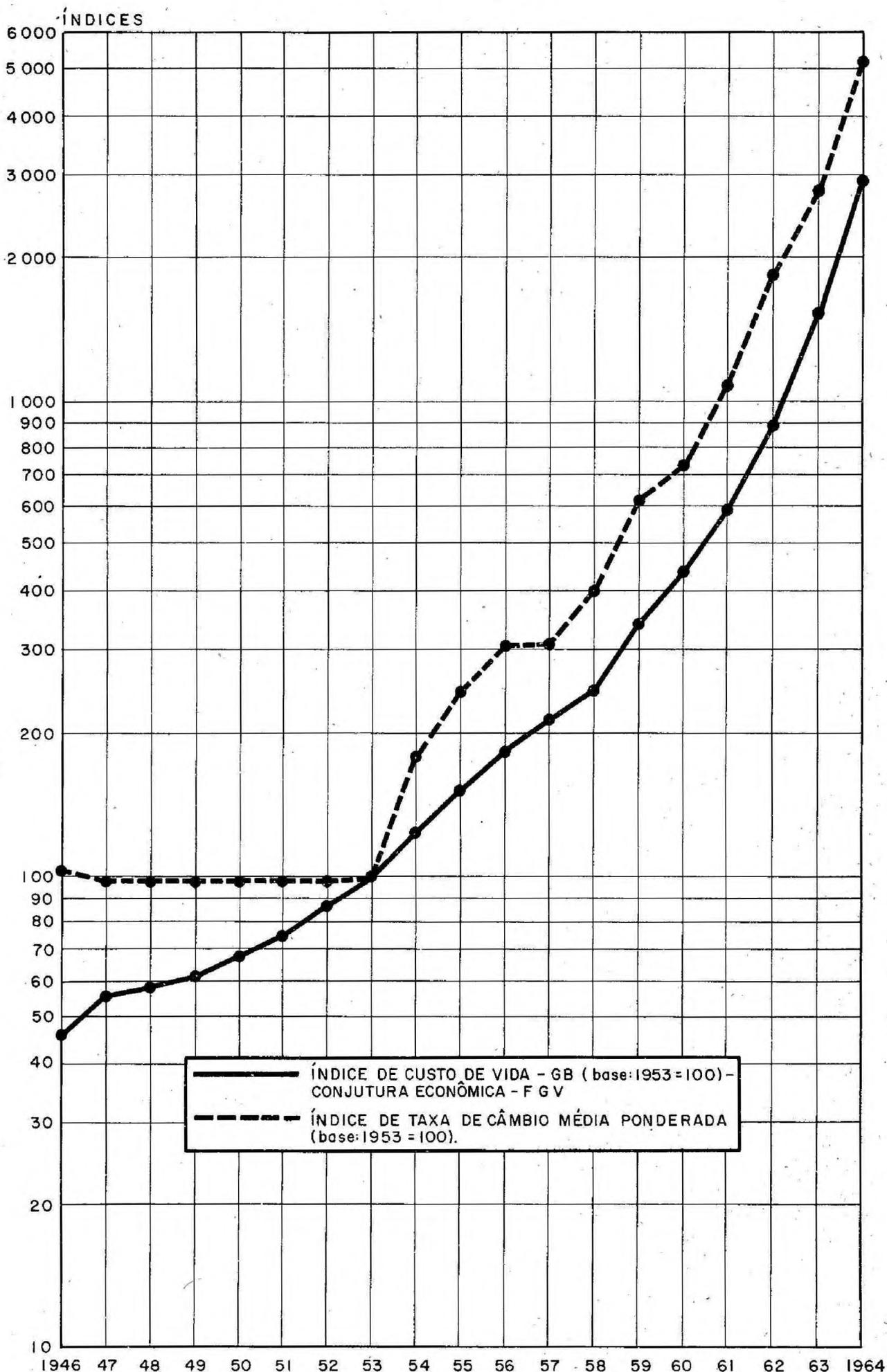
(2) Taxa de câmbio média ponderada é igual ao valor total das importações em cruzeiros dividido pelo valor em dólar.

derada: na primeira, permanece constante em sua maior parte (só variando ligeiramente em 1946 e 1953), enquanto os índices de custo de vida aumenta sempre; na segunda, apresenta-se crescente e, geralmente, a taxas superiores ao índice do custo de vida.

Sendo a taxa de câmbio utilizada, o resultado da divisão do valor total das importações em cruzeiro pelo valor em dólar, é evidente que essa taxa ficava muito influenciada pelos produtos que tinham elevada participação no total da importação (trigo, petróleo e derivados, papel de imprensa, etc.). Como êsses produtos eram importados a taxas de câmbio especiais (inferiores as dos demais produtos), a taxa de câmbio média ponderada estaria então abaixo daquela que incidia sobre os demais produtos que tinham sido efetivamente importados ou que potencialmente poderiam ser adquiridos no exterior.

Assim, nota-se a tendência verificada no período em análise para facilitar a importação, através de taxas de câmbio favorecidas, daqueles produtos essenciais que não eram produzidos no país ou cuja produção interna julgava-se insuficiente em relação ao consumo.

ÍNDICES DE CUSTO DE VIDA E DE TAXA DE CÂMBIO MÉDIA PONDERADA DE IMPORTAÇÃO



Se, todavia, fôr feita a comparação do índice de custo de vida com o índice de taxa efetiva de câmbio para importação (6) daqueles artigos que não recebiam favores cambiais, no mesmo período 1946/1964, vê-se uma situação inversa aquela exposta anteriormente, pois para o aumento de 6 280% no índice de custo de vida, houve agora um crescimento de 8 848% no índice da taxa efetiva de câmbio.

O exame na evolução dos índices de custo de vida e de taxa efetiva de câmbio para importação, entre 1946 e 1952, mostra o segundo sempre constante (porque a taxa de câmbio e impostos estavam fi-

(6) - A taxa efetiva de câmbio de importação corresponde a taxa de câmbio a que deveriam ser realizadas as importações, acrescida de sobretaxas existentes em cada período e do imposto de importação. Deve-se salientar que a taxa efetiva em cada fase é aquela que, de um modo geral, incidiria sobre os produtos importados, não estando portanto incluída uma série de produtos que, embora representando parcela considerável das importações, estava sujeita a peculiar regime cambial (trigo, petróleo e derivados, papel de imprensa, etc.). Assim teríamos:

- 1) 1946/setembro 1953: taxa de câmbio oficial + imposto de importação (*)
- 2) outubro 1953/março 1961: taxa de câmbio oficial + ágio médio ponderado nos leilões normais + imposto de importação.
- 3) abril 1961 em diante: taxa de mercado livre + deságio das letras de importação + "boneco" + encargo financeiro + imposto de importação.

A escolha de 1953 para ano base foi feita visando manter homogeneidade com as demais séries do trabalho, embora possam aparecer algumas distorções, pois neste ano foram efetuadas importantes alterações no sistema cambial.

(*) - Em virtude da lei 1307 de 7/1/53 as importações não essenciais passaram a ser realizadas a taxa do mercado livre; em junho do mesmo ano voltaram a ser feitas a taxa oficial. Assim no período fevereiro/junho foi utilizada a taxa do mercado livre.

xos), enquanto o primeiro apresenta um crescimento moderado no período em questão.

No período 1953/1960, quando esteve em vigor, o sistema de ágios, as variações no índice de taxa efetiva de câmbio apresentaram-se, bastante irregulares, superando em alguns anos os acréscimos no índice de custo de vida e revelando crescimento inferior a êstes em outros. No ano de 1957 inclusive, enquanto o índice de custo de vida crescia 16% o de taxa efetiva apresentou uma queda de 6%. (Ver Tabela II-C-2-c). Verifica-se que as forças do mercado foram mais atuantes na determinação das taxas efetivas para importação, uma vez que os ágios, dentro dos limites de cada categoria, eram determinados livremente nos leilões de promessa de venda de câmbio nas bolsas de valores.

De 1961 a 1964, quando as operações cambiais já estavam sendo realizadas a taxa de mercado livre, o índice de taxa efetiva de câmbio apresentou tendência de crescimento mais acentuada que o índice de custo de vida excetuando-se o ano de 1963, no qual a elevação no índice de custo de vida foi maior que no índice de taxa efetiva. No ano de 1961, com a passagem para o mercado de taxa livre de todas as importações, o índice de taxa efetiva apresentou um crescimento igual o do custo de vida, enquanto nos 2 anos imediatamente anteriores os aumentos no índice de taxa efetiva de câmbio tinham sido inferiores ao do custo de vida, notadamente em 1960. (Vide Tabela II-C-2-c).

Em 1962, o aumento no índice de taxa efetiva de importação superou ao do custo de vida, embora nos últimos meses, a taxa de câmbio tenha sido reajustada com relativo atraso em relação ao crescimento dos preços internos, dando origem ao aparecimento do "boneco" nas operações cambiais dos bancos privados. Deve-se lembrar que o mercado cambial, não obstante denominar-se livre, estava sob certo controle do

COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL

TABELA II - C - 2 - C

ÍNDICE DE CUSTO DE VIDA E DE TAXA EFETIVA DE CÂMBIO DE IMPORTAÇÃO

BASE: 1953=100

ANOS	ÍNDICE DE CUSTO DE VIDA-GB (1)	VARIAÇÃO ANUAL %	TAXA EFETIVA DE CÂMBIO DE IMPORTAÇÃO EXCLUSIVE IMPOSTOS Cr\$/US\$1:	IMPÔSTO DE IMPORTAÇÃO E AFINS Cr\$/US\$1.	TAXA EFETIVA DE CÂMBIO DE IMPORTAÇÃO Cr\$/US\$1. (2)	ÍNDICE DE TAXA EFETIVA DE CÂMBIO DE IMPORTAÇÃO	VARIAÇÃO ANUAL %
1946	46	-	18,72	1,44	20,16	58	-
1947	56	22	18,72	1,54	20,24	58	-
1948	58	4	18,72	1,47	20,19	58	-
1949	61	5	18,72	1,54	20,26	58	-
1950	67	10	18,72	1,56	20,28	58	-
1951	75	12	18,72	1,41	20,13	58	-
1952	87	16	18,72	1,30	20,02	58	-
1953	100	15	33,75	1,05	34,80	100	72
1954	122	22	51,67	1,40	53,07	153	53
1955	151	24	73,37	1,72	75,09	216	41
1956	182	21	88,09	1,60	89,69	258	19
1957	212	16	82,29	1,86	84,15	243	-6
1958	243	15	154,59	9,55	164,14	472	94
1959	338	39	204,50	13,91	218,41	628	33
1960	437	29	226,75	15,07	241,82	695	11
1961	583	33	296,83	24,46	321,29	923	33
1962	884	52	495,50	39,60	535,10	1 538	67
1963	1 507	70	767,77	58,39	826,16	2 374	54
1964	2 889	92	1 688,05	98,05	1 786,10	5 132	116

(1) - Custo de Vida na Guanabara: Conjuntura Econômica - Fundação Getúlio Vargas.

(2) - a) 1946/Setembro 1953: taxa de câmbio oficial + imposto de importação.

b) outubro 1953/março 1961: taxa de câmbio oficial + ágio médio ponderado nos leilões normais + imposto de importação.

c) abril 1961 em diante: taxa do mercado livre + deságio das letras de importação (depósito compulsório) + "boneco" + encargo financeiro + imposto de importação.

governo através do Banco do Brasil que, ao determinar modificações nas taxas de câmbio, era seguido pelos demais bancos.

Durante o ano de 1963 o índice de taxa efetiva de câmbio para importação cresceu menos que o índice de custo de vida, provavelmente em consequência da manutenção, pelas autoridades governamentais, de taxas de câmbio fixas desde o mês de abril, tendo em vista a persistente escassez de divisas existentes no país.

Em 1964, as taxas de câmbio foram reajustadas com muito maior frequência do que no ano anterior resultando daí que o índice de taxa efetiva cresceu em ritmo mais acelerado que o índice de custo de vida.

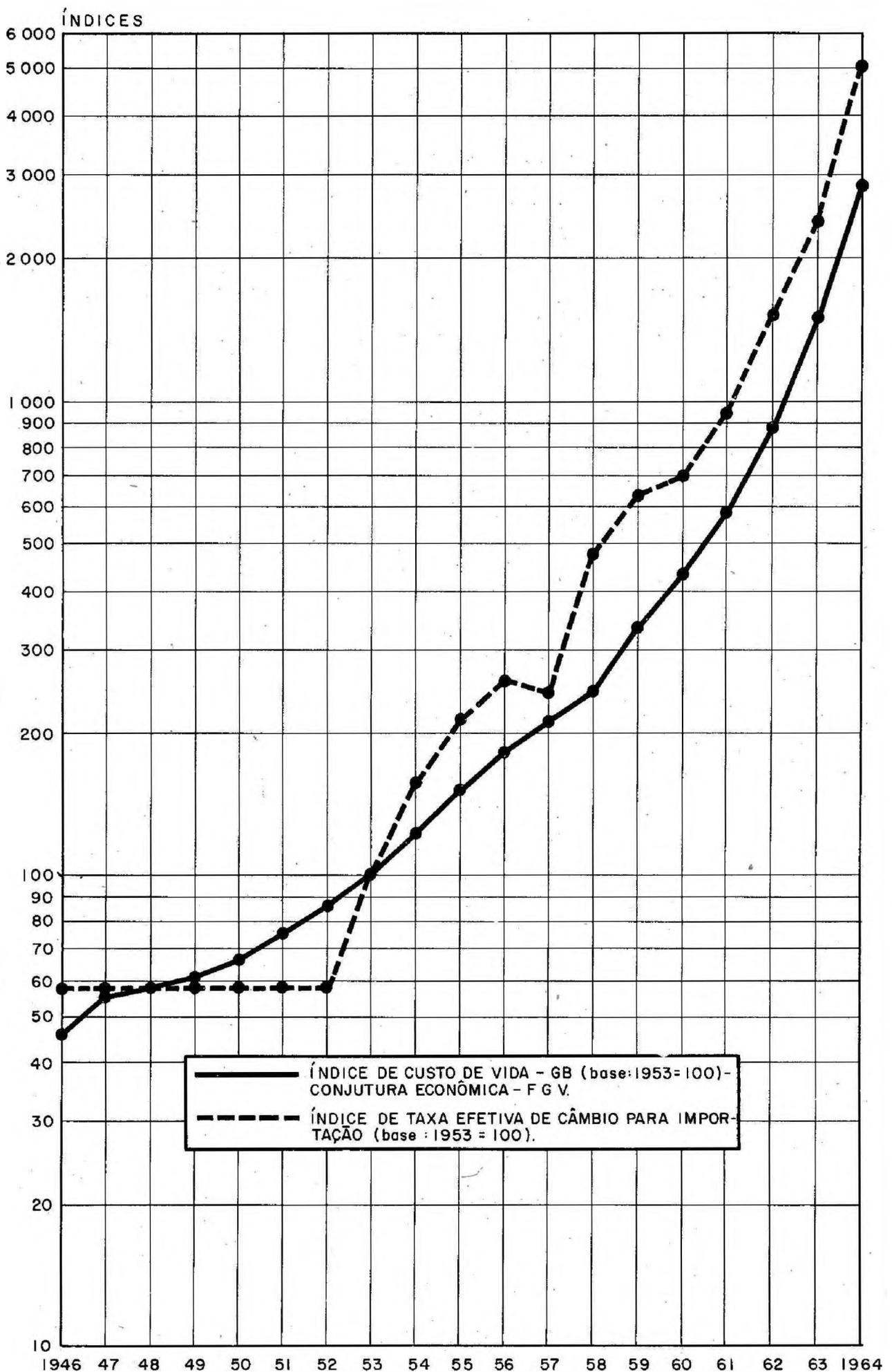
A observação das taxas de câmbio e do nível de preços internos nos últimos anos mostra que as variações ocorridas num desses elementos tinha influência sobre o outro, ainda que as alterações em cada um deles dependa de outros fatores. Essa interdependência conduz a um círculo vicioso onde o aumento das taxas de câmbio levava ao aumento do custo de vida e vice-versa, sem contudo ser possível identificar qual seria a causa do fenômeno.

VARIAÇÕES DE PREÇOS E IMPORTAÇÕES

O gráfico II-C-3-a ilustra as comparações de tendências de preços de importação, taxa média efetiva de câmbio das importações, e níveis gerais de preços internos - todos expressos em cruzeiros correntes. Observa-se naquele gráfico que em todos os anos, a exceção de 1964, a taxa de crescimento do preço interno - excedeu a taxa de cresci

GRÁFICO II-C-2-c

ÍNDICES DE CUSTO DE VIDA E DE TAXA EFETIVA DE CÂMBIO DE IMPORTAÇÃO



mento dos preços de importações. Esse resultado implica que as mudanças na taxa efetiva de câmbio foram geralmente suficientes - exceto em 1964 - para compensar possíveis crescimentos nas pressões sobre importações derivadas da inflação interna (Vide Tabela II-C-3-b).

A taxa efetiva de câmbio das importações foi o principal mecanismo monetário usado pelo Governo para exercer o controle das importações, sendo composta da taxa de câmbio "atual" e impostos às importações. A importância relativa dos impostos às importações apresentou uma queda no período 1947-57 (Vide Tabela II-C-3-a). Aquela queda foi devida ao uso de impostos específicos às importações, os quais permaneceram constantes em termos de cruzeiros, enquanto se elevavam os preços internos. A reforma tarifária de 1957 mudou o sistema para impostos ad-valorem, elevando conseqüentemente as taxas, provocando em 1958 um substancial incremento na importância relativa da tarifa na taxa de câmbio efetiva.

Após a reforma também foi introduzido o imposto em cruzeiros cobrado sobre o valor da importação em moeda estrangeira, multiplicada por uma taxa de câmbio especial chamada "dólar fiscal".

A tabela II-C-3-c permite as seguintes comparações:-

- 1) A taxa de câmbio média para importações (usada na compra de divisas estrangeiras para pagamento de importações) com
- 2) A taxa de dólar fiscal (usada para calcular o imposto). Observa-se naquelas tabelas, que em 1958-61 a taxa de dólar fiscal geralmente cresceu pelo menos tão rapidamente quanto a taxa de câmbio. Este fato sugere que a queda da importância relativa das receitas tarifárias naqueles anos resultou da mudança da composição das importa-

ções brasileiras, (mantendo-se constante a incidência tarifária), o que provocava uma baixa na incidência tarifária sobre a média ponderada das importações brasileiras.

Por outro lado a taxa cambial elevou-se mais rapidamente do que a taxa do dólar fiscal, após 1961. Essa situação indica que o declínio da participação relativa dos impostos às importações no período 1961-64 (Vide Tabela II-C-3-a, coluna 6), foi provavelmente devido a lenta elevação da taxa do dólar fiscal.

Observamos, também, no gráfico II-C-3-a, que após 1953 a taxa de câmbio efetiva para importação cresceu em média mais rapidamente do que o índice de preço das importações. Isto implica que a média ponderada dos preços das importações brasileiras em moeda estrangeira estava declinando.

A análise anterior foi baseada na composição total das importações brasileiras. Infelizmente, a extensão desta análise para setores individuais importadores foi prejudicada pela insuficiência de dados estatísticos. Aqueles setores importadores onde foi possível o uso da metodologia estão apresentados abaixo, compreendendo: produtos químicos, gêneros alimentícios (de origem animal e vegetal), e têxtil e vestuário.

PRODUTOS QUÍMICOS

Esta categoria representou cerca de 8,8% do total das importações do País, no período considerado (1959-63). Os dados correspondentes estão apresentados na tabela II-C-3-d, e ilustrados no grá-

fico II-C-3-b.

No período 1959-63 o nível de preços por atacado cresceu 785%, enquanto a taxa de câmbio efetiva para produtos químicos cresceu somente 198%. A comparação dessas tendências indica que a política monetária com respeito as importações foi insuficiente para compensar pressões na demanda de importações oriundas do processo inflacionário, nos produtos químicos.

Esta situação estava de acordo com a política governamental de estimular a industrialização doméstica, provendo condições favoráveis para se importar determinados tipos de insumos, a exemplo de químicos, considerados essenciais a industrialização. A importação de produtos químicos cresceu 53% no período, enquanto a sua participação relativa no total das importações brasileiras cresceu de 40%.

GÊNEROS ALIMENTÍCIOS - DE ORIGEM ANIMAL E VEGETAL

As importações neste grupo são responsáveis por aproximadamente 12,5% do total das importações brasileiras no período 1959-63, enquanto a importância relativa dessas importações cresceu 29% (Vide Tabela II-C-3-e).

Durante o período a taxa média efetiva de câmbio para gêneros alimentícios elevou-se 357%, os preços internos nesta categoria de produtos (excluindo café) cresceram 411%, enquanto os preços internos totais por atacado expandiram-se em 785%. Essas tendências indicam que as pressões inflacionárias sobre o crescimento das importações de gêneros alimentícios não estavam sendo completamente anuladas pelos

ajustamentos da taxa média efetiva de câmbio.

A influência potencial do controle monetário (através da variação da taxa efetiva de câmbio) foi consideravelmente maior para importações de gêneros alimentícios do que para produtos químicos. Esta diferença foi consistente com a preferência da política governamental em favorecer as importações de produtos químicos com relação à gêneros alimentícios.

Torna-se interessante ressaltar que a importação de gêneros alimentícios cresceu 39%, (enquanto a população brasileira elevou-se de 14%) e, como observado anteriormente, a importação de produtos químicos cresceu de 53%, no período 1959-63.

TÊXTIL E VESTUÁRIO

As importações de têxtil corresponderam apenas à 5% do total das importações brasileiras, no mesmo período 1959-63; contudo, a importância relativa das importações de têxteis no mesmo período cresceu quase 4 vezes, em relação as importações totais brasileiras.

Durante os anos aqui considerados, a taxa média efetiva de câmbio elevou-se em 167%, os preços internos de têxteis cresceram 438%, e os preços internos totais por atacado cresceram 785%. A comparação dessas tendências revelam que os ajustamentos da taxa média efetiva de câmbio foram inadequados para acompanhar as pressões inflacionárias internas.

Contudo, aquela situação tendia a encorajar o crescimento da importação de produtos têxteis - o que de fato ocorreu.

COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL

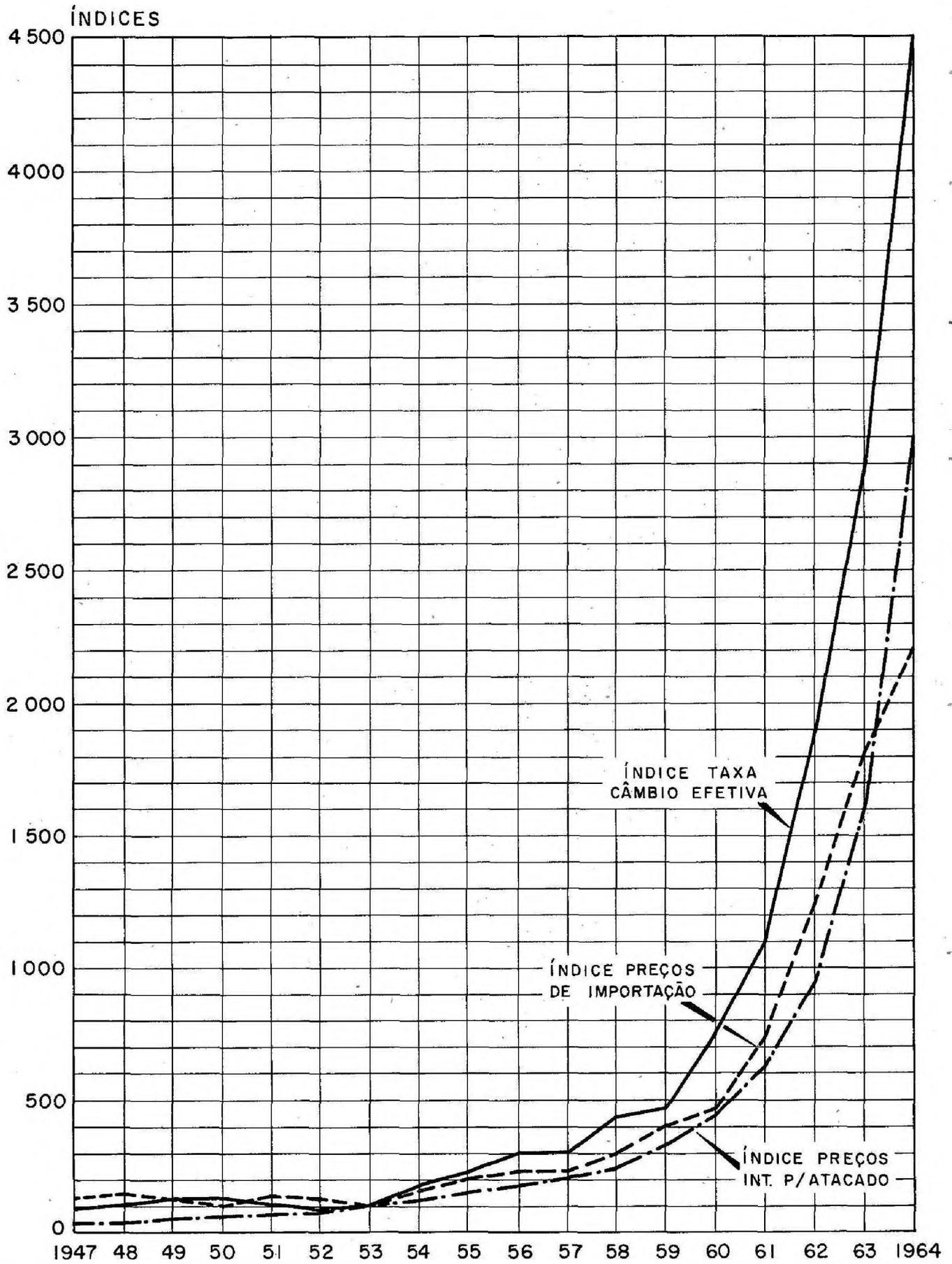
TABELA II - C - 3333

IMPORTAÇÕES (Valores correntes)

A - de 1947 a 1955

PERÍODO	VALOR DAS IMPORTAÇÕES C\$ 1.000.000 (1)	VALOR DOS IMPOSTOS E AFINS C\$ 1.000.000 (2)	VALOR EFETIVO DAS IMPOR TAÇÕES C\$ 1.000.000 (3)	VALOR DAS IMPORTAÇÕES EM US\$ 1.000.000 (4)	VALOR DA TAXA CAMBIO EFETIVA (3) : (4) (5)	PERCENTAGENS DOS IMPOSTOS SOBRE IMPORTA ÇÕES (2) * (1) (6)
1947	22.789	1.876	24.665	1.232.9	20.02	8.2
1948	20.984	1.650	22.634	1.120.4	20.20	7.9
1949	20.648	1.700	22.348	1.102.4	20.27	8.2
1950	20.313	1.694	22.007	1.084.6	20.29	8.4
1951	37.198	2.801	39.999	1.987.2	20.13	7.6
1952	37.178	2.589	39.767	1.986.0	20.02	6.9
1953	25.152	1.385	26.537	1.319.1	20.12	5.5
1954	55.238	2.281	57.519	1.633.2	35.22	4.2
1955	60.225	2.249	62.474	1.306.8	47.80	3.7

GRÁFICO II-C-3-a



COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL

TABELA II - C - 3 - b

IMPORTAÇÕES

PERÍODO	ÍNDICE GERAL DOS PREÇOS INTERNOS-POR ATAcado 1953=100 (1)	ÍNDICE DE PREÇO DAS IMPORTAÇÕES 1953=100 (2)	ÍNDICE DO VALOR DAS IMPORTAÇÕES 1953=100 (3)	ÍNDICE DE TAXA DE CAM- BIO EFETIVA 1953=100 (4)
1947	55	134	92	99
1948	59	136	85	100
1949	62	116	84	101
1950	64	94	82	101
1951	77	112	151	100
1952	87	115	150	99
1953	100	100	100	100
1954	126	155	124	175
1955	149	203	99	237
1956	182	236	94	296
1957	208	227	113	298
1958	238	292	103	427
1959	340	412	104	471
1960	447	452	111	759
1961	627	720	111	1 106
1962	941	1 245	112	1 921
1963	1 660	1 834	113	2 905
1964	3 010	2 107	90	5 356

- (1) - coluna 45 dos Índices econômicos nacionais da Conjuntura Econômica-Fundação Getúlio Vargas - exclusive café
- (2) - corresponde ao produto da coluna 129 op cit pela porcentagem do total de impostos de importações sobre o valor das mesmas obtido do trabalho de Mario S. Pinto - O Controle do Comércio Externo e o Desenvolvimento Econômico do Brasil - CONSULTEC - Rio de Janeiro 1961 - pg. 11.
- (3) - coluna 123 dos Índices econômicos nacionais op. cit.
- (4) - corresponde ao valor efetivo das importações (valor das importações mais imposto de importação e afins) em cruzeiros correntes dividido pelo valor das importações em dolares.

TABELA II - C - 3 - c

COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL - Importações

PERÍODO	DOLAR FISCAL G\$	TAXA DE CÂMBIO G\$ (1)	ÍNDICE DÓ-LAR FISCAL 1957 = 100	ÍNDICE TAXA DE CÂMBIO 1957 = 100
1957	70,00	58,10	100	100
1958	110,50	76,30	157,86	131,33
1959	172,91	117,40	247,02	202,07
1960	174,00	137,60	248,57	236,83
1961	248,44	205,10	354,91	353,01
1962	354,41	346,90	506,30	597,07
1963	527,20	530,10	753,14	912,39
1964	1.001,27	979,57	1.430,39	2.461,94

FONTE: Banco Central - (antiga SUMOC)

(1) - Dividiu-se o valor das importações em cruzeiros pelo valor das importações em dólares.

TABELA II-C-3-d
 COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL
 IMPORTAÇÕES

PRODUTOS QUÍMICOS

PERÍODO	ÍNDICE DE PREÇOS POR ATACADO (1)	ÍNDICE DO VALOR DAS IMPORTAÇÕES EM US\$ (2)	ÍNDICE DA TAXA DE CÂMBIO EFETIVA (3)	VALOR DAS IMPORTAÇÕES (4)	VALOR DOS IMPOSTOS E AFINS (5)	VALOR EFETIVO DAS IMPORTAÇÕES (6)	VALOR DAS IMPORTAÇÕES EM US\$ (7)	TAXA DE CÂMBIO EFETIVA % (5)/(4) (8)
1959	100	100	100	19.992.193	2.886.593	22.858.786	195.037	14,3
1960	134	119	105	25.367.627	3.111.638	28.479.265	204.049	12,3
1961	179	127	131	33.129.724	5.041.519	38.171.243	256.055	15,2
1962	283	139	203	55.736.164	8.802.159	64.538.323	397.003	15,8
1963	593	153	298	92.979.217	11.404.110	104.383.327	581.064	12,3

(1) - coluna 67 dos Índices Econômicos Nacionais da Conjuntura Econômica- Fundação Getúlio Vargas.

(4) e (7) - Anuário Estatístico do Brasil - IBGE - considerando apenas o grupo de Produtos Químicos em valores correntes.

(5) - op. cit. - idem a rubrica "Produtos das indústrias químicas".

(6) - soma das colunas (4) e (5)

(8) - obtida pela divisão da coluna (6) pela (7)

Esta tabela foi feita apenas para o período de 1959-1963, porque nos anos anteriores os dados sobre impostos de importação e afins eram calculados segundo o sistema tarifário específico alterado pela lei das tarifas 3 244 de 14/8/57.

TABELA II - C - e - f
 COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL
 IMPORTAÇÕES

TÊXTEIS E TECIDOS

PERÍODO	ÍNDICE DE PREÇOS POR ATACADOS-INTERNOS 1959=100 (1)	ÍNDICE DO VALOR DAS IMPORTAÇÕES EM US\$ 1959=100 (2)	ÍNDICE DA TAXA DE CÂMBIO EFETIVA (3)	VALOR DAS IMPORTAÇÕES €\$ 1.000 (4)	VALOR DOS IMPOSTOS E AFINS €\$ 1.000 (5)	VALOR EFETIVO DAS IMPORTAÇÕES €\$ 1.000 (6)	VALOR DAS IMPORTAÇÕES EM US\$ 1.000 (7)	TAXA DE CÂMBIO EFETIVA (8)
1959	100	100	100	549.769	226.010	775.779	3.179	244.03
1960	137	138	121	969.850	325.232	1.295.082	4.382	295.54
1961	210	237	131	1.701.201	721.085	2.422.286	7.526	321.85
1962	298	282	193	3.178.001	1.080.515	4.228.516	8.977	471.03
1963	538	407	267	6.658.614	1.784.745	8.443.359	12.934	652.80

(1)-coluna 66 dos Índices Econômicos Nacionais da Conjuntura Econômica - Fundação Getúlio Vargas.

(4) e (7)-Anuário Estatístico do Brasil - IBGE - considerando apenas os sub-grupos Têxteis, naturais e artificiais e manufaturas de têxteis dos grupos Matérias Primas e Manufaturas, respectivamente, em valores correntes.

(5)-op. cit - considerando apenas a rubrica de Têxteis e artigos têxteis e a parte correspondente da Taxa de Despacho Aduaneiro e Mercadorias não classificadas, em valores correntes.

(6)-soma das colunas (4) e (5)

(8)-obtida pela divisão da coluna (6) pela (7)

Esta tabela foi feita apenas para o período 1959-1963, porque nos anos anteriores os dados sobre impostos de importações e afins eram calculados segundo o sistema tarifário específico alterado pela lei das tarifas 3244 de 14/8/57.

D. PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NA ALALC

Como foi mencionado na introdução, a próxima etapa do desenvolvimento brasileiro deveria assentar-se na expansão das exportações. O crescimento efetivo do mercado para tal expansão poderá ser provado através da ALALC (1) (iniciada em junho de 1961), onde a expansão do comércio é encorajada pela redução mútua de tarifas.

A ALALC apresenta a primeira tentativa do Brasil numa integração econômica internacional, cujos resultados podem trazer indicações das reações das exportações brasileiras face a um novo mercado relativamente protegido. Espera-se que o mercado da ALALC poderia prover um

(1) Os países que presentemente compõem a ALALC são 9, a saber:

Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, México, Peru e Uruguai.

clima favorável a expansão da indústria manufatureira brasileira, permitindo o aumento da produção do setor, e conseqüente obtenção de economias de escala, sem, contudo, enfrentar a competição de produtos de Países mais avançados industrialmente.

A expansão da indústria manufatureira brasileira dentro do mercado regional da ALALC poderia ocasionar um aumento de produtividade no setor, e daí melhorar a competição competitiva das manufaturas brasileiras em outros mercados abertos.

Devido aquêles fatos, a análise a seguir da experiência na ALALC é focalizada principalmente nas exportações de produtos manufaturados.

O termo ALALC é usado para significar coletivamente os Países que compõem com o Brasil a Associação Latino-Americana de Livre Comércio.

O termo é empregado com referência ao grupo de Países que compuseram a ALALC antes de sua formação (1º.06.61), como também após aquela data. O comércio brasileiro com a Bolívia e Venezuela também é aqui considerado, tendo em vista as possibilidades dêstes dois Países virem a tomar parte no Acôrdo.

É impossível se determinar acuradamente os efeitos da ALALC no volume e comportamento do comércio brasileiro, sem primeiro tomarmos em consideração as influências de muitos outros fatores. As mudanças nas cotas de importação e exportação, na burocracia do processamento das licenças, nas taxas de câmbio, nos impostos internos, nos níveis de renda, nos gastos do Governo, na distribuição da renda, etc.,

todos tem influenciado o comércio brasileiro com outros países da ALALC.

Fatores políticos também tem provocado influências significantes. Além disso, costumes e falta de informações acêrca das condições do mercado, devem ter retardado as reações das transações brasileiras em função das reduções tarifárias.

Falta de informação acêrca de muitos daqueles fatores não permitem isolar os efeitos da ALALC sobre o comércio brasileiro com a região. Contudo, podemos determinar se a tendência da participação brasileira na região, após a formação da ALALC, foi consistente com os objetivos de Punta Del Este, isto é, incrementar o comércio dentro da região e particularmente incrementar a exportação de produtos manufaturados brasileiros.

Podemos observar na Tabela II-D-1 que o comércio brasileiro dentro da ALALC nunca foi relativamente muito significativo. Durante os últimos cinco anos para os quais existem disponibilidades de dados (isto é, 1960-64), as exportações para a ALALC representaram a média de 7% do total das exportações brasileiras, enquanto que as importações brasileiras provenientes dos Países da ALALC se situaram em torno de 9%.

A importância relativa das exportações brasileiras na região tem geralmente decaído desde a segunda guerra mundial. Além disso observamos que a porcentagem das exportações brasileiras para a ALALC desde a formação da integração caiu no primeiro ano (1962) e mais ainda

no ano seguinte (1963). Contudo, em 1964 houve um considerável incremento nas exportações brasileiras para a região, (tanto em valor absoluto como em valor relativo).

Parece-nos que, se a ALALC fôsse uma força efetiva em expandir as exportações brasileiras na região, as exportações brasileiras deveriam ter crescido mais para a ALALC do que para uma outra região similar.

A "região similar" aqui referenciada como termo de comparação é a América Latina, que inclui todos os Países do Hemisfério ao sul dos Estados Unidos, excetuando Cuba.

Portanto, para que o comércio brasileiro tenha sido consistente com o objetivo da ALALC, faz-se necessário que o acréscimo (decréscimo) nas exportações brasileiras para região, deveria ser relativamente maior (menor) do que o acréscimo (decréscimo) correspondente às exportações brasileiras para toda América Latina.

Para os dois primeiros anos de participação brasileira na ALALC (isto é, 1962-63) as exportações para a região caíram em 8,8% e 20,6%, enquanto as importações para toda América Latina caíram 7,1% e 14,3%, médias respectivas dos dois anos precedentes (1960-61).

Aquelas tendências são inconsistentes com o objetivo da ALALC e implicam que a Associação não afetou favoravelmente as exportações brasileiras em 1962 e 1963.

Usando-se o mesmo método de comparação pode-se determinar dos dados da Tabela II-D-1 que as importações brasileiras tiveram no mesmo período o seguinte comportamento:-

Em 1962 elevou-se em 9,4% na ALALC e caiu 9,2% na América Latina;

Em 1963 elevou-se em 42,14% na ALALC e 8,3% na América Latina. Essas tendências são consistentes com o objetivo geral da ALALC em promover o comércio inter-regional.

Assim, parece-nos que os anos de 1962-63 apresentaram resultados positivos para a ALALC apenas quanto ao crescimento das importações, o que em parte foi responsável pelos crescentes déficits do Brasil dentro da região, no mesmo período.

A tendência do comércio brasileiro para 1964 na região foi consistente com os objetivos gerais do Acordo. Comparações de dados de 1964 com médias observadas para 1960-61 mostram que as exportações brasileiras cresceram 36,7% para a ALALC e 35,7% para a América Latina, enquanto as importações brasileiras subiram 69,8% na ALALC e 25,8% na América Latina. Esses resultados implicam que se a ALALC atualmente estava realmente influenciando o comércio brasileiro, as exportações foram apenas ligeiramente estimuladas, enquanto que as importações receberam um forte impacto do Acordo.

Portanto, observamos que as conclusões para o ano de 1964 coincidem com as de 1962-1963, isto é, a influência da ALALC tem sido a de provocar um déficit para o Brasil no comércio com as demais nações do Acordo (2).

Os produtos manufaturados brasileiros tem tido uma cres-

(2) - Dados estatísticos para 1965 indicam um leve superavit para o Brasil no comércio da ALALC.

TABELA II-D-1

COMÉRCIO BRASILEIRO COM A. ALALC, AMÉRICA LATINA E TOTAL DAS EXPORTAÇÕES (1)

a) De 1938 a 1959

ANOS	EXPORTAÇÃO					IMPORTAÇÃO				
	Para ALALC		Para América Latina		Valor das Exportações Totais	ALALC		América Latina		Valor das Importações Totais
	Valor	%	Valor	%		Valor	%	Valor	%	
1938	17.9	6.2	18.1	6.3	289.2	40.4	13.9	40.9	13.9	294.8
1948	147.9	12.6	158.9	13.5	1.172.7	102.9	9.1	114.6	10.1	1.134.2
1952	125.5	8.9	126.2	9.0	1.408.8	87.2	4.3	173.6	8.6	2.009.5
1954	144.4	9.2	145.3	9.3	1.561.8	153.1	9.5	235.4	14.6	1.633.5
1956	98.8	6.7	102.5	6.9	1.482.6	117.1	9.5	237.1	19.2	1.233.9
1958	143.1	11.5	146.3	11.8	1.242.9	106.5	7.9	247.4	18.3	1.352.8
1959	75.1	5.9	76.9	6.0	1.281.9	116.9	8.5	233.8	17.0	1.374.4

(1) Em milhões de dólares

cente participação nas exportações para os Países da ALALC e também para a Venezuela e Bolívia, como pode ser observado na Tabela II-D-2.

TABELA II - D - 2

Produtos manufaturados e matérias primas elaboradas, com percentagem do total das exportações brasileiras para ALALC e para ALALC Venezuela e Bolívia (1959-1963).

ANOS	ALALC	ALALC, VENEZUELA E BOLÍVIA
1959	5.8	6.8
1960	9.4	10.3
1961	12.6	13.1
1962	16.3	17.4
1963	15.7	20.4

FONTE - Obra citada, pg. 283.

Aquela tendência está de acordo com os desejados objetivos da ALALC em incrementar as exportações de manufaturados brasileiros, para os Países do grupo. Contudo, os resultados obtidos pelo Brasil nos dois primeiros anos de vigência do Acôrdio não atenderam os objetivos almejados. É que ao aumento observado em 1962 na percentagem dos produtos manufaturados destinados a ALALC, seguiu-se em 1963 uma queda naquela percentagem. Porém, quando consideramos as exportações para Venezuela e Bolívia, aquela percentagem eleva-se substancialmente, sendo devido principalmente, as compras, pela Venezuela, de veículos brasileiros.

Os dois principais produtos manufaturados exportados pe

lo Brasil para a ALAIC têm sido máquinas e veículos. A tabela II-D-3 indica o crescimento recente da participação daqueles produtos nos dois grupos de Países:- 1) ALAIC e 2) Venezuela e Bolívia.

TABELA II - D - 3

Exportações brasileiras de máquinas e veículos para a ALAIC e Venezuela - Bolívia (1959-64).

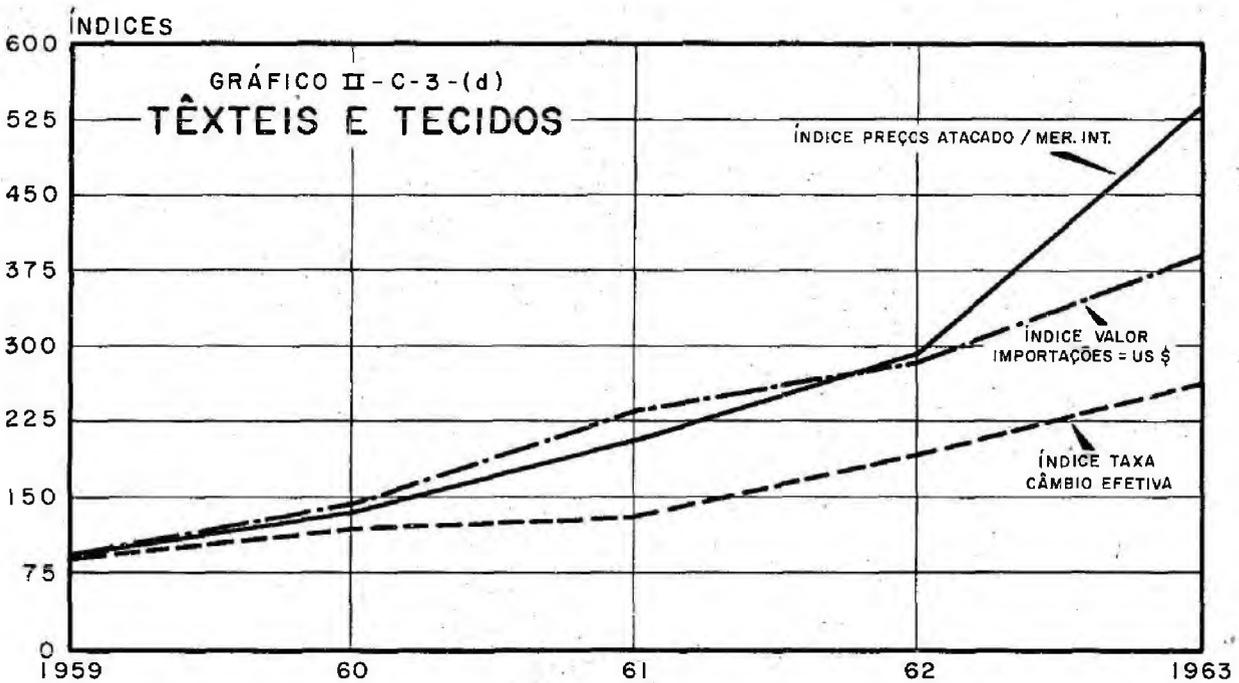
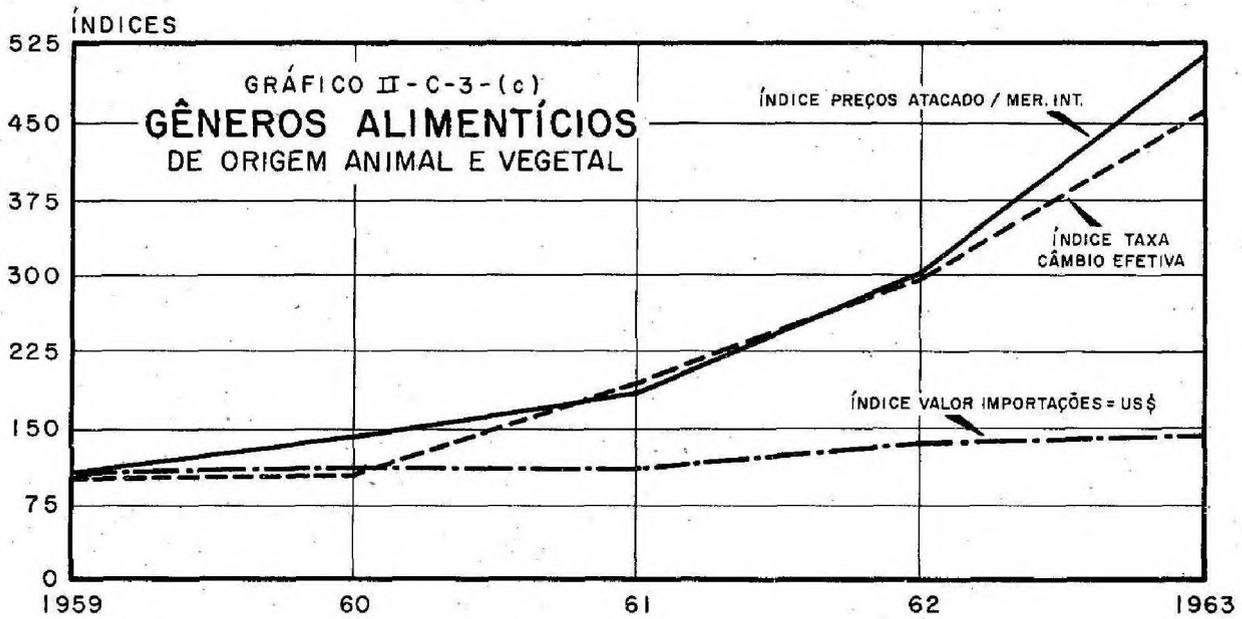
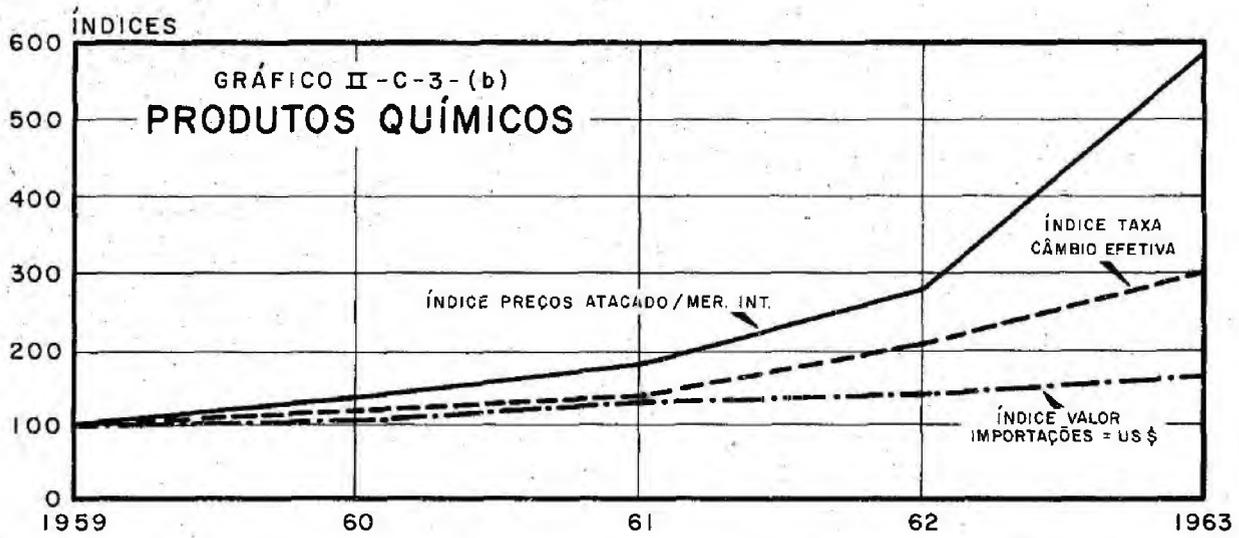
ANOS -	ALAIC		VENEZUELA E BOLÍVIA	
	Valor (1)	Participação da ALAIC nas Exportações Totais em %	Valor (1)	Participação da Venezuela e Bolívia nas Exportações Totais em %
1959	744	1.79	165	11.69
1960	805	1.54	277	14.2
1961	4.791	6.01	83	5.69
1962	7.442	9.83	490	40.6
1963	3.144	6.76	2.679	61.9
1964	11.741	8.84	3.445	76.87
1965		11.05		

(1) - Em milhões de dólares.

FONTE - SEEF - Serviço Estatístico Econômico e Financeiro.

A taxa de crescimento da participação daquelas exportações tem se elevado mais rapidamente para a Venezuela e Bolívia - particularmente durante os anos de vigência da ALAIC (1962-64). Os resultados destas observações não são consistentes com os objetivos a serem extraídos da ALAIC, em incrementar-se relativamente, e também absolutamente), as exportações brasileiras de produtos manufaturados para os outros Países membros. A consistência nos resultados exigiria que a participação

IMPORTAÇÕES



PARTE III

SERVIÇOS

Esta rubrica tem se apresentado permanentemente deficitária, contribuindo para isso, principalmente, os gastos em transportes com comércio exterior e renda de investimentos.

Analisando a série de serviços líquidos (gastos deduzidos dos recebimentos) correspondente ao período 1953/1964 (Tabela III:I), usando-se a média dos valores correspondentes aos primeiros e últimos três anos consecutivos do período, obtivemos o seguinte: 1953/55 - com média de 333,3 - e 1961/64 - com média de 285,8 (ambas em milhões de dólares). Houve uma queda nos gastos líquidos em serviços em cerca de 15%, devido a mudanças em sua composição, como veremos adiante.

A coluna 3 da Tabela III-I indica as percentagens das receitas provenientes de exportações que foram despendidas em serviços. Tais resultados atingiram um máximo de 37% em 1960, reduzindo-se a uma percentagem média de 22,1% em 1963/64. Deve-se isso, em parte, à expansão dos gastos com "rendas de investimentos" ocorrida nos anos de 1959 a 1962. Nesse período intensificaram-se as remessas de juros - notadamente em 1960 - motivadas pela discussão da Lei Celso Brandt (aprovada em 1962), que regulava a remessa de capitais (1).

Outro item em evidência no período 1959/60 foi o de "viagens internacionais", quando o dólar no mercado livre estava relativamente barato em relação ao dólar para importações, não havendo restrições severas contra o funcionamento do mercado livre.

(1) Lei nº 4 131 de 3.9.1962, regulada pelo Decreto nº 55 762 de 17.2.65.

TABELA - III - I

COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL

SERVIÇOS

PARTICIPAÇÃO DOS SERVIÇOS LÍQUIDOS NAS EXPORTAÇÕES (FOB)

(1953 - 1964)

ANOS	SERVIÇOS US\$ 1.000.000 1	EXPORTAÇÕES FOB US\$ 1.000.000 2	PARTICIPAÇÃO DOS SER- VIÇOS NA RECEITA PRO- VENIENTE DAS EXPORTA- ÇÕES TOTAIS % 3 (1)/(2)
1953	- 353,9	1 539,6	23,0
1954	- 337,8	1 562,4	21,6
1955	- 308,2	1 423,2	21,7
1956	- 368,7	1 482,0	24,9
1957	- 357,8	1 391,6	25,7
1958	- 309,3	1 242,9	24,9
1959	- 372,7	1 282,0	29,1
1960	- 480,9	1 268,8	37,9
1961	- 365,0	1 403,0	26,0
1962	- 322,9	1 214,2	26,6
1963	- 275,9	1 406,5	19,6
1964	- 258,6	1 429,8	18,1

FONTE: SUMOC

Em 1961, com a instrução 204 da SUMOC, as várias taxas cambiais foram unificadas e adotou-se uma série de restrições (controles quantitativos, depósitos, etc.) com relação à aquisição do dólar-turismo.

Um fator decisivo nessas transações invisíveis -- Serviços -- foi a alteração havida em sua composição, como se observa na Tabela III-2. O item "Viagens Internacionais" apresentou intensas oscilações no período, 1953-64, com uma participação média de 6%.

O item Turismo teve importante participação nos resultados deficitários dos Serviços, já que a receita sempre foi consideravelmente menor que as despesas, à exceção de 1961 e 1964 (2). A percentagem das receitas provenientes de Turismo correspondia apenas a cerca de 30% dos gastos na rubrica serviços, com uma tendência de diminuição naquela diferença, à exceção de 1962, conforme pode ser visto na Tabela III-3.

Entretanto convém ressaltar que a diminuição da diferença entre receita e despesa -- levando o item Turismo para uma situação de equilíbrio -- foi mais proveniente da diminuição das despesas do que do aumento de receita, uma vez que a política cambial de 1961 elevou o dólar-turismo, passando-o para o mercado livre.

Vê-se na Tabela III-4 as relações existentes entre gastos com turismo, taxa de câmbio no mercado livre e índice de custo de vida na Guanabara; aumentos na taxa de câmbio implicavam diminuição nos gastos.

(2) Estes dois anos não devem ser considerados como exemplos, pela série de alterações em sua conjuntura sócio-econômico-política.

SIL

PAGAMENTOS

US\$ 1.000.000

1959		1960		1961		1962		1963		1964	
Valor	Total %	Valor	Total %	Valor	Total %	Valor	Total %	Valor	Total %	Valor	Total %
-31,1	8,3	-48,0	10,0	-18,6	5,1	-25,0	7,7	-14,4	5,2	-3,0	1,2
-86,3	23,1	-77,8	16,2	-77,9	21,3	-78,7	24,4	-86,5	31,3	-63,3	24,4
- 8,8	2,4	- 7,5	1,6	- 6,1	1,7	- 5,4	1,7	-12,4	4,5	-10,2	3,9
116,2	31,2	-155,1	32,2	-144,6	39,6	-128,5	39,8	- 87,6	31,8	-122,0	47,1
23,1	6,2	- 34,1	7,1	- 32,1	8,8	- 24,9	7,7	- 38,5	14,0	- 29,3	11,2
107,2	28,8	-158,4	32,9	- 85,7	23,5	- 60,4	18,7	- 36,5	13,2	- 31,8	12,2
372,7	100	-480,9	100	-365,0	100	-322,9	100	-275,9	100	-258,6	100

TABELA III - 3
 RELAÇÃO RECEITAS - DESPESAS DE ITENS DA CONTA DE SERVIÇOS
 (1953 - 1964)

ANOS	em percentagens		
	RENDAS DE INVESTIMENTO	TRANSPORTES	TURISMO
	Receitas sobre despesas (1)	Receitas sobre despesas (2)	Receitas sobre despesas (3)
1953	1,86	17,08	17,65
1954	6,91	16,79	39,00
1955	5,87	21,25	44,80
1956	2,58	25,30	21,35
1957	6,07	30,81	25,89
1958	3,27	25,31	42,90
1959	1,69	31,83	36,36
1960	2,21	37,05	40,03
1961	2,29	37,68	68,49
1962	2,06	34,74	22,22
1963	2,88	37,18	43,43
1964	1,69	44,82	97,21

FONTE: SUMOC

TABELA III - 4

RELAÇÃO DE TURISMO COM AS VARIÁVEIS TAXA DE
CÂMBIO E ÍNDICE DE CUSTO DE VIDA

em US\$ 1.000.000

ANOS	TURISMO		TAXA DE VENDA DE CÂMBIO MERCADO LIVRE	ÍNDICE DE CUSTO DE VIDA NA GUANABARA 1953=100
	Despesas	Receitas		
1953	13,6	2,4	40,90	100
1954	10,0	3,9	61,40	122
1955	12,5	5,6	70,90	151
1956	29,5	6,3	70,30	182
1957	42,1	10,9	76,40	212
1958	34,5	14,8	130,10	243
1959	38,5	14,0	152,80	338
1960	56,2	22,5	186,80	437
1961	31,1	21,3	272,82	583
1962	24,3	5,4	389,83	884
1963	19,8	8,6	575,08	1 507
1964	17,9	17,4	1 250	2 889

FONTE: SUMOC

Conjuntura Econômica - Fundação Getulio Vargas - Rio de Janeiro.

Foi feita uma regressão entre despesas com turismo, taxa de câmbio e índice de custo de vida (3), concluindo-se que foi praticamente nula a influência do custo de vida, nos gastos em turismos, quando a taxa de câmbio é fraca (4). Idêntica regressão foi feita com receitas em turismo, taxa de câmbio e custo de vida, também mostrando resultados fraquíssimos (5).

Os gastos com "transportes", até 1959, foram os mais elevados do Grupo, sendo o ano de 1954 o de participação máxima, com 44,1% sobre o total de serviços. Após este período a taxa vem decaindo continuamente, mantendo-se de 1962 a 1964 em 24,4%. Essa redução nos gastos líquidos em transportes pode ser resultante de: a) recebimento de alguma receita pela prestação desses serviços (6); b) mudança da composição das importações brasileiras, alterando o total pago em frete; c) alteração nas fontes de importações do país, acarretando mudança nas distâncias.

Pelas informações obtidas não foi possível totalizar os gastos com transportes, seguros e indenizações, apenas em importações. Como é de relativa importância o conhecimento da percentagem do valor das importações (CIF) destinada a gastos dessa natureza, levantou-se a Tabela III-5, na qual computaram-se aqueles dados cuja denominação indica tratar-se de gastos exclusivos de importações. Observa-se que a ten-

(3) A taxa de câmbio utilizada foi a do mercado livre, e o índice do custo de vida, o referente ao Estado da Guanabara.

(4) O coeficiente de correlação obtido foi de 0,6239. A percentagem explicativa das variantes é de 39%.

(5) O coeficiente de correlação múltipla é de 0,0385.

(6) Respectivamente em 1958 e 1959 foram criados o GEICON (Grupo Executivo da Indústria de Construção Naval) e o Fundo de Marinha Mercante, que tratavam da implantação e expansão dessa indústria.

TABELA III - 5

RELAÇÃO DOS GASTOS COM IMPORTAÇÃO EM MILHÕES DE DÓLARES
(1953 - 1954)

GASTOS COM IMPORTAÇÕES	1953	1954	1955	1956	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964
Fretes brutos s/importação	134,8	155,8	144,0	132,1	142,0	117,6	106,7	99,6	100,6	101,5	114,3	102,5
Prêmios s/importação	9,3	10,7	2,9	9,1	9,8	8,1	7,3	6,9	6,9	7,0	7,9	7,0
Indenizações s/importação	+ 2,8	+ 1,5	+ 2,1	+ 2,1	+ 2,5	+ 2,3	+ 1,6	+ 1,8	+ 4,4	+ 1,4	+ 1,4	+ 1,4
Comissões s/importações	24,4	28,3	26,1	24,0	25,7	21,3	19,3	18,1	18,3	18,4	20,7	18,6
-												-
Total	165,7	193,3	177,9	163,1	175,0	144,7	131,7	122,8	121,4	125,5	141,5	126,7
Relação "serviços" e impor- tações (percentagem)	12,6	11,8	13,6	13,2	11,7	10,7	9,6	8,4	8,3	8,5	9,5	10,0

FONTE: SUMOC

dência geral é a da diminuição.

Com as cifras da coluna 2 da Tabela III-3 observa-se a constante elevação das percentagens relacionadas a receita-despesa. Nos anos 1953/55 a média foi de 18%, enquanto que em 1962/64 subiu a 38%, havendo um acréscimo de 110% entre as duas médias.

O item "Seguros", que compreende prêmios e indenizações sobre importações e exportações (com maior percentagem sobre importações), não influi muito nas despesas totais. Neste Grupo, cerca de 90% das despesas são feitas com prêmios de importações. Sua participação relativa no total das despesas de serviços manteve-se constante até 1962, com cerca de 2%, passando, no entanto, nos últimos dois anos (1963 e 1964) a 4,2%.

Os gastos líquidos em rendas de investimentos (a rigor denominados "Rendas de Capitais no Balanço de Pagamento do País) apresentam uma variação nítida em três fases, decorrentes principalmente dos seguintes fatores: a) aumento acentuado da remessa de juros referente a empréstimos contraídos b) tratamento dispensado às remessas dos investimentos estrangeiros (7)

As cifras da coluna 1 da Tabela III-3 comprovam que foi no período 1954/1958 que a participação da receita nos gastos atingiu os mais altos níveis.

A participação das "Transações Governamentais" no total das despesas com Serviços tem se elevado ao longo do período; no período

(7) Um estudo mais detalhado deste item é feito na parte de "Movimento de Capitais".

do 1953/55 a média foi de 5,5%, sendo no período 1962/64 cerca de 11%. Esta rubrica compreende as despesas governamentais com os serviços militares, diplomáticos e consulares, com organizações internacionais, pensões e principalmente com a delegacia do Tesouro brasileiro em Nova York.

O item "Serviços Diversos" a princípio apresentou uma elevação gradativa, subindo de 11,3% em 1953 a 32,9% em 1960; a seguir a apresentou quedas contínuas, chegando em 1964 com 12,2% sobre os gastos totais da rubrica. Neste Grupo os únicos itens que apresentam receitas líquidas são "lucros e perdas" em transações no exterior e "corretagens e comissões", assim mesmo em valores pequenos e em anos alternados. As despesas com comissões sobre importações têm diminuído.

PARTE IV

MOVIMENTO DE CAPITAIS

A - INTRODUÇÃO

O objetivo do estudo do movimento de capitais e suas repercussões na economia brasileira será o de tentar explicitar os aspectos positivos e negativos provenientes daquele fluxo, e que interferiram, de maneira marcante, para a transformação gradual de uma economia essencialmente agrícola, carreando para o setor industrial 34% do produto doméstico líquido (1961), quando somente atingia 21% em 1947.

O fluxo de capitais estrangeiros para o Brasil, em suas diversas modalidades, teve certamente preponderante influência na industrialização brasileira observada na 2ª metade da década dos anos de 50, (1) principalmente pelo aumento indireto da capacidade de importar, desafogando itens de importação que se constituíam em pontos de estrangulamento no desenvolvimento brasileiro. É que de uma receita externa praticamente constante em termos nominais (e decrescente em termos reais) foi possível o atendimento de nossas necessidades em bens de produção, devido a substituição crescente dos bens de consumo anteriormente importados. (Bens estrangeiros).

Para facilidade de exposição observaremos a análise das repercussões internas por tipos de movimentação de capitais estrangeiros, a fim de que diagnostiquemos aqueles que melhor atenderam as necessidades da participação externa no desenvolvimento nacional, como também a importância que deverá ser atribuída àquela participação. Faz-se necessário portanto,

(1) - Na Seção C, Capítulo 5, tentaremos mostrar que tal participação efetiva do setor externo observou-se somente no período 1955 - 1960.

a apresentação inicial dos diferentes tipos de movimentação de capitais com suas vantagens e desvantagens respectivas, para posterior observação no caso brasileiro.

B - CAPITAIS ESTRANGEIROS

1. TIPOS

Seguindo uma classificação diferente daquela apresentada pelo FMI, porém mais de acordo com a terminologia de movimentos de capitais em autônomos e induzidos (1) apresentaremos os seguintes grupos:

- a) em forma de investimentos diretos ou indiretos
- b) em forma de empréstimos, créditos e financiamentos
- c) em forma de capital técnico

Os investimentos diretos são constituídos de "capitais pertencentes a residentes no exterior", conforme assim define o FMI, "e que ingressam nos países para participação do capital social da empresa em que sejam aplicados". São denominados de "contrôle total" quando, pelo seu vulto, asseguram ao investidor no exterior o controle da empresa, e de "participação" quando se associam com os capitais nacionais sem atingir o controle da empresa. Este tipo de investimento, também chamado "capital de risco", traz recursos reais para o país receptor, acompanhados de técnica, administração e treinamento de pessoal.

Já os investimentos indiretos não vêm acompanhados de recursos reais. Possibilitam entretanto, o financiamento de bens comprados ao exterior através da entrada de divisas. Constituem o que chamamos "inver-

(1) Para um completo entendimento do que vem a ser estes tipos de movimento vide Walter R. Gardner em "An Exchange-Market Analysis of the US Balance of Payments", Staff Papers do FMI, Maio de 1961.

sões de carteira" (portfolio investment) efetuada através da compra de valores (claims) pelos residentes no exterior, e que podem se apresentar sob as seguintes formas:

- a) através da compra, pelo investidor estrangeiro, de participação em bens de produção ou operados por outras pessoas;
- b) através da aquisição de obrigações contra pessoas empenhadas na operação de bens de produção;
- c) através da aquisição de obrigações contra intermediários financeiros que adquirem participações ou obrigações de pessoas engajadas na operação de bens de produção

Entretanto, aquelas transações terão de ser representadas por instrumentos transferíveis para que expressem um investimento indireto, pois que este último tem um caráter financeiro que o diferencia do investimento direto o qual não envolve transferência de propriedade de recursos financeiros utilizados na operação. Esta diferenciação levou Joan Robinson a chamar os investimentos indiretos de "placements".

Antes da grande depressão de 1929 havia uma tendência para o movimento de capitais se realizar sob a forma de investimentos indiretos. Assim, apenas US\$1,3 bilhões pertencentes a residentes no exterior se encontram sob a forma de investimentos diretos nos Estados Unidos em 1914, enquanto que US\$5,4 bilhões estavam aplicados sob a forma de investimentos indiretos "claims"). Da mesma maneira, na América Latina e nas demais regiões subdesenvolvidas os investimentos indiretos desempenharam importante papel no financiamento de obras públicas, despesas ordinárias do Governo e deficits do balanço de pagamentos, através da venda de bonus do Governo. É estimado que em 1914, 31% do capital inglês investido na América Latina se encontrava aplicado em bonus do ^{Governo} e 46% sob a forma de participação em estradas de ferro (1). Já em 1961-63 os investimen-

(1) United Nations, Foreign Capital in Latin America, 1954, p. 5

tos indiretos americanos nos países subdesenvolvidos correspondiam a menos do que 5% do fluxo total de capitais investidos naqueles países.

Contudo, o "default" observado durante a depressão de 1929 determinou a paralização quase completa dos investimentos indiretos. Somente a criação dos organismos internacionais surgidos da Conferência de "Bretton Woods" em 1943 permitiu que esta forma de investimento pudesse continuar, através a intermediação oficial, quando os citados organismos lançam bonus nos mercados de capitais a fim de incrementarem os seus recursos e em prestá-los aos países em vias de desenvolvimento. Este tem sido o caso mais específico do BIRD.

O Segundo grupo de capitais estrangeiros - empréstimos, créditos e financiamentos - corresponde àqueles capitais, privados ou oficiais, em forma de operações de crédito, com cláusulas expressas quanto à sua aplicação, prazo de vigência, compromisso e termos de pagamento ou reembolso com respectiva taxa de juros.

Nesse grupo classificam-se também os "investimentos contratuais" que nada mais são do que empréstimos, mas que deixam de assim serem classificados porque não representam transações de instrumentos transferíveis.

Desde que os empréstimos, créditos e financiamentos podem ser efetuados por capitais particulares e organizações oficiais ou pelo próprio Estado estrangeiro podemos reunir como mais importantes tipos de transações efetuadas neste grupo as seguintes: crédito do fornecedor "supplier's", financiamento de projetos específicos (project approach) e financiamentos oficiais compensatórios.

O "crédito do fornecedor", geralmente a curto ou médio prazo, é realizado para o importador do equipamento, vindo comumente acompanha-

do de assistência técnica suprida pelo fabricante do equipamento. O "projeto específico" amarra o crédito a um projeto, sendo mais geralmente desenvolvido pelos organismos internacionais de financiamento. Os financiamentos oficiais compensatórios são os criados dos déficits nos balanços de pagamentos, representando a consolidação de dívidas em suspenso para com o exterior.

O terceiro grupo de capitais estrangeiros - capital técnico -, transfere-se sob a forma de "know-how", patentes planas, assistência técnica, etc. Algumas vezes vem acompanhado de um crédito do supridor, quando então o conjunto passa a chamar-se "turn-key", forma recente de transferência de recursos, também conhecido como "package deal". Este último tipo é uma operação englobada de fornecimento da fábrica completa, - financiamento, montagem, e assistência técnica quando das operações iniciais. Constitue, na verdade, uma extensão do "crédito do fornecedor".

2. VANTAGENS E DESVANTAGENS DOS DIVERSOS TIPOS DE CAPITAIS ESTRANGEIROS

Para uma apresentação mais objetiva analisamos apenas as vantagens e desvantagens dos tipos de capitais que afluíram para o Brasil, quais sejam: investimentos diretos e empréstimos, créditos e financiamentos. Nestes últimos se destacaram o crédito do fornecedor e os financiamentos de projetos específicos. Além desses, o capital técnico também tem apresentado relativa importância no conjunto da ajuda externa, geralmente acompanhando outros tipos de capitais. A sua participação torna-se, entretanto, impossível de quantificar, bem como as repercussões internas dele proveniente tendo em vista a falta de dados referentes à produtividade, relação capital/produto, etc.

Quanto aos investimentos indiretos, praticamente já não a fluem ao Brasil, como foi observado anteriormente, ao passo que os créditos dos fornecedores e os investimentos diretos ocupam respectivamente cerca de 33% e 63% do capital privado autônomo que afluí aos países subdesenvolvidos. Também as movimentações induzidas (empréstimos compensatórios) têm desempenhado papel relevante no fluxo total, o que merecerá uma análise à parte.

a. Investimentos Diretos

Uma das grandes vantagens que traz o capital de risco, as sim chamado devido a sua livre movimentação sem garantias ou compromissos de indenização, assumindo o risco do empreendimento em troca do lucro, é a de fornecer recursos reais, técnicas, administração e treinamento do pes-soal, desempenhando uma contribuição ponderável na economia do país recebe dor, se comparado às demais modalidades de capitais estrangeiros.

Esses investimentos provocam os chamados "efeitos para traz e para a frente" (backward and forward linkages), quando respectivamente, da compra de serviços e suprimentos pelas empresas que se instalam e do provimento de menores custos para os insumos dos produtos locais.

Entretanto, a empresa permanece sob o controle do investidor estrangeiro, o que vem provocar a celeuma existente quanto às reais vantagens do investimento direto.

Dentre as desvantagens geralmente atribuídas ao investimen-to direto duas não procedem. A primeira refere-se ao fato de que êstes tipos de investimento se mantêm ilhados na economia, não se integrando econô-

micamente e socialmente com o resto do país. Isto poderia ser verdade (sob certas condições), nas indústrias extrativas mas nunca nos setores em que se investem atualmente, especialmente nas manufaturas, e, como no caso brasileiro, nas indústrias de base. O uso de matérias-primas nacionais, de mão de obra nacional, e até mesmo do mercado interno de capitais (tão comum no caso brasileiro) por parte das empresas que emigram para um país, além da venda interna de seus produtos, dificilmente evitaria comunicação de novas técnicas, métodos de organização, experiências, métodos de mercadologia, etc.

A segunda desvantagem, também atribuída aos investimentos in diretos, refere-se a repercussões desfavoráveis no balanço de pagamentos, provocando remessas intermitentes de lucros, o que não se observaria com os empréstimos, créditos e financiamentos. Ora, este argumento não considera a possibilidade de os investimentos estrangeiros ocasionarem substituição nas importações, liberando o balanço de pagamentos de despesas em divisas al gumas vezes superior ao total das remessas. É o caso presente da indústria automobilística brasileira, conforme veremos mais adiante. Ademais, convém ressaltar que as repercussões no balanço de pagamentos provocadas pelo in vestimentos diretos são contra-cíclicas, no sentido de que nas depressões as remessas não sobrecarregariam o BP, tendo em vista que as mesmas são realizadas em função do lucro. Apenas para os investimentos indiretos poderíamos aceitar essa desvantagem sobre o BP, e somente quanto ao sentido de agirem pro-ciclicamente, em vista das circunstâncias como se apresentam.

Como desvantagens realistas oriundas do investimento direto alinhamos duas, sendo que uma delas poderá facilmente ser evitada. A pri meira refere-se à inibição provocada no surgimento do empresário local, em virtude de que os projetos trazem geralmente alta eficiência empresarial. e avançada tecnologia, prejudicando o possível uso de pessoal habilitado e ou tros fatores nacionais que poderiam desenvolver atividades naquele setor, embora de uma maneira menos eficiente. Por serem empreendimentos levados

a efeito por emprêsas de porte internacional têm êstes fácil acesso aos mercados de capitais, podendo competir com os nacionais, Desde que isto aconteça o investimento direto não auxilia um país subdesenvolvido a atingir um processo de desenvolvimento auto-suficiente. Entretanto, desde que a decisão política seja a do rápido crescimento o fator tempo torna-se uma variável premente do sistema, e não se justificaria a espera do rompimento da ineficiência pelos fatores nacionais.

A segunda desvantagem é complemento da primeira, sob certos aspectos, mas que facilmente pode ser evitada. Referimo-nos ao fato do deslocamento de emprêsas nacionais quando os investimentos são aplicados em setores já explorados pelos empresários locais, como um mercado consumidor garantido. Uma parte do aumento de renda provocada pelo investimento estrangeiro é dissipado pelo desaparecimento de emprêsas nacionais. Mesmo se possível a transferência daquelas emprêsas para setores onde fôssem competitivas implicaria em elevados custos.

Entretanto, uma alocação mais aficiente de investimentos em países com capacidade ociosa seria a de orientar os investimentos estrangeiros diretos para novos setores, o que de fato se observou no Brasil durante os anos da década dos 50, através facilidades de câmbio para os investimentos considerados essenciais ao país. Além de evitar o dissipamento de parte da produção já existente, tornam também maiores os efeitos para traz e para frente, induzindo a uma ativação maior do princípio acelerador.

Contudo, é através o investimento direto de participação que os empresários locais e estrangeiros poderão evitar as fricções no campo dos investimentos estrangeiros, especialmente também quanto à maximização da utilização de recursos. O dissipamento de parte da produção bem como a inibição causada aos fatores nacionais são fenômenos que devem ser bem avaliados, não somente em seus aspectos econômicos, mas também em seus aspectos políticos e sociais. Uma decisão econômica de rápido crescimento deve

ria antes do mais, observar as implicações de natureza sóciopolítica. Al
guém já teve a oportunidade de dizer que "direct investment promotes de
velopment for the country, but this is not always the same as development
of the country or by the country".

b. Crédito do Fornecedor

Este tipo de movimentação de capitais evita muito dos ata
ques observados contra os investimentos estrangeiros, principalmente por e
uitar a remessa continuada de lucros e a inibição ao empresário local, per
mitindo inclusive que este último possa usar equipamentos e técnicas moder
nas que geralmente acompanham o "crédito do fornecedor".

Contudo, os resultados práticos têm sido funestos para os
países recipientes, devido às facilidades concedidas pela pressão dos for
necedores de equipamentos, os quais tentam colocar seus produtos através de
maiores facilidades no financiamento. Assim, muda-se a competição da qua
lidade e preço de equipamento para a disponibilidade de crédito. Como re
sultado temos uma colocação de equipamentos não adaptados às prioridades de
investimento, de conformidade com as necessidades do mercado, surgindo dis
torgões. O próprio empresário local passa a concorrer com os demais já es
tabelecidos, caindo então na desvantagem do dissipamento de parte da produ
ção, e que, como já vimos, não é melhor alternativa em uma econo
mia com recursos ociosos.

Aquela nocividade já tem sido alertada pelos organismos in
ternacionais, especialmente nos casos brasileiro e argentino, onde o "cré
dito do fornecedor" é responsável por cerca de 60% do débito externo a cur
to prazo. Todavia, podemos introduzir uma correção àquele disvirtuamento,
bastando para tal que o "crédito do fornecedor" seja feito através de orga

nismos internacionais, estendendo a disponibilidade de crédito a todos os exportadores de equipamentos. Na verdade, a atuação daqueles organismos tem, atualmente permitido o acesso do país mutuário a uma fonte mais larga de suprimento de equipamento.

c. Financiamento de Projeto Específico

Este tipo de empréstimo amarrado tem a vantagem de prever uma relativa certeza quanto à aplicação econômica, sendo previamente analisado pelo credor. Objetivo primordial parece o de ter sido a obtenção da facilidade de controle do investimento, principalmente quando o financiamento está ligado a "regra do custo de câmbio" (exchange cost rule) e que veremos adiante.

Projetos específicos são também bem aceitos pelos emprestadores em virtude de estes acreditarem que a assistência provida pode ser identificada como tendo contribuído para o desenvolvimento de bens tangíveis. Entretanto, tem sido ponderado (1) que é uma ilusão acreditar no fato do financiamento específico de projetos com alta prioridade contribuir mais para o desenvolvimento econômico do que o financiamento geral. É que o financiamento específico libera recursos do país recipiente para outros propósitos, acabando por financiar indiretamente os projetos marginais no programa de investimentos totais do país recipiente. Ademais, este tipo de empréstimo tende a provocar distorções, principalmente devido à ênfase dêle provenien-

(1) No sumário das discussões havidas no "Seminar on policies and Experience in International Development Financing" realizado em 1965 na Universidade de Columbia foi expressado este ponto de vista pela maioria dos participantes. Vide "Report nº 12" daquele seminário, pag. 34.

te em se efetuar novos investimentos de capitais fixos.

Quanto à "regra do custo de câmbio", as distorções se fazem mais óbvias, pois os países recipientes tendem a apresentar projetos que contêm grande participação de divisas, sem considerar o grau de prioridade para a economia. Tende, erradamente, a identificar a necessidade de empréstimos estrangeiros como a necessidade de bens de capital estrangeiros. Isto porque os investimentos podem necessitar de recursos internos que mais se adaptam àquele específico projeto, e quando os recursos externos se fazem necessários apenas para prover poupanças. Desta maneira, os recursos estrangeiros poderiam vir em forma de bens de consumo, permitindo a transferência de recursos internos aplicados na produção de bens de consumo para a produção de bens de capital (1).

d. Financiamento Compensatório

Este tipo de financiamento surge das dificuldades do País em saldar seus compromissos externos, após a compensação dos movimentos autônomos de capital. Corresponde ao deficit real do País em suas trocas com o exterior.

O comportamento do total de financiamentos compensatórios exprimirá, razoavelmente, a tendência do equilíbrio do balanço de pagamentos. Assim, caso haja uma tendência ao decréscimo do total de financiamentos compensatórios, significa que o desajustamento do balanço de pagamentos tem encontrado corretivos automáticos ou manipulados pelas autoridades encarregadas.

(1) Para uma análise completa deste problema o leitor poderá consultar Kahn, "Investment Criteria", publicado no "Journal of Political Economy", 1954.

gadas da política de comércio exterior. Por outro lado, caso haja uma tendência ao crescimento do deficit antes de considerados os capitais compensatórios, significaria que o desequilíbrio é antes estrutural, e que corretivos automáticos não poderiam agir no sentido de anular o deficit do balanço de pagamentos antes dos capitais compensatórios; pelo contrário, a interação das forças do mercado tenderia a provocar o crescimento do desequilíbrio, e apenas uma manipulação da taxa de câmbio pelas autoridades do Banco Central, naquêlê sentido expresso por Mch lup (1), poderia compensar distorsões introduzidos no sistema e que produzem desvios nas forças do mercado (como por exemplo, aumento dos meios de pagamento através de emissão). (2)

Entretanto, o próprio financiamento compensatório pode trazer complicações ao reajustamento do BP, mesmo quando os mecanismos automáticos ou manipulados de reajustamento estivessem agindo livremente para a igualdade das receitas e despesas. Bastaria que os prazos e juros do financiamento compensatório não permitissem uma folga necessária à acumulação de divisas para fazer face àqueles pagamentos.

No caso brasileiro, como veremos mais tarde, êstes financiamentos foram em sua maior parte a curtíssimos prazos, o que obrigava a reajustamentos através da manipulação do câmbio, naturalmente com sérias conse

(1)-Fritz Machlup; International Payments, Debts and Gold, New York:

Charles Scribrer's Sons, (1964) pag. 168. Êste autor assim diferencia os dois tipos de variação de câmbio: "Devaluation is an act of government, whereas depreciation is the effect of market forces".

(2)-A literatura econômica sôbre a manipulação da taxa de câmbio para correção de distorsões que provocam desequilíbrios no do Balanço de Pagamentos tem sido enriquecida recentemente, principalmente com os seguintes artigos: R. Hinchey, "Fiscal Comments on Currency Depreciation as an Anti-inflationary Device, Quarterly of Economics, Fevereiro, 1952; J.E. Meade, the Balance of Payments, London: Oxford University Press, (1962); pag. 167; J.J. Polak e T.C. Chang. "Effect of Exchange depreciation on a Country's Export Price Level", IMF Staff Papers, Fevereiro, 1950; Michael Michaely, Devaluation, Cost Inflation, and the Supply of Exports; Economia Internazionale, Fevereiro, 1956, etc.

quências para o sistema, já que as forças manipuladas do mercado não tinham tempo para atingir o novo equilíbrio que se impunha.

O exemplo que se segue mostra a influência dos prazos de pagamentos e juros na intensidade da manipulação requerida para se evitar a crise cambial, e que pode causar retornos tais que provocando o declínio da capacidade de importar terá influências perversas no crescimento econômico: "se a taxa de juros foi de 5% e o prazo de resgate passar de 5 para 10 e 20 anos em uma sucessão de 30 empréstimos anuais de 100 milhões de dólares, as entradas líquidas passam de 260 para respectivamente, 410 e 610 milhões de dólares. Esses empréstimos propiciam entradas líquidas durante 5, 8 e 12 anos respectivamente. Em todas as hipóteses a entrada bruta de capital teria atingido 3.000 milhões de dólares no período considerado de 30 anos. A elevação da taxa de juros de 5% para 8%, no caso dos empréstimos do exemplo, reduz o efeito útil, respectivamente, para 240, 350 e 395 milhões de dólares, bem como suprime um ano nos prazos úteis, que caem para 4,7 e 11 anos". (1)

C. IMIGRAÇÕES DE CAPITAIS NO BRASIL: 1947-64

O fluxo líquido de capitais pode ser estimado direta ou indiretamente. A diferença básica entre os dois métodos poderá ser atribuída ao montante correspondente a "Erros e Omissões", pois que o método direto toma em consideração os saldos algébricos das transações efetuadas na conta de capital, ao passo que o indireto usa apenas o saldo em conta corrente.

O critério que usaremos para o cálculo do fluxo líquido do total será o direto, tendo em vista que ainda considerando o item "Erros e Omissões", inteiramente proveniente de saídas ou entradas de capitais não registrados, somente teríamos o saldo algébrico (negativo) de US\$ 274 mi

(1) - Jornal do Brasil, Caderno Especial de 20-3-66, pag. 4.

lhões; esta quantia é bem inferior ao saldo favorável geral dos movimentos de capitais, conforme veremos mais adiante, o que não prejudicará a análise da tendência dos movimentos de capitais no Brasil. Poder-se-ia objetar que os registros efetuados nas Contas Correntes também são precários, e que poderiam subestimar o total relacionado em "Erros e Omissões". Porém, aceitamos estas ponderações apenas como conjecturas.

Esta seção apresentará o comportamento do fluxo líquido, abordando simultaneamente os determinantes essenciais da variação do fluxo, e que como veremos delimitaram 3 fases distintas durante o período aqui focalizado.

1. DETERMINANTES E FLUXO LÍQUIDO:

Tem sido frequente o estudo do comportamento dos movimentos de capitais em três fases, durante o período 1947-63, como consequência especialmente das modificações jurídicas quanto a liberdade de movimento do que propriamente originária de fatores econômicos. Entretanto esses últimos se constituíram em aspectos positivos no caso brasileiro, relativamente ao conjunto dos países da América Latina, como mostraremos mais adiante. A Tabela IV-C-1 apresenta nitidamente as diferentes fases do saldo geral do fluxo, e por questões de metodologia seguiremos a mesma divisão já apresentada pela ANPES(1): 1947-53, 1954-61 e 1962-64.

A escolha dos anos limites pareceria arbitrária, pois o ano de 1953 apresentou o maior saldo geral favorável dentro do período 1947-64. Contudo, tendo em vista a quase que total influência dos aspectos institucionais na variação do fluxo, aquela divisão obedeceu a implantação das mudanças institucionais, critério idêntico ao desenvolvido e pe

DE SEUS RENDIMENTOS

ANALÍTICOS

RENDAS DE INVESTIMENTOS					
	Juros	Lucros e Dividendos	Total	Saldo Geral	
	(6)	(7)	(6) (7)	(5)	(8)
	(6)	(7)	(8)	(9)	
213 -	13 -	42 -	55		158
15 -	25 -	80 -	105		
39 -	21 -	80 -	101		62
81 -	27 -	83 -	110 -		191
537 -	20 -	137 -	157		180
735 -	21 -	100 -	121		614
81 -	34 -	131 -	165 -		84
539 -	<u>161</u> -	<u>653</u> -	<u>814</u>		525
225 -	48 -	89 -	137		88
22 -	35 -	79 -	114 -		92
7 -	67 -	74 -	141 -		134
170 -	67 -	61 -	128		342
155 -	58 -	49 -	107		348
70 -	91 -	59 -	150		220
22 -	106 -	78 -	184		338
39 -	114 -	70 -	184		55
110 -	<u>586</u> -	<u>559</u> -	<u>1 145</u>		<u>1 165</u>
198 -	118 -	81 -	199		399
102 -	87 -	57 -	144		158
39 -	131 -	58 -	189 -		150
139 -	<u>336</u> -	<u>196</u> -	<u>532</u>		<u>407</u>
88 -	<u>1 083</u> -	<u>1 408</u> -	<u>2 491</u>		<u>2 097</u>

s Anteriores.

das parcelas negativas das operações de regularização que foram transferidas e oficiais também foram incluídos nesta conta.

la ANPES. Estudaremos o comportamento do movimento de capitais autônomo e induzidos, em função dos seguintes determinantes: a) das alterações institucionais; b) dos fenômenos econômicos (maximização de lucros).

a. Em função das alterações institucionais

A 1ª. fase do fluxo (1947-53) caracterizou-se por uma diminuta entrada líquida de capitais de risco, que, por constituir-se em movimentação autônoma, espelha o comportamento das forças do mercado, face às circunstâncias adversas para o Brasil, em comparação com Canadá, Japão e os países da Europa, logo após o período da 2ª guerra. Nesta primeira fase a média anual de remessas de lucros e dividendos em torno de US\$93 milhões, superior a média anual de ingressos de capitais de risco correspondente a US\$63 milhões (Tabela IV-C-1).

O mesmo fenômeno se observa nos financiamentos e empréstimos privados e oficiais, em relação ao período anterior.

Podemos atribuir duas razões principais para o comportamento negativo da 1ª fase: a) maiores oportunidades de investimentos nos países desenvolvidos e b) controle cambial mantendo o cruzeiro constante em relação às moedas estrangeiras. Quanto ao item a estudaremos na seção seguinte, adiantando porém, que devido a falta de dados não se torna possível um estudo comparativo das alternativas do investidor estrangeiro face as oportunidades encontradas no Brasil e demais países. Entretanto, as circunstâncias indicariam que o soerguimento econômico da Europa, bem como um mercado de bens de consumo em expansão nos Estados Unidos (princi-

(1) - "O Capital Estrangeiro no Brasil" publicação de ANPES, 1964, Rio

pal, se não único exportador de capitais nesse período) fariam com que as oportunidades naqueles países sobrepujassem a dos países subdesenvolvidos.

Quanto ao item b, a manutenção da taxa cambial em um regime inflacionário, sobrevalorizando o cruzeiro, estimulava as remessas e desencorajava a entrada de investimentos estrangeiros. Basta observar que havia um crescimento das remessas de lucros e dividendos até 1953 (Quadro I), sem que houvesse uma entrada de investimentos diretos ou indiretos a serem responsabilizados por tal. Vemos, pois, que, não somente circunstâncias econômicas do pós-guerra influiriam para o saldo negativo da 1ª fase, mas principalmente circunstâncias institucionais contrárias à vinda de capitais estrangeiros com a fixação da taxa de câmbio em regime inflacionário e restrições sobre as remessas.

Entretanto, uma vez atendidas as oportunidades de maior rentabilidade naqueles países desenvolvidos, e com a elevação da rentabilidade das oportunidades em países subdesenvolvidos, houve uma mudança nas correntes de capitais, com respeito ao destino. Já no início da década dos anos 50 os países latino-americanos começaram a receber um fluxo maior de capitais, que entretanto voltou a diminuir no final da década dos anos de 1950 (Tabela IV-C-1-C).

A nosso ver, aquele fluxo teve uma origem não somente no desenvolvimento dos mercados locais, mas principalmente como resultado das pesadas restrições impostas às importações nos países subdesenvolvidos. Os continuados deficits em suas transações com o exterior assim os obrigaria a proceder. O caso brasileiro com a instrução nº 70 da SUMOC, instituindo o sistema de ágios em 1953, exemplifica a tendência restritiva imperante.

Houve porém ao mesmo tempo uma mudança de atitude frente ao capital estrangeiro, com levantamento da proibição quantitativa de remessas e respectiva suspensão da constância da taxa cambial, levando estas operações para o mercado livre de câmbio. Era a pronta adaptação institucional ao fluxo que se orientava para os países subdesenvolvidos, dando início a segunda fase do movimento de capitais no Brasil (1953-61) quando para cá afluíram investimentos diretos e financiamentos autônomos da ordem líquida de US\$3.482 milhões. Com a instrução 113 da SUMOC em 1955, foi concretizado o período de liberdade ao capital estrangeiro. A remessa anual de lucros e dividendos baixou da média de US\$93 milhões para US\$50 milhões, nos anos de 1957-61.

A aprovação do projeto Celso Brandt (1) em dezembro de 1961 veio liquidar com os saldos positivos na conta de capital no balanço de pagamentos. De uma média acima de US\$300 milhões em saldos positivos, nos anos 1956-60 passamos a US\$168 milhões em 1963, para cairmos no lado negativo em 1964 (Quadro I). Como saldo geral do período 1947-64 tivemos o total favorável de US\$2.097 milhões, considerando tanto os movimentos autônomos como os compensatórios.

Lento tem sido o desenvolvimento da teorização sobre os determinantes econômicos do movimento de capitais. É que o século XIX, período áureo dos investimentos estrangeiros, se caracterizou por um mecanismo internacional de pagamentos com rigidez de taxas cambiais. A movimentação de capital será olhada somente como parte integrante do reajustamento automático do balanço de pagamentos, orientada pela variação da taxa de juros proveniente das alterações dos meios de pagamentos, e reforçada pela interfe

(1) - Lei 4131 de 3.9.62

rência dos bancos centrais (1).

Concomitantemente com o abandono do padrão ouro houve uma diminuição nos movimentos internacionais de capitais, performance esta de muito abreviada pela grande depressão de 1929, e especialmente para os países da América Latina (2), o que já se observava desde o início da década dos anos de 1920.

Aquela mudança no comportamento das correntes migratórias de capitais, principalmente a crescente diminuição da participação dos investidores privados em favor das agências governamentais e internacionais (mais precipuamente após a 2ª guerra mundial), tem levado a estudos mais aprofundados das causas e efeitos do movimento de capitais estrangeiros. Os resultados têm provado a complexidade do fenômeno, em contraposição à teoria simplista de Haberler e Ohlin da década dos 30, quando a movimentação de capital dar-se-ia para áreas onde este fator fôsse escasso, relativamente aos demais fatores. Um recente trabalho baseado em observações estatísticas para o período 1920-1963 conclui que "capital exports from the US have increasingly been direct to the areas where capital is relatively plentiful, especially in the Eastern Hemisphere" (3), o que vem em contraposição à expectativa usual, isto é, que taxas de lucros mais elevados em áreas com escassez de capital atrairiam investimentos. Entretanto, aquela maior taxa de lucro esperada para os países Latino Americanos não se observa, (Tabela IV-C-1-b), o que leva o autor a questionar o problema usual do pequeno tamanho do mercado, apresentando uma explanação alternativa em termos de "social overhead capital".

- (1) Para uma apresentação do funcionamento do mecanismo automático de reajustamento do padrão ouro, bem como do papel desempenhado pelos bancos centrais para reforçar aquêle reajustamento, vide Cunliff Report
- (2) Foreign Capital in Latin America, United Nations New York, 1955
- (3) Samuel Armstrong Morley, "American Corporate Investment Abroad Since 1919" dissertação não publicada apresentada à Universidade da Califórnia 1965 -

TABELA IV-C-1-b

TAXA MÉDIA ANUAL DE LUCROS POR ÁREA E INDÚSTRIA
(ANOS DE 1930) DOS INVESTIMENTOS AMERICANOS NO ESTRANGEIRO

	%
CANADÁ	3.4
AMÉRICA LATINA	-0.1
EUROPA	3.5
RESTO DO MUNDO	3.1
MANUFATURA	9.6
COMÉRCIO	13.9
AGRICULTURA	1.6
MINERAÇÃO	4.2
PETRÓLEO	12.6*
UTILIDADE PÚBLICA	2.3
MISCELANEOUS	6.4

FONTE: "American Corporate Investment Abroad Since 1919", ob citada.

* Apesar da elevada taxa de lucros em Petróleo, não se observam maiores investimentos nesse setor. A explanação do autor para tal fato baseia-se em termos de diferença entre retornos marginais e médios do setor, bem como num clima não favorável aos investimentos estrangeiros (p. 154)

A parte mais interessante do trabalho é a comprovação estatística de que a maximização do lucro dá origem aos fluxos de capitais, mormente quando observamos que os investimentos diretos americanos no estrangeiro são levados a efeito quase que totalmente pelas corporações, e não mais pelo investidor particular. Nem o nível de desenvolvimento, o tamanho do mercado, estabilidade política e nem inflação provaram ser significativamente relacionadas à taxa de investimentos americanos no estrangeiro,

quando do confronto estatístico a uma mesma taxa de lucros. Baseado nas mesmas observações empíricas conclui o autor que as transferências de capitais americanos têm sido eficientes, no sentido de que eles têm sido orientados para as oportunidades mais lucrativas, as quais não se encontram nos países subdesenvolvidos, pelo contrário, estão aquelas localizadas nos países desenvolvidos, o que tem provocado o crescimento da participação dos países desenvolvidos como recipientes de investimentos americanos (Tabela IV-C-1-c).

TABELA IV-C-1-c

DESTINO DOS INVESTIMENTOS DIRETOS NORTE - AMERICANOS

REGIÕES OU PAÍSES	1950	1959
Canadá	30.4%	36.8%
América Latina	41.3%	29.7%
Europa	14.6%	19.2%
Ásia	8.3%	8.1%
África	3.0%	3.0%
Oceânia	1.9%	3.2%

(x)

Reforçando as tendências expostas acima, as posições relativas nos fluxos de investimentos estrangeiros para países da América Latina, tais como, Venezuela, Brasil, México e Argentina, no período 1950-1960 (vide Tabela IV-C-1-d), estão de acordo com as respectivas taxas de rentabilidade daqueles investimentos. A distorção observada quanto aos demais países, especialmente o Perú que apresentou uma elevada taxa de rentabilidade, pode ser explicada em termos de investimentos na infra-estrutura.

Convém ressaltar que os dados de rentabilidade são apenas

(x) FONTE: Felipe Pazos - Private Capital Movements and Economic Development EMB., 1965

correspondentes aos anos de 1950-51. Entretanto, acreditamos que os níveis de rentabilidade dos países latino-americanos continuaram os mesmos pelo menos durante a 1ª metade da década dos anos de 1950, pois que segundo dados publicados pelo "Balance of Payments of U.S., Statistical Supplement" (pag.184) observamos que os ganhos dos investimentos diretos americanos crescem de maneira uniforme naqueles oito países. Assim, o Brasil e Venezuela têm propiciado maior rentabilidade aos investimentos diretos estran

TABELA IV-C-1-d

PAÍSES	INVERSÕES DIRETAS (1951-60) Milhões de US\$	RENDIMENTO DO INV.DIRETO EM % 1950-51 (x)
Argentina	844.6	4.8
Brasil	1.093.0	13.2
Colômbia	30.9	9.3
Chile	302.2	9.6
México	862.9	10.5
Peru	349.4	23.6
Uruguai	60.0	12.7
Venezuela	1.917.5	28.3

geiros, o que provocou maior fluxo de capitais para aqueles países, em relação aos demais da América Latina.

Observamos também, que a crescente necessidade bruta de financiamento externo (Tabela IV-C-1-e) iniciada principalmente com os deficits da conta corrente em 1951 e 1952, teve a princípio, o atendimento qua

(x) Refere-se apenas a investimentos americanos e respectiva rentabilidade.

FONTE: "El Financiamiento Externo de America Latina", obra citada, p.129 "Foreign Capital in Latin America", obra citada, p. 162

	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964
54	-248	-311	-519	-249	-404	-148	80
73	-61	-93	-119	-117	-113	-83	x
42	-324	-377	-410	-317	-271	-342	-278
33	-58	-76	-51	-21	-33	-145	x
49	-266	-301	-359	-296	-238	-197	x
41	590	722	968	605	675	490	-198
43	110	124	99	108	71	32	28
24	22	23	-	60	35	30	x
.	158	-	10	270	138	188	88
37	37	-26	48	40	-18	5	-28
95	351	416	347	469	323	229	x
23	268	290	224	274	247	186	x
72	82	126	123	195	76	43	x
35	25	-4	17	27	8	5	x
61	52	26	-26	-180	37	-18	-76
29	28	35	-165	-114	-80	47	-167
.	-	-	68	-68	163	35	57
11	-21	-115	-125	-5	46	30	51
.	-1	-1	(6) 40	2	54	81	58
71	-189	-25	36	11	-102	-113	-119

mos de banqueiros americanos

se que inteiramente a curto prazo. Somente a partir de 1953 pôde o Governo valer-se de fontes de financiamento a médio e longo prazo. Se, em 1951, menos de 15% do total de empréstimos aos países se constituíam em financiamentos a longo prazo, já em 1963 mais de 85% do total de financiamento o era sob prazo (Tabela IV-C-1-f).

Tabela IV-C-1-f

EMPRÉSTIMOS AUTONOMOS E COMPENSATÓRIOS

US\$1.000			
ANOS	TOTAL	MÉDIO E LONGO PRAZO	CURTO PRAZO
1 9 5 1	311	44	267
1 9 5 2	724	27	697
1 9 5 3	66	569	-503
1 9 5 4	308	305	3
1 9 5 5	167	245	- 78
1 9 5 6	286	452	-166
1 9 5 7	804	662	142
1 9 5 8	980	922	58
1 9 5 9	982	807	175
1 9 6 0	1.141	769	372
1 9 6 1	907	1.275	-368
1 9 6 2	994	774	220
1 9 6 3	771	656	115
1 9 6 4	46	174	-128
1 9 6 5	-530	437	-967

As duas seções anteriores se preocuparam com o saldo líquido de capital, analisando o seu comportamento em função das alterações institucionais e das oportunidades econômicas oferecidas pelo Brasil, comparativamente aos demais países da América Latina. Esta seção tratará dos capitais

FONTE: Extraído de Tabela IV-C-1-e

* Dados estimados

compensatórios, isto é, os induzidos para o financiamento do deficit das transações com o exterior.

Durante o período 1947-64 tivemos uma necessidade líquida de capitais compensatórios no montante de US\$2 621 milhões (Tabela IV-C-2-a) para financiar os deficits. Observamos que aquela necessidade não teve um comportamento anual regular, tendo em vista que os deficits foram provocados ora por excesso de importações (ex-1951 e 1952), ora foi resultado de menor receita das importações devido a baixos preços internacionais de produtos brasileiros (o caso do café em 1960), ou então provocado pelo menor afluxo de capitais autônomos, sendo este último o que apresentou maior correlação.

Entretanto, pode-se perceber que houve uma ligeira tendência no crescimento das necessidades brutas de financiamento (Tabela IV-C-1-e), necessárias a cobertura do deficit em transações correntes e amortizações devidas, em virtude do crescimento da economia brasileira nos anos da década dos 50. Devido às maiores facilidades à vinda de capitais estrangeiros após 1953, e às circunstâncias imperantes na (2ª metade) da década dos anos 50 (restrições as importações, rápido crescimento da economia, etc.) tivemos uma intensificação do fluxo de capitais autônomos, fazendo com que aquela crescente necessidade bruta de financiamento não fosse fortemente dependente dos capitais compensatórios, conforme nos indica uma comparação entre as tabelas IV-C-1-e e IV-C-2-a.

Contudo, após 1960, devido ao processo inflacionário interno e aos resultados da política econômica em vigor na 2ª metade da década dos anos de 50, que orientava o comércio exterior para a situação de crise cambial, ^{causando} inclusive o rompimento do Brasil com o FMI), provocou o início da queda da participação dos capitais autônomos que para cá afluíam, mesmo antes de se comentar o projeto Celso Brandt pois que desapareceria a garantia

Equiv. US\$ 1 000 000

	1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964*
A) (290	202	216	92	332	232	24	- 31
	356	230	248	176	300	238	43	11
	143	110	124	99	108	71	30	30
	211	223	291	217	469	322	93	45
	35	18	34	39	39	67	57	...
	- 69	- 146	- 191	- 237	- 276	- 230	- 141	- 64
	36	25	- 10	58	- 40	8	4	...
(- 66	- 28	- 32	- 84	32	- 6	- 19	- 42
	108	150	142	130	60	35	169	170
	- 173	- 178	- 186	- 173	- 41	- 41	- 223	- 217
	- 1	-	6	41	13	-	35	5
B) (180	253	154	430	- 55	340	279	- 70
	37	195	- 21	58	310	120	188	88
	37	37	- 21	48	40	- 18	5	- 28
	-	100	-	-	101	81	80	37
	-	58	-	10	48	-	-	-
	-	-	-	-	35	10	30	-
	-	-	-	-	50	25	25	50
	-	-	-	-	27	6	-	-
	-	-	-	-	9	16	31	29
	-	-	-	-	-	-	17	-
	-	-	-	-	-	-	-	-
	-	-	-	68	- 68	163	14	36
	161	30	25	14	- 178	91	58	32
	- 50	18	58	110	- 81	- 41	60	- 112
	21	31	- 23	55	- 33	- 40	- 11	1
	11	- 21	115	125	- 5	47	- 30	- 51

(*)

(

FOI

equiv: US\$ 1,000,000

1957	1958	1959	1960	1961	1962	1963	1964
107*	65*	72*	-23*	113*	-89*	112*	344*
1392	1244	1282	1270	1405	1215	1406	1430
-1285	-1179	-1210	-1293	-1292	-1304	-1294	-1086
-393	-327	-407	-510	-416	-407	-333	-326
-40	-25	-31	-48	-19	25	-14	-3
-115	-102	-87	-78	-77	-79	-87	-63
-7	-6	-9	-7	-6	-5	-13	-10
-128	-107	-150	-184	-184	-199	-144	-189
-61	-49	-59	-78	-70	-81	-57	-58
-26	-31	-25	-39	-31	-18	-	-
-35	-18	-34	-39	-39	-63	-57	-58
-67	-58	-91	-106	-114	-118	-87	-131
-40	-22	-43	-57	-52	-41	-19	-26
-26	-33	-44	-52	-56	-73	-66	-95
-1	-3	-4	-3	-6	-4	-2	-10
-27	-23	-34	-44	-38	-38	-29	-43
-60	-107	-159	-86	-61	-37	-32	-54
-286	-262	-335	-533	-303	-496	-22	18
-13	-4	-10	-15	15	38	39	62
470	455	370	522	239	598	302	39
290	202	216	92	304	255	23	79
356	230	243	176	225	187	42	66
143	110	124	99	108	69	30	28
211	223	291	217	346	178	93	54
35	18	34	39	39	-63	57	58
-69	-146	-191	-237	-210	-188	-141	-100
36	25	-10	58	-58	65	3	26
-66	-28	-32	-84	79	68	-19	13
108	150	148	130	183	165	169	172
-178	-186	-173	-117	-122	-223	-178	-156
-1	-	6	-41	13	25	35	19
180	253	145	430	-65	343	279	-40
-171	-189	-25	26	49	-140	-120	-119

de futura conversibilidade para atender as remessas. Consequência lógica de tais circunstâncias foi um total de capitais compensatórios necessário à cobertura do deficit de quase 1 bilhão de dólares em somente três anos (1960/62 e 63), essencialmente devido à menor participação dos capitais autônomos, que baixaram de uma média acima de US\$200 milhões (para os quatro anos imediatamente anterior a 1960) para menos de US\$130 milhões nos cinco anos seguintes, e também a menor receita proveniente das exportações ocasionada pela baixa dos preços dos produtos exportados, principalmente o café.

Tabela IV-C-2-c

FINANCIAMENTO COMPENSATÓRIO

	em % da entrada	em % das despesas
	líquido de capitais	em conta corrente
1947		+ 14,0
1948		+ 2,0
1949		+ 6,1
1950		- 4,2
1951		+ 13,0
1952		+ 29,0
1953	- 4,0	- 1,1
1954	136,2	+ 11,4
1955		- 1,2
1956	- 625,8	- 13,2
1957	156,5	+ 10,7
1958	76,4	+ 16,8
1959	77,4	+ 9,5
1960	141,0	+ 23,8
1961	- 19,6	- 3,2
1962	2 125,0	+ 19,9
1963		+ 17,1
1964		- 5,1

Fonte: Relatório da SUMOC

A Tabela IV-C-2-c pareceria indicar ligeira tendência para o desequilíbrio crescente do balanço de pagamentos do país, antes de considerarmos os capitais compensatórios. Não é este o caso, entretanto. As duas colunas da tabela acima representam o mesmo fenômeno, apenas mostrando-o em ângulos diferentes. A 1ª coluna mostra a porcentagem da entrada lí

quida de capitais que foi financiada por empréstimos compensatórios (quando o sinal é positivo) ou a porcentagem da entrada líquida de capitais representada pelos financiamentos compensatórios (sinal negativo). Assim, o equilíbrio do balanço de pagamentos antes dos financiamentos compensatórios terá melhorado à medida que decrescemos na escala algébrica (de mais 00 para menos 00), e vice-versa. A 2ª coluna (em % das despesas em conta corrente) indica as variações percentuais do financiamento compensatório em relação aos gastos e conta corrente. Da mesma maneira, uma melhora no equilíbrio do balanço de pagamentos será observado quando caminharmos na escala algébrica decrescente (de mais 00 para menos 00)..

Na verdade, as duas colunas indicam uma piora no equilíbrio aqui considerado, para o final da década dos anos de 1950 e princípios dos anos de 1960. Entretanto, como já frizamos anteriormente, tal desequilíbrio não pode ser considerado como uma tendência que se avolume a longo prazo, pois já vimos que condições institucionais (Lei Celso Brand) e variações ocasionais de preços internacionais de produtos brasileiros exportados foram os responsáveis pela crescente necessidade de financiamentos compensatórios nos anos ao redor de 1960. Se excluirmos esses fatores adversos, podemos observar que pelo menos em grande parte da década de 1950 houve uma melhora na posição do equilíbrio (principalmente de 1953 a 1957) mostrando que existiria uma tendência para a mudança das causas do deficit, quando "terceiros fenômenos" não estivessem em pauta.

3. TIPOS E REPERCUSSÕES DA ENTRADA LÍQUIDA DE CAPITAIS AUTÔNOMOS

A migração do capital estrangeiro suplementa o desenvolvimento do país receptor, através do incremento da poupança disponível para formação de capital, bem como permite a alocação mais eficiente do fator

relativamente mais abundante (no caso o capital) em determinadas regiões quando apenas circunstâncias de natureza econômica são consideradas.

Ademais, a suplementação do desenvolvimento no país receptor não se restringe ao mecanismo do incremento da poupança. Há importantes efeitos secundários oriundos da entrada de recursos reais (equipamentos, know how, treinamento, planos, patentes, etc.), quais sejam os efeitos "para traz" e "para a frente".

De uma maneira geral, dois tipos de análise têm sido apresentadas para o estudo das repercussões da imigração do capital estrangeiro nas economias recipientes. Uma enfatiza o aspecto global do aumento de renda proveniente das poupanças externas; a outra aborda aspectos parciais, como as repercussões no balanço de pagamentos, no grau de competição interna, aumento da produtividade, alocação de recursos etc. A nosso ver, enfatizar apenas determinados aspectos, sem considerar o problema em todos os seus pontos, é fugir ao objetivo da maximização do uso dos recursos estrangeiros no desenvolvimento nacional.

A análise das repercussões do capital estrangeiro na economia nacional não pode ficar restrita à correlação de variação de renda per-capita e saldo líquido da conta de capitais, sem que observemos os tipos de investimento e forma de aplicações, ou seja, a maneira como se transferiram os recursos e quais os setores recipientes, observando o comportamento destes últimos quanto ao aumento de produtividade, participação nas exportações, etc., e tendo em vista as diferentes vantagens e desvantagens inerentes a cada tipo de capital e sua aplicação.

Tal análise entretanto, é prejudicada pelo fato das estatísticas nacionais ainda omitirem uma série de dados relevantes, como produtividade do setor, taxas de lucro, relação capital/produto, etc. Deve

do a essas falhas, serão analisadas apenas as repercussões parciais permitidas observação estatística, ficando para uma seção à parte a análise da participação do capital estrangeiro no desenvolvimento nacional. Essa análise tentará mostrar algumas correções que poderiam levar ao melhor uso da participação de recursos estrangeiros no nosso desenvolvimento.

Torna-se, necessário, portanto, uma análise mais detida dos tipos de capitais autônomos que afluíram para o Brasil, bem como o campo de investimento. Isso não foi feito na seção IV-C-1, porque ali se tentou apenas abordar o comportamento global.

De acordo com dados das Nações Unidas, os Estados Unidos eram os maiores investidores no Brasil em 1950, conforme distribuição da tabela IV-C-3-a

Tabela IV-C-3-a

Capital Estrangeiro Investido no Brasil, por País de Origem (1950)

	Milhões de US
USA	950.4
Reino Unido	233.3
França	43.5
Bélgica	43.3
Uruguai	38.8
Suíça	13.4
Portugal	6.7
Suécia	3.4
Argentina	3.2

FONTE: Foreign Capital in Latin America, obra citada, pág. 52

Do total americano (já que não existem dados para o total geral) 60% representavam investimentos diretos nos seguintes setores:

Manufatura	285	milhões de US
Petróleo	112	" " "
Comércio	73	" " "
Utilidades Públicas e Trans- portes	138	" " "
Outros	36	" " "

Durante o decorrer da década dos anos de 1950, entretanto de muito se elevou o total daquele quadro, pois somente em inversões diretas recebemos US\$ 1.107 milhões, em um total de entrada líquida não compensatória de US\$ 1.700 milhões, o que corresponde a cerca de 64% em inversões diretas; os restantes 36% se resumiram a empréstimos, visto que os investimentos indiretos praticamente desapareceram após os anos da década de 1930. Daqueles 36% correspondentes a empréstimos, 18% (ou seja, 50% do total de empréstimos) tomaram a forma de "crédito dos fornecedores", com tendência crescente dessa participação para os anos da década de 1960 (Tabela IV-C-3-b)

A política exterior da década dos anos 1950, orientada para o desenvolvimento da industrialização brasileira, teve o mérito de se lecionar e orientar as inversões estrangeiras de acordo com metas previamente traçadas. Ela fortaleceu a corrente de investimentos estrangeiros para o setor industrial, ao mesmo tempo em que mudou a composição dos países investidores, sobressaindo a Alemanha logo após os USA (Tabela IV-C-3-c, d). A crescente demanda por equipamentos, que não pôde ser atendida pela receita proveniente das exportações, encontrou prontamente o financiamento através de empréstimos e investimentos diretos (Tabela IV-C-3-e).

TABELA IV-C-3-b
CRÉDITO DE FORNECEDORES
 (Supplier's Credit)

- US\$ -

1952	2.803.840
1953	-
1954	598.415
1955	7.777.169
1956	11.336.306
1957	20.074.024
1958	35.080.283
1959	89.376.562
1960	95.466.824
1961	14.319.361
1962	92.189.852
1963	75.789.815
1964	79.339.819
1965	73.111.387

FONTES: Banco Central da República do Brasil

Yearbook of International Trade
 Statistics - ONU.

Observação: Quase todos os valores originais foram fornecidos pelo Banco Central nas moedas dos países que concederam o "Supplier's Credit". Para conversão em dólar utilizou-se as taxas de câmbio do "Yearbook of International Trade Statistics"

TABELA IV - C - 3 - c
 INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS POR TIPOS DE INDÚSTRIA
 US\$ 1.000
 A - INDUSTRIAS DE BASE

ESPECIFICAÇÃO	1955-58	1959	1960	1961	1962	1963	1964	TOTAL
INDUSTRIAS DE BASE								
Siderurgia	4.726	3.143	1.766	2.685	- 239	-	81	12.162
Metalurgia de não ferro sos	9.907	802	- 184	3.572	94	-	-	14.191
Mecânicas e elétricas pesadas	13.304	3.088	5.941	3.529	1.758	3.299	698	31.617
Veículos, automóveis e auto peças	139.701	54.382	38.906	2.181	5.433	2.057	-	242.660
Mineração	5.073	485	695	-	-	-	-	6.253
Química de base e petro química	29.965	1.853	10.763	1.554	329	767	61	45.292
Cimento	4.406	247	-	1.279	- 3.119	-	-	2.813
Construção Naval	-	12.991	229	605	-	1.117	2.050	16.992
Tratores, peças, acessó rios e implementos	-	-	12.503	9.348	2.640	-	263	24.754
Outras	224	-	-	- 224	-	-	-	0

TABELA IV - C - 3 - c
 INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS POR TIPOS DE INDÚSTRIA
 US\$ 1.000
 B - INDÚSTRIAS LEVES

ESPECIFICAÇÃO	1955-58	1959	1960	1961	1962	1963	1964	TOTAL
INDÚSTRIAS LEVES								
Têxtil	15.941	680	2.387	- 26	110	-	-	19.092
Alimentação	7.514	669	4.380	226	1.120	-	-	13.909
Química e farmacêutica	17.045	1.725	493	22	535	326	-	20.146
Cerâmica	2.678	38	133	- 2.500	-	-	-	349
Mecânicas e elétricas	36.682	4.421	6.095	2.212	1.422	724	5.450	57.006
Óleos vegetais	2.733	15	-	- 179	-	-	-	2.569
Outras	22.914	2.277	979	2.180	525	129	2.045	31.049
TOTAL	312.813	86.816	85.086	26.464	10.608	8.419	10.648	540.854

FONTE: Relatório do Banco do Brasil de 1964.

TABELA IV - C - 3 - d

INVESTIMENTOS POR PAÍS DE ORIGEM

US\$ 1.000

ESPECIFICAÇÃO	1955-58	1959	1960	1961	1962	1963	1964	TOTAL
Alemanha Ocidental	55.575	16.353	21.977	8.677	2.820	2.020	1.346	108.768
Bélgica	4.802	2.172	1.069	2.053	395	767	-	11.258
Canadá	12.345	783	7.136	2.147	82	-	-	22.493
Estados Unidos	159.126	26.223	28.024	6.238	4.048	2.993	736	227.388
França	12.609	6.547	4.913	178	26	504	250	25.027
Itália	6.679	4.016	2.863	541	194	-	-	14.293
Japão	8.723	6.958	2.729	-	-3.119	1.426	2.051	18.768
Países Baixos	2.646	6.267	400	1.262	63	284	5.457	16.379
Reino Unido	11.520	5.528	1.933	1.294	1.940	129	-	22.344
Suécia	1.346	414	6.647	116	120	-352	600	8.891
Suíça	23.177	6.724	4.970	2.698	1.361	648	208	39.786
Outros	14.265	4.831	2.425	1.260	2.678	-	-	25.459
TOTAL	312.813	86.816	85.086	26.464	10.608	8.419	10.648	540.854

FONTE: Relatório do Banco do Brasil de 1964

Tabela IV-C-3-e

Importação de equipamentos e financiamento externo (Milhões de US\$)

ANO	Total equip. importados	Financ. por empréstimo	Financ. por Inv. direto
1955	332	60	31
1956	283	158	55
1957	485	223	107
1958	483	268	83
1959	473	290	93
1960	492	224	63
1961	489	274	47
1962	473	247	33
1963	408	186	19

FONTE: SUMOC - Relatório de 1963.

Da mesma maneira, a década dos anos 50 viu incrementar-se o financiamento de projetos específicos provenientes de fontes privadas e oficiais (Tabela IV -C-3-f) sendo que somente após 1956 aqueles financiamentos provenientes de fontes privadas tiveram um incremento superior a 50% (Tabela IV-C-3-g). A diferença existente entre os totais nos últimos anos tabelas acima é devido ao fato de que neste último consideramos apenas o saldo devedor.

Já tem sido afirmado que 60% dos créditos a curto prazo para o Brasil e Argentina estão em forma de "crédito dos fornecedores", (1) o que mostra a tendência de mudança no mecanismo de migrações de capitais, pelo menos para os países subdesenvolvidos. É que a promoção da industrialização nos países da América Latina levou os governos a políticas de facilidades para empréstimos referentes à importação de equipamentos considerados

TABELA IV-C-3-f
FINANCIAMENTOS DE PROJETOS ESPECÍFICOS DE FONTES
PRIVADAS E OFICIAIS

ANOS	US\$ 1.000
1957	260.505
1958	398.729
1959	333.117
1960	261.495
1961	115.801
1962	212.665
1963	180.850
1964	192.864

* Inclue os "créditos dos fornecedores" do Quadro X, segundo a igual apresentação da SUMOC.

FONTE: Relatórios do Banco Central.

TABELA IV-C-3-g

FINANCIAMENTO DE PROJETOS ESPECÍFICOS DE FONTESPRIVADAS E OFICIAIS

POSIÇÃO EM 31 DE MAIO DE 1964

US\$ 1.000.000			
CREDORES	TOTAL	EFETUADOS APÓS 1956	% SOBRE O TOTAL EFETUADOS APÓS 1956
FONTES PRIVADAS			
Alemanha	116,8	26,2	22
Bélgica	9,9	9,6	97
Canadá	28,1	-	-
Espanha	8,6	7,0	81
Estados Unidos	266,9	114,9	43
Finlândia	5,7	0,3	5
França	98,8	53,4	54
Holanda	3,4	0,6	18
Itália	136,1	34,5	25
Japão	137,3	9,2	7
Reino Unido	29,8	29,7	99
Suécia	8,5	8,1	95
Suiça	11,6	5,5	47
SUB-TOTAL	861,5	305,7	-35.6
FORNTE OFICIAIS			
BIRD	143.700	-	
BID	167.153	-	
AID	136.101	-	
EXIMBANK	369.801	-	
SUB-TOTAL	816.755	-	
TOTAL	1.678.2		

FONTE: Banco Central.

essenciais para o desenvolvimento econômico. O Brasil, por exemplo, adotou uma taxa de câmbio preferencial para êsses tipos de empréstimo, através da instrução 113 da SUMOC, e da Lei de tarifas de 1957, revivendo a "lei dos similares".

Com base no exposto na seção IV-B-1 (vantagens e desvantagens do capital estrangeiro) e nas considerações sobre tipos e campos de investimentos estrangeiros, pode-se tentar uma análise das prováveis repercussões provenientes daquele fluxo, sem, contudo, chegar a uma mensuração dos efeitos. Para isto seria necessário uma base estatística superior à existente. Entretanto, algumas das desvantagens apresentadas nos diferentes tipos de capitais estrangeiros podem ser analisadas à luz dos fatos anteriormente expostos, o que permite algumas generalizações não somente quanto ao comportamento do fluxo de capitais para países subdesenvolvidos (pois muitos dos fenômenos aqui observados são extensíveis a países latino-americanos), mas também à participação dos mesmos no desenvolvimento do Brasil.

O que emana de forma explícita da análise é o fato dos capitais estrangeiros tenderem a movimentar-se sob as formas que lhes dão maiores garantias, mesmo que para isso tenham de fugir das normas mais convencionais do passado. Os tipos que se tornaram mais adaptados às instituições em vigor foram investimentos diretos e empréstimos "amarrados" ou garantidos oficialmente sob a forma de financiamentos específicos e crédito dos fornecedores. Os investimentos diretos substituíram os indiretos a partir dos anos '30, e os outros dois tipos são consequência das circunstâncias mais restritivas imperantes após a 2ª Guerra Mundial. Esta adaptação da migração do capital às mudanças institucionais, garantindo a continuação da maximização do lucro como fator determinante do fluxo, e isolando "terceiros fenômenos" que pudessem anular uma rentabilidade maior é, a nosso ver, a razão pela qual os fluxos de capitais americanos, independentemente de fatores políticos. Em outras palavras, sempre haverá uma "brecha" em direção as melho-

res alternativas de investimentos, e diferenças de alternativas dificilmente serão anuladas pelo fator risco, pois justamente a brecha visa a anular pelo menos parte dos riscos quando estes são consideráveis, ou de molde a anular uma ótima alternativa. Tanto o "crédito dos fornecedores" como o "projeto específico" podem constituir uma resposta à crescente instabilidade política dos países subdesenvolvidos.

Ora, já podemos avaliar que tanto as desvantagens da inibição dos fatores nacionais como as do ilhamento dos investimentos diretos (1) dificilmente encontrariam apoio nas estatísticas, pois os investimentos foram efetuados em sua maior parte em setores novos (Tabela IV-C-3-d), principalmente na indústria de base, setor por excelência formador de "efeitos para traz e para frente". Segundo dados do Censo de 1960 mais de 100 mil novos empregos foram gerados pela indústria automobilística, o que também provocou novas oportunidades empresariais, devido ao elevado nº de indústrias colaterais. Fica também anulado o problema da dissipação de parte da renda nacional (2), com a excessão do setor têxtil e setor de cerâmica, onde somente foram aplicados 3,6% dos investimentos totais, os restantes 96,4% foram praticamente aplicados sem originar competição a nacionais que pudessem estar operando no mesmo campo.

A conclusão acima continua válida se supusermos que a maioria dos investimentos se realizou em forma de aplicações diretas, o que não está longe da realidade, pois dificilmente o "joint venture" tão desejado pelos empresários nacionais encontraria aceitação por parte dos investidores estrangeiros em empreendimentos pioneiros no país receptor, principalmente em campos onde o empresário nacional ainda não tivesse tido experiência. Além disso, a Tabela IV-C-3-e mostrou que cerca de 15% das necessidades de equipamentos no período 1958-61 foram financiados através de investimentos diretos, o que representou apenas cerca de 4% da inversão fixa total do período (3).

(1) vide página 4.

(2) vide página 5 e 6.

(3) "O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA AMÉRICA LATINA NO APÓS GUERRA" — CEPAL

Não parece, portanto, que as pretensões dos empresários nacionais tenham sido sacrificadas no período aqui focalizado, no tocante a oportunidades empresariais. Entretanto, uma vez atendidas as necessidades de técnica através do desenvolvimento daqueles setores novos, faz-se mister que o empresário local esteja em condições de competir com os alienígenas. Isso apenas poderá ser possível se primeiro tiverem acesso aos mercados de capitais. Atualmente eles estão em inferioridade comparativamente aos investidores estrangeiros, os quais dispõem dos imensos recursos das grandes corporações.

Finalmente, quanto às desvantagens da "ênfase em novos investimentos de capitais fixos oriundos do projeto específico e das pressões exercidas pelos fornecedores no financiamento de suas vendas (1), são afirmações de difícil avaliação empírica no Brasil.. Cabe ressaltar ainda, que os inconvenientes da "regra do custo de câmbio" tenderiam a ser mais nocivos ao Brasil, não somente por ser um país carente de pupanças internas necessárias ao desenvolvimento, como também pela sua variada gama de recursos.

a. Repercussões no Balanço de Pagamento:

A tabela IV-C-1 (colunas 4 e 7) apresenta a evolução das nossas obrigações externas referentes a amortizações e remessa de lucros e dividendos. Excetuados os anos imediatamente posterior à 2ª guerra, os demais apresentaram um saldo das entradas sobre as saídas (col. 9 da Tabe-

(1) Ver páginas 6 e 7.

la acima. Entretanto, mesmo que o saldo tivesse sido desfavorável, seriam imprudentes muitas das conclusões, pois a relação entre investimentos estrangeiros e o balanço de pagamentos é muito complexa e geralmente indireta. Uma análise do efeito dos investimentos estrangeiros sobre certos itens do balanço de pagamento, ou sobre a capacidade do país para fazer face ao incremento do item serviços, que decorre das inversões estrangeiras, é de limitada significação: as repercussões gerais daquelas inversões no setor exportador ou no atendimento do consumo interno não poderiam ser mensuradas integralmente, principalmente as geradas pelo deslocamento interno de recursos. Parece relevante, entretanto, observar as influências que sofreria a posição de liquidez internacional do país e as consequências dos investimentos estrangeiros sobre o desenvolvimento nacional, considerado, simultaneamente as novas forças internas oriundas do processo e as modificações havidas. Daí a necessidade das duas seções que se seguem: comportamento da dívida externa e desenvolvimento econômico.

4. CAPITAL ESTRANGEIRO E DÍVIDA EXTERNA

Conforme definição das Nações Unidas o termo "Dívida Externa" somente é estendido "às dívidas superiores a um ano, referentes a créditos concedidos ao setor oficial ou garantidos por este, excluindo-se, por conseguinte, as obrigações reembolsadas em moeda nacional e as demais obrigações derivadas de movimentos com o Fundo Monetário Internacional, não superiores a um ano" (1).

A grosso modo, a dívida externa de um país receptor de capi

(1) El financiamiento Externo da América Latina, Nações Unidas, Nova York, 1964, página 220.

tais pode crescer em função de deficits do balanço de mercadorias e em função de deficits do item serviços.

A dívida externa brasileira durante o período 1947/64 tem sido originada alternativamente de comportamento negativo de vários itens de balanços de pagamentos conforme indicaria uma observação a Tabela IV-C-2-b. Entretanto, podemos constatar naquele mesmo quadro que o balanço das mercadorias (em termos FOB) tem sido favorável ao Brasil, a exceção de uns poucos anos. O que de fato tem contribuído pesadamente para o deficit quase que continuado das transações correntes é o item serviços, nos seus sub-itens transportes e rendas de capitais. Mas precisamente, a atual dívida externa originou-se dos deficits em conta corrente dos anos 1951-52, respectivamente de 470 e 709 milhões de dólares, justamente devido a sobrecarga do item transporte, consequência das elevadas e normais transações de mercadorias em decorrência da Guerra da Coréia.

A Tabela IV-C-1-f mostra as necessidades brutas de financiamento após o ano de 1951, quando observamos a tendência crescente, chegando a atingir quase 1 bilhão de dólares em 1960. Voltemos entretanto, a Tabela IV-C-2-6 e observemos que apenas 23 milhões foram provocados pelo deficit no balanço de mercadorias em 1960, ficando responsável pelas restantes 945 milhões as remessas das amortizações (410 milhões de dólares) e o deficit da rubrica serviços (mais ou menos US\$ 519 milhões), onde se sobressaem renda de capitais (ambos somando 290 milhões).

A Tabela IV-C-4-a nos dá uma visão de qual tem sido a crescente influência das remessas de rendas de capitais no continuado deficit do item "serviços" (coluna 3), principalmente quando consideramos as amortizações devidas (coluna 2). De uma participação média de 13% no início do período passamos para 35% nos anos iniciais da década de 1960. É que as necessidades de financiamento externo foram atendidas em grande parte através

TABELA IV - C - 4 - a

PERÍODOS	SERVIÇOS	SERVIÇOS	RENDA	TRANSPOR
	EXPORTAÇÕES	DE CAPITAIS	DE CAPITAIS	TES + SEGUROS
	(%) (1)	EXPORTAÇÕES	EXPORTAÇÕES	EXPORTAÇÕES
		(%) (2)	(%) (3)	(%) (4)
1947	23,9	8,9	4,8	13,8
1948	26,6	14,0	8,9	14,0
1949	24,6	18,9	9,2	10,0
1950	23,5	14,3	8,1	9,6
1951	31,3	10,4	8,9	15,2
1952	29,7	10,9	8,5	16,4
1953	25,5	13,7	10,7	9,0
1954	24,3	17,4	8,8	10,2
1955	24,2	17,9	8,0	10,0
1956	28,3	22,1	9,5	8,6
1957	28,2	26,6	9,2	8,8
1958	26,3	34,6	8,6	8,7
1959	31,7	41,1	11,7	7,5
1960	40,2	46,8	14,5	6,7
1961	29,6	36,4	13,1	5,9
1962	33,5	41,9	16,4	6,9
1963	23,7	36,1	10,2	7,1
1964	20,4	29,9	9,6	5,4

FONTE: Relatório do Exercício de 1964 - SUMOC.

(1) Inclui reinvestimentos.

de empréstimos a prazos relativamente curtos, e uma parte ponderável dos financiamentos compensatórios foi coberta por "swaps" e "atrasados comerciais". Por exemplo, 42% das necessidades de financiamento externo para 1960 foram conseguidos em termos que não a longo prazo (isto é, aquêles tipos diferentes dos investimentos diretos e empréstimos a longo prazo), representando cerca de US\$ 420 milhões de dólares, o que apenas tem avolumado o problema do deficit, aliás também uma conclusão da Missão do BIRD ao Brasil durante 1965 (1), quando enfatizou a sequência dos rescalonamentos das dívidas originadas do débito externo (pagamentos de juros e principal).

As tabelas IV-C-4-5 e IV -C-4-d apresentam respectivamente a situação da dívida externa para os anos após 1962 e o escalonamento do pagamento a partir de 1965, onde observamos a concentração das nossas obrigações para os anos até 1970. Vemos também que a diminuição de obrigações a curto prazo para os anos de 1963 a 1965 (tabela IV-C-4-b) itens 3.2 a 3.6), de US\$993 milhões para US\$ 405 milhões respectivamente, tem sido responsável pela diminuição relativa dos serviços da dívida externa frente a receita das exportações, isto é, de 35% em 1960 para 29% em 1964 (tabela IV-C-4-d, coluna 4). O aumento do serviço da dívida externa observado até 1960 (tabela IV-C-4-d, col 4) tornou mais premente a contribuição financeira externa, e o rescalonamento a curto prazo por sua vez provocava novo aumento dos serviços de capitais, caindo o país no círculo vicioso de tomar emprestado para pagar os juros e amortizações. Isto deveu-se ao fato das exportações não terem sofrido um crescimento suficiente para mais do que compensar o deficit da rubrica "Serviços", bem como a entrada de capitais autônomos não foi suficiente para fazer face as obrigações decorrentes de amortizações, juros e remessas de lucros e dividendos, e ainda aumentar o volume das inversões internas para a obtenção de uma taxa satisfatória do crescimento do produto interno. Basta observar que de um total de entrada

(1) Vide "Current Economic position and Prospect of Brasil", maio de 1965, Publicação do BIRD, Report. nº WH-146 a, pág. 1 do Anexo II.

TABELA IV - C - 4 - b

COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO EXTERNO
(MILHÕES US\$)

DISCRIMINAÇÃO	POSIÇÃO EM 31/12/57	POSIÇÃO EM 31/12/58	POSIÇÃO EM 31/12/59	POSIÇÃO EM 31/12/60	POSIÇÃO EM 31/12/61	POSIÇÃO EM 31/12/62	POSIÇÃO EM 31/12/63	POSIÇÃO EM 31/12/64	POSIÇÃO EM 31/12/65 (*)
1-Empréstimo Compensatório	479	661	567	574	872	953	1 010	1 005	1 280
2-Financiamentos de Projetos Específicos	513	920	1 127	1 235	1 234	1 280	1 270	1 303	1 399
3-Outras Dívidas	675	388	482	734	574	817	953	802	405
3.1-dívida pública externa consol.	160	133	108	92	59	50	82	77	71
3.2-atrasados comerciais	-	-	-	-	-	-	143	229	-
3.3-atrasados de petróleo	-	-	-	-	-	-	55	5	58
3.4-importações com câmbio contratado	-	-	-	-	-	-	198	131	117
3.5-"Swaps"	133	112	227	352	347	394	364	313	135
3.6-diversos (**)	382	143	147	290	168	373	45	47	24
4-Total do Endividamento Externo	1 667	1 969	2 176	2 543	2 680	3 050	3 167	3 110	3 084

Fontes: Relatórios do Banco Central

(*) Estimativas: 17/1/66

(**) Inclui itens 3.2, 3.3, 3.4 até 1962

TABELA IV - C - 4 - a

COMPORTAMENTO DA DÍVIDA EXTERNA DO BRASIL

US\$ 1.000					
ANOS	DÍVIDA EXTERNA AO FINAL DOS ANOS (1)	SERVIÇO DA DIV. EXTERNA (2)*	RECEITA DAS EXPORTAÇÕES (3)	% DE (2) SÔBRE (3) (4)	% DE (1) SÔBRE (3) (5)
1947	*625.000	61.000	1.131.000	5,4	55,3
1948	*537.000	86.000	1.180.000	7,3	50,6
1949	*604.000	128.000	1.096.000	11,7	55,1
1950	495.000	112.000	1.355.000	8,3	36,5
1951	*797.000	47.000	1.768.000	2,6	45,1
1952	*1.414.000	54.000	1.418.000	3,8	99,7
1953	*1.396.000	80.000	1.539.000	5,2	90,7
1954	*1.574.000	182.000	1.562.000	11,6	100,8
1955	1.560.000	175.000	1.423.000	12,3	109,6
1956	1.410.000	254.000	1.482.000	17,1	95,1
1957	1.667.000	309.000	1.391.000	22,2	119,8
1958	1.969.000	382.000	1.242.000	30,7	158,7
1959	2.176.000	468.000	1.282.000	36,5	169,7
1960	2.543.000	516.000	1.268.000	40,7	200,6
1961	2.680.000	441.000	1.403.000	31,4	191,0
1962	3.050.000	428.000	1.214.000	35,2	251,3
1963	3.167.000	451.000	1.406.000	32,1	225,2
1964	3.110.000	414.000	1.429.000	29,0	217,6

* Dados estimados dos respectivos Balanços de Pagamentos publicados pela SUMOC.

Os demais dados da coluna (1) foram extraídos de "El financiamiento Externo da América Latina", Nações Unidas 1964.

de capitais autônomos e compensatórios no valor de US\$8.274 milhões apenas US\$ 2.097 permaneceram como saldo líquido (vide Tabela IV-C-1). Tentemos, pois, uma análise das fontes e prazos de financiamentos compensatórios e autônomos, para que possamos avaliar mais detalhadamente a composição da dívida externa do país.

a. Fonte de financiamento compensatório

Os movimentos compensatórios para fazer face aos desequilíbrios do balanço de pagamentos do país tem sido originados ou de empréstimos de fontes privadas ou oficiais, ou das reservas de ouro e divisas, ou então por uma acumulação de dívidas a curto prazo, dos tipos swaps, atrasados comerciais e variações das obrigações a curto prazo do Banco Central do país, com respeito aos bancos centrais dos países credores. Assim é que de um total líquido de financiamentos compensatórios igual a US\$ 3.385 milhões tivemos cerca de 50% efetuados a curto prazo (vide tabela IV-C-4-e)

A Tabela IV-C-4-f (Item II) apresenta as fontes responsáveis pelos financiamentos compensatórios a médio e longo prazo, e cujo total não coincide com o do quadro IV ^{-C-4-h,} devido a que neste último consideramos apenas os saldos líquidos. Estes empréstimos, também chamados "operações de regularização", têm sido efetuados para permitir ao país fazer frente as crises no balanço de pagamentos, especialmente as de 1952 e 1960. A crise de 1952 exigiu financiamentos do EXIMBANK e de banqueiros norte-americanos em 1953 e 1954 no total de US\$500 milhões, para a cobertura de atrasados comerciais de igual quantia observada neste ano. A crise de 1960, exigiu quase US\$ 1 bilhão em financiamentos, para cobrir cerca de US\$ 500 milhões em deficit nas contas correntes e outro tanto em amortizações. Entretanto, 42% tiveram de ser financiados através da acumulação de atrasados comerciais e diminuição das reservas. A tabela IV-C-4-d apresenta a evolução do serviço da dívida externa como porcentagem das receitas das exportações

TABELA IV - C - 4 - e

FINANCIAMENTOS COMPENSATÓRIOS

(US\$ MILHÕES)

ANOS	CURTO PRAZO (*)	MÉDIO E LONGO PRAZO			TOTAL GERAL
		Privado	Oficial	Total	
1947	112	-	70	70	182
1948	81	-	- 56	- 56	25
1949	38	-	38	38	76
1950	- 49	-	- 3	- 3	- 52
1951	267	-	24	24	291
1952	643	-	- 28	- 28	615
1953	- 538	-	486	486	- 52
1954	3	200	-	200	203
1955	- 78	-	61	61	- 17
1956	- 176	-	- 28	- 28	- 204
1957	143	-	37	37	180
1958	58	58	137	195	253
1959	175	-	- 21	- 21	154
1960	372	10	48	58	430
1961	375	48	262	310	685
1962	223	-	120	120	343
1963	91	-	188	188	279
1964	- 94	-	88	88	- 6
TOTAL	1.646	316	1.423	1.739	3.385

FONTE: Relatórios do Banco Central

(*) Inclui: Atrasados e créditos comerciais, Haveres e obrigações bancárias a curto prazo, movimento do ouro monetário, linhas de crédito e Swaps.

(1)

POSS

EQUIVALÊNCIA: US\$1.000

	TAL UTILIZADO (2) - B -	AMORTIZAÇÕES - C -	SALDO DEVEDOR DE PRINCIPAL D=B-C
Tot	<u>3 766 799</u>	<u>1 122 237</u>	<u>2 644 562</u>
	<u>2 074 066</u>	<u>627 839</u>	<u>1 446 227</u>
	<u>1 069 413</u>	<u>584 131</u>	<u>1 385 282</u>
	<u>827 499</u>	<u>193 070</u>	<u>634 429</u>
	167 153	28	167 125
	143 700	35 110	108 590
	369 801	149 270	220 531
	136 101	-	136 101
	10 744	8 662	2 082
	<u>1 141 914</u>	<u>391 061</u>	<u>750 853</u>
	173 618	72 195	101 423
	12 923	3 257	9 666
	29 565	2 741	26 824
	13 844	6 543	7 301
	352 601	126 001	226 600
	8 830	3 473	5 357
	162 176	80 800	81 376
	7 371	4 672	2 699
	155 449	29 926	125 523
	124 828	10 423	114 405
	1 094	-	1 094
	615	100	515
	67 979	38 925	29 054
	15 031	6 906	8 125
	15 990	5 099	10 891
	<u>104 653</u>	<u>43 708</u>	<u>60 945</u>
	<u>104 653</u>	<u>43 708</u>	<u>60 945</u>
	25 890	17 457	8 433
	270	32	238
	27 400	11 912	15 488
	23 144	4 136	19 008
	10 386	1 431	8 955
	17 563	8 740	8 823

EQUIVALÊNCIA: US\$ 1 000

DÉBITOS Nº OR	TOTAL UTILIZADO (2)	AMORTIZAÇÕES	SALDO DEVEDOR DE PRINCIPAL
	- B -	- C -	D-B-C
<u>012 335</u>	<u>1 692 733</u>	<u>494 398</u>	<u>1 198 335</u>
<u>012 335</u>	<u>1 692 733</u>	<u>494 398</u>	<u>1 198 335</u>
<u>732 335</u>	<u>1 429 400</u>	<u>351 898</u>	<u>1 077 502</u>
<u>493 512</u>	<u>443 512</u>	<u>254 562</u>	<u>188 950</u>
<u>565 194</u>	<u>524 608</u>	<u>14 616</u>	<u>509 992</u>
212 594	205 994	12 200	193 794
168 000	162 356	-	162 356
92 100	79 558	-	79 558
19 400	19 400	2 416	16 984
66 500	50 700	-	50 700
6 600	6 600	-	6 600
<u>300 000</u>	<u>195 000</u>	-	<u>195 000</u>
<u>70 000</u>	<u>104 500</u>	<u>82 160</u>	<u>22 340</u>
<u>303 629</u>	<u>161 780</u>	<u>560</u>	<u>161 220</u>
92 925	50 244	-	50 244
26 268	26 268	-	26 268
83 154	42 724	-	42 724
1 062	1 062	-	1 062
67 300	12 562	-	12 562
17 485	17 485	-	17 485
10 815	10 815	560	10 255
620	620	-	620
<u>280 000</u>	<u>263 333</u>	<u>142 500</u>	<u>120 833</u>
200 000	200 000	142 500	57 500
80 000	63 333	-	63 333

Câmbio; comunicação de remessas pela Fiscalização Cambial e Contratos de registro de Capitais Estrangeiros. SEXPE/vpcm. 2.9.65.

débitos;

1 de comércio e pagamentos, em vigor.

(coluna 4). Sòmente o rescalonamento de "créditos dos fornecedores" oriun dos da Alemanha Federal, França, Itália, Países Baixos, Reino Unido e Japão permitiu o desafôgo do serviço da dívida externa até 1965, observando-se en tão um decréscimo de 40.7% em 1960 para 29% em 1964 (ainda a tabela IV-c-4-d, coluna 4). Nota-se que aquêles números poderiam ser maiores, caso não fôsse observado o aumento da receita das exportações a partir de 1961, em re lação aos anos anteriores.

B. VARIAÇÃO DAS RESERVAS MONETÁRIAS:

Uma parte dos deficits que não encontrou financiamento com pensatório mesmo a curto prazo teve de ser liquidada mediante o movimento de ouro e divisas das autoridades monetárias. Assim é que o total líquido das reservas internacionais brasileiras (em ouro e moedas estrangeiras) decreg ceu de US\$ 785 milhões em 1947 para US\$ 318 milhões em 1963 (tabela IV-C-4-g, coluna 1), uma variação para menos igual a 60%. É que os empréstimos para cobrir aquêles deficits no período 1951-60, tendo sido o restante inteiramente financiado pela variação lí quida das reservas monetárias (1).

De acôrdo com dados publicados pelas Nações Unidas foram as seguintes as variações das reservas líquidas para financiamento das operações compensatórias líquidas ou em outras palavras, o deficit do balanço de paga mentos antes das compensações que não encontram empréstimos correspondentes (2):

(1) Cabe notar que os dados da tabela IV-c-4-g col. 1, publicados pelo FMI a penas consideram o total de ouro e moedas estrangeiras. Por conseguinte, as variações das obrigações e haveres sôbre o estrangeiro das auto ridades monetárias não estão lá incluídas, e que se consideradas resul taria na quantia das "reservas monetárias líquidas", que é justamente a col. 2. Abaixo apresentamos o total da variação líquida :

(2) "El financiamiento Externo da América Latina", obra citada página 115.

TABELA IV - C - 4 - g

RESERVAS INTERNACIONAIS BRASILEIRAS

Milhões de Dólares

ANOS	(1)	(2)
1928	58	...
1937	50	...
1938	59	...
1946	760	...
1947	785	...
1948	758	...
1949	719	...
1950	724	...
1951	590	...
1952	571	499
1953	650	577
1954	521	465
1955	508	393
1956	671	481
1957	509	371
1958	465	311
1959	366	257
1960	345	34
1961	470	336
1962	379	91
1963	318	...
1964	368	...
1965	601 (até setembro)	...

FONTE: International Financial Statistics (F M I)

OBS. Col. 1 - Apenas Total de ouro e moedas estrangeiras.

Col. 2 - Inclui a posição líquida com respeito ao F M I, crédito sobre o exterior da delegação do Tesouro Brasileiro em Nova York, passivos a curto prazo do Banco do Brasil a favor de Bancos europeus e de particulares estrangeiros (swaps), e passivos a curto prazo sobre o exterior de instituições oficiais não monetárias. É o que se chama "Reservas Monetárias Líquidas".

VARIAÇÕES DAS RESERVAS MONETÁRIAS LÍQUIDAS (Aumento -)

1946-50	1951-55	1956-60	1961	1962	Total
+ 156.6	+ 317.0	+ 519.0	- 263.0	+ 97.0	+ 906.6

Vemos então, que durante o período 1946-1962 a variação das reservas líquidas pode ser dividida em: US\$ 381 milhões correspondentes a ouro e divisas e 525.6 milhões de dólares correspondentes a diminuição de haveres ou aumento de obrigações sobre o estrangeiro, que conforme a definição do FMI, constituem o saldo das "reservas líquidas", de difícil estimativa correta para os países latino-americanos.

Devido àqueles dois conceitos "de reservas monetárias" (isto é, um não considerando as variações de obrigações contra o estrangeiro e outro sim) é que podemos conciliar o valor em porcentagem da perda de reservas monetárias que encontramos acima (60%) e o resultado encontrado por fontes das Nações Unidas (81,8%) (1), pois que os últimos consideram aqueles itens descritos na tabela IV-c-4-g (observação da coluna 2).

C. Financiamentos Autônomos:

Nesta seção trataremos especificamente da influência dos financiamentos de projetos específicos, dos "créditos dos fornecedores", e dos empréstimos financeiros, no crescimento de parte da dívida externa.

Apesar de termos tratado separadamente os financiamentos de projetos específicos e os créditos dos fornecedores na seção IV-c-3 é costume generalizado juntá-los sob a denominação de financiamentos de equipamentos o que também é feito pelo Banco Central. Entretanto, a nossa preferência pela separação deve-se ao fato daqueles dois tipos de financiamen-

(1) "El financiamiento da América Latina", ob. citada, página 115

to possuem períodos diferentes que os caracterizam. Assim, o projeto específico apresenta-se quase sempre com prazos superiores aos dos "créditos dos fornecedores", aliado ao fato dos primeiros serem provenientes principalmente de fontes oficiais, enquanto os segundos provêm de fontes privadas.

Tanto o "crédito dos fornecedores" como os "empréstimos financeiros" resultaram em grande parte, da falta de um mercado de capital doméstico a médio prazo, sendo que os primeiros encontraram o apoio do Governo em 1956, ao receberem facilidades no sistema de câmbio para aquelas operações, não sendo porém estendidas para os "empréstimos financeiros". Assim é que a Instrução 113 da SUMOC permitiu que o serviço do débito externo originado de "crédito dos fornecedores" poderia ser transferido a uma taxa de câmbio preferencial desde que a operação fôsse considerada essencial para o desenvolvimento econômico nacional. Daí o crescimento daquele tipo de crédito a partir de 1956 (tabela IV-c-3-b).

Da mesma maneira cresceu assustadoramente a entrada de "empréstimos financeiros" em virtude da falta de um mercado de capitais a médio prazo. Não foi possível ao Banco Central levantar, tais dados tendo em vista que o registro dos mesmos só foi requerido a partir de 1962. Entretanto a Divisão de Investimentos e Financiamentos Estrangeiros do Banco Central (1) estima ^{que} atingiram US\$ 790 milhões durante o período 1956-1963, e que o total "outstanding" em 1965 seria de aproximadamente US\$ 1200 milhões.

Já em 1958 o serviço do débito referente àqueles dois tipos de empréstimo constituía uma carga pesada no balanço de pagamentos do país, a ponto de então SUMOC fazer restrições quanto ao crédito a médio prazo, com o mínimo de carência de 3 anos e pagamento em 5 anos. Posteriormente, em

(1) Current economic position and prospects of Brazil obra citada anexo 2, página 7.

1963, a instrução 242 da SUMOC estipulou 2 anos de carência e pagamento a cima de 5 anos, atualmente em vigor, sendo entretanto somente aplicado para os "créditos dos fornecedores", ou, como generaliza o Banco Central, "importação de equipamentos", englobando tanto os equipamentos pertencentes a projetos específicos como aos demais que não estão incluídos em nenhum projeto especial, quais sejam, as importações isoladas de equipamentos.

Por outro lado, já é possível sabermos a evolução dos financiamentos da "importação de equipamentos", conforme mostrado na tabela IV-c-4-h, onde vemos que a participação privada de muito tem sobrepujado a oficial, e quase que inteiramente formada de financiamento do tipo "crédito dos fornecedores", correspondendo a aproximadamente 2/3 do total geral. Observamos, como seria natural, uma situação inversa à dos financiamentos compensatórios, quando as fontes privadas participam com apenas 16,8% do seu total.

A tabela IV-c-4-f mostra o valor dos créditos abertos no exterior em projetos específicos, com discriminação das entidades credoras, bem como o saldo credor em 30 de junho de 1965. O escalonamento dos pagamentos do principal e juros, a partir de 1966, é indicado na tabela IV-c-4-h. Também a exemplo dos financiamentos compensatórios mostra uma concentração dos pagamentos para os primeiros anos. Conclusão óbvia é que o país tem assumido obrigações que não são permitidas pelo comportamento do setor externo, ou seja, uma receita de exportação praticamente constante e uma diminuição no ritmo da substituição das importações provocada pela saturação que entretanto adviria, o que tenderia elevar o gasto com importações concomitantemente com a elevação do produto nacional bruto.

A IV C 4 h

DEBITO E LONGO PRAZO) 1955-1963 (LE

REGISTROS DA SUMOC (1)

(1.000.000)

1957	1958	1959	1960	1961
992	1 581	1 694	1 809	2
224	495	516	489	45
289	425	611	746	775
513	920	1 127	1 235	1 234
279	371	312	343	5
200	290	255	231	7
479	661	567	574	
52%	58%	66%	68%	
100	100	100	100	
44	54	46	39	
56	46	54	61	
1955-57	1957-58	1958-59	1959-60	1960-61
170	47	44	22	4

rsivéis, inclui F M I e empréstimos de bancos american

5. CAPITAL ESTRANGEIRO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

É comum ouvirmos referência quanto a "maciça ajuda estrangeira ao Brasil", principalmente no âmbito das nações latino-americanas. Recente análise da evolução econômica de vários países subdesenvolvidos (levada a efeito sob a orientação do "Committee for Economic Development") tende a apresentar a ajuda estrangeira ao Brasil na década dos anos de 1950 como fator preponderante no retardamento dos efeitos nocivos da inflação, permitindo elevadas taxas de crescimento anual da renda nacional aliadas a fortes pressões inflacionárias.

Aquêle também parece ser o ponto de vista de muitos economistas nacionais, admitindo que a ajuda estrangeira foi relevante no crescimento da economia verificado após a 2ª guerra mundial. Observa ainda que a ajuda realizou-se em duas etapas, sob características distintas: a 1ª etapa compreendeu o período imediatamente após a 2ª guerra mundial, estendendo-se até 1954, quando a ajuda externa caracterizou-se pela melhoria nas relações de troca do país; a 2ª etapa foi caracterizada pelos saldos positivos dos movimentos de capitais, compreendendo o período 1955-1960.

Uma melhora nos termos de troca ou o crescimento do saldo positivo da conta de "capitais" propicia maior receita em divisas, desde que não haja uma diminuição do quantum exportado suficiente para anular a melhora nas relações de troca. Qualquer das duas alternativas (ou a combinação de ambas) poderia fornecer mais divisas, o que permitiria o aumento do nosso poder aquisitivo no exterior, atendendo a necessidade de recursos externos para o desenvolvimento que se realizava a taxas relativamente elevadas.

Também o PAEG atribue ponderável importância ao setor externo no processo de desenvolvimento brasileiro, não somente como fator de alargamento da demanda à produção nacional, como também de fornecedor de matérias primas e equipamentos necessários a continuação e expansão da produção (1), tendo em vista que atualmente cerca de 20% dos investimentos fixos no Brasil correspondem a bens de capital importados. Finalmente o PAEG atribue "uma persistência e, talvez, o aumento da importância estratégica da capacidade de importar na determinação dos níveis de investimentos".

A nosso vêr, a importância que se tem atribuído a ajuda estrangeira no desenvolvimento de países pobres é consequência da tendência mecanicista da teoria Harrod-Domar baseada na relação investimento produto obtido, e que tem sido apresentada como a única solução possível de saída rápida e viável para quebrar o círculo vicioso da pobreza introduzido por Ragnar Nurkse.

A ênfase da estratégia da capacidade de importar, e consequentemente da participação externa no desenvolvimento nacional (quer sob as formas de entrada de capitais ou de aumento da receita das exportações) - não encontra argumentação favorável na observação empírica no Brasil, conforme veremos mais adiante. As características do nosso sistema, isto é, recursos naturais diversificados, considerável população, extensão da região, etc, justificam plenamente o desenvolvimento gerado somente por fatores internos. É que muitos são os fatores que participam do processo de desenvolvimento, e por conseguinte não se pode atribuir excessiva atenção apenas a um deles, pois que dentro de determinados limites a deficiência de um fator poderá ser compensada pela eficiência de outro.

A combinação de fatores tendente a produzir a evolução e-

volução econômica não é uma fórmula fixa, já que cada país terá de considerar as características econômicas, políticas e sociais do momento. E a combinação possível que eleve ao máximo a produção nacional deverá se constituir na política a ser observada pelo país. Ademais, a evolução econômica é um processo dinâmico, com mutações das características no processo contínuo, o que exige constantes adaptações das políticas de longo prazo às mudanças observadas nas características do crescimento a curto prazo.

O caso brasileiro enquadra-se perfeitamente no comportamento observado acima. Assim é que o crescimento secular brasileiro tem sido indubitavelmente motivado pela queda de preços internacionais dos produtos tradicionais de exportação, aumentando a amplitude dos deficits do balanço de pagamentos do país. Por conseguinte, estimulou-se o desenvolvimento brasileiro através da industrialização, pela necessidade de uma mudança drástica de estrutura. A finalidade (1) era a de tornar o nível de emprego menos dependente do comportamento internacional de preços dos produtos exportados.

Nos anos que se seguiram a 2ª guerra mundial continuou a tendência de queda da participação externa na economia nacional, conforme pode ser observado na tabela IV-C-5-a. Observamos que também tem decaido a percentagem da importação de bens de capital na inversão fixa total (de 35,8% no período 1950-54 para 20% em 1964).

Portanto, não nos parece acertada a afirmativa de que tem aumentado a posição estratégica da capacidade de importar na determinação do nível de investimento. A medida que o mercado interno é implementado como centro dinâmico do sistema, acreditamos que o nível de investimento passa a ser mais dependente do mercado interno. O setor externo se transforma numa alternativa para a expansão do mercado, como o foi em

TABELA IV-C-5-a
COMÉRCIO EXTERIOR DO BRASIL
EVOLUÇÃO DO COEFICIENTE DE IMPORTAÇÕES

ANOS	IMPORTAÇÕES DE BENS DE CONSUMO (EM PORCENTAGENS DO CONSUMO TOTAL)		IMPORTAÇÕES DE BENS DE CAPITAL (EM PORCENTAGENS DA INVERSÃO FIXA TOTAL)		MATÉRIAS PRIMAS, BENS INTERMEDIÁRIOS E COMBUSTÍVEIS (EM PORCENTAGENS DO PRODUTO BRUTO TOTAL)	
	Duráveis	Não duráveis	Materiais de construção	Maquinarias e equipamento	Matérias primas e bens intermediários	Combustíveis
1948-1949	1,2	1,0	2,6	26,5	3,3	1,2
1950-1954	0,8	1,0	2,6	35,8	4,1	1,7
1955-1959	0,2	0,6	1,3	21,9	3,1	1,6
1959	0,2	0,5	1,2	23,3	2,9	1,4
1960	0,1	0,5	1,3	22,4	3,2	1,5
1961	0,1	0,6	1,6	18,1	3,0	1,4
1962	0,075	0,63	-	21,3	2,7	1,6
1963	0,095	0,59	-	16,0	2,5	1,4
1964	0,067	0,13	-	11,9	2,4	1,4

FONTE: -

- 1) - Revista do Conselho Nacional de Economia.
- 2) - Centro de Contas Nacionais do Instituto Brasileiro de Economia - Fundação Getúlio Vargas.
- 3) - Estatísticas Nacionais Elaboradas pela CEPAL.

1965, e o será desde que o mercado interno não absorva uma expansão da produção industrial compatível com economias de escalas.

Não é nosso intuito atribuir posição neutra a participação externa no desenvolvimento econômico, pois reconhecemos a adição ponderável que ela poderá trazer a tecnologia e as poupanças do país, a exemplo da Venezuela, México e Perú, citando apenas países desta região. O nosso objetivo é argumentar que o desenvolvimento pode se observar sem o concomitante crescimento estratégico do setor externo, desde que as características do sistema assim permitam.

Uma observação a tabela IV-C-5-b (2) poderá indicar a seguinte conclusão: a participação externa no desenvolvimento brasileiro após a 2ª guerra mundial parece ter sido objetiva somente na segunda metade dos anos da década de 50. É que o aumento observado nas importações efetivas de 1947 a 1954 devido a uma ponderável melhora nas relações de troca (respectivamente colunas 6 e 2 da tabela IV-C-5-b) parece não ter tido uma influência decisiva no crescimento do produto real (col. 8), pois que a taxa média de crescimento deste foi de 5,6% ao ano durante o período 1947-49, quando as importações efetivas apresentaram a média de Us\$ 750 milhões (a preços de 1953). Com a elevação das importações efetivas para a média de Us\$ 1.375 (a preços de 1953) em 1953-55, o crescimento médio do produto real em idêntico período situou-se somente em 5.9% ao ano.

Entretanto, as variações do crescimento do produto na se-

(2) A metodologia aqui empregada para medir-se a capacidade de importar não é a mesma apresentada na Seção B, cap. 2, da Parte II deste Diagnóstico. Estará, portanto, sujeita a modificação, caso a mesma metodologia da Parte II venha a ser adotada.

TABELA IV-C-5-b

US\$ milhões de 1953

ANOS	EXPORTAÇÕES (A PREÇOS DE 1953)	ÍNDICE DA RELA- ÇÃO DE TROCAS	PODER AQUI- SITIVO DAS EXPORTAÇÕES	PODER AQUISI- TI VO DOS SALDOS LÍQUIDOS DE CA- PITAIS A PRE- ÇOS DE 1953(*)	CAPACIDADE DE IMPORTAR TOTAL (3+4)	IMPORTAÇÕES EFETIVAS (POR A PREÇO DE 1953)	SALDO DE TRANS- PORTE E SEGURO A PREÇOS DE 1953	ÍNDICE DE PRODUTO - REAL 1949 - 100 VARIÇÃO ANUAL (%) (8)
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)
1947	1961	45	882	167	1049	778	- 121	1,8
1948	2005	44	883	- 123	760	675	- 124	9,5
1949	1803	53	956	- 38	918	824	- 96	5,6
1950	1562	93	1453	- 115	1338	1004	- 140	5,0
1951	1686	95	1602	94	1696	1521	- 232	5,1
1952	1375	90	1237	19	1256	1480	- 202	5,6
1953	1539	100	1539	400	1939	1116	- 138	3,2
1954	1331	134	1784	171	1955	1618	- 183	7,7
1955	1526	118	1801	- 111	1690	1392	- 180	6,8
1956	1665	113	1882	39	1921	1324	- 161	1,9
1957	1530	117	1790	147	2117	1647	- 156	6,9
1958	1480	119	1761	466	2227	1661	- 152	6,6
1959	1806	109	1969	306	2275	1862	- 148	7,3
1960	1813	101	1831	442	2273	1874	- 123	6,7
1961	1976	97	1917	384	2301	1770	- 115	7,3
1962	1812	84	1522	20	1520	1630	- 105	5,4
1963	2045	91	1697	- 173	1524	1598	- 128	1,6

FONTE: (1) - PAEG.

(3) - PLEG.

(2) - Conjuntura Econômica da FGV.

(6) - Boletim do Banco Central.

(8) - Centro de Contas Nacionais
FGV.

(*) - Refere-se a erros e omissões dos lançamentos efetuados, atrasados comerciais, variações de haveres.

gunda metade daquela década estão diretamente ligadas as variações da importação efetiva (com a defasagem de um ano), o que não acontecia no período anterior. Os dados abaixo, extraídos da tabela IV-C-5-b indicam claramente esse comportamento.

ANOS	MÉDIA DAS IMPORT. Efetivos (em milhões Us\$ 1953)	MÉDIA DO CRESCIMENTO DO PRODUTO REAL (Em %)
1947-48	720.	5.6
48-49	750.	7.5
49-50	900.	5.3
50-51	1.250.	5.0
51-52	1.500.	5.3
52-53	1.300.	4.4
53-54	1.360.	6.0
54-55	1.500.	7.2
55-56	1.400.	4.3
56-57	1.450.	4.4
57-58	1.650.	6.75
58-59	1.750.	6.95
59-60	1.860.	7.0
60-61	1.840	7.0
61-62	1.700	6.3
62-63	1.600	3.5

A explicação que temos para aqueles comportamentos distintos está diretamente ligada às características da participação externa nas duas etapas. A observada no período 1955-60 se fez acompanhar de tecnologia mais avançada, o que deve ter influenciado o decréscimo da relação capital/produto (por conseguinte, melhoria desta última). Assim, as repercussões da variação da produção total às variações das importações efetivas se tornaram mais sensíveis. Já no período anterior o considerá

vel aumento verificado nas relações de intercâmbio, aumentando a capacidade de importar total em cerca de 100%, não repercutiu sensivelmente no incremento da produção, o que demonstra ter sido o crescimento daqueles anos função primordial de esforço interno, ou no máximo auxiliado indiretamente pelo aumento da capacidade de importar, através da liberação de fatores produtivos.

Realmente, as importações que mais diretamente trazem tecnologia são os investimentos estrangeiros do tipo direto. Quando observamos que as repercussões na economia dos investimentos estrangeiros dependerão dos tipos de aplicações, fácil é admitir que o período caracterizado pela maior participação do investimento direto tenderia a apresentar uma melhora da relação capital/produto.

Na verdade, a supervalorização do cruzeiro até 1953 desencorajou os investimentos diretos, provocando remessas superiores às entradas (colunas 2 e 7 da tabela IV-C-1) durante o período 1948/55, o que em parte anulava o aumento da receita das exportações oriundas da melhora nas relações de troca.

Entretanto, com as mudanças institucionais em 1953 e 1956, provendo facilidade a entrada dos investimentos estrangeiros (conforme já descrito na Seção IV-C-1), começaram a afluir os capitais de risco, em 1956, localizando-se principalmente nos setores formadores por excelência de "efeitos para trás e para frente", justamente o período em que observamos os mais elevados incrementos no produto real, apesar de queda na taxa de investimentos em relação ao período anterior.

Com a diminuição da entrada de capitais de risco em 1962 começa também a decrescer a taxa de incremento do produto real. Não que o crescimento fôsse exclusivamente função da entrada de capitais de ris-

co, mas o aparecimento das oportunidades com o desenvolvimento é que gerou, a nosso ver, a entrada de capitais de risco. É que as oportunidades foram criadas por circunstâncias surgidas do próprio sistema, a exemplo das fortes barreiras alfandegárias e consequente substituição das importações para atender a crescente demanda doméstica de bens manufaturados. Uma vez saturado aquele ritmo de expansão interna não mais afluíram os capitais de risco.

Uma análise mais detalhada das circunstâncias existentes, quando do projeto Celso Brandt, poderia mostrar que esta foi antes efeito do que causa das dificuldades cambiais que enfrentávamos na época. As perspectivas sombrias com a crise cambial de 1960/61, aliadas ao término de um período inegavelmente carregado de uma atmosfera desenvolvimentista, e os prenúncios de crises políticas que se avizinhavam teriam necessariamente de provocar uma retração nos investimentos estrangeiros dentro do país. Normalmente, uma dificuldade cambial tende a orientar os ataques para o item "remessas de capitais", que é a parte mais politicamente sensível do balanço de pagamentos. Daí acreditarmos que aquelas circunstâncias, agindo diretamente na rentabilidade dos investimentos, determinante principal das movimentações de capitais, desestimularam o investidor estrangeiro no país. Como consequência, surge a lei Celso Brandt em 1962.

Mais modernamente, outro fato corrobora a nossa argumentação: a lei 4390 de 1964 propiciou aos capitalistas estrangeiros as mesmas vantagens que gozavam no período 1956/61, não tendo trazido entretanto, até 1965, resultados positivos. É que as expectativas não tem sido de molde a incentivar a participação externa, apesar das facilidades existentes, haja visto os atuais relativamente baixos níveis de investimentos privados domésticos. Entretanto, uma vez vencido este período de transição na evolução econômica, política e social, as oportu-

nidades latentes tornar-se-ão atrativas, e voltarão a ser exploradas primeiramente pelos nacionais, e imediatamente pelos investidores estrangeiros tão logo voltem as rentabilidades econômicas a se situarem em níveis superiores aos dos países de origem desses investidores.

6. CONCLUSÕES:

Finalmente podemos atingir o objetivo da análise dos capitais estrangeiros na evolução econômica do país, isto é, a luz do diagnóstico realizado, indicar qual o melhor tipo de participação externa no processo evolutivo que temos seguido.

Entretanto, faz-se necessário um ligeiro retrospecto do que pensamos ser a evolução brasileira em função da participação externa, após o período da segunda guerra mundial. Observamos, contudo, que a nossa conclusão não será apoiada em bases deterministas oriundas da análise dialética, pois a análise da evolução econômica de uma sociedade geralmente se reveste de caráter pragmático, em função do conhecimento dos recursos existentes e dos instrumentos modernos da economia, o que nos permite antever o uso mais racional dos fatores.

O crescimento realizado de 1946 até cerca de 1955 foi essencialmente fruto dos recursos internos, expansão esta permitida pela infraestrutura montada nos anos anteriores a segunda guerra mundial e também pelo maior grau de independência externa da economia, decorrente da crise dos anos da década de 30 e da II Guerra Mundial.

Contudo, a continuação do processo de industrialização passou a exigir recursos mais complexos os quais o país não dispunha, tornando a participação estrangeira mais premente. De conformidade com os princípios que regem a movimentação de capitais estrangeiros, isto é, rentabilidades mais elevadas que nos países de origem - começaram a afluir os recursos externos para aqueles pontos de estrangulamento da economia. Bem verdade que os estímulos dados pelo governo em determinados setores desempenharam papel relevante na atração dos capitais estrangeiros.

Assim, aquela participação externa mais efetiva após 1955 no processo de industrialização do país, e que elevou o crescimento do produto anual, em relação ao período anterior, desempenhou intensos "efeitos para trás e para a frente", devido a formação de um complexo industrial mais avançado. É que de muito foi modificada a forma como se processava aquela participação externa, o que analisaremos mais detalhadamente nas páginas seguintes.

A interrupção da expansão brasileira a partir de 1961 deverá ser interpretada a luz das defasagens setoriais criadas pelo crescimento que sofreu uma grande influência da intervenção governamental, ocasionando distorções graves na economia, e também pelo desajustamento social à evolução econômica observada naqueles anos, resultando na sequência de crises políticas que abalaram o país a partir de 1961.

Entretanto, da correção dos desajustamentos que estão sendo realizados paulatinamente a partir de 1964 nos setores econômico, político e social, surgirá uma avançada estrutura já devidamente polida para permitir um novo surto de expansão espontânea e menos dependente do setor externo que o observado na década passada, pelo menos até que sejam exauridas as possibilidades autogeradoras da economia nacional, tornada possível pela mais avançada tecnologia adquirida com a industrialização.

É a fase em que a participação estrangeira passa a desempenhar papel aditivo, semelhante àquela do período 1946/55, quando permite "alargar" as nossas possibilidades de expansão, essencial para que possamos mais rapidamente anular a diferença de progresso que nos separa dos povos mais adiantados. Faz-se mister, portanto, que analisemos a possibilidade de incremento da participação externa no tocante a Capitais Estrangeiros, e quais as formas que mais atenderiam ao esforço interno.

Observamos na Seção C, Cap. 3 da Parte IV, que uma vez existentes as oportunidades para o investimento estrangeiro facilmente serão vencidas as barreiras institucionais contra a movimentação de capitais, pois que esta se adapta às restrições, tendendo a eliminar os riscos surgidos com a nova ordem. Assim foi que do investimento indireto tão usual no século passado e princípio deste evoluímos para as inversões diretas e finalmente para os empréstimos do tipo "crédito do fonecedor" e "financiamento de projectos específicos".

Ademais, também foi observado anteriormente que os investimentos diretos tinham a grande vantagem de trazer recursos reais, especialmente a tecnologia mais avançada a ser usada e difundida por todo o sistema, particularmentenos investimentos diretos fora da indústria extrativa, o que na verdade mais se observou após a segunda guerra mundial. O pagamento dessa tecnologia fazia-se implicitamente através dos lucros, sujeitos a rentabilidade do empreendimento.

Com a evolução da forma da movimentação de capitais para os tipos mais sofisticados os países recipientes de capitais estrangeiros passaram a desembolsar "a priori" pela tecnologia importada, o que antes somente se realizava quando o processo produtivo importado confirmasse a sua rentabilidade. O que sucedeu com esta transformação foi a entrada de tecnologia que muitas vezes não correspondeu a técnica mais indicada, conforme tem acontecido sobremaneira com o "crédito do fornecedor", e já mencionado por vários economistas.

Ora, os novos tipos de capitais estrangeiros têm limitado a transferência da tecnologia que mais interessa ao país em desenvolvimento, além de dificultar a avaliação do valor real que se paga pela técnica importada, principalmente quando há a tendência crescente do novo tipo conhecido por "turnkey deal" ou "package deal", uma operação en-

globada de crédito, assistência técnica, material, etc., conforme já analisado no Capítulo 3, Seção C, da Parte IV.

Por outro lado não tem havido uma preocupação, por parte dos países recipientes de capitais estrangeiros, em isolar as várias formas em que eles se apresentam. Geralmente o tratamento tem sido indistinto, tanto nos ataques quanto nos elogios daqueles que abordam o assunto. A literatura especializada também omite o estudo dos tipos que melhor se adaptariam aos diferentes graus de desenvolvimento econômico, e apenas a seleção observada pelo país credor ao efetuar o movimento de capital tem funcionado como critério de orientação para a escolha do tipo de capital. Assim é que os próprios investidores americanos já sentiam que os russos observam determinados critérios mais condizentes com o desenvolvimento do país recipiente (1) e citam como exemplo os empréstimos efetuados a Índia para o setor ferroviário, que se fez acompanhar do fornecimento da assistência técnica. É que existem exemplos de empréstimos malbaratados pela ineficiência da orientação no empreendimento.

É necessário portanto, que delimitemos os tipos de capitais mais condizentes com o desenvolvimento brasileiro, e a vista das circunstâncias que atuam sobre as movimentações autônomas de capitais imaginarmos um sistema que garanta ao país as quantidades necessárias de capitais externos dentro das delimitações objetivas, que a nosso ver deveriam ter como premissa básica a evolução da iniciativa do empresário nacional.

Tal sistema deverá ter em vista que os anos recentes têm mostrado uma mudança mais rápida das instituições concernentes com

(1) "Projecte Versus Program Aid From the Donors Viewpoint", trabalho publicado em 1960 pela Rand Corporation da Califórnia, autoria de Alan Carlin.

o tratamento dispensado aos capitais estrangeiros nos países recipientes, o que tem provocado a diminuição do fluxo para os países subdesenvolvidos, já que as regras do jogo têm sido mudadas repentinamente. Assim sendo, surgiu a necessidade do "Acôrdo de Garantias", a princípio esquematizado em forma bilateral, mas cujo objetivo mais amplo tem sido a multilateralização de tais acôrdos, cobrindo os denominados "riscos não comerciais".

O Acôrdo levado a efeito entre os Estados Unidos e o Brasil, aprovado pelo Congresso Nacional em 1965, é um exemplo típico desse comportamento, também realizado entre os Estados Unidos e vários outros países. Seguindo o costume daquele Acôrdo trata o capital estrangeiro indivisível, e deixa a critério do Govêrno Americano a seleção indireta da qualidade e quantidade do investimento, cabendo apenas ao país recipiente a aceitação ou não do tipo de contrato realizado entre aquele Govêrno e os seus investidores.

Vários motivos tem anulado o esforço positivo que aquele tipo de contrato poderia desempenhar no incremento dos fluxos de capitais para países carentes desse fator. Segundo temos ouvido de representantes de investidores americanos, a burocracia existente para a obtenção da garantia têm afugentado muitos dos investimentos. Somente 20% do total de novos investimentos americanos realizados nos países com vigência de tais contratos procuraram as vantagens deles provenientes.

Outro fator negativo (e especialmente no caso atual brasileiro) é que os tipos de capitais mais intensamente procurados são os empréstimos, créditos ou financiamentos, que entretanto não gozam na prática das mesmas facilidades proporcionadas aos demais investimentos.

De uma maneira geral aquelas falhas tem provocado críticas no tocante a soberania de escolha pelo país recipiente, pois na verdade o país garantidor poderá influenciar nas correntes de movimentação de capitais, tanto em qualidade como em quantidade, bastando para tal que discrimine nas garantias.

Tendo em vista que as necessidades nacionais devem ser ditadas em função da política nacional, melhor seria que o país carente de capitais pudesse determinar os tipos e quantidades mais coerentes com as suas necessidades. Neste caso o custo de tal sistema tem de ser suportado pelo esforço interno, uma vez que a transferência desse custo implica na abstenção do direito de escolha.

Finalmente, o direito de escolha poderia ser exercido através da variação das intensidades das garantias para os vários tipos de capitais, carreando para os tipos mais vantajosos determinados estímulos, e castigando os tipos indesejáveis, através de mecanismos automáticos e semi-automáticos necessários a flexibilidade do sistema. Daí surgiria a vantagem colateral de atender a multilateralização desses acordos, bastando que fôsse estendido indistintamente a todos os países. Evitaríamos assim muitos dos ataques às tentativas de acordos multilaterais, esquematizados principalmente pelo Banco Mundial (1).

(1) Vide "Convention on the Settlement of Investment Disputes Between States and Nationals of Other States", publicado pelo Banco Internacional de Desenvolvimento e Reconstrução, Março de 1965.

